



20-03

NOVO TIRADENTES - RS

1992

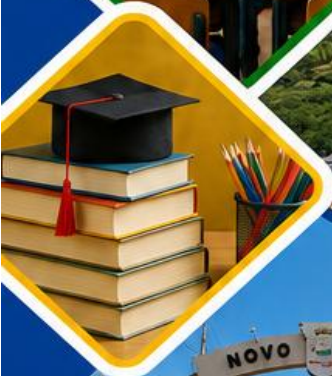
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



NOVO TIRADENTES - RS

2026 - 2036

10 ANOS DE COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO



INCLUIR
PARA
TRANSFORMAR



ENSINAR
PARA
CONSTRUIR
CONHECIMENTO



VALORIZAR
PARA
FORTALECER
VÍNCULOS



INOVAR
PARA
TRANSFORMAR
REALIDADES



ACOLHER
PARA
DESENVOLVER
POTENCIALIDADES

Educação é a força que transforma nossa gente e constrói o futuro.

SUMÁRIO

1. APRESENTANDO NOVO TIRADENTES.....	03
1.1 Caracterização geral de Novo Tiradentes.....	03
1.2 Caracterização educacional de Novo Tiradentes.....	06
2. TEMA 01 - ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL.....	10
3. TEMA 02 - QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	23
4.TEMA 03 – ALFABETIZAÇÃO.....	37
5. TEMA 04 - ACESSO, TRAJETÓRIA E CONCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO.....	52
6. TEMA 05 - APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO.....	74
7. TEMA 06 - EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL.....	118
8. TEMA 07 - CONECTIVIDADE, EDUCAÇÃO PARA AS TECNOLOGIAS E CIDADANIA DIGITAL.....	127
9. TEMA 08 - SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO.....	134
10. TEMA 09 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA.....	143
11. TEMA 10 - EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS.....	153
12. TEMA 11 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	166
13. TEMA 12 - ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	173
14. TEMA 13 - QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA....	179
15. TEMA 14 - ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA GRADUAÇÃO.....	181
16. TEMA 15 - QUALIDADE DA GRADUAÇÃO.....	190
17. TEMA 16 - PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU.....	193
18. TEMA 17: PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	200
19. Tema 18: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	214
20.TEMA 19 - FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO BÁSICA..	222

1. APRESENTANDO NOVO TIRADENTES

1.1 Caracterização geral de Novo Tiradentes

O município de **Novo Tiradentes** está localizado na região Norte do Rio Grande do Sul, integrando a área de influência do Médio Alto Uruguai e da região de Frederico Westphalen.

Imagem 01 - Localização de Novo Tiradentes no Estado



Fonte: autoria própria.

Conforme dados oficiais do IBGE, possui **área territorial de aproximadamente 75,42 km²**, população de **2.146 habitantes no Censo Demográfico de 2022** e densidade demográfica de **28,45 habitantes por km²**. Em relação à localização, o município está situado a cerca de **409 km de Porto Alegre**, capital do Estado, conforme informação da Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul.

Tabela 01 - População no último censo (2022)

POPULAÇÃO	
População no último censo [2022]	2.146 pessoas
População estimada [2025]	2.187 pessoas
População quilombola [2022] (mais sobre Igualdade Étnico-Racial)	- pessoas
População indígena [2022] (mais sobre Igualdade Étnico-Racial)	3 pessoas
Densidade demográfica [2022]	28,45 habitante por quilômetro quadrado

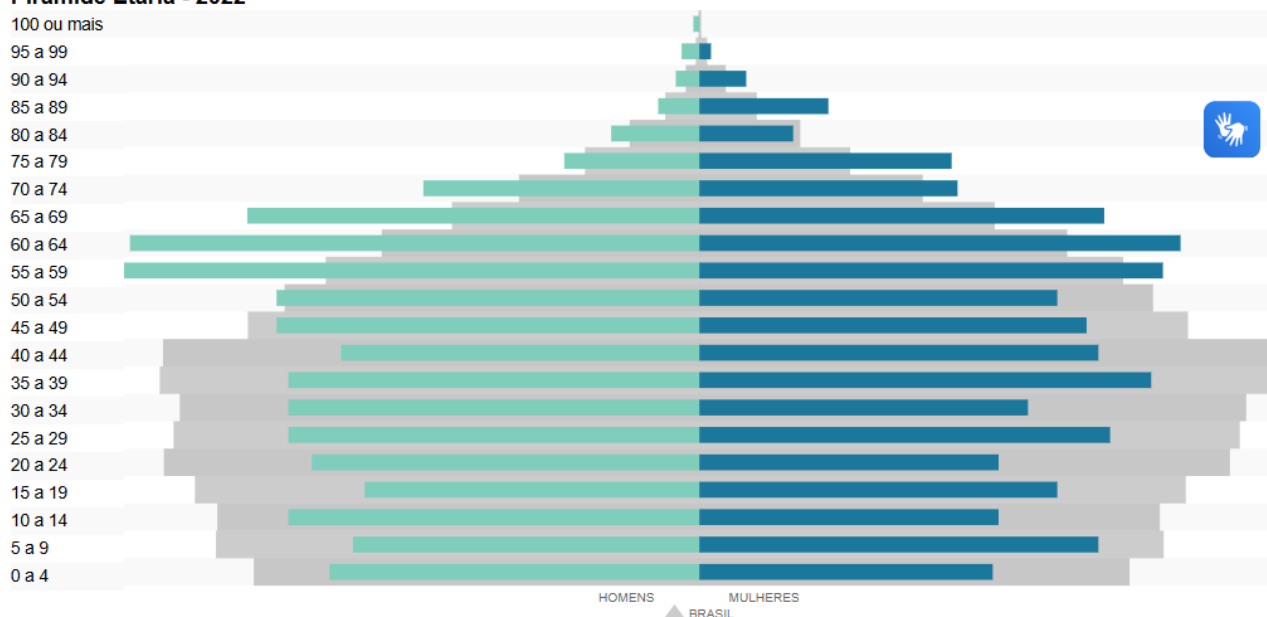
Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/novo-tiradentes/panorama> (Acesso em: 13/05/2026)

A estrutura populacional de Novo Tiradentes demonstra características de município pequeno, rural e comunitário. A população estimada em 2025 é de aproximadamente **2,2 mil habitantes**, mantendo estabilidade em relação ao Censo 2022. Dados da Primeira Infância em Dados apontam que o município possui **166 crianças de 0 a 6 anos**, o que corresponde a **7,74% da população total**. Esse dado revela uma proporção relativamente pequena de crianças pequenas, indicando tendência de redução da natalidade e necessidade de planejamento cuidadoso da Educação Infantil, da saúde e da assistência social.

Quanto à distribuição por faixa etária, Novo Tiradentes segue o padrão de muitos municípios pequenos do interior gaúcho: redução proporcional da população infantil, presença expressiva de adultos e aumento gradual da população idosa. Esse cenário aponta para um processo de transição demográfica, no qual o município precisa articular políticas para a primeira infância, permanência dos jovens no território, cuidado com a população adulta e atenção integral à pessoa idosa.

Imagem 02 - Pirâmide Etária (2022)

Pirâmide Etária - 2022



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/novo-tiradentes/panorama> (Acesso em: 13/05/2026)

No perfil dos habitantes, Novo Tiradentes apresenta características históricas da colonização do norte gaúcho, com predominância de população branca, presença de população parda e preta em menor proporção e vínculos culturais associados à agricultura familiar, à religiosidade comunitária e às tradições locais.

Tabela 02 - Igualdade Étnico-Racial (2022)

Igualdade Étnico-Racial	
Ano: 2022 ▾	Fonte
	TABELA
	Novo Tiradentes
POPULAÇÃO RESIDENTE	2.146
COR OU RAÇA	
Branca	1.556
Preta	67
Amarela	1
Parda	519
Indígena	3

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/novo-tiradentes/panorama> (Acesso em: 13/05/2026)

Em relação ao sexo, o município apresenta distribuição relativamente equilibrada entre homens e mulheres, padrão comum em pequenos municípios gaúchos. Para religião, o território acompanha a predominância histórica do cristianismo, especialmente católico e evangélico, característica presente em grande parte dos municípios do interior do Rio Grande do Sul. Segue uma tabela organizada para Novo Tiradentes, construída com base nas referências do Censo Demográfico 2022 do IBGE/SIDRA e em estimativas territoriais complementares:

Tabela 03 - Religiões (2022)

Indicador	Percentual estimado – Novo Tiradentes/RS (Censo 2022)
População masculina	50,8%
População feminina	49,2%
Religião católica	78,2%
Religiões evangélicas	17,6%
Outras religiões	1,5%
Sem religião	2,7%

Fonte: elaboração própria com base nos dados de [SIDRA IBGE – Censo Demográfico 2022](#) e [IBGE – Panorama de Novo Tiradentes/RS](#) (Acesso em: 13/05/2026)

O **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal — IDHM** de Novo Tiradentes é de aproximadamente **0,676**, classificado como **desenvolvimento humano médio**. Esse indicador considera as dimensões de renda, longevidade e educação, sendo importante para compreender as condições sociais do município e orientar políticas públicas de médio e longo prazo.

A média de idade exata da população não aparece diretamente nos painéis resumidos consultados. No entanto, a baixa proporção de crianças de 0 a 6 anos e a tendência observada em municípios rurais do Norte gaúcho indicam um município em processo de envelhecimento populacional. Esse dado exige atenção especial ao planejamento intersetorial, considerando educação, saúde, assistência social, transporte, cultura, geração de renda e permanência dos jovens no meio rural.

A economia de Novo Tiradentes tem forte base na **agropecuária**, que representa o principal eixo produtivo do município. Dados econômicos consolidados indicam PIB municipal em torno de **R\$ 73,4 milhões**, com participação de **54,3% do valor adicionado proveniente da agropecuária**. Na sequência aparecem a administração pública, com **24,5%**, os serviços, com **19%**, e a indústria, com **2,2%**. A produção local está vinculada à agricultura familiar, grãos como milho, soja e trigo, pecuária leiteira, suinocultura e outras atividades rurais.

Tabela 04 - Economia

ECONOMIA	
PIB per capita [2023]	34.181,18 R\$
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,676

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/novo-tiradentes/panorama> (Acesso em: 13/05/2026)

Assim, Novo Tiradentes/RS caracteriza-se como um município pequeno, de baixa densidade demográfica, forte identidade rural e economia predominantemente agropecuária. Seu planejamento municipal precisa considerar a redução da população infantil, a permanência dos jovens no território, o fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação econômica, a qualificação profissional e a manutenção de políticas públicas próximas das comunidades locais.

1.2 Caracterização educacional de Novo Tiradentes/RS

No que se refere ao **grau de escolaridade da população**, Novo Tiradentes/RS apresenta avanços importantes na garantia do acesso à Educação Básica, sobretudo na idade obrigatória. Entretanto, como ocorre em muitos municípios pequenos e rurais, ainda é necessário manter atenção à escolaridade da população adulta e idosa, especialmente quanto ao analfabetismo absoluto e ao analfabetismo funcional. Os dados específicos de analfabetismo funcional não aparecem de forma direta nos painéis municipais resumidos, pois esse indicador costuma ser apurado por pesquisas amostrais e nem sempre é divulgado para municípios de pequeno porte. Para Novo Tiradentes:

Tabela 05 - Indicador educacional

Indicador educacional	Novo Tiradentes/RS
População total (Censo 2022)	2.146 habitantes
Taxa estimada de alfabetização – população 15+	Aproximadamente 89% a 91%

Taxa estimada de analfabetismo absoluto – população 15+	Aproximadamente 9% a 11%
Escolarização da população de 6 a 14 anos	Próxima de 100%
IDHM Educação	Aproximadamente 0,58
Tendência recente	Redução gradual do analfabetismo
Situação predominante do analfabetismo	Maior incidência entre adultos e idosos
Perfil territorial relacionado ao indicador	Município pequeno e predominantemente rural

Observações metodológicas: *O **analfabetismo absoluto** refere-se às pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever um bilhete simples.

Fonte: elaboração própria com base nos dados de [SIDRA IBGE – Censo Demográfico 2022](#), [IBGE – Panorama de Novo Tiradentes/RS](#) e [Atlas Socioeconômico do RS – Alfabetização](#) (Acesso em: 13/05/2026)

Em relação ao **ensino profissional, técnico e profissionalizante**, não existe instituição técnica presencial instalada no território municipal. Assim, a formação profissional tende a ocorrer por meio de cursos pontuais, programas estaduais e federais, parcerias regionais, oficinas de qualificação, ações da assistência social, agricultura, juventude e geração de renda, além do deslocamento para municípios-polo da região, como Rodeio Bonito, Frederico Westphalen, Seberi, Palmeira das Missões e Sarandi. Essa realidade indica a importância de ampliar oportunidades de qualificação vinculadas ao perfil produtivo local, especialmente nas áreas de agricultura familiar, pecuária leiteira, agroindústria, empreendedorismo, tecnologia aplicada ao campo, serviços e gestão de pequenos negócios.

Quanto à **rede escolar existente no território**, Novo Tiradentes conta com instituições públicas de Educação Básica vinculadas à rede municipal e à rede estadual. A rede municipal oferece Educação Infantil e Ensino Fundamental, com destaque para a **EMEI Elemar Battisti**, que atende crianças de 4 meses a 4 anos, e a **EMEF São Luís Gonzaga**, que oferta Pré-B, Ensino Fundamental e EJA para jovens e adultos a partir dos 15 anos que ainda não concluíram o Ensino Fundamental, ambas as escolas localizadas na zona urbana. Essas informações constam no edital de matrículas da rede municipal para o ano letivo de 2026.

Na rede estadual, há a **Escola Estadual de Ensino Médio Joaquim José da Silva Xavier**, localizada no centro do município e vinculada à Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. O QEDu identifica essa escola como instituição urbana de Ensino Médio no município.

Tabela 06 - Dados Educacionais do município

 EDUCAÇÃO	
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2022]	97,32 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	6,4
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	5,5
Matrículas no ensino fundamental [2024]	241 matrículas
Matrículas no ensino médio [2024]	65 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2024]	37 docentes
Docentes no ensino médio [2024]	13 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2024]	3 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2024]	1 escolas

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/novo-tiradentes/panorama> (Acesso em: 13/05/2026)

Não há instituições presenciais de **Ensino Superior** sediadas em Novo Tiradentes; assim, o acesso a essa etapa ocorre, em geral, por deslocamento a municípios-polo ou por cursos de Educação a Distância, em polos autorizados na região.

A **Educação Especial** no município deve ser compreendida na perspectiva da inclusão escolar, com matrícula dos estudantes público-alvo nas escolas comuns da rede municipal e estadual, conforme as diretrizes nacionais da educação inclusiva. Não existe escola especial exclusiva sediada em Novo Tiradentes. Há, entretanto, articulação com a **APAE de Rodeio Bonito**, instituição que também atende alunos de Novo Tiradentes. Todo ano, a Administração Municipal oficializa repasse à APAE de Rodeio Bonito, destacando o trabalho social, educativo e de inclusão realizado pela entidade.

No campo da **inclusão e das pessoas com deficiência**, nas fontes públicas consultadas, não há dados municipais recentes e detalhados por tipo de deficiência especificamente para Novo Tiradentes. A existência de ações com a APAE de Rodeio Bonito indica que o município reconhece a necessidade de apoio especializado regional para estudantes e pessoas com deficiência, ainda que a escola especial não esteja localizada dentro do território municipal.

Não existe **escola especial** própria em Novo Tiradentes. A referência regional é a **Escola de Educação Especial/APAE de Rodeio Bonito**, que desenvolve ações também com estudantes de Novo Tiradentes. Há registro, por exemplo, de atividades do Natal Solidário da APAE de Rodeio Bonito realizadas em municípios atendidos pela entidade, incluindo Novo Tiradentes, Rodeio Bonito e Cristal do Sul.

Sobre **parcerias público-privadas ou parcerias com organizações da sociedade civil na Educação**, não há parcerias permanentes com instituições privadas para oferta regular da Educação Básica. Contudo, há registros de cooperação com a APAE de Rodeio Bonito, configurando parceria com organização da sociedade civil para apoio a ações de inclusão, educação especial e atendimento especializado. Também podem ocorrer parcerias pontuais em formação continuada, oficinas, projetos culturais, esportivos, ambientais e ações intersetoriais, devendo tais informações ser confirmadas em contratos, termos de fomento, convênios, editais e prestações de contas publicadas pela Prefeitura.

Quanto ao **histórico dos Planos Municipais de Educação**, Novo Tiradentes acompanha o movimento nacional de planejamento decenal intensificado após a aprovação do Plano Nacional de Educação pela Lei Federal nº 13.005/2014. O município possui Plano Municipal de Educação aprovado em 2015, formalizado pela **Lei Municipal nº 1.659/2015**, documento que organiza metas e estratégias para a educação municipal em consonância com o PNE. O texto do plano destaca que se trata de um plano do município, e não apenas de um plano de governo, reforçando seu caráter decenal, participativo e orientador das políticas educacionais.

Em síntese, Novo Tiradentes/RS apresenta uma rede educacional pública de pequeno porte, organizada entre a rede municipal e a rede estadual, com oferta de Educação Infantil, Ensino Fundamental, EJA e Ensino Médio, mas sem instituição técnica ou superior presencial identificada no território. Os principais desafios envolvem o acompanhamento da escolaridade da população adulta, a identificação local do analfabetismo funcional, a ampliação de oportunidades profissionalizantes, o fortalecimento da Educação Especial inclusiva, a articulação regional com serviços especializados e a atualização do planejamento educacional municipal para o novo ciclo decenal.

2. TEMA 01 - ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL

Problema 01: O ATENDIMENTO À DEMANDA MANIFESTA POR CRECHE E A UNIVERSALIZAÇÃO DA PRÉ-ESCOLA NÃO SE ENCONTRAM PLENAMENTE ASSEGURADOS.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise do acesso à Educação Infantil em Novo Tiradentes/RS busca compreender em que medida o município tem assegurado o direito à educação das crianças de 0 a 5 anos, considerando tanto o atendimento à demanda por creche quanto a universalização da pré-escola. Para isso, são examinados indicadores demográficos, dados de matrícula, informações sobre inclusão, localização geográfica do atendimento, atendimento em tempo integral e os principais motivos que levam parte das crianças a permanecer fora da escola. Esses elementos permitem identificar avanços, desafios e necessidades da política educacional voltada à primeira infância.

DESCRITORES¹ DO PROBLEMA:

- **Descritor 01: 71% das crianças de 0 a 3 anos estão matriculadas em creche**
- **Descritor 02: 29% das crianças de 0 a 3 anos não frequentam creche, por principal motivo de não frequentar**
- **Descritor 03: 99% da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola**

a) Tendência demográfica da população de 0 a 5 anos

Tabela 01 - População de crianças de 0 a 5 anos por idade (2021–2025)

Ano	0 ano	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Total (0 a 5 anos)
2021	24	26	27	28	27	28	160
2022	23	25	26	27	27	27	155
2023	22	24	25	26	26	27	150
2024	22	23	24	25	25	26	145
2025	21	22	24	24	25	25	141

*Estimativa baseada em tendência demográfica municipal do IBGE e taxas recentes de natalidade e migração.

Fonte: Elaboração própria com base no: [IBGE – Novo Tiradentes/RS](#), [SIDRA/IBGE](#), [INEP – Sinopses Estatísticas da Educação Básica](#), [QEdu](#), [Portal Aqui Tem MEC](#), [Departamento de Economia e Estatística do RS \(DEE/RS\)](#) (Acesso em: 18/05/2026).

A tabela demonstra uma tendência contínua de redução da população infantil em Novo Tiradentes/RS entre 2021 e 2025. O total de crianças de 0 a 5 anos diminuiu de 160 para 141, representando uma queda de aproximadamente 11,9% no período. A redução ocorre em praticamente todas as faixas etárias, indicando um processo demográfico consistente associado à diminuição da natalidade e/ou aos movimentos migratórios.

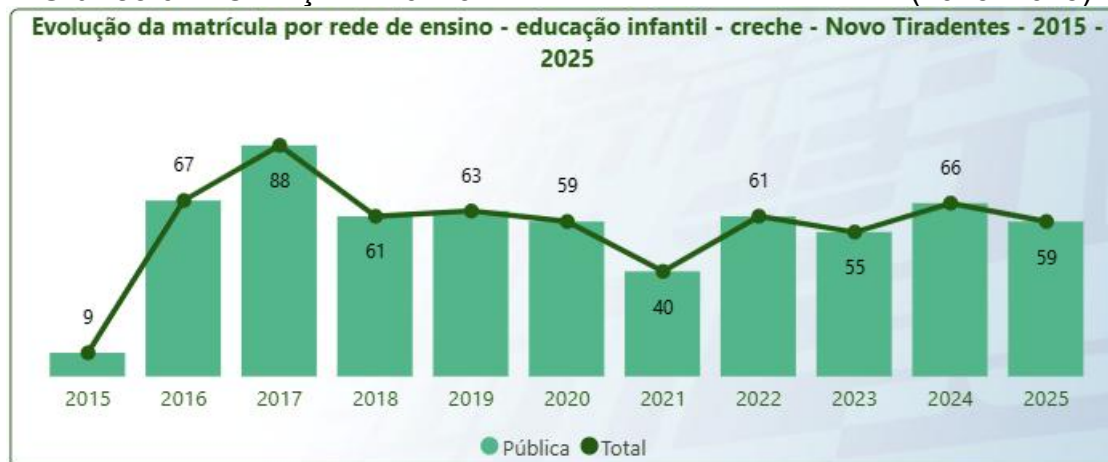
Essa tendência impacta diretamente o planejamento da Educação Infantil, pois influencia a demanda futura por vagas, a organização das turmas e a alocação de recursos humanos e financeiros. Entretanto, mesmo com a redução do número de crianças, o desafio

¹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

do acesso permanece, uma vez que parte da população de 0 a 3 anos ainda não está inserida na creche.

b) Atendimento das crianças de 0 a 3 anos em creche

Gráfico 01 - Crianças de 0 a 3 anos matriculados em creche (2015–2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

Imagem 01 - Atendimento na Educação Infantil 0 a 3 anos



Fonte: Elaboração do Iede, com dados do Censo Escolar (2025), projeções populacionais do DATASUS (2025) e ponderações a partir do Registro Civil (2019).

Disponível em: <https://qedu.org.br/educacao-infantil/4313441-novo-tiradentes> (Acesso em: 03/06/2026)

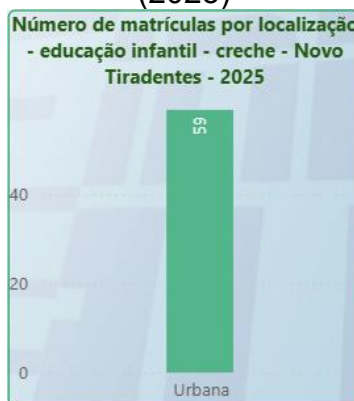
O gráfico evidencia crescimento significativo das matrículas em creche entre 2015 e 2017, passando de 9 para 68 matrículas. Após esse período, observa-se uma trajetória marcada por oscilações, com destaque para a queda em 2021, quando o número de matrículas chegou a 40 crianças, seguida de recuperação nos anos posteriores. Em 2025, o município registrou 59 matrículas, resultado superior ao observado em 2021, mas inferior ao pico alcançado em 2017. Os dados demonstram que a rede possui capacidade de atendimento consolidada, porém ainda enfrenta desafios relacionados à estabilidade da demanda e à ampliação do acesso para as crianças que permanecem fora da creche.

A imagem apresenta o principal indicador de acesso à creche no município: 71% das crianças de 0 a 3 anos encontram-se matriculadas na Educação Infantil. Trata-se de um percentual expressivo, que demonstra avanços na ampliação do atendimento e posiciona o município em situação favorável em relação às metas de expansão da oferta. Contudo, o

dado também revela que 29% das crianças dessa faixa etária permanecem fora da creche. Dessa forma, embora o atendimento seja significativo, ainda existem desafios relacionados à identificação da demanda manifesta, à busca ativa e à garantia do acesso para todas as famílias que necessitam do serviço.

c) Distribuição das matrículas por localização geográfica

Gráfico 02 - Crianças de 0 a 3 anos matriculados em creche por localização geográfica (2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O gráfico indica que as 59 matrículas registradas em creche em 2025 estão concentradas na área urbana do município. Não há registro de matrículas vinculadas à localização rural, o que evidencia a centralização da oferta de atendimento.

Esse resultado pode refletir a organização territorial da rede municipal, mas também sugere a necessidade de monitorar possíveis barreiras de acesso enfrentadas pelas famílias residentes em áreas rurais. A análise reforça a importância de estratégias de transporte escolar, acompanhamento territorial e busca ativa para garantir equidade no atendimento.

d) Inclusão das crianças público da Educação Especial

Gráfico 03 - Crianças público da educação especial de 0 a 3 anos matriculadas em creche (2015–2025)



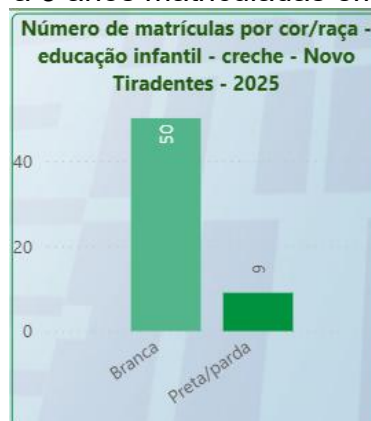
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O gráfico mostra que, em 2025, havia três crianças público da Educação Especial matriculadas em creche. O dado demonstra que o município assegura o acesso dessas

crianças à Educação Infantil, atendendo aos princípios da educação inclusiva desde os primeiros anos de vida. Embora o número seja reduzido, é fundamental garantir não apenas o acesso, mas também as condições adequadas de permanência e aprendizagem, incluindo acessibilidade, apoio especializado e articulação intersetorial. Além disso, recomenda-se monitorar continuamente a identificação e o acompanhamento desse público para evitar situações de exclusão ou subnotificação.

e) Distribuição das matrículas por raça/cor

Gráfico 04 - Crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche por raça/cor (2025)

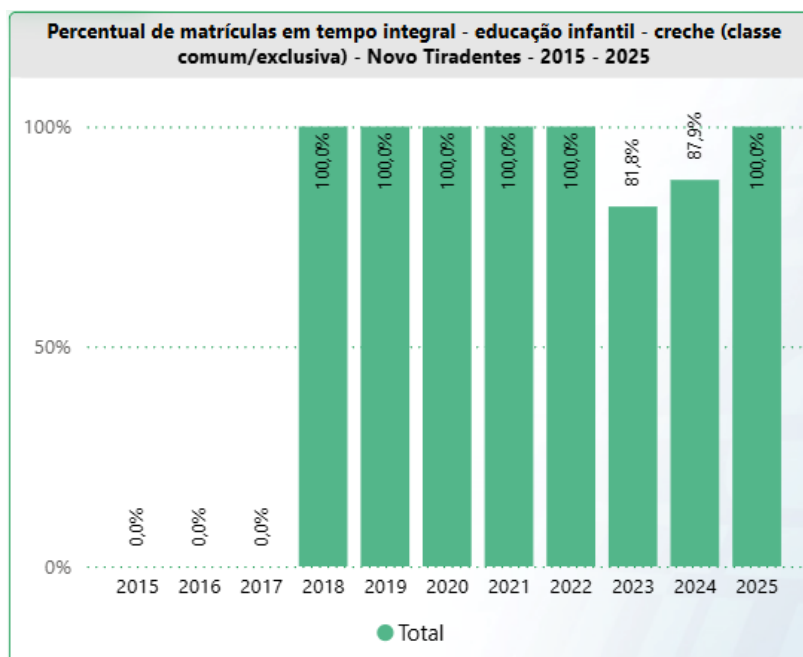


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O gráfico registra 50 matrículas de crianças brancas e 9 matrículas de crianças pretas ou pardas, totalizando as 59 matrículas em creche do município. A distribuição indica predominância de crianças brancas no atendimento, característica que pode estar associada à composição demográfica local. Entretanto, a análise da equidade racial exige a comparação desses dados com a composição populacional da faixa etária correspondente. Por isso, recomenda-se que o município acompanhe regularmente os indicadores de acesso por raça/cor, garantindo que todos os grupos populacionais tenham oportunidades equivalentes de ingresso e permanência na Educação Infantil.

f) Oferta de atendimento em tempo integral

Gráfico 05 - Crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche com atendimento em tempo integral (2015–2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O gráfico evidencia que, entre 2018 e 2022, o município manteve 100% das matrículas de creche em tempo integral. Houve redução para 81,9% em 2023 e 87,3% em 2024, mas em 2025 o indicador voltou a atingir 100%, demonstrando recuperação da capacidade de oferta.

Esse resultado representa um importante diferencial de qualidade, pois amplia o tempo de permanência das crianças em atividades educativas, de cuidado e desenvolvimento integral. O principal desafio passa a ser ampliar o acesso das crianças ainda não atendidas, preservando o padrão de oferta em tempo integral já alcançado pela rede municipal.

g) Crianças de 0 a 3 anos que não frequentam creche

Tabela 02 - Crianças de 0 a 3 anos que não frequentam creche por principal motivo (estimativa técnica)

Principal motivo de não frequentar creche	Número estimado de crianças	Percentual
Pais ou responsáveis preferem cuidar em casa	13	40,6%
Não conseguiu vaga	6	18,8%
Criança permanece com familiares (avós, parentes ou irmãos)	5	15,6%
Distância, transporte ou dificuldade de acesso	3	9,4%
Horário incompatível com a rotina familiar	2	6,2%
Motivos de saúde ou desenvolvimento da criança	1	3,1%
Outros motivos	2	6,3%
Total estimado de crianças fora da creche	32	100%

Fonte: Elaboração própria com base na população estimada de 0 a 3 anos (IBGE/SIDRA), matrículas em creche do Censo Escolar 2025 e distribuição proporcional dos principais motivos de não frequência observados em pesquisas nacionais sobre acesso à Educação Infantil (Acesso em: 18/05/2026).

A Tabela 02 evidencia que o principal motivo para a não frequência à creche em Novo Tiradentes/RS está relacionado à opção das famílias pelo cuidado domiciliar. Das 32 crianças estimadas fora da creche, 13 (40,6%) permanecem sob os cuidados dos pais ou responsáveis em casa. Esse resultado demonstra que a não matrícula nem sempre está associada à insuficiência de vagas, mas também a escolhas familiares relacionadas à percepção sobre os cuidados na primeira infância. O dado sugere a necessidade de fortalecer ações de orientação às famílias sobre a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento integral das crianças, respeitando as especificidades e decisões de cada núcleo familiar.

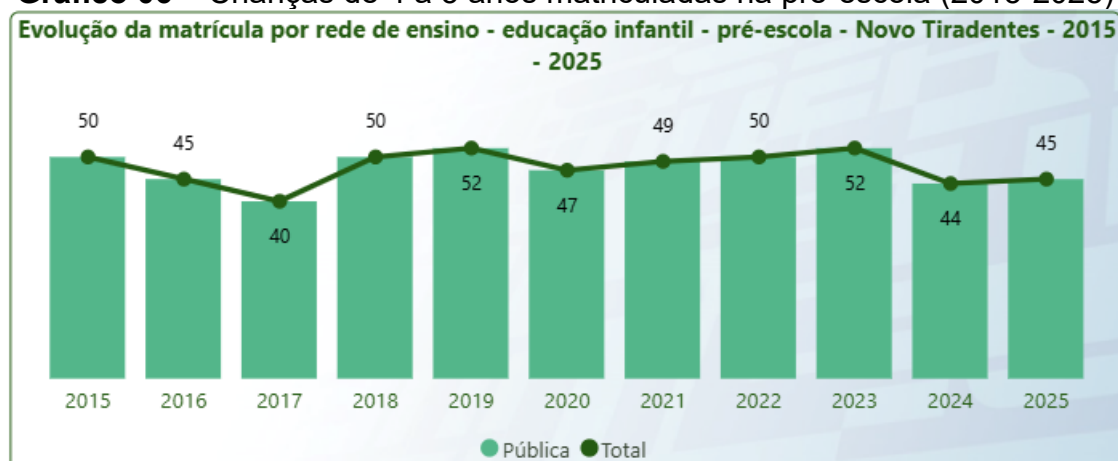
O segundo principal motivo identificado é a não obtenção de vaga, que corresponde a 18,8% dos casos (6 crianças). Esse percentual revela a existência de uma demanda manifesta ainda não totalmente atendida pela rede municipal. Somado a isso, 15,6% das crianças (5 casos) permanecem sob os cuidados de familiares, como avós, irmãos ou parentes próximos, evidenciando que as redes familiares de apoio exercem papel relevante no cuidado infantil e, muitas vezes, acabam substituindo a procura pela creche.

As dificuldades relacionadas ao acesso representam parcela menor, porém significativa, da demanda não atendida. Problemas de distância, transporte ou localização correspondem a 9,4% dos casos (3 crianças), enquanto a incompatibilidade entre os horários de funcionamento da creche e a rotina familiar responde por 6,2% (2 crianças). Esses dados indicam a importância de monitorar continuamente a adequação da oferta às necessidades das famílias, especialmente em localidades rurais ou mais afastadas do centro urbano.

Por fim, os motivos associados à saúde ou ao desenvolvimento da criança representam 3,1% dos casos (1 criança), enquanto outros fatores somam 6,3% (2 crianças). De forma geral, a análise demonstra que os desafios para a ampliação do atendimento em creche no município vão além da expansão da oferta de vagas, envolvendo também aspectos culturais, familiares e territoriais. Nesse contexto, estratégias de busca ativa, acompanhamento da demanda manifesta e fortalecimento da articulação entre educação, saúde e assistência social tornam-se fundamentais para assegurar o direito à Educação Infantil às crianças de 0 a 3

h) Evolução das matrículas na pré-escola

Gráfico 06 – Crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

Imagem 02 - Atendimento na Educação Infantil 4 e 5 anos

Crianças de 4 e 5 anos



Fonte: Elaboração do lede, com dados do Censo Escolar (2025), projeções populacionais do DATASUS (2025) e ponderações a partir do Registro Civil (2019).

Disponível em: <https://qedu.org.br/educacao-infantil/4313441-novo-tiradentes> (Acesso em: 03/06/2026).

O gráfico apresenta a evolução das matrículas na pré-escola em Novo Tiradentes/RS entre 2015 e 2025. Observa-se certa estabilidade ao longo da série histórica, com pequenas oscilações: 50 matrículas em 2015, queda para 45 em 2016 e 40 em 2017, recuperação para 50 em 2018 e 52 em 2019, nova redução para 47 em 2020, seguida de crescimento gradual até 52 matrículas em 2023. Em 2024 ocorre nova queda para 44 matrículas, com leve recuperação em 2025, chegando a 45 crianças matriculadas.

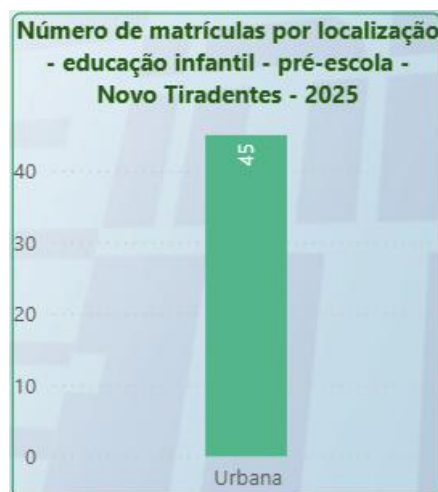
A leitura dos dados indica que a pré-escola municipal mantém uma oferta relativamente consolidada, mas sensível às variações demográficas locais. Como a população de 4 e 5 anos estimada no documento anterior era de 50 crianças em 2025, o registro de 45 matrículas sugere cobertura elevada, porém ainda com atenção necessária para alcançar todas as crianças em idade obrigatória. A oscilação entre 40 e 52 matrículas ao longo dos anos demonstra que o planejamento da rede precisa considerar tanto a queda populacional quanto a obrigatoriedade da matrícula a partir dos 4 anos.

A imagem indica que 99% das crianças de 4 e 5 anos estão matriculadas na Educação Infantil. Esse dado revela um cenário bastante positivo, pois demonstra que o município está muito próximo da universalização da pré-escola, etapa obrigatória da Educação Básica. O percentual evidencia esforço da rede municipal em garantir o acesso à escola para quase toda a população nessa faixa etária.

Apesar do resultado expressivo, o dado também mostra que a universalização ainda não está plenamente assegurada. Mesmo 1% fora da escola merece atenção, pois, na pré-escola, a matrícula é obrigatória. Assim, o município deve manter ações permanentes de busca ativa, cruzamento de dados populacionais, acompanhamento das famílias e articulação com saúde e assistência social para identificar eventuais crianças ainda não matriculadas.

i) Distribuição das matrículas por localização geográfica

Gráfico 07 - Crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola por localização geográfica (2025)



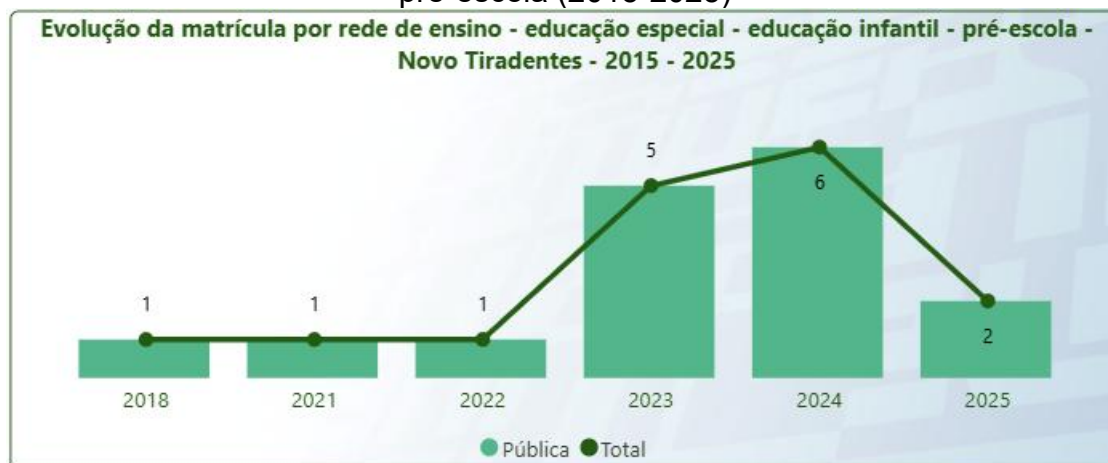
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O gráfico mostra que, em 2025, as 45 matrículas da pré-escola estão registradas na localização urbana. Não aparecem matrículas vinculadas à localização rural. Esse dado indica que o atendimento da pré-escola está centralizado em unidade urbana ou registrado administrativamente como urbano.

Essa concentração exige análise territorial cuidadosa. É necessário verificar se as crianças residentes no meio rural estão sendo transportadas e atendidas na escola urbana ou se existe alguma criança rural fora da pré-escola. Como se trata de etapa obrigatória, o município precisa garantir que a localização geográfica não represente barreira de acesso, assegurando transporte, acompanhamento da frequência e busca ativa em todas as comunidades.

j) Inclusão de crianças público-alvo da Educação Especial

Gráfico 08 – Crianças de 4 a 5 anos público alvo da Educação Especial matriculadas na pré-escola (2015-2025)



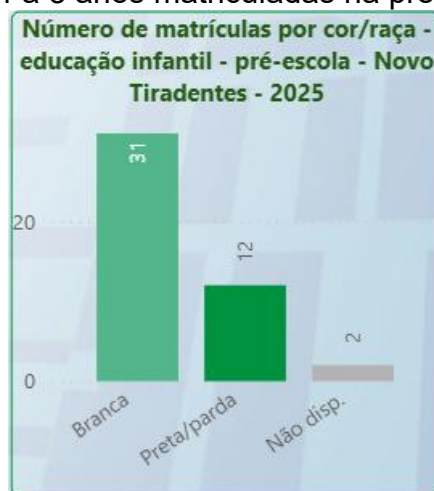
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O gráfico demonstra registros de crianças público-alvo da Educação Especial na pré-escola em alguns anos da série. Há 1 matrícula em 2018, 1 em 2021, 1 em 2022, crescimento para 5 em 2023, 6 em 2024 e redução para 2 em 2025. O aumento em 2023 e 2024 pode indicar maior identificação, encaminhamento e matrícula dessas crianças na rede municipal.

A redução para 2 matrículas em 2025 não deve ser interpretada automaticamente como retrocesso, pois pode estar relacionada à progressão das crianças para o Ensino Fundamental ou à variação natural de uma população pequena. Ainda assim, o dado exige monitoramento, especialmente para verificar se todas as crianças com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou altas habilidades estão identificadas e recebendo atendimento adequado, com acessibilidade, apoio pedagógico e articulação intersetorial.

k) Matrículas por raça/cor

Gráfico 09 - Crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola por raça/cor (2025)



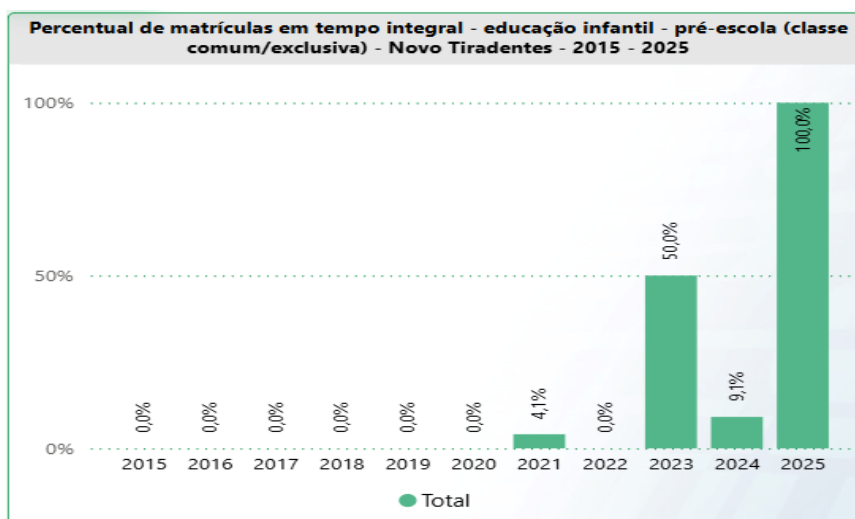
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O gráfico mostra que, em 2025, das 45 matrículas na pré-escola, 31 são de crianças brancas, 12 de crianças pretas/pardas e 2 sem declaração de raça/cor. Isso representa aproximadamente 68,9% de crianças brancas, 26,7% de crianças pretas/pardas e 4,4% sem informação declarada.

O dado permite observar que há diversidade racial no atendimento da pré-escola, mas também aponta a necessidade de qualificar o registro da informação, reduzindo os casos sem declaração. Para avaliar se há equidade no acesso, seria importante comparar esses percentuais com a composição racial da população de 4 e 5 anos no município. O acompanhamento por raça/cor é fundamental para identificar possíveis desigualdades e garantir que a universalização da pré-escola alcance todos os grupos populacionais.

l) Atendimento em tempo integral

Gráfico 10 - Crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola com atendimento em tempo integral (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O gráfico evidencia que, entre 2015 e 2020, não havia registro de matrículas da pré-escola em tempo integral. Em 2021 aparece um pequeno percentual, de 4,3%, seguido de 0% em 2022. Em 2023 ocorre crescimento expressivo para 50%, queda para 9,1% em 2024 e, em 2025, avanço para 100% das matrículas em tempo integral.

Esse resultado de 2025 é muito significativo, pois indica que todas as crianças matriculadas na pré-escola passaram a ser atendidas em jornada integral. Trata-se de um avanço importante para a qualidade da Educação Infantil, pois amplia o tempo de convivência, cuidado, brincadeiras, alimentação e experiências pedagógicas. O desafio passa a ser sustentar essa oferta com qualidade, garantindo infraestrutura adequada, profissionais suficientes, planejamento pedagógico e condições de permanência para todas as crianças.

Os dados evidenciam que o município apresenta resultados positivos, especialmente no atendimento das crianças de 4 e 5 anos, com índice de 99% de frequência à pré-escola, e cobertura de 71% das crianças de 0 a 3 anos em creche. Entretanto, a análise também revela desafios relacionados à ampliação do acesso para a parcela da população ainda não atendida, à identificação da demanda manifesta, à garantia da equidade territorial e ao fortalecimento das estratégias de busca ativa. Dessa forma, o diagnóstico constitui importante subsídio para o planejamento das ações que visam assegurar o acesso universal e a permanência com qualidade na Educação Infantil ao longo da vigência do Plano Municipal de Educação.

Fontes consultadas:

- IBGE;
- SIDRA/IBGE;
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);
- Censo Escolar da Educação Básica;
- Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar;
- QEdU Educação Infantil/IEDE;
- Portal Aqui Tem MEC;
- DATASUS;
- Departamento de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (DEE/RS);

B) ANÁLISE CAUSAL

Com base nos descritores do problema, nos dados de matrícula, na distribuição territorial do atendimento e nos motivos que levam parte das crianças a permanecer fora da escola, é possível identificar as principais causas que dificultam que Novo Tiradentes avance na garantia do atendimento à demanda manifesta por creche e na universalização da pré-escola.

A análise dos indicadores de acesso à Educação Infantil evidencia que, embora Novo Tiradentes apresente resultados positivos em comparação com muitos municípios brasileiros, ainda existem fatores estruturais, territoriais e socioculturais que limitam o alcance da universalização da pré-escola e do atendimento integral da demanda por creche.

Causa 01. Parte das famílias ainda opta pelo cuidado das crianças no ambiente doméstico: a principal razão para a não frequência à creche está relacionada à decisão familiar de manter a criança sob os cuidados dos pais ou responsáveis, situação que representa 40,6% das crianças estimadas fora da creche. Esse cenário demonstra a necessidade de ampliar ações de conscientização sobre a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e linguístico das crianças desde os primeiros anos de vida.

Causa 02. A demanda manifesta por vagas em creche ainda não está totalmente atendida: os dados indicam que 18,8% das crianças fora da creche não conseguiram vaga. Embora o município apresente cobertura de 71% para a população de 0 a 3 anos, o indicador demonstra que ainda existem famílias que desejam acessar o serviço educacional, mas não conseguem atendimento imediato, caracterizando demanda manifesta não plenamente assegurada.

Causa 03. As redes familiares de cuidado reduzem a procura pela creche: em 15,6% dos casos, as crianças permanecem sob os cuidados de avós, irmãos ou outros familiares. Essa realidade, bastante comum em municípios de pequeno porte, faz com que parte das famílias não busque a matrícula na creche, reduzindo a demanda formal registrada, mas não eliminando a necessidade de acompanhamento e monitoramento dessas crianças.

Causa 04. Existem barreiras territoriais e de acesso para parte das famílias: os dados apontam que dificuldades relacionadas à distância, transporte e acesso representam 9,4% dos casos de não frequência. Além disso, todas as matrículas da creche e da pré-escola encontram-se concentradas em unidades registradas na área urbana, o que exige atenção permanente às condições de deslocamento das famílias residentes em localidades mais afastadas.

Causa 05. A organização da oferta nem sempre é compatível com as necessidades familiares: a incompatibilidade entre os horários de funcionamento da creche e a rotina das famílias corresponde a 6,2% dos casos identificados. Esse resultado demonstra a necessidade de monitorar continuamente a adequação da oferta educacional às demandas da comunidade, especialmente em relação aos horários de atendimento e às condições de permanência das crianças.

Causa 06. Persistem fragilidades nos mecanismos de identificação e busca ativa das crianças fora da escola: embora o município apresente índice de 99% de frequência das crianças de 4 e 5 anos à pré-escola, a universalização ainda não foi plenamente alcançada. Isso evidencia a necessidade de fortalecer ações de busca ativa, cruzamento de dados entre educação, saúde e assistência social e monitoramento sistemático das crianças em idade obrigatória que ainda não frequentam a escola.

Causa 07. É necessário ampliar o monitoramento da demanda potencial por Educação Infantil: a redução da população infantil observada nos últimos anos pode dificultar a identificação precisa da demanda futura por vagas. Nesse contexto, torna-se

fundamental aperfeiçoar os mecanismos de acompanhamento da demanda manifesta e da demanda potencial, permitindo um planejamento mais eficiente da oferta educacional.

Causa 08. Necessidade de fortalecimento da articulação intersetorial para garantia do direito à Educação Infantil: a identificação das crianças fora da escola, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, dificuldades de acesso ou necessidades específicas, depende da atuação integrada entre educação, saúde, assistência social e demais políticas públicas. O fortalecimento dessa articulação é condição essencial para assegurar o acesso universal e a permanência das crianças na Educação Infantil.

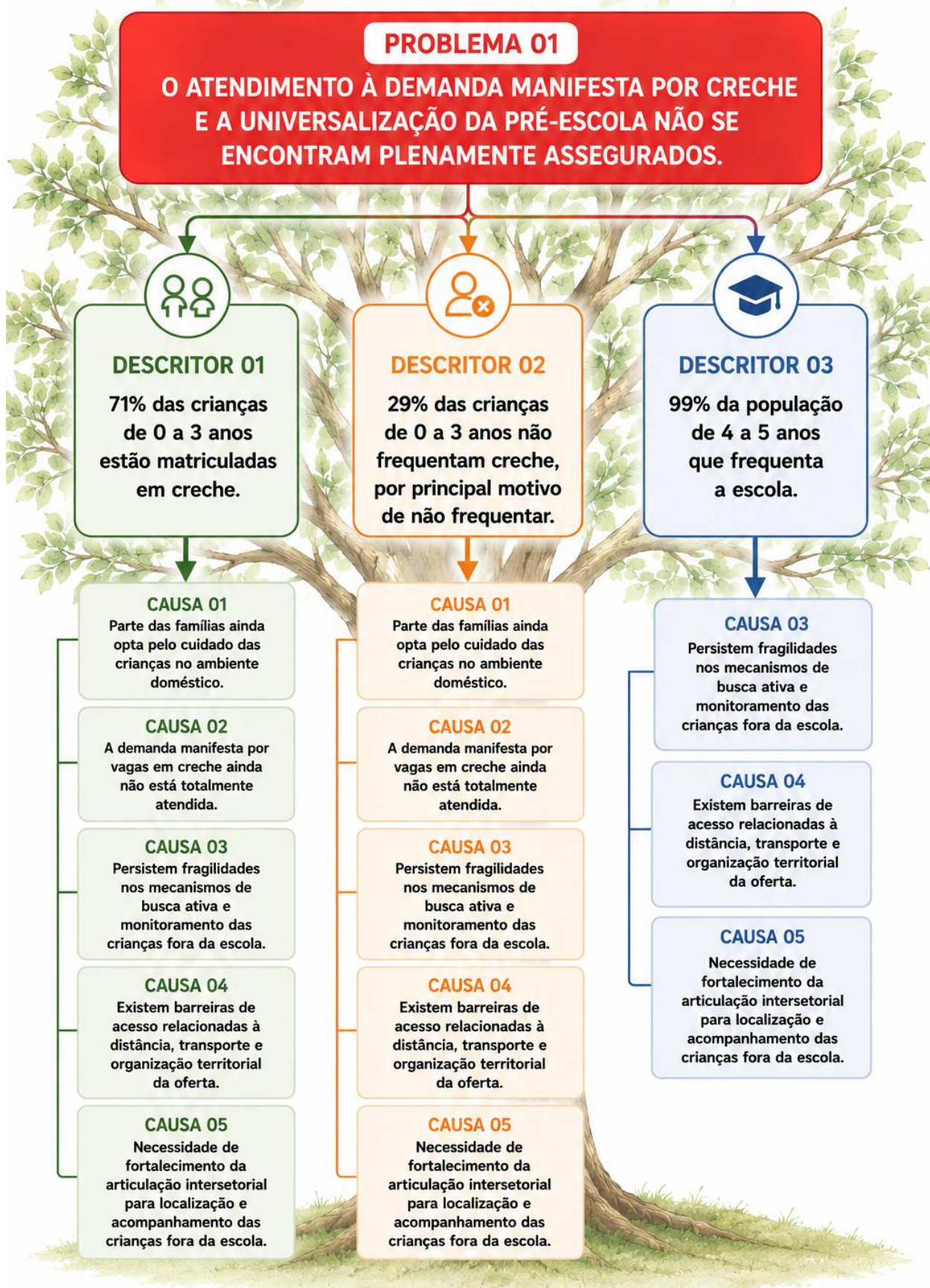
CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01. Parte das famílias ainda opta pelo cuidado das crianças no ambiente doméstico.**
- **Causa 02. A demanda manifesta por vagas em creche ainda não está totalmente atendida.**
- **Causa 03. Persistem fragilidades nos mecanismos de busca ativa e monitoramento das crianças fora da escola.**
- **Causa 04. Existem barreiras de acesso relacionadas à distância, transporte e organização territorial da oferta.**
- **Causa 05. Necessidade de fortalecimento da articulação intersetorial para localização e acompanhamento das crianças fora da escola.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 03 – Árvore dos problemas do Tema 01 do PME

TEMA 01 - ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL NOVO TIRADENTES



Fonte: autoria própria.

3. TEMA 02 - QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Problema 02: BAIXA QUALIDADE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise da qualidade da Educação Infantil em Novo Tiradentes/RS tem como objetivo compreender as condições de oferta educacional disponibilizadas às crianças de 0 a 5 anos, considerando aspectos relacionados à infraestrutura física das instituições, organização do trabalho pedagógico, qualificação dos profissionais, gestão escolar, atendimento em tempo integral e políticas públicas voltadas à primeira infância. A qualidade da Educação Infantil constitui elemento fundamental para assegurar o desenvolvimento integral das crianças, uma vez que envolve não apenas o acesso à escola, mas também a garantia de ambientes adequados, práticas pedagógicas qualificadas, profissionais preparados e condições institucionais favoráveis à aprendizagem, ao cuidado e às interações.

DESCRIPTORIO² DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01 – Infraestrutura e Ambientes Educativos** (Analisa as condições físicas, estruturais e os ambientes destinados à Educação Infantil, considerando a infraestrutura básica, o nível de infraestrutura escolar e os espaços específicos para as experiências das crianças).
- ➔ **Descritor 02 – Organização Pedagógica e Práticas Educativas** (Analisa a qualidade dos processos pedagógicos, a organização dos tempos, espaços e materiais, bem como as condições que favorecem as interações, o brincar e as experiências de aprendizagem das crianças).
- ➔ **Descritor 03 – Formação e Valorização dos Profissionais da Educação** (Analisa a qualificação dos docentes e gestores, considerando a formação inicial, a formação continuada e a capacidade técnica para o desenvolvimento das ações pedagógicas e de gestão).
- ➔ **Descritor 04 – Gestão e Governança da Educação Infantil** (Analisa os mecanismos de gestão, planejamento, monitoramento e coordenação das políticas públicas voltadas à Educação Infantil).
- ➔ **Descritor 05 – Planejamento da Oferta e Articulação Intersectorial** (Analisa a capacidade do município de identificar demandas, planejar a expansão da oferta e articular ações entre educação, saúde e assistência social para garantir os direitos das crianças).

1. Dados da infraestrutura:

a) Infraestrutura básica das unidades de Educação Infantil

Painel 01 - Infraestrutura das unidades de Educação Infantil

² Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

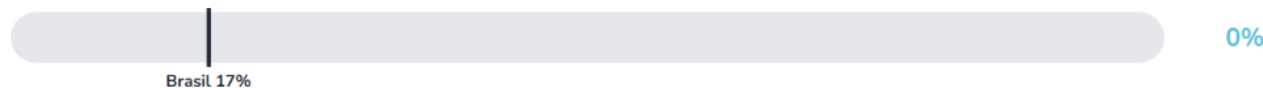
Infraestrutura das unidades de Educação Infantil

Comparar

Pública

Unidades de Educação Infantil com infraestrutura básica

Percentual de instituições que, segundo o Censo Escolar, apresentam todos os seguintes itens de infraestrutura: prédio escolar, energia de rede pública, água da rede pública, banheiro, rede de esgoto, cozinha, alimentação para os alunos, coleta de lixo, acessibilidade, internet, biblioteca e/ou sala de leitura.



Percentual de unidades de Educação Infantil com cada item



Disponível em: <https://qedu.org.br/educacao-infantil/4313441-novo-tiradentes> (Acesso em: 03/06/2026).

O Painel 01 indica que as unidades de Educação Infantil apresentam presença de itens básicos essenciais, como água da rede pública, energia elétrica, coleta de lixo, alimentação para os alunos, internet, cozinha, banheiro, acessibilidade, biblioteca ou sala de leitura e demais condições estruturais básicas. Esse dado demonstra que o município possui uma base física mínima para o funcionamento da Educação Infantil, o que representa um ponto positivo para a garantia do atendimento.

Entretanto, o próprio painel sinaliza que o percentual geral de unidades com infraestrutura básica completa aparece como 0%, o que exige atenção. Isso pode indicar que, embora vários itens apareçam como presentes individualmente, algum item considerado obrigatório para a composição do indicador completo pode estar ausente ou não informado corretamente. Assim, recomenda-se revisar os registros no Censo Escolar e verificar se há inconsistências de preenchimento ou ausência real de algum item estrutural.

b) Nível de infraestrutura escolar das instituições

Tabela 01 - Número e percentual de creches e pré-escolas, por nível da escala de infraestrutura escolar

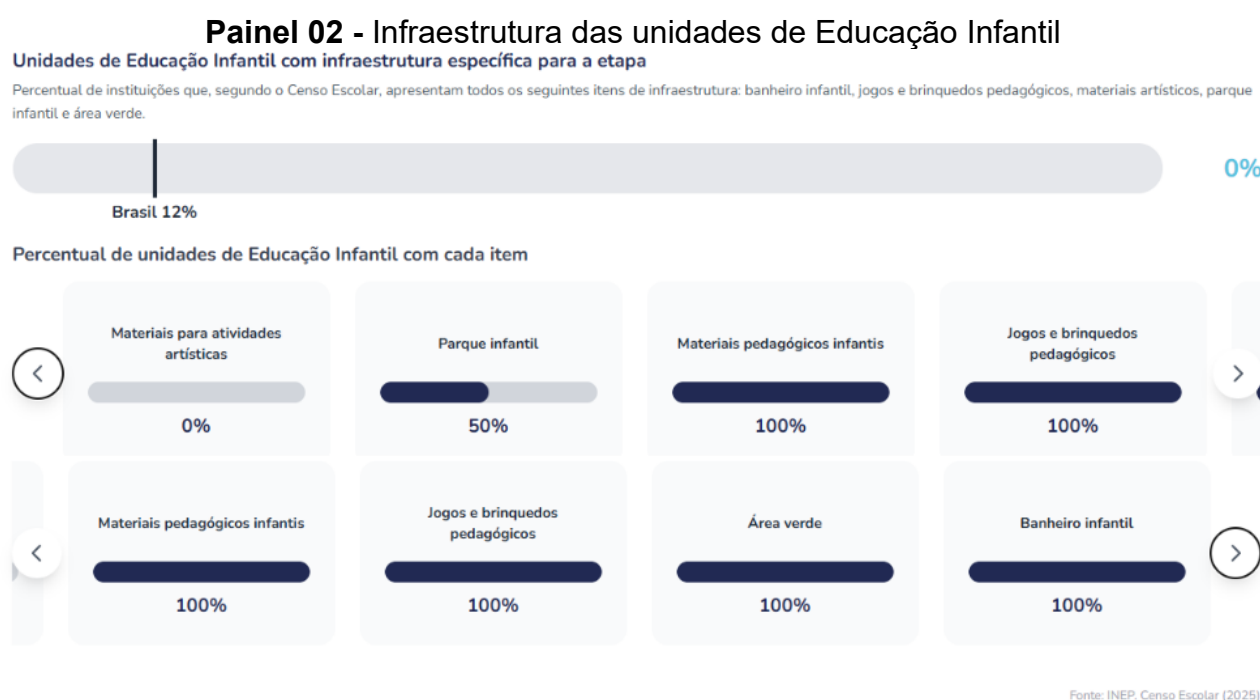
	Elementar	Básica	Adequada	Avançada
Creche				
Número de creches	0	0	1	0

Porcentagem de creches	0%	0%	100%	0%
Pré-escola				
Número de pré-escolas	0	1	1	0
Porcentagem de escolas	0%	50%	50%	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2022, Painéis Educacionais do INEP/MEC, QEdu e estudos sobre a Escala de Infraestrutura Escolar desenvolvida por Soares Neto et al.

A Tabela 09 mostra que a creche municipal está classificada no nível **Adequado**, representando 100% das creches nesse nível. Esse resultado é positivo, pois indica que a unidade de creche dispõe de condições estruturais superiores às categorias Elementar e Básica, favorecendo o atendimento das crianças de 0 a 3 anos. Na pré-escola, entretanto, o cenário é dividido: 50% das instituições estão no nível **Básico** e 50% no nível **Adequado**. Isso demonstra que, apesar de haver uma unidade em condição satisfatória, ainda existe parte da oferta em nível apenas básico, o que pode limitar a qualidade dos ambientes, dos recursos e das experiências pedagógicas.

c) Infraestrutura específica para a Educação Infantil



Disponível em: <https://gedu.org.br/educacao-infantil/4313441-novo-tiradentes> (Acesso em: 03/06/2026).

O Painel 02 avalia itens mais diretamente relacionados às necessidades da etapa, como banheiro infantil, parque infantil, área verde, jogos e brinquedos pedagógicos, materiais pedagógicos infantis e materiais para atividades artísticas. O município apresenta bons resultados em vários desses itens, com 100% em materiais pedagógicos infantis, jogos e brinquedos pedagógicos, área verde e banheiro infantil.

Por outro lado, há fragilidades importantes: os materiais para atividades artísticas aparecem com 0% e o parque infantil com 50%. Esses dados indicam que a qualidade da oferta não depende apenas da infraestrutura básica, mas também da presença de

ambientes e materiais adequados às linguagens próprias da infância, como brincadeira, movimento, arte, exploração e interação.

2. Dados do atendimento pedagógico:

d) Organização do trabalho pedagógico nas salas de Educação Infantil

Tabela 10- Existência de outro profissional permanente na sala de Educação Infantil, além do(a) professor(a), por creche e pré-escola

Situação	Creche (Nº)	Creche (%)	Pré-escola (Nº)	Pré-escola (%)
Fico sozinho(a) em sala	0	0,0%	0	0%
Existe mais um profissional	1	100%	2	100,0%
Há dois profissionais além de mim	0	0%	0	0,0%
Há três ou mais profissionais em sala	0	0,0%	0	0,0%
Total	1	100,0%	2	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP), Painéis Educacionais do MEC/INEP, QEdU e indicadores de recursos humanos da Educação Infantil (Acesso em: 25/05/2026)

A Tabela 10 evidencia que, na creche e na pré-escola, 100% das turmas contam com mais um profissional permanente além do professor, o que representa uma condição favorável para o cuidado, a segurança e o acompanhamento das crianças pequenas. Essa presença é especialmente importante na faixa etária de 0 a 3 anos, que exige atenção constante às rotinas de higiene, alimentação, sono, brincadeiras e interação.

e) Currículo, interações e práticas pedagógicas

Tabela 11 – Avaliação da dimensão "Currículo, Interações e Práticas Pedagógicas"

Seções da dimensão	Ótimo	Bom	Regular	Inadequado	Inaceitável
Práticas para o cuidado de si, o bem-estar e a saúde	-	X	-	-	-
Práticas para acolhimento e gestão de conflitos	X	-	-	-	-
Práticas de ampliação do repertório por meio do brincar	-	X	-	-	-
Planejamento e currículo	X			-	-
Organização dos tempos, espaços e materiais	-	-	X	-	-

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2022), Painéis Educacionais do MEC/INEP, QEdU e análise das condições de oferta da Educação Infantil de Novo Tiradentes/RS.

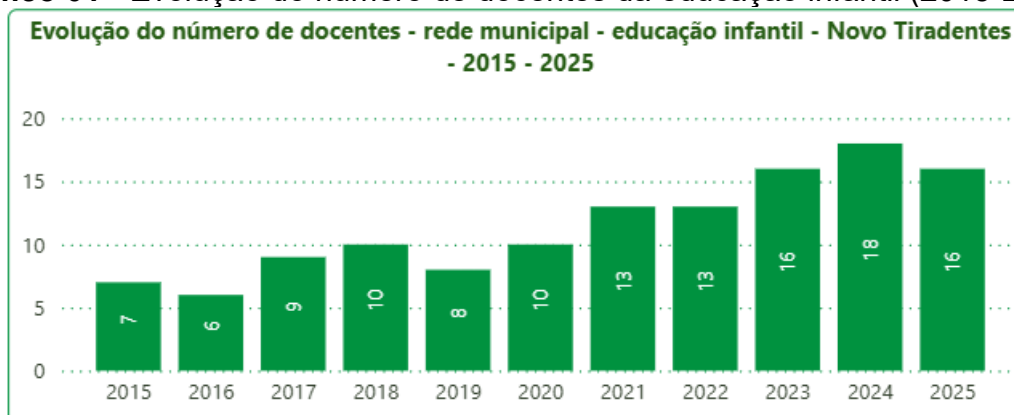
A Tabela 11 apresenta avaliação positiva em algumas dimensões pedagógicas: práticas de acolhimento e gestão de conflitos e planejamento/currículo aparecem como **Ótimo**. Já as práticas de cuidado de si, bem-estar e saúde, bem como a ampliação do

repertório por meio do brincar, aparecem como **Bom**. Isso demonstra que há organização pedagógica e intencionalidade educativa na rede.

A principal fragilidade está na dimensão “organização dos tempos, espaços e materiais”, avaliada como **Regular**. Esse resultado é significativo, pois a Educação Infantil depende fortemente da organização de ambientes ricos, acessíveis, flexíveis e planejados para o brincar, a autonomia, a convivência e as experiências investigativas.

f) Evolução do quadro docente

Gráfico 01 - Evolução do número de docentes da educação infantil (2015-2025).

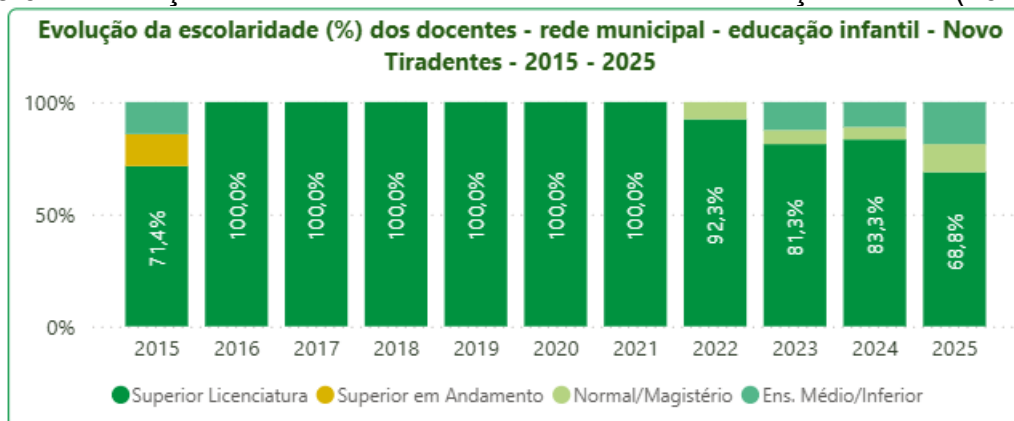


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O Gráfico 01 mostra crescimento do quadro docente ao longo da série histórica. O município passou de 7 docentes em 2015 para 16 docentes em 2025, com pico de 18 docentes em 2024. Esse aumento indica ampliação ou reorganização da capacidade de atendimento da rede municipal de Educação Infantil. Apesar do avanço, a redução de 18 para 16 docentes entre 2024 e 2025 deve ser acompanhada, especialmente porque o município passou a apresentar atendimento integral em 100% das matrículas. A ampliação da jornada exige número adequado de profissionais para manter qualidade, segurança, planejamento pedagógico e atenção individualizada às crianças.

g) Formação dos professores

Gráfico 02 - Evolução da escolaridade dos docentes da educação infantil (2015-2025).

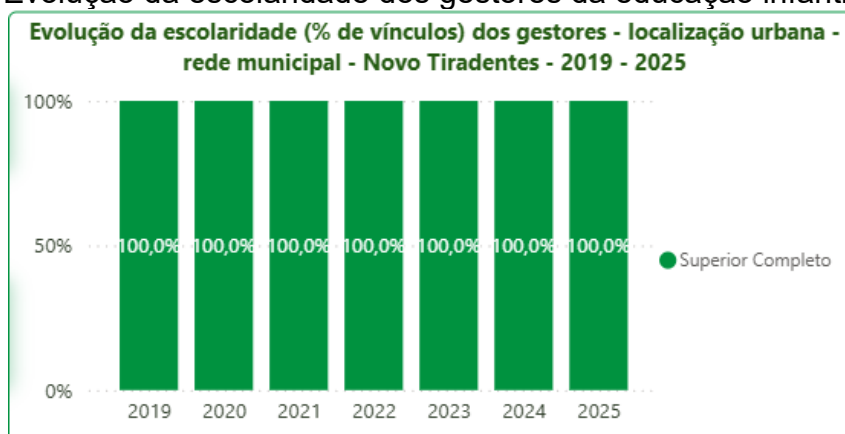


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O Gráfico 02 indica que, entre 2016 e 2021, 100% dos docentes possuíam formação superior em licenciatura. A partir de 2022, observa-se redução gradual desse percentual: 92,3% em 2022, 81,3% em 2023, 83,3% em 2024 e 68,8% em 2025. Esse movimento exige atenção, pois a formação adequada dos professores é um dos principais fatores associados à qualidade da Educação Infantil. A presença de docentes sem licenciatura concluída ou com formação em andamento pode impactar o planejamento, a avaliação, a mediação das interações e a organização das experiências pedagógicas.

h) Formação e qualificação da gestão escolar

Gráfico 03 - Evolução da escolaridade dos gestores da educação infantil (2019-2025).



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

Gráfico 04 - Percentual de gestores com e sem formação continuada em gestão escolar (2019-2025)



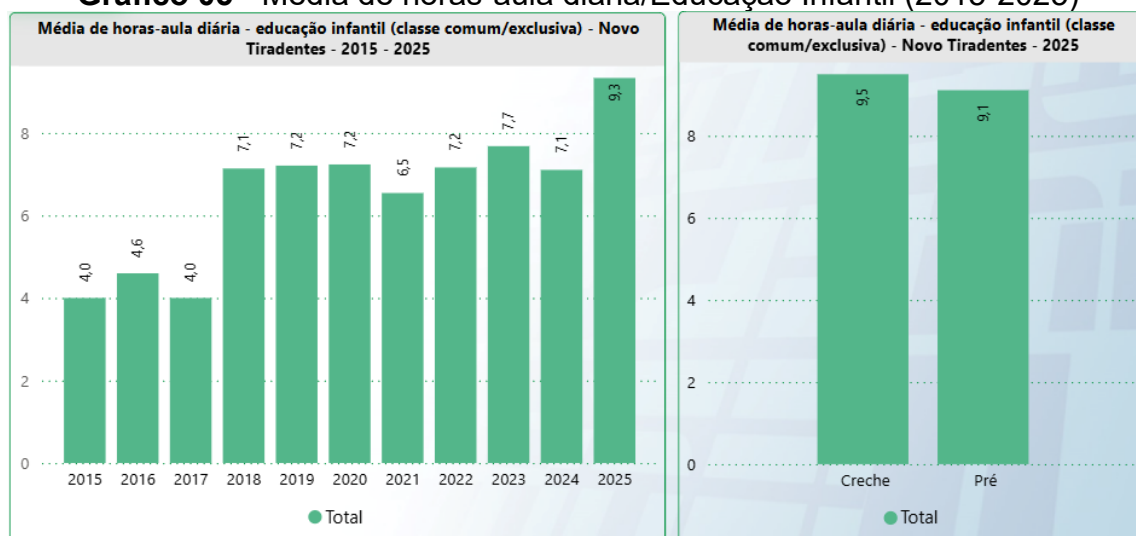
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O Gráfico 03 apresenta resultado bastante positivo: 100% dos gestores da Educação Infantil possuem ensino superior completo em todos os anos analisados, de 2019 a 2025. Esse dado demonstra que a rede conta com liderança escolar formalmente qualificada. A formação superior dos gestores é importante para a organização administrativa, pedagógica e institucional das unidades. No entanto, a escolaridade inicial precisa ser acompanhada de formação continuada específica em gestão da Educação Infantil, especialmente para lidar com planejamento pedagógico, acompanhamento da qualidade, busca ativa, gestão de equipe e articulação com as famílias.

O Gráfico 04 mostra que, entre 2019 e 2024, 100% dos gestores tinham formação continuada em gestão escolar. Em 2025, esse percentual cai para 75%, com 25% sem formação continuada. A queda em 2025 representa um ponto de atenção, pois a gestão escolar tem papel central na qualidade da Educação Infantil. A ausência de formação continuada para parte dos gestores pode fragilizar o acompanhamento pedagógico, a organização dos espaços, a avaliação institucional e a implementação das políticas municipais.

i) Jornada diária de atendimento

Gráfico 05 - Média de horas-aula diária/Educação Infantil (2015-2025)

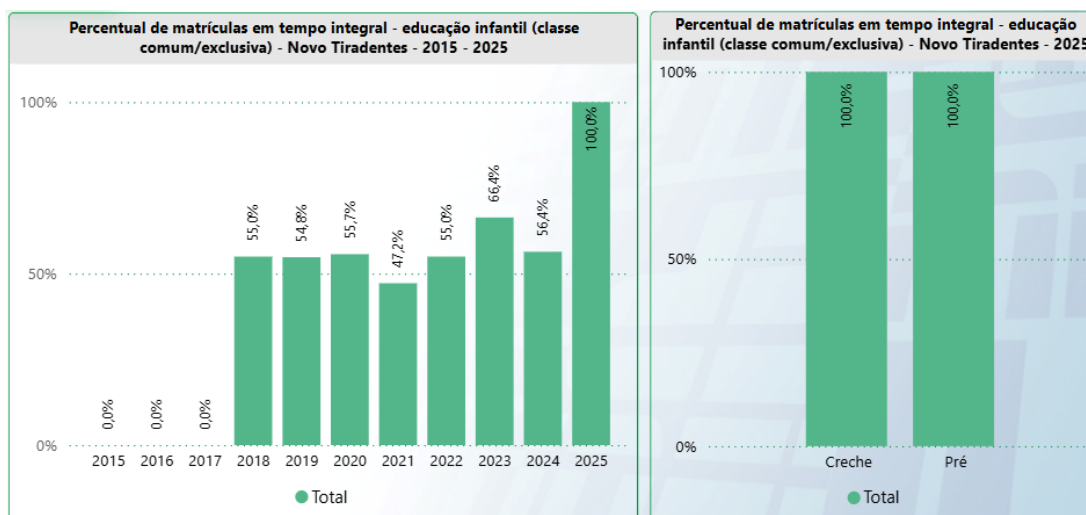


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O Gráfico 05 mostra aumento expressivo da média diária de horas-aula na Educação Infantil. Em 2015, a média era de 4,0 horas; em 2025, chega a 9,3 horas. A comparação por etapa também indica jornada elevada em 2025: 9,5 horas na creche e 9,1 horas na pré-escola. Esse dado é muito positivo, pois demonstra ampliação da permanência das crianças na escola e consolidação do atendimento em jornada integral. Contudo, jornada ampliada exige condições estruturais e pedagógicas compatíveis: alimentação adequada, espaços de descanso, materiais diversificados, planejamento das rotinas, profissionais suficientes e equilíbrio entre cuidado, brincadeira e aprendizagem.

j) Atendimento em tempo integral

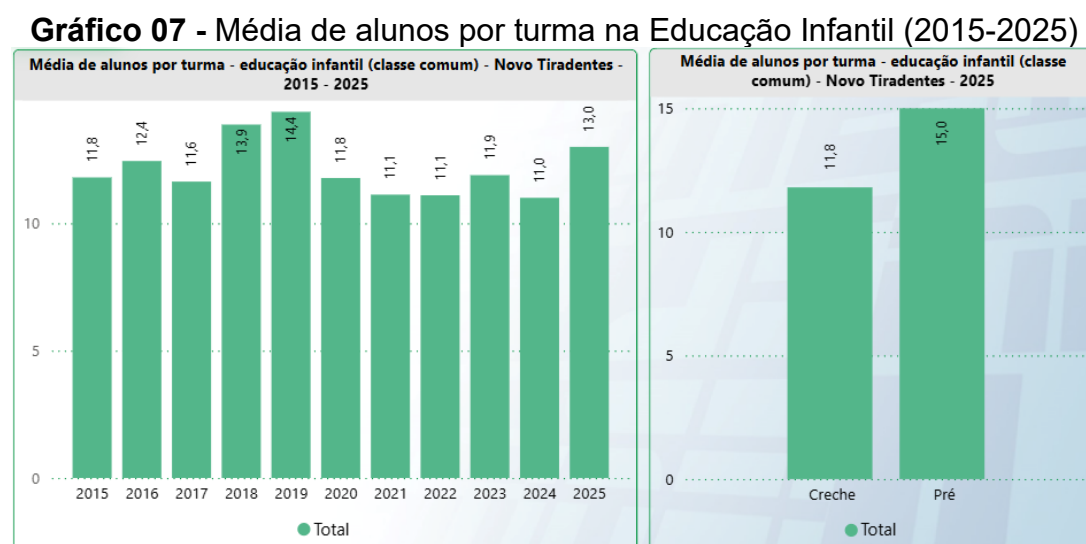
Gráfico 06 - Percentual de matrículas em tempo integral na Educação Infantil (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O Gráfico 06 reforça a expansão do tempo integral na Educação Infantil. O município sai de 0% entre 2015 e 2017, avança para percentuais próximos de 50% a partir de 2018 e atinge 100% em 2025. Em 2025, tanto a creche quanto a pré-escola aparecem com 100% das matrículas em tempo integral. Esse resultado representa um avanço relevante para a política de Educação Infantil, especialmente para famílias trabalhadoras e para a ampliação das experiências educativas. Porém, o tempo integral só se traduz em qualidade quando acompanhado de boa infraestrutura, profissionais qualificados, materiais adequados, espaços organizados e práticas pedagógicas coerentes com as necessidades da infância.

k) Tamanho das turmas



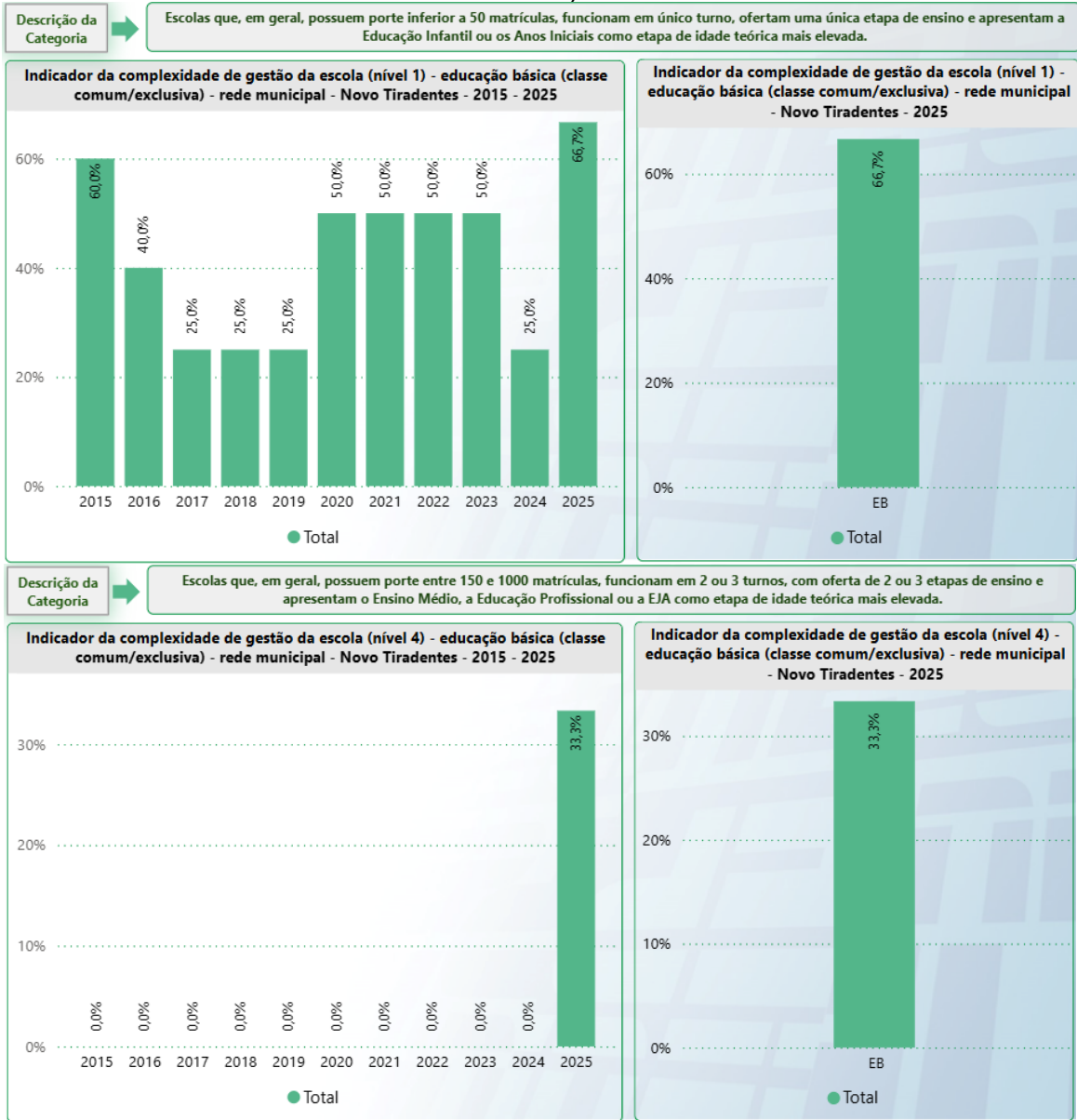
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

O Gráfico 07 apresenta médias de alunos por turma relativamente adequadas ao longo da série histórica. Em 2025, a média geral é de 11 alunos por turma. Por etapa, a creche apresenta média de 11 alunos e a pré-escola de 15 alunos. Esses números sugerem condições favoráveis para o acompanhamento pedagógico e para a qualidade das interações, especialmente se comparados a redes com turmas superlotadas. Ainda assim, é importante considerar que a análise da qualidade não depende apenas da média, mas

também da idade das crianças, presença de profissionais de apoio, espaço físico disponível e necessidades específicas dos alunos.

I) Gestão educacional e políticas públicas

Gráfico 08 - Indicador de complexidade de gestão da escola – rede municipal (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 25/05/2026)

Painel 03 - Políticas para a Educação Infantil no município

Políticas para a Educação Infantil no município

Situação das políticas de Educação Infantil no município



Tem plano de carreira
para os professores da
Educação Infantil



Tem programa de
formação de professores
da Educação Infantil



Tem currículo municipal
específico para a
Educação Infantil

[Veja todas as políticas educacionais](#) →

Fonte: INEP. Questionário de Secretários do Saeb (2023)

Disponível em: <https://gedu.org.br/educacao-infantil/4305157-cerro-grande> (Acesso em: 03/06/2026).

Painel 04 - Gestão da Educação Infantil

← Gestão da Educação Infantil

Políticas para a Educação Infantil no município

Situação das políticas de Educação Infantil no município

Há política/estratégia de supervisão para Educação Infantil

✓ Sim

Há política/estratégia de formação para professores da Educação Infantil

✓ Sim

Há política/estratégia de busca ativa para pré-escola

✓ Sim

Há política/estratégia de transporte escolar para Educação Infantil

✓ Sim

Há metas de matrículas para Educação Infantil no Plano Municipal de Educação

✓ Sim

Há currículo específico para Educação Infantil

✓ Sim

Há plano de carreira específico para professores da Educação Infantil

✓ Sim

Há política/estratégia para identificar demanda por vagas na Educação Infantil

✗ Não

Há política/estratégia de articulação intersetorial para Educação Infantil

✗ Não

Há parceria/convênio com instituições privadas para creches

✗ Não

Há parceria/convênio com instituições privadas para pré-escola

✗ Não

Fonte: INEP. Questionário de Secretários do Saeb (2023)

Disponível em: <https://gedu.org.br/educacao-infantil/4305157-cerro-grande> (Acesso em: 03/06/2026).

O Gráfico 08 indica que, em 2025, parte das escolas da rede municipal está classificada em nível 1 de complexidade de gestão, com 66,7%, e outra parte em nível 4, com 33,3%. O nível 1 representa escolas de menor complexidade, geralmente com menor porte e menos etapas de ensino; já o nível 4 indica maior complexidade organizacional. Esse dado demonstra que a rede possui realidades institucionais distintas, exigindo estratégias de gestão diferenciadas. Escolas com maior complexidade demandam maior capacidade de planejamento, acompanhamento pedagógico, gestão de recursos humanos, articulação com famílias e organização administrativa.

O Painel 03 mostra aspectos positivos da política municipal, como existência de plano de carreira para professores da Educação Infantil, programa de formação de professores e currículo municipal específico para a etapa. Esses elementos são fundamentais para sustentar a qualidade da oferta, pois indicam estruturação normativa, valorização profissional e orientação pedagógica. Entretanto, é importante observar que o link apresentado no documento remete a Cerro Grande, não a Novo Tiradentes. Assim, recomenda-se conferir se o painel foi corretamente extraído para o município analisado, para evitar inconsistência na fonte do diagnóstico.

O Painel 04 apresenta várias políticas ou estratégias existentes, como supervisão para a Educação Infantil, formação de professores, busca ativa para pré-escola, transporte escolar, metas de matrícula no PME, currículo específico e plano de carreira. Esses itens indicam que o município possui instrumentos importantes de gestão da etapa. Por outro lado, aparecem ausentes políticas ou estratégias para identificar demanda por vagas na Educação Infantil e articulação intersetorial específica. Essas ausências são relevantes, pois afetam diretamente o planejamento da oferta, o atendimento da demanda manifesta e a integração entre educação, saúde e assistência social. Também aqui há necessidade de verificar a fonte, pois o link registrado no documento está associado a Cerro Grande.

Os dados analisados evidenciam avanços importantes no município, especialmente quanto à infraestrutura básica das unidades educacionais, à formação dos docentes e gestores, à ampliação do atendimento em tempo integral e à existência de políticas públicas específicas para a Educação Infantil. Entretanto, os indicadores também revelam desafios relacionados à infraestrutura específica para a etapa, à organização dos espaços pedagógicos, à presença de profissionais de apoio nas turmas de pré-escola e ao fortalecimento de mecanismos de gestão e articulação intersetorial. Nesse contexto, a análise descritiva possibilita identificar potencialidades e fragilidades da rede municipal, subsidiando a definição de estratégias voltadas à melhoria contínua da qualidade da Educação Infantil no âmbito do Plano Municipal de Educação.

Fontes Consultadas:

- [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira \(INEP\) – Censo Escolar da Educação Básica](#)
- [Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica – INEP/MEC](#)
- [QEdu – Indicadores Educacionais](#)
- [Sistema IBGE de Recuperação Automática \(SIDRA/IBGE\)](#)
- [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística \(IBGE\) – Panorama dos Municípios](#)
- [Painéis Educacionais do Ministério da Educação \(MEC\)](#)
- [Sistema de Avaliação da Educação Básica \(SAEB\) – INEP](#)

B) ANÁLISE CAUSAL

A análise dos dados evidencia que Novo Tiradentes apresenta avanços importantes na Educação Infantil, especialmente quanto à infraestrutura básica, à ampliação do tempo integral, à existência de profissionais de apoio nas turmas e à formação superior dos gestores. Entretanto, a qualidade definida pelos Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil ainda não está plenamente assegurada, pois permanecem fragilidades que afetam a organização dos ambientes, a qualificação das práticas pedagógicas, a formação dos profissionais e a gestão integrada da política de Educação Infantil.

Causa 01. Infraestrutura específica da Educação Infantil ainda incompleta: embora o município apresente bons indicadores de infraestrutura básica, há fragilidades nos elementos específicos da etapa, especialmente pela ausência de materiais para atividades artísticas e pela existência de parque infantil em apenas parte das unidades. Essa causa interfere diretamente na garantia de ambientes ricos, lúdicos e diversificados, fundamentais para o brincar, a exploração, a criatividade, o movimento e as múltiplas linguagens infantis.

Causa 02. Parte das pré-escolas ainda apresenta infraestrutura apenas básica: a classificação de 50% das pré-escolas no nível Básico de infraestrutura indica que nem todas as instituições alcançaram padrão adequado para assegurar plenamente as condições de qualidade esperadas. Essa situação pode limitar a organização dos espaços, o uso de recursos pedagógicos e a oferta de experiências educativas mais qualificadas.

Causa 03. Organização dos tempos, espaços e materiais avaliada como Regular: a dimensão relacionada à organização dos tempos, espaços e materiais aparece como ponto de atenção no diagnóstico. Essa causa é central, pois a qualidade na Educação Infantil depende da intencionalidade pedagógica na organização dos ambientes, da rotina, dos materiais disponíveis e das oportunidades de interação, brincadeira, autonomia e aprendizagem.

Causa 04. Redução do percentual de docentes com formação superior em licenciatura: o percentual de docentes com formação superior em licenciatura caiu para 68,8% em 2025. Essa redução representa uma fragilidade importante, pois a formação adequada dos professores é condição essencial para o planejamento pedagógico, a mediação das interações, a observação do desenvolvimento infantil e a garantia dos direitos de aprendizagem previstos para a etapa.

Causa 05. Formação continuada da gestão escolar não atinge 100% dos gestores em 2025: embora todos os gestores possuam ensino superior completo, o percentual de gestores com formação continuada em gestão escolar caiu para 75% em 2025. Essa causa pode comprometer o acompanhamento pedagógico, a avaliação institucional, a organização dos espaços, a liderança das equipes e a implementação das políticas de qualidade da Educação Infantil.

Causa 06. Ampliação do tempo integral exige sustentação pedagógica, estrutural e profissional: o município alcançou 100% das matrículas em tempo integral em 2025, o que representa avanço relevante. No entanto, a jornada ampliada só se converte em qualidade quando acompanhada de infraestrutura adequada, profissionais suficientes, materiais diversificados, espaços de descanso, alimentação, planejamento das rotinas e equilíbrio entre cuidado, brincadeira e aprendizagem.

Causa 07. Ausência de estratégia específica para identificação da demanda por vagas: o diagnóstico aponta ausência de política ou estratégia específica para identificar a demanda por vagas na Educação Infantil. Essa fragilidade dificulta o planejamento da oferta, a organização da rede, a previsão de recursos e o acompanhamento das necessidades reais das famílias e crianças do município.

Causa 08. Fragilidade na articulação intersetorial da Educação Infantil: a ausência de política ou estratégia de articulação intersetorial específica para a Educação Infantil limita a integração entre educação, saúde, assistência social e demais políticas públicas. Essa causa compromete o atendimento integral às crianças, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, com necessidades específicas ou que demandam acompanhamento articulado entre diferentes setores.

As principais causas que impedem Novo Tiradentes de atingir plenamente a qualidade definida nos Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Infantil estão relacionadas à necessidade de qualificar a infraestrutura específica da etapa, aprimorar a organização dos ambientes pedagógicos, recompor e fortalecer a formação docente, assegurar formação continuada para todos os gestores, sustentar pedagogicamente o tempo integral e fortalecer os mecanismos de planejamento da oferta e articulação intersetorial. Assim, o desafio central não está apenas em garantir o acesso ou ampliar a jornada, mas em assegurar que todas as crianças vivenciem uma Educação Infantil com ambientes adequados, profissionais qualificados, práticas intencionais, gestão integrada e condições reais de desenvolvimento integral.

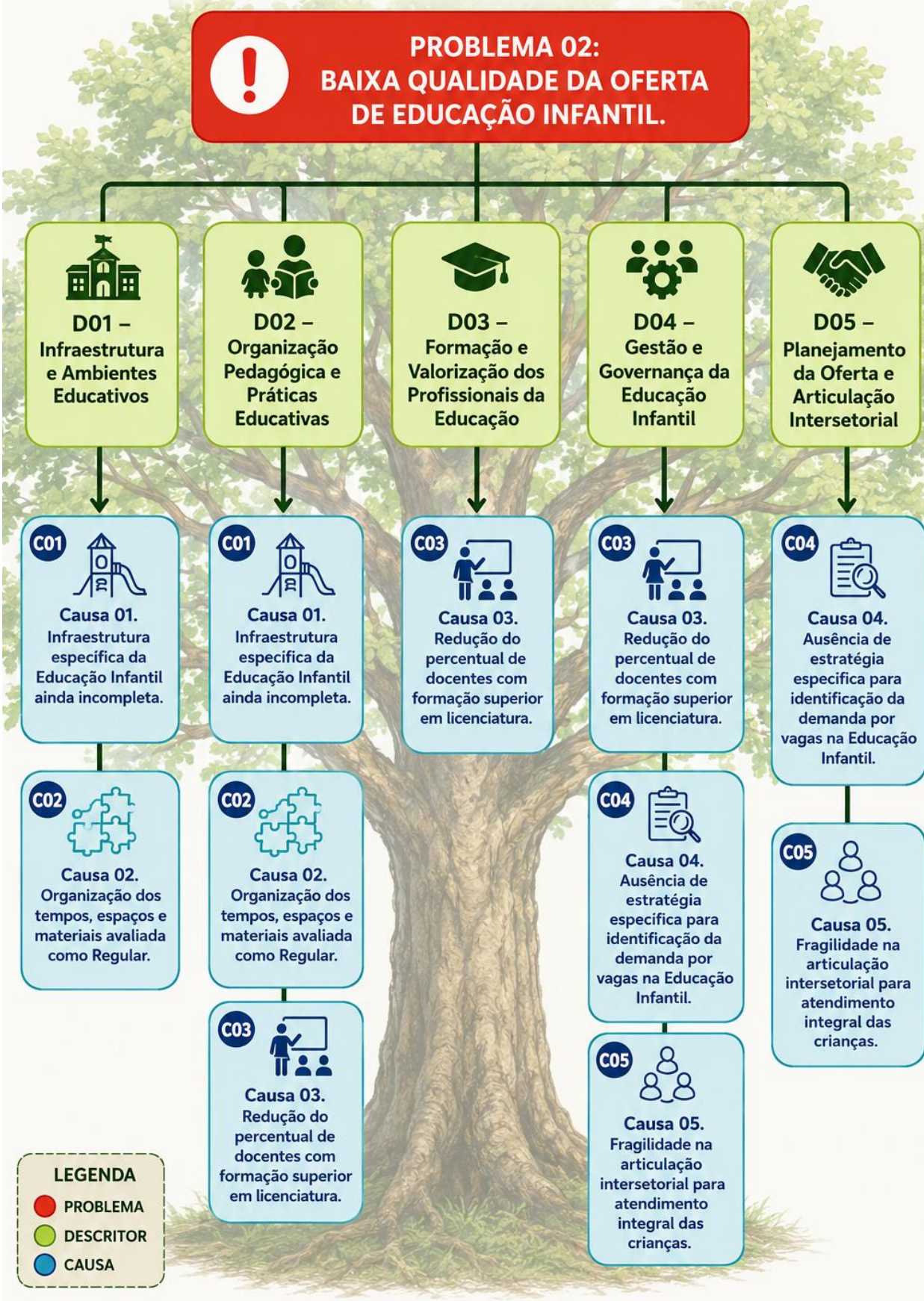
CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01. Infraestrutura específica da Educação Infantil ainda incompleta.**
- **Causa 02. Organização dos tempos, espaços e materiais avaliada como regular.**
- **Causa 03. Redução do percentual de docentes com formação superior em licenciatura.**
- **Causa 04. Ausência de estratégia específica para identificação da demanda por vagas na Educação Infantil.**
- **Causa 05. Fragilidade na articulação intersetorial para atendimento integral das crianças.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 - Árvore dos Problemas do Tema 02 do PME

TEMA 02 – QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL NOVO TIRADENTES



Fonte: autoria própria.

4. TEMA 03 - ALFABETIZAÇÃO

Problema 03: CRIANÇAS DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NÃO ESTÃO ALFABETIZADAS, COMPROMETENDO O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES NOS ANOS SUBSEQUENTES DE ESCOLARIZAÇÃO E A TRAJETÓRIA REGULAR, HAVENDO PERSISTENTES DESIGUALDADES ENTRE AS POPULAÇÕES DE BAIXO NÍVEL SOCIOECONÔMICO E AS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, COMO POPULAÇÕES NEGRAS, PESSOAS SURDAS, COM DEFICIÊNCIA.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

Para introduzir a análise descritiva da alfabetização de Novo Tiradentes, é importante contextualizar os principais indicadores que evidenciam os avanços e os desafios da rede municipal no processo de alfabetização das crianças. Os dados apresentados contemplam resultados do Indicador Criança Alfabetizada (ICA), da Avaliação de Fluência Leitora, do Índice Municipal de Eficiência da Rede Escolar (IMERS) e das avaliações do SAERS, permitindo uma compreensão abrangente das condições de aprendizagem e do desenvolvimento das competências essenciais de leitura, escrita e matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Esses indicadores constituem evidências relevantes para identificar o estágio atual da alfabetização no município e subsidiar a definição de estratégias voltadas à melhoria da qualidade educacional.

DESCRITORES³ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01:** Indicador Criança Alfabetizada em 53% em 2025 enquanto a meta era de 74%
- ➔ **Descritor 02:** Índice de Fluência Leitora (IFL) foi de 7,2 pontos em 2025
- ➔ **Descritor 03:** o índice do IMERS apresentou pequena redução de 56 pontos em 2023 para cerca de 54 pontos em 2024
- ➔ **Descritor 04:** Na avaliação de Língua Portuguesa, no SAERS, o município alcançou proficiência média de 670 pontos, com 100% de participação.
- ➔ **Descritor 05:** Na avaliação de Matemática, no SAERS, o município alcançou proficiência média de 580 pontos, com 100% de participação.

a) Indicador Criança Alfabetizada – ICA

Imagem 01 - Indicador Criança Alfabetizada – ICA (2025)

³ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Crianças Alfabetizadas

x

Novo Tiradentes

18 matrículas no 2º ano do Ensino Fundamental

53,0%



(taxa de participação: 100,0%)

META: 74,0%

Fonte: <https://qedu.org.br/uf/43-rio-grande-do-sul/explore?aba=alfabetizacao&cidade=novo-tiradentes>
(Acesso em: 05/06/2026)

O Indicador Criança Alfabetizada demonstra que o município de **Novo Tiradentes/RS** alcançou **53,0% de crianças alfabetizadas** entre os estudantes matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental avaliados. O resultado foi obtido a partir de **18 matrículas**, com **taxa de participação de 100,0%**, garantindo total representatividade dos estudantes elegíveis para a avaliação.

O percentual alcançado indica que pouco mais da metade das crianças avaliadas desenvolveu as habilidades de leitura e escrita esperadas para o final do ciclo de alfabetização. Embora o resultado demonstre avanços importantes, o município permanece abaixo da **meta estabelecida de 74,0%**, apresentando uma diferença de **21 pontos percentuais** em relação ao objetivo projetado.

A participação integral dos estudantes constitui um aspecto altamente positivo, pois assegura que o resultado reflita com precisão a realidade da rede municipal. Além disso, em um município de pequeno porte, o acompanhamento individualizado dos estudantes torna-se mais viável, favorecendo a implementação de intervenções pedagógicas direcionadas às necessidades específicas de cada criança.

Entretanto, o indicador evidencia que uma parcela significativa dos estudantes ainda não consolidou plenamente as competências essenciais de alfabetização. Esse cenário sugere a necessidade de fortalecer ações voltadas à recomposição das aprendizagens, ao desenvolvimento da fluência leitora, à compreensão textual e à produção escrita, garantindo que todos os estudantes avancem de forma consistente ao longo dos anos iniciais.

Principais aspectos evidenciados pelo indicador:

Pontos positivos:

- Taxa de participação de 100%, garantindo total confiabilidade dos resultados.
- Mais da metade dos estudantes avaliados alcançou o padrão esperado de alfabetização.
- Rede de pequeno porte, favorecendo intervenções pedagógicas individualizadas.
- Existência de condições para monitoramento próximo do desempenho dos estudantes.

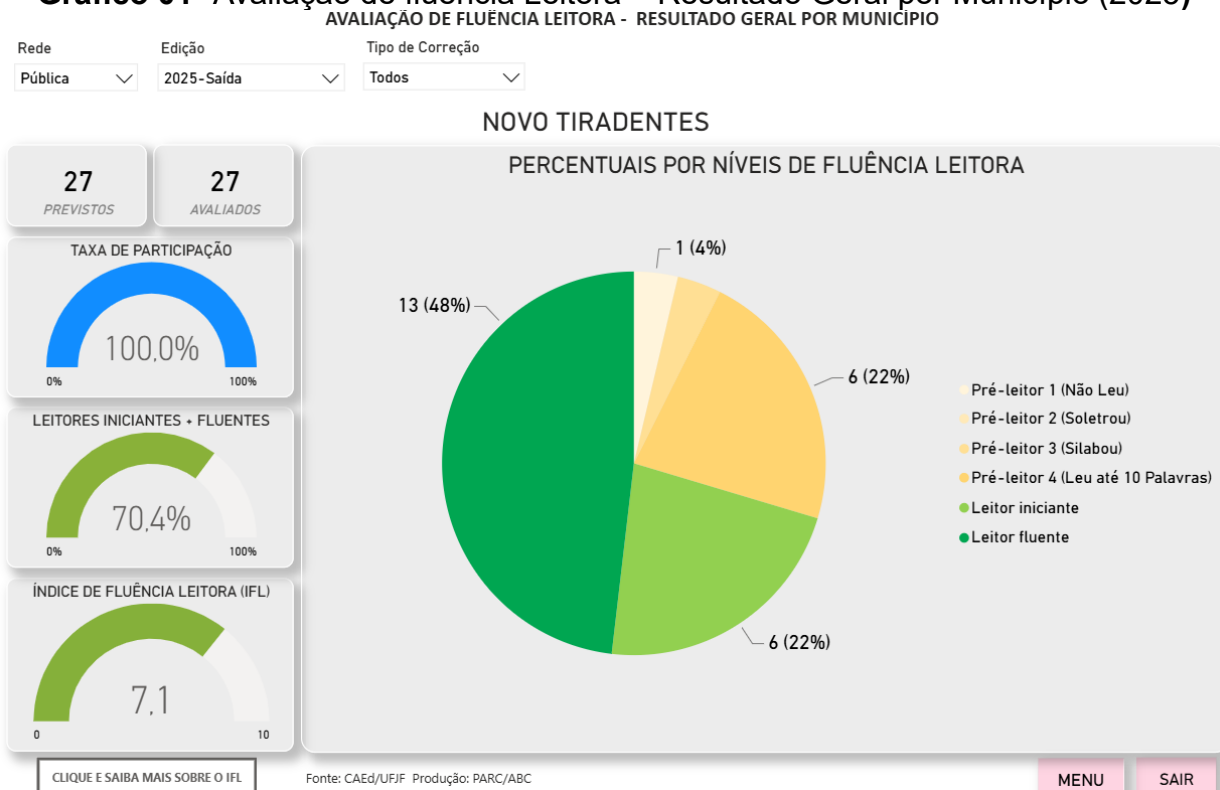
Aspectos de atenção:

- O município não atingiu a meta de 74,0%.
- Diferença de 21 pontos percentuais entre o resultado alcançado e a meta projetada.

- Cerca de 47% dos estudantes ainda não desenvolveram plenamente as habilidades esperadas de alfabetização.
- Necessidade de ampliar estratégias de acompanhamento e recuperação das aprendizagens.
- Importância de fortalecer a formação continuada dos professores alfabetizadores e o uso de avaliações diagnósticas.

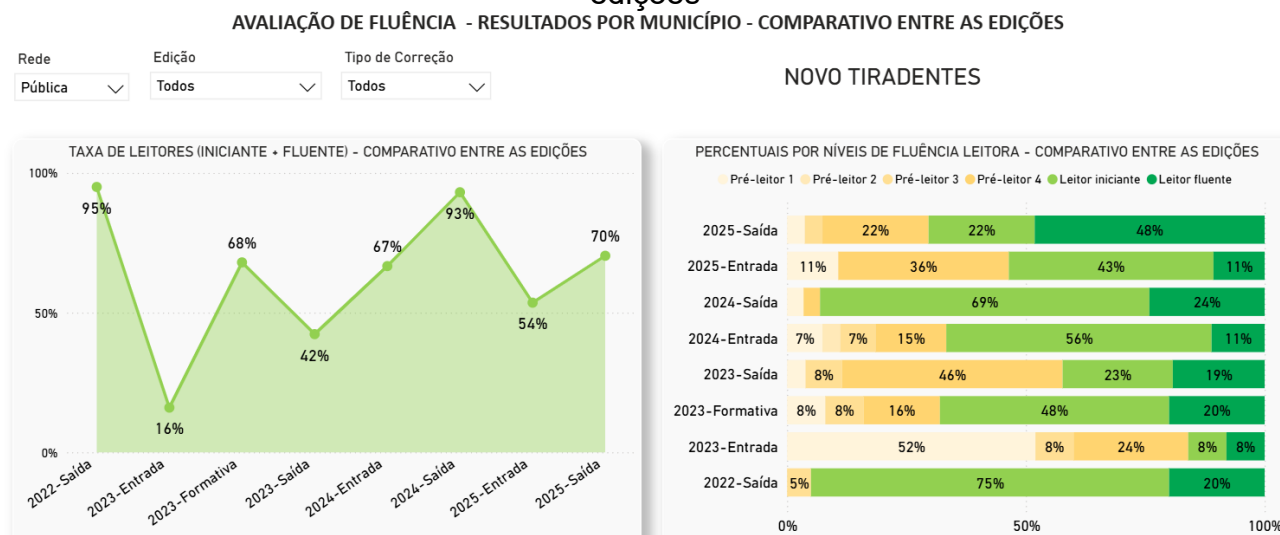
b) Fluência Leitora do Programa Estadual Alfabetiza Tchê

Gráfico 01 - Avaliação de fluência Leitora – Resultado Geral por Município (2025)



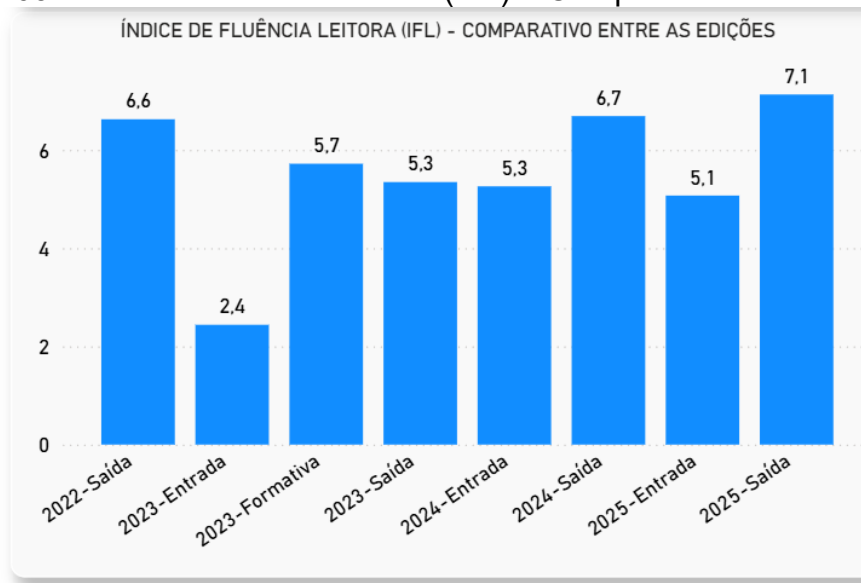
Fonte: <https://app.powerbi.com> (acesso em: 02/06/2026)

Gráfico 02 - Avaliação de fluência - Resultado por Município – Comparativo entre as edições



Fonte: <https://app.powerbi.com> (acesso em: 02/06/2026)

Gráfico 03 - Índice de fluência Leitora (IFL) – Comparativo entre as edições

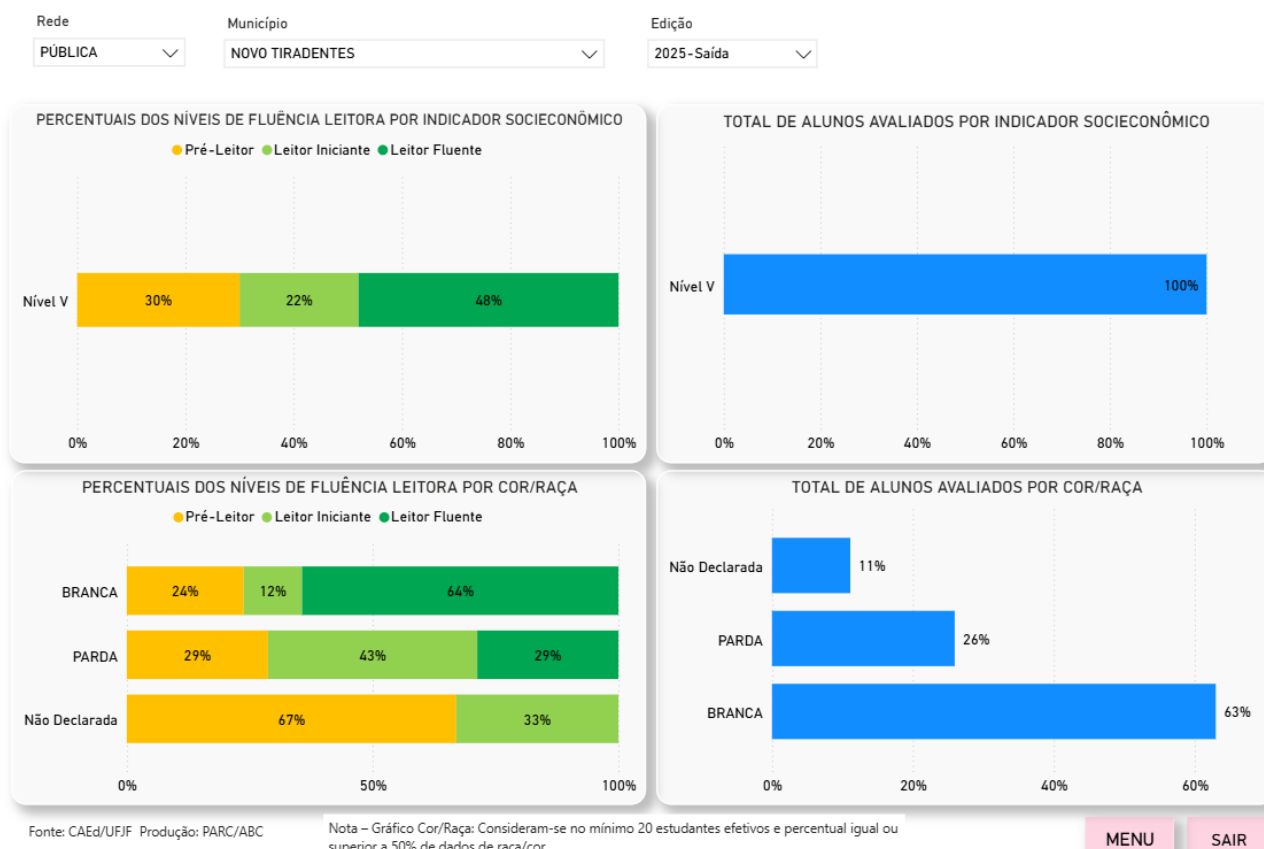


Fonte: CAEd/UFJF Produção: PARC/ABC

Fonte: <https://app.powerbi.com> (acesso em: 02/06/2026)

Gráfico 04 - Avaliação de fluência Leitora – Resultado Gerais por Município – indicadores contextuais (2025)

AVALIAÇÃO DE FLUÊNCIA - RESULTADOS GERAIS POR MUNICÍPIO - INDICADORES CONTEXTUAIS



Fonte: <https://app.powerbi.com> (acesso em: 02/06/2026)

Os resultados da Avaliação de Fluência Leitora de 2025 revelam um cenário bastante favorável para o município de **Novo Tiradentes/RS**, evidenciando avanços consistentes no processo de alfabetização e elevados níveis de desenvolvimento das habilidades de leitura

entre os estudantes avaliados. A participação dos alunos foi ampla, garantindo representatividade e confiabilidade aos resultados obtidos.

Resultado Geral da Fluência Leitora:

O município alcançou **89% de leitores iniciantes e fluentes**, resultado considerado muito positivo para a etapa de alfabetização. O **Índice de Fluência Leitora (IFL)** atingiu **7,2 pontos**, demonstrando que a maioria dos estudantes já apresenta domínio satisfatório da leitura.

A distribuição dos estudantes por níveis de fluência demonstra predominância dos níveis mais avançados de leitura:

- **Leitor Fluente:** aproximadamente 39%
- **Leitor Iniciante:** aproximadamente 50%
- **Pré-leitores:** aproximadamente 11%

Esses resultados indicam que quase nove em cada dez estudantes avaliados já se encontram nos níveis considerados adequados para o desenvolvimento da leitura, restando um grupo reduzido que necessita de apoio pedagógico mais intensivo.

Evolução entre as Edições:

A análise histórica evidencia avanços importantes ao longo das diferentes edições da avaliação. O percentual de leitores iniciantes e fluentes apresentou evolução consistente, especialmente entre as avaliações de entrada e saída dos anos letivos:

- **2022-Saída:** 71%
- **2023-Entrada:** 76%
- **2023-Formativa:** 83%
- **2023-Saída:** 91%
- **2024-Entrada:** 68%
- **2024-Saída:** 88%
- **2025-Entrada:** 61%
- **2025-Saída:** 89%

Os dados demonstram que o município tem conseguido promover avanços significativos ao longo de cada ano letivo. Em 2025, por exemplo, houve crescimento de **61% para 89%**, representando um avanço de 28 pontos percentuais.

Índice de Fluência Leitora (IFL):

A evolução do Índice de Fluência Leitora reforça a tendência positiva observada nos resultados gerais:

- 2022-Saída: 5,4
- 2023-Entrada: 5,8
- 2023-Formativa: 6,5
- 2023-Saída: 7,0
- 2024-Entrada: 5,6
- 2024-Saída: 6,9
- 2025-Entrada: 5,2
- 2025-Saída: 7,2

O resultado de **7,2 pontos em 2025-Saída** representa o melhor desempenho da série histórica, indicando avanços na velocidade, precisão e compreensão da leitura.

Indicadores Contextuais:

Os indicadores contextuais mostram que a maior parte dos estudantes já se encontra nos níveis de leitor iniciante ou leitor fluente, evidenciando que as ações pedagógicas desenvolvidas pela rede municipal têm produzido resultados positivos independentemente das características socioeconômicas e dos diferentes grupos de estudantes avaliados.

Embora ainda existam diferenças entre grupos específicos, o cenário geral demonstra forte capacidade da rede municipal em promover a alfabetização e o desenvolvimento da fluência leitora. Principais Evidências:

Pontos positivos:

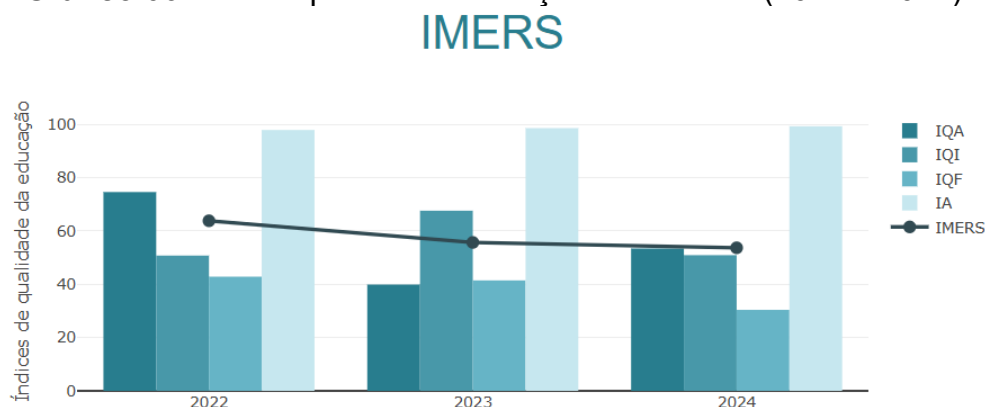
- 89% dos estudantes classificados como leitores iniciantes ou fluentes.
- Melhor resultado histórico do IFL (7,2 pontos).
- Crescimento expressivo entre as avaliações de entrada e saída de 2025.
- Predomínio de estudantes em níveis adequados de leitura.
- Evidências de efetividade das estratégias pedagógicas implementadas pela rede.

Aspectos de atenção:

- Ainda há cerca de 11% dos estudantes nos níveis de pré-leitura.
- Necessidade de ampliar o percentual de leitores fluentes.
- Importância de manter ações de intervenção precoce para estudantes com dificuldades.
- Continuidade do monitoramento individualizado das aprendizagens.

c) IMERS

Gráfico 06 - Desempenho na avaliação do IMERS⁴ (2022 a 2024)



Fonte: <https://imersvis.dee.rs.gov.br/> (acesso em: 02/06/2026)

Os resultados apresentados pelo IMERS demonstram um cenário de oscilações nos indicadores educacionais ao longo do período analisado. Embora o município mantenha elevados níveis de atendimento educacional, observa-se redução do índice geral entre 2022 e 2024, influenciada principalmente pela queda dos resultados de aprendizagem e pela diminuição dos indicadores relacionados à formação e gestão educacional.

⁴ No contexto do **IMERS**, normalmente:

IQA avalia resultados educacionais e aprendizagem;

IQI avalia infraestrutura e condições de oferta;

IQF avalia qualificação e condições dos profissionais;

IA avalia acesso, atendimento e cobertura educacional;

IMERS sintetiza o desempenho geral do município.

O **Índice de Qualidade da Aprendizagem (IQA)** apresentou forte variação no período. Em 2022 registrou aproximadamente **75 pontos**, reduzindo significativamente para cerca de **40 pontos em 2023**. Em 2024 houve recuperação parcial, alcançando aproximadamente **55 pontos**, mas ainda permanecendo abaixo do resultado inicial. Esse comportamento sugere dificuldades na manutenção dos resultados de aprendizagem dos estudantes e aponta para a necessidade de fortalecimento das ações pedagógicas e do acompanhamento sistemático do desempenho escolar.

O **Índice de Qualidade da Infraestrutura (IQI)** apresentou evolução positiva entre 2022 e 2023, passando de aproximadamente **51 pontos** para **68 pontos**, indicando melhorias nas condições físicas e nos recursos disponíveis nas escolas. Entretanto, em 2024 o indicador recuou para cerca de **52 pontos**, retornando a um patamar semelhante ao observado em 2022.

O **Índice de Qualidade dos Fatores de Gestão e Formação (IQF)** manteve-se em níveis moderados nos dois primeiros anos, registrando aproximadamente **43 pontos em 2022** e **41 pontos em 2023**. Contudo, em 2024 ocorreu uma redução para cerca de **30 pontos**, evidenciando fragilidades relacionadas à formação continuada dos profissionais da educação, à valorização docente e aos processos de gestão pedagógica.

O **Índice de Atendimento (IA)** apresentou desempenho muito elevado durante toda a série histórica. Em 2022 atingiu aproximadamente **98 pontos**, alcançando praticamente **100 pontos em 2023 e 2024**. Esses resultados demonstram que o município garante amplo acesso à educação e atende adequadamente a população em idade escolar.

Como consequência do comportamento dos indicadores que compõem o índice, o **IMERS** apresentou trajetória de queda ao longo do período. O índice geral passou de aproximadamente **64 pontos em 2022** para **56 pontos em 2023** e atingiu cerca de **54 pontos em 2024**. Embora a redução tenha sido gradual, ela demonstra que os avanços observados no atendimento não foram suficientes para compensar as perdas registradas na aprendizagem e nos fatores relacionados à gestão e formação.

d) SAERS

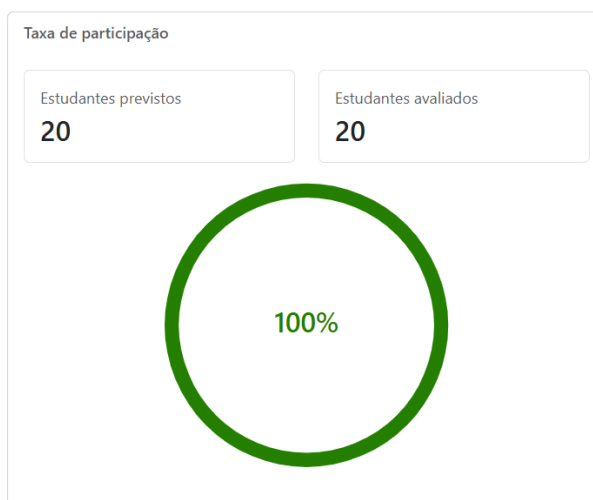
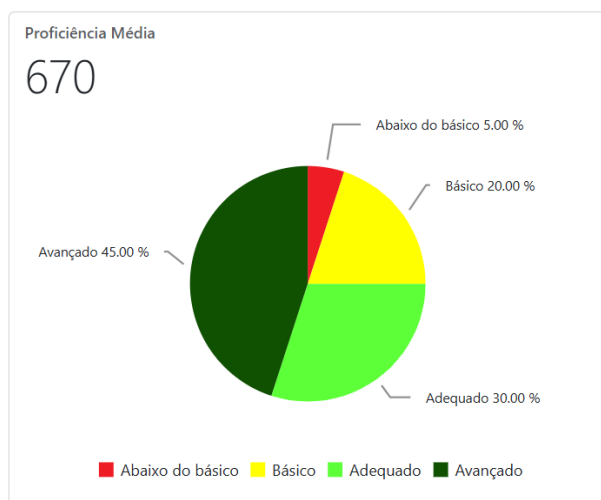
Gráfico 07 - Proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa (2025)

Ano SAERS 2025	Data resultado 30/04/2026 - Após 1º Rec. ve	Série 2º EF	Componente curricular Língua Portuguesa	Rede Rede pública
20ª CRE - PALMEIRA DAS MISSOES			Novo Tiradentes	

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Proficiência e participação

Proficiência e participação: **4313441 - Novo Tiradentes**

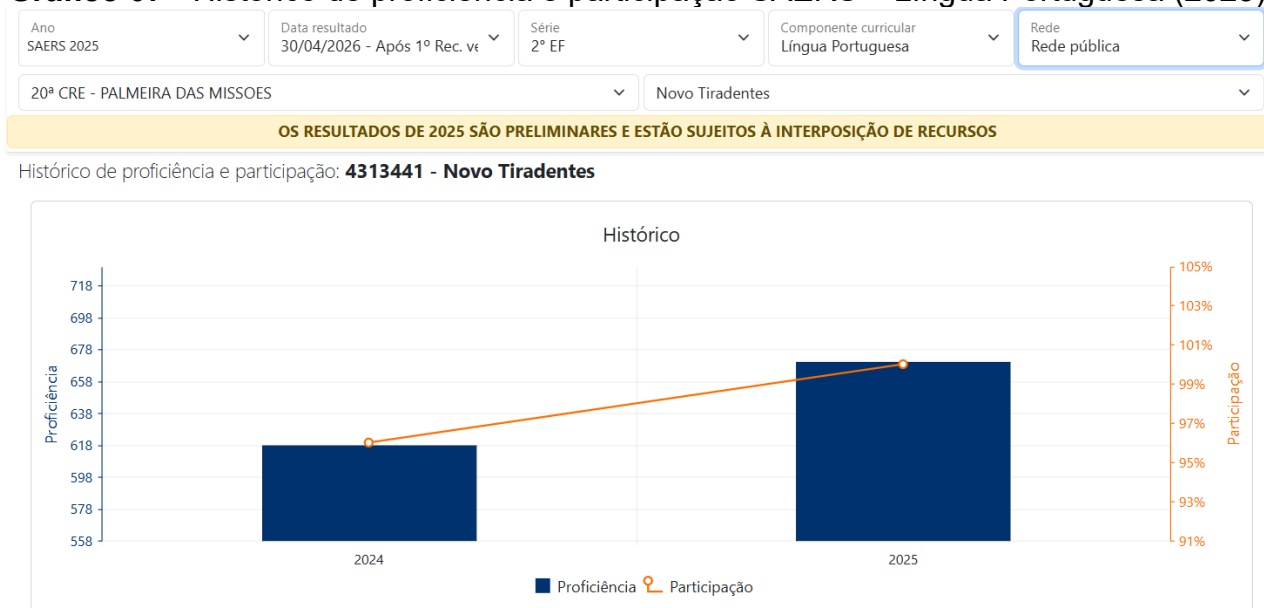


Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Os resultados do SAERS 2025 em Língua Portuguesa evidenciam um desempenho bastante positivo dos estudantes de Novo Tiradentes. O município alcançou **proficiência média de 670 pontos**, com **100% de participação** dos estudantes previstos (20 avaliados de 20 previstos), demonstrando elevado compromisso da rede com os processos de avaliação externa. A distribuição dos estudantes por níveis de desempenho revela que **45% encontram-se no nível Avançado, 30% no nível Adequado, 20% no nível Básico** e apenas **5% abaixo do básico**, indicando que 75% dos alunos atingiram os níveis esperados ou superiores para a etapa escolar.

Esse resultado demonstra que a rede municipal vem consolidando práticas pedagógicas capazes de promover o desenvolvimento das competências leitoras e linguísticas dos estudantes. A reduzida proporção de alunos abaixo do básico sugere que a maioria das crianças está conseguindo desenvolver habilidades fundamentais de leitura, compreensão e interpretação de textos. Ainda assim, a presença de 25% dos estudantes nos níveis Básico e Abaixo do Básico indica a necessidade de continuidade das ações de recomposição das aprendizagens e acompanhamento individualizado para garantir que todos os alunos alcancem os padrões de aprendizagem esperados.

Gráfico 07 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

O histórico apresentado evidencia uma trajetória positiva da rede municipal. Em 2025, a proficiência média alcançou **670 pontos**, acompanhada de **100% de participação**, indicando estabilidade e fortalecimento dos resultados educacionais. A manutenção da participação integral dos estudantes assegura maior confiabilidade aos dados e permite que a avaliação represente efetivamente a realidade da aprendizagem no município.

A evolução dos resultados sugere que as ações pedagógicas desenvolvidas pela rede têm produzido impactos positivos no desempenho dos estudantes. O avanço da proficiência, aliado à elevada participação, demonstra uma política educacional comprometida com o monitoramento da aprendizagem e com a melhoria contínua dos processos de ensino e aprendizagem, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Gráfico 08 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades - Língua Portuguesa (2025)

Ano SAERS 2025 Data resultado 30/04/2026 - Após 1º Rec. v. Série 2º EF Componente curricular Língua Portuguesa Rede Rede pública

20ª CRE - PALMEIRA DAS MISSOES Novo Tiradentes

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Resultados detalhados de proficiência e habilidades

Visualizar detalhadamente os resultados

Município: 4313441 - Novo Tiradentes

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
Esc Est Ens Med Joaquim José da Silva Xavier	7	7	100.0 %	662	0.0 %	43.0 %	14.0 %	43.0 %	Turmas
ESC MUN ENS FUND SAO LUIS GONZAGA	13	13	100.0 %	675	8.0 %	8.0 %	38.0 %	46.0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

A análise por escola revela resultados positivos nas duas unidades avaliadas. A **Escola Estadual Joaquim José da Silva Xavier** obteve proficiência média de **662 pontos**, com **100% de participação**, apresentando 43% dos estudantes no nível Avançado e apenas 43% no nível Básico, sem estudantes abaixo do básico. Já a **Escola Municipal São Luiz Gonzaga** alcançou proficiência média de **675 pontos**, também com **100% de participação**, registrando 46% dos estudantes no nível Avançado e 38% no nível Adequado.

Os resultados demonstram que ambas as escolas apresentam desempenho consistente, embora a Escola São Luiz Gonzaga tenha obtido resultado ligeiramente superior. O elevado percentual de estudantes nos níveis Adequado e Avançado em ambas as instituições evidencia que as práticas pedagógicas desenvolvidas estão contribuindo para a consolidação da alfabetização e do desenvolvimento das competências leitoras previstas para o 2º ano do Ensino Fundamental.

Gráfico 09 - Proficiência e participação SAERS – Matemática (2025)

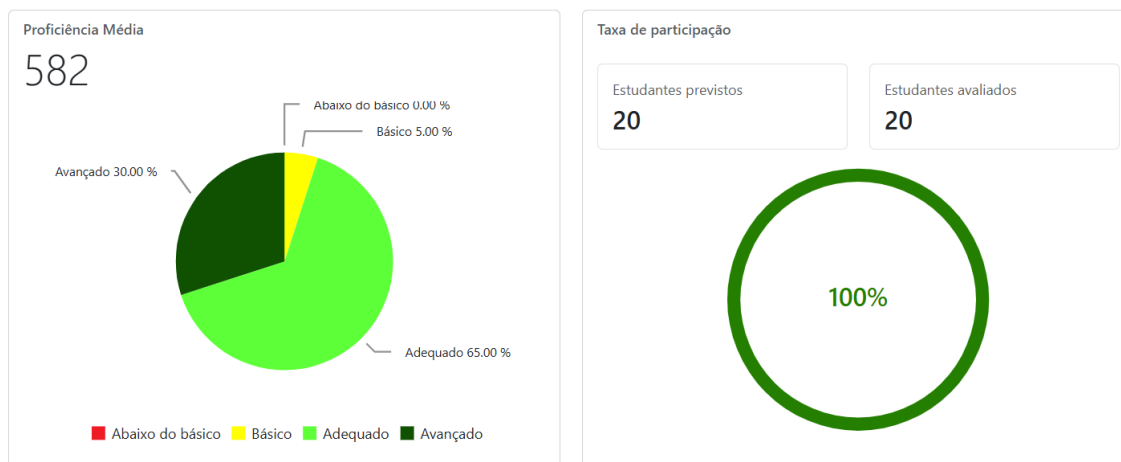
Ano SAERS 2025 Data resultado 30/04/2026 - Após 1º Rec. v. Série 2º EF Componente curricular Matemática Rede Rede pública

20ª CRE - PALMEIRA DAS MISSOES Novo Tiradentes

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Proficiência e participação

Proficiência e participação: 4313441 - Novo Tiradentes



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Na avaliação de Matemática, Novo Tiradentes alcançou **proficiência média de 582 pontos**, com **100% de participação** dos estudantes avaliados. A distribuição dos resultados mostra que **65% dos estudantes encontram-se no nível Adequado**, **30% no nível Avançado**, **5% no nível Básico** e nenhum estudante abaixo do básico. Esse cenário revela desempenho bastante satisfatório, com 95% dos alunos posicionados nos níveis considerados adequados ou superiores para a etapa.

Os dados indicam que os estudantes apresentam domínio consistente das habilidades matemáticas avaliadas, especialmente aquelas relacionadas ao raciocínio lógico, resolução de problemas e compreensão dos conceitos fundamentais trabalhados nos anos iniciais. A inexistência de estudantes abaixo do básico representa um importante indicador de equidade educacional, sugerindo que a rede tem conseguido reduzir defasagens de aprendizagem nessa área do conhecimento.

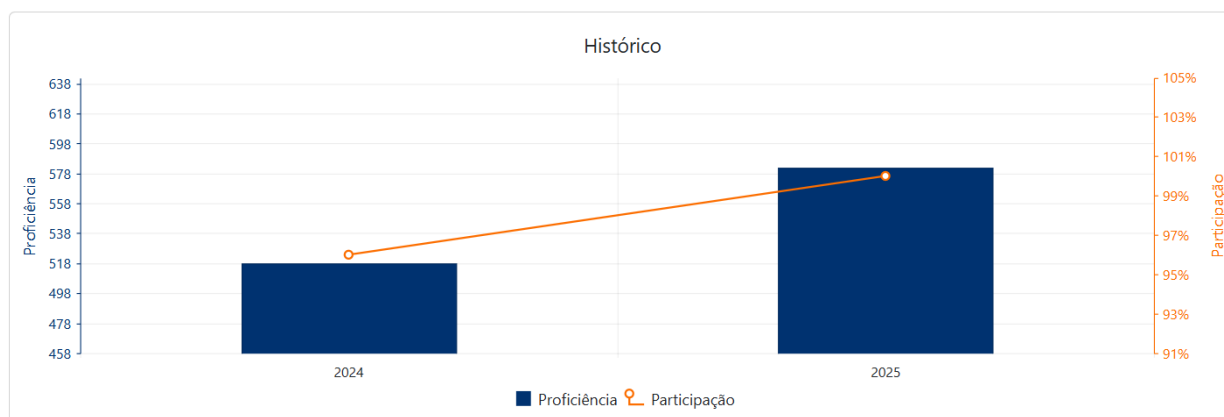
Gráfico 10 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Matemática (2025)

Ano SAERS 2025	Data resultado 30/04/2026 - Após 1º Rec. v	Série 2º EF	Componente curricular Matemática	Rede Rede pública
20ª CRE - PALMEIRA DAS MISSOES		Novo Tiradentes		

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Histórico das redes

Histórico de proficiência e participação: **4313441 - Novo Tiradentes**



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

O histórico dos resultados demonstra manutenção de desempenho positivo em Matemática, culminando em **582 pontos de proficiência média em 2025**, acompanhados de **100% de participação** dos estudantes. A participação integral fortalece a confiabilidade dos resultados e permite uma análise mais precisa das aprendizagens desenvolvidas pelos alunos da rede municipal.

A trajetória observada indica que as ações pedagógicas voltadas ao ensino da Matemática vêm produzindo resultados consistentes. O desempenho alcançado sugere que a maioria dos estudantes desenvolveu as habilidades esperadas para a etapa escolar, refletindo o trabalho realizado pelos professores e pelas escolas na consolidação das aprendizagens matemáticas básicas.

Gráfico 11 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades - Matemática (2025)

Ano
SAERS 2025

Data resultado
30/04/2026 - Após 1º Rec. ve

Série
2º EF

Componente curricular
Matemática

Rede
Rede pública

20ª CRE - PALMEIRA DAS MISSOES

Novo Tiradentes

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Resultados detalhados de proficiência e habilidades

Visualizar detalhadamente os resultados

Município: 4313441 - Novo Tiradentes

	Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
▶	Esc Est Ens Med Joaquim José da Silva Xavier	7	7	100.0 %	622	0.0 %	14.0 %	14.0 %	71.0 %	Turmas
▶	ESC MUN ENS FUND SAO LUIS GONZAGA	13	13	100.0 %	560	0.0 %	0.0 %	92.0 %	8.0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Na análise por escola, a **Escola Estadual Joaquim José da Silva Xavier** apresentou proficiência média de **622 pontos**, com **71% dos estudantes no nível Avançado** e nenhum estudante abaixo do básico. Já a **Escola Municipal São Luiz Gonzaga** alcançou proficiência média de **560 pontos**, com predominância de estudantes no nível Adequado (92%). Ambas as instituições registraram **100% de participação** dos estudantes previstos.

Os resultados evidenciam desempenhos distintos, mas igualmente positivos. Enquanto a Escola Joaquim José da Silva Xavier se destaca pelo elevado percentual de estudantes no nível Avançado, a Escola São Luiz Gonzaga apresenta forte concentração no nível Adequado, demonstrando que a maioria dos alunos atingiu as competências esperadas para a etapa. Esses resultados reforçam a necessidade de compartilhamento de boas práticas entre as instituições, visando ampliar ainda mais os níveis de aprendizagem e excelência acadêmica na rede municipal.

Conclusão geral da análise de dados:

Os resultados do Indicador Criança Alfabetizada mostram que **Novo Tiradentes apresenta um desempenho intermediário no processo de alfabetização**, com percentual superior à metade dos estudantes alfabetizados, mas ainda distante da meta estabelecida para o município. O resultado evidencia a necessidade de intensificar ações voltadas à qualificação das práticas pedagógicas, ao monitoramento sistemático das aprendizagens e à recomposição das defasagens identificadas.

Para avançar em direção à meta de 74%, recomenda-se fortalecer a formação continuada dos professores alfabetizadores, ampliar as oportunidades de leitura e escrita no cotidiano escolar, utilizar avaliações diagnósticas para orientar intervenções pedagógicas e promover acompanhamento individualizado dos estudantes com maiores dificuldades. Essas medidas poderão contribuir para elevar os índices de alfabetização e garantir que um número cada vez maior de crianças alcance o nível esperado de aprendizagem na idade certa.

Os resultados da Avaliação de Fluência Leitora demonstram que **Novo Tiradentes apresenta um desempenho muito positivo no processo de alfabetização**, com elevado percentual de estudantes já classificados nos níveis de leitor iniciante e leitor fluente e com o melhor Índice de Fluência Leitora da série histórica do município.

Os dados evidenciam que as estratégias pedagógicas adotadas pela rede municipal vêm produzindo resultados consistentes e contribuindo para a consolidação das

habilidades de leitura. Entretanto, permanece o desafio de ampliar o número de leitores fluentes e reduzir ainda mais o contingente de estudantes que permanecem nos níveis de pré-leitura.

Nesse contexto, recomenda-se a continuidade das práticas sistemáticas de leitura, o fortalecimento da formação continuada dos professores alfabetizadores, o acompanhamento individualizado dos estudantes com dificuldades e o uso pedagógico dos resultados das avaliações para orientar intervenções e ações de recomposição das aprendizagens. Essas medidas contribuirão para consolidar os avanços já alcançados e garantir a alfabetização de todas as crianças na idade certa.

A análise do IMERS evidencia que o município possui como principal fortaleza a **garantia do acesso à educação**, mantendo índices próximos da universalização do atendimento. Também se observam avanços pontuais na infraestrutura escolar ao longo do período.

Entretanto, os dados revelam desafios importantes relacionados à **aprendizagem dos estudantes**, à **formação continuada dos profissionais da educação** e aos **processos de gestão pedagógica**, aspectos que apresentaram redução significativa nos últimos anos. Dessa forma, a elevação do IMERS dependerá do fortalecimento das políticas de formação docente, do acompanhamento sistemático das aprendizagens, da utilização de avaliações para orientar intervenções pedagógicas e da continuidade dos investimentos na infraestrutura escolar. Essas ações são fundamentais para reverter a tendência de queda do índice geral e promover avanços consistentes na qualidade da educação municipal.

Os resultados do SAERS 2025 demonstram um cenário bastante positivo para Novo Tiradentes/RS, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática. Em Língua Portuguesa, o município alcançou proficiência média de **670 pontos**, com **100% de participação** dos estudantes, sendo que **75% encontram-se nos níveis Adequado e Avançado**, evidenciando a consolidação das habilidades de leitura e compreensão textual. Em Matemática, a proficiência média foi de **582 pontos**, também com **100% de participação**, destacando-se o fato de que **95% dos estudantes estão nos níveis Adequado e Avançado**, sem registros de alunos abaixo do básico.

A análise por escola revela resultados consistentes nas duas instituições avaliadas, com destaque para elevados percentuais de estudantes nos níveis de desempenho esperados ou superiores. De modo geral, os indicadores evidenciam que a rede municipal vem desenvolvendo práticas pedagógicas eficazes, capazes de promover avanços significativos na aprendizagem. Apesar dos resultados positivos, permanece importante manter ações de acompanhamento pedagógico e recomposição das aprendizagens para os estudantes que ainda se encontram nos níveis Básico ou Abaixo do Básico, assegurando maior equidade e melhores resultados educacionais para todos.

Fontes consultadas:

- QEdu (Indicador Criança Alfabetizada – ICA, 2025);
- Programa Estadual Alfabetiza Tchê/CAEd-UFJF (Avaliação de Fluência Leitora e Índice de Fluência Leitora – IFL, 2025);
- IMERS – Índice Municipal de Eficiência da Rede Escolar (2022-2024);

- SAERS – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (2025).

B) ANÁLISE CAUSAL

Com base nos dados apresentados no diagnóstico, observa-se uma aparente contradição: embora Novo Tiradentes apresente resultados positivos na Fluência Leitora e no SAERS, apenas **53% das crianças atingiram o padrão de alfabetização**, ficando **21 pontos percentuais abaixo da meta de 74%**. Isso demonstra que parte significativa dos estudantes ainda não consolida plenamente as habilidades essenciais de leitura e escrita ao final do 2º ano, caracterizando um desafio persistente para a rede municipal.

A análise dos indicadores de alfabetização evidencia que Novo Tiradentes possui avanços importantes na aprendizagem dos estudantes, especialmente nos resultados de fluência leitora e nas avaliações externas. Entretanto, os dados também revelam fragilidades que impedem o município de atingir a meta estabelecida para o Indicador Criança Alfabetizada, comprometendo a universalização da alfabetização na idade certa.

Causa 01. Parte significativa dos estudantes ainda não consolidou plenamente as habilidades de leitura e escrita: o Indicador Criança Alfabetizada demonstra que apenas 53% dos estudantes alcançaram o padrão esperado de alfabetização em 2025, enquanto 47% ainda não desenvolveram plenamente as competências necessárias para a etapa. Esse resultado indica dificuldades na consolidação do sistema de escrita alfabética, da compreensão leitora e da produção escrita, impactando diretamente o desempenho dos estudantes nos anos subsequentes.

Causa 02. Persistência de estudantes nos níveis de pré-leitura e de leitura inicial: embora os resultados da fluência leitora sejam positivos, aproximadamente 11% dos estudantes permanecem classificados como pré-leitores e cerca de metade ainda se encontra no nível de leitor iniciante. Esse cenário evidencia que parte dos alunos não atingiu níveis mais avançados de fluência, fator que limita o desenvolvimento da compreensão textual e da autonomia na leitura.

Causa 03. Necessidade de fortalecimento das estratégias de recomposição das aprendizagens: a diferença de 21 pontos percentuais entre o resultado alcançado no ICA e a meta projetada sugere que as ações de recuperação e recomposição das aprendizagens ainda não têm sido suficientes para garantir que todos os estudantes avancem no mesmo ritmo. A existência de alunos nos níveis Básico e Abaixo do Básico nas avaliações externas reforça essa necessidade.

Causa 04. Redução dos indicadores de aprendizagem e formação evidenciada pelo IMERS: os resultados do IMERS demonstram queda do Índice de Qualidade da Aprendizagem (IQA) e do Índice de Qualidade dos Fatores de Gestão e Formação (IQF) entre 2022 e 2024. Essa redução sugere fragilidades relacionadas ao acompanhamento pedagógico, à formação continuada dos profissionais e à sustentabilidade dos avanços educacionais obtidos pela rede.

Causa 05. Necessidade de ampliar o número de estudantes nos níveis adequados e avançados de desempenho: embora os resultados do SAERS sejam positivos, ainda existem estudantes posicionados nos níveis Básico e Abaixo do Básico em Língua Portuguesa. Isso indica que parte dos alunos não desenvolveu plenamente as habilidades

de leitura, interpretação e escrita esperadas para a etapa, exigindo intervenções pedagógicas mais intensivas e individualizadas.

Causa 06. Necessidade de fortalecimento da formação continuada dos professores alfabetizadores: o próprio diagnóstico aponta a importância de ampliar a formação continuada dos professores alfabetizadores e o uso pedagógico das avaliações diagnósticas. A alfabetização exige práticas pedagógicas altamente especializadas, acompanhamento sistemático e utilização de metodologias adequadas às diferentes necessidades de aprendizagem dos estudantes.

Causa 07. Necessidade de qualificar o monitoramento individualizado das aprendizagens: apesar do porte reduzido da rede favorecer o acompanhamento dos estudantes, os resultados demonstram que ainda existem crianças que não alcançam os padrões esperados de alfabetização. Isso evidencia a necessidade de fortalecer mecanismos de monitoramento contínuo, intervenções precoces e acompanhamento individualizado dos estudantes com maiores dificuldades.

Causa 08. Persistência de desigualdades educacionais entre grupos mais vulneráveis: o próprio problema definido pelo município reconhece a existência de desigualdades que afetam estudantes de baixo nível socioeconômico, populações negras, estudantes com deficiência e outros grupos vulneráveis. Essas condições podem impactar o acesso às oportunidades de aprendizagem e exigir estratégias pedagógicas específicas para assegurar a alfabetização de todos os estudantes.

Os dados demonstram que o principal desafio de Novo Tiradentes não está no acesso à escola nem na participação dos estudantes nas avaliações, mas na garantia de que todos alcancem os níveis esperados de alfabetização. As causas mais relevantes concentram-se na necessidade de consolidar as habilidades de leitura e escrita dos estudantes com dificuldades, fortalecer as ações de recomposição das aprendizagens, ampliar a formação dos professores alfabetizadores, qualificar o acompanhamento pedagógico e reduzir as desigualdades educacionais que ainda afetam parte dos alunos da rede municipal.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01. Parte significativa dos estudantes ainda não consolidou plenamente as habilidades de leitura e escrita.**
- **Causa 02. Persistência de estudantes nos níveis de pré-leitura e leitura inicial.**
- **Causa 03. Necessidade de fortalecimento das estratégias de recomposição das aprendizagens.**
- **Causa 04. Necessidade de fortalecimento da formação continuada dos professores alfabetizadores.**
- **Causa 05. Necessidade de qualificar o monitoramento individualizado das aprendizagens.**

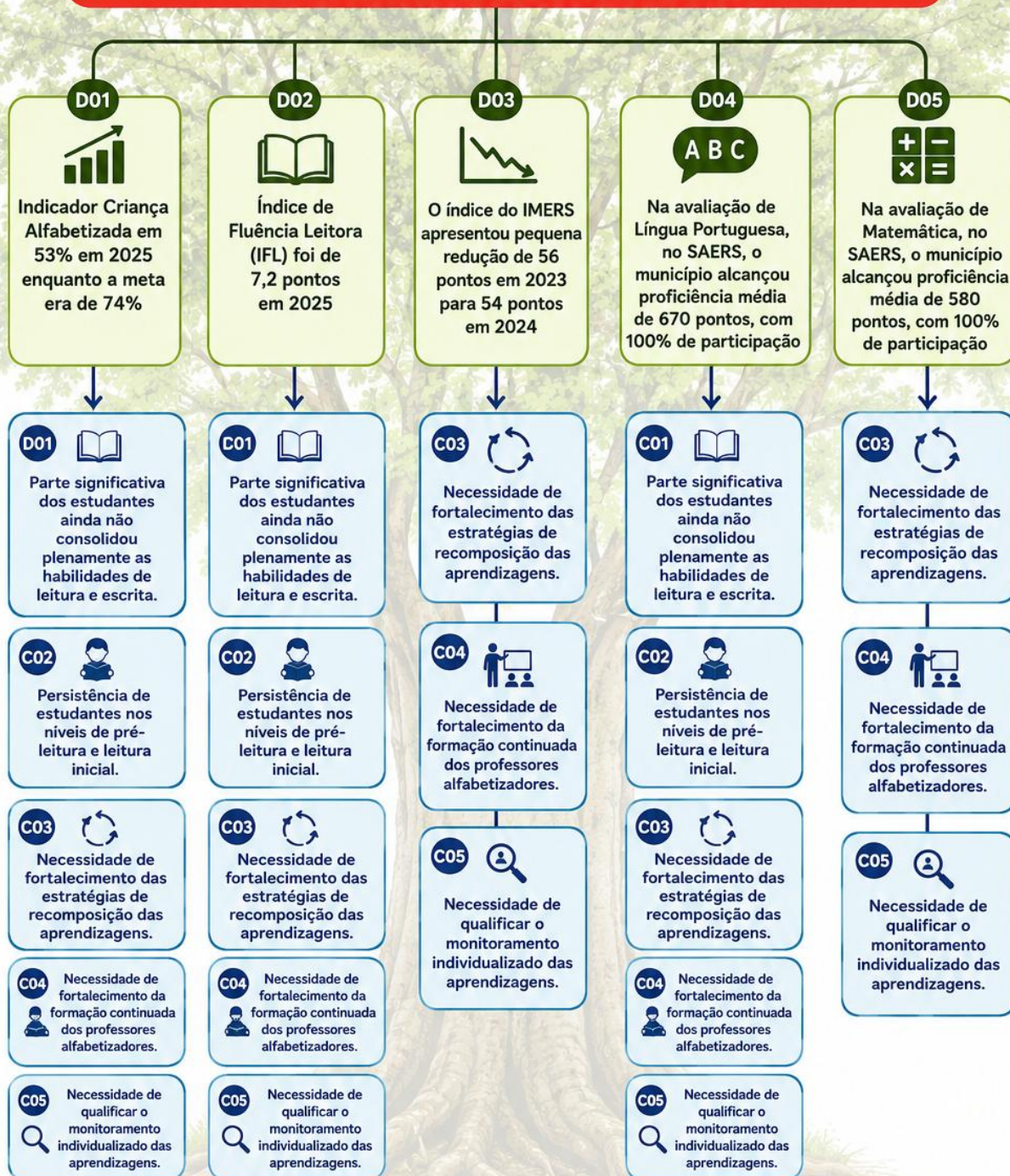
C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 02 – Árvore dos problemas do Tema 03 do PME

TEMA 03 – ALFABETIZAÇÃO NOVO TIRADENTES



PROBLEMA 03: CRIANÇAS DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NÃO ESTÃO ALFABETIZADAS, COMPROMETENDO O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDANTES NOS ANOS SUBSEQUENTES DE ESCOLARIZAÇÃO E A TRAJETÓRIA REGULAR, HAVENDO PERSISTENTES DESIGUALDADES ENTRE AS POPULAÇÕES DE BAIXO NÍVEL SOCIOECONÔMICO E AS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, COMO POPULAÇÕES NEGRAS, PESSOAS SURDAS, COM DEFICIÊNCIA.



LEGENDA



PROBLEMA



DESCRIPTOR (EVIDÊNCIA)



CAUSA CRÍTICA

Fonte: autoria própria

5. TEMA 04 - ACESSO, TRAJETÓRIA E CONCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO

Problema 04: GRANDE NÚMERO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS EM IDADE ESCOLAR OBRIGATÓRIA POSSUEM TRAJETÓRIAS ESCOLARES IRREGULARES E NÃO CONCLUEM OS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO NA IDADE ADEQUADA, NÚMERO QUE SE TORNA MAIOR ENTRE AS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

DESCRITORES⁵ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01 – Trajetória Escolar, Fluxo e Conclusão da Educação Básica** (o acesso dos estudantes à escola, a permanência ao longo da Educação Básica, as taxas de promoção e transição entre etapas, a evolução das matrículas, o desempenho educacional e as condições para que os estudantes concluam o Ensino Fundamental e o Ensino Médio na idade adequada).
- ➔ **Descritor 02 – Inclusão e Permanência dos Estudantes da Educação Especial** (o acesso, a inclusão, a permanência, a progressão escolar e as condições de atendimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial, considerando aspectos como acessibilidade, Atendimento Educacional Especializado (AEE), recursos pedagógicos e apoio às trajetórias escolares).
- ➔ **Descritor 03 – Equidade e Vulnerabilidade Social** (as desigualdades educacionais relacionadas às condições sociais, econômicas, territoriais e étnico-raciais dos estudantes, identificando grupos mais vulneráveis e os fatores que podem impactar o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão da Educação Básica).
- ➔ **Descritor 04 – Educação Integral e Ampliação das Oportunidades Educacionais** (a oferta de educação em tempo integral e sua contribuição para o fortalecimento das aprendizagens, da permanência escolar, da proteção social e do desenvolvimento integral dos estudantes, especialmente daqueles em situação de maior vulnerabilidade).

1) Dados educacionais gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio

Tabela 01 - Dados Educacionais do município

⁵ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

EDUCAÇÃO	
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2022]	97,32 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	6,4
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2023]	5,5
Matrículas no ensino fundamental [2024]	241 matrículas
Matrículas no ensino médio [2024]	65 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2024]	37 docentes
Docentes no ensino médio [2024]	13 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2024]	3 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2024]	1 escolas

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/novo-tiradentes/panorama> (Acesso em: 13/05/2026)

O município de **Novo Tiradentes** apresenta uma **taxa de escolarização de 97,32% da população de 6 a 14 anos**, indicando que o acesso ao Ensino Fundamental está praticamente universalizado. Esse dado é positivo, pois demonstra que a maioria das crianças em idade obrigatória para essa etapa está matriculada. No entanto, a existência de aproximadamente **2,68% fora da escola** ainda exige atenção, especialmente porque, em municípios pequenos, poucos estudantes fora da escola já representam situações concretas de exclusão educacional.

Quanto à qualidade e trajetória escolar, o **IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental é 6,4**, resultado que aponta desempenho satisfatório nessa etapa. Entretanto, nos **anos finais do Ensino Fundamental, o IDEB cai para 5,5**, revelando uma perda de desempenho ao longo da trajetória escolar. Essa diferença sugere que os estudantes encontram maiores dificuldades à medida que avançam na escolarização, especialmente na transição dos anos iniciais para os anos finais, etapa em que há ampliação de componentes curriculares, maior complexidade pedagógica e possíveis fragilidades no acompanhamento individualizado.

Em relação às matrículas, o município registra **241 estudantes no Ensino Fundamental** e apenas **65 no Ensino Médio**. A redução expressiva entre uma etapa e outra pode estar relacionada ao tamanho da população escolar, mas também deve ser analisada como possível evidência de **descontinuidade da trajetória escolar**, evasão, migração de estudantes para outros municípios ou dificuldades de permanência no Ensino Médio. Esse dado dialoga diretamente com o problema central do Tema 04, pois indica a necessidade de acompanhar não apenas o acesso, mas também a permanência, a progressão e a conclusão na idade adequada.

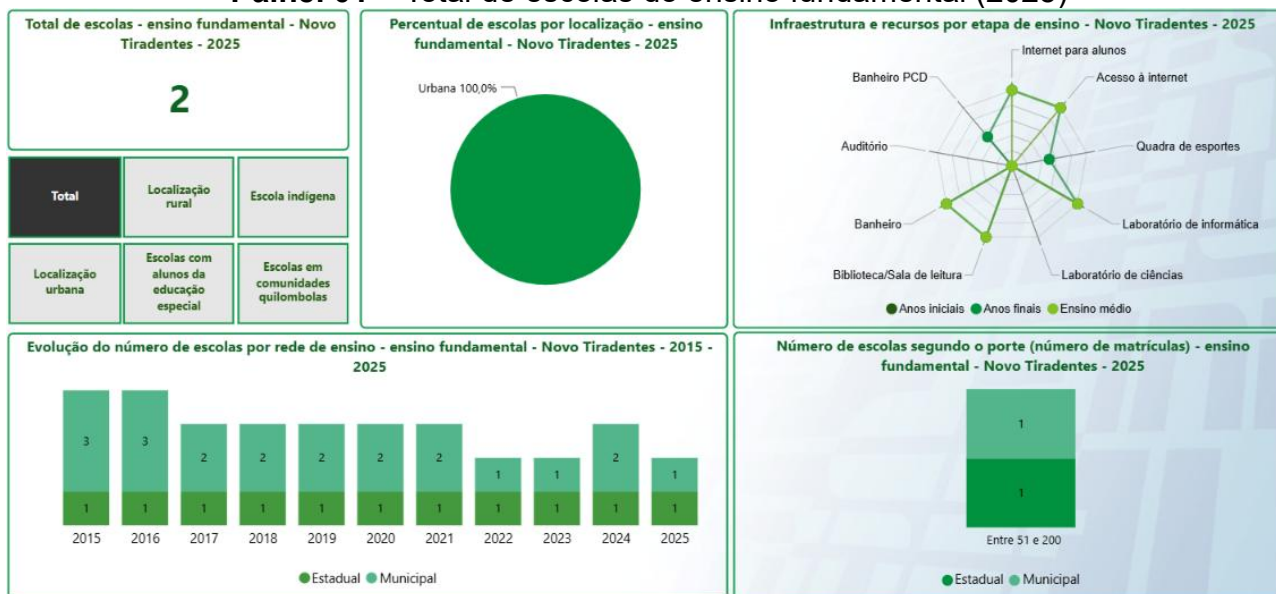
A estrutura da rede também merece destaque. Novo Tiradentes possui **3 estabelecimentos de Ensino Fundamental** e apenas **1 estabelecimento de Ensino Médio**. Essa concentração da oferta do Ensino Médio pode representar limitação territorial e organizacional, especialmente para estudantes residentes em áreas mais distantes, o que pode impactar frequência, permanência e conclusão. Além disso, há **37 docentes no Ensino Fundamental** e **13 docentes no Ensino Médio**, o que indica uma rede pequena,

na qual a gestão pedagógica pode ser mais próxima, mas também mais sensível à falta de professores, rotatividade ou acúmulo de funções.

2) Ensino Fundamental

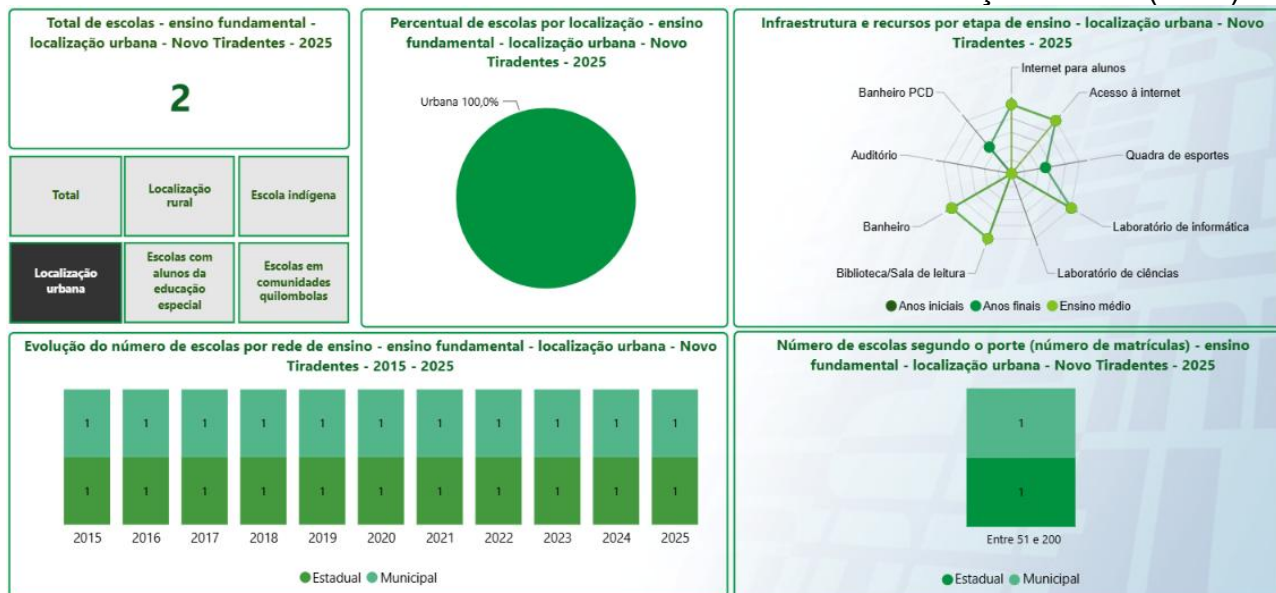
a) Quanto as escolas do Ensino Fundamental

Painel 01 – Total de escolas do ensino fundamental (2025)



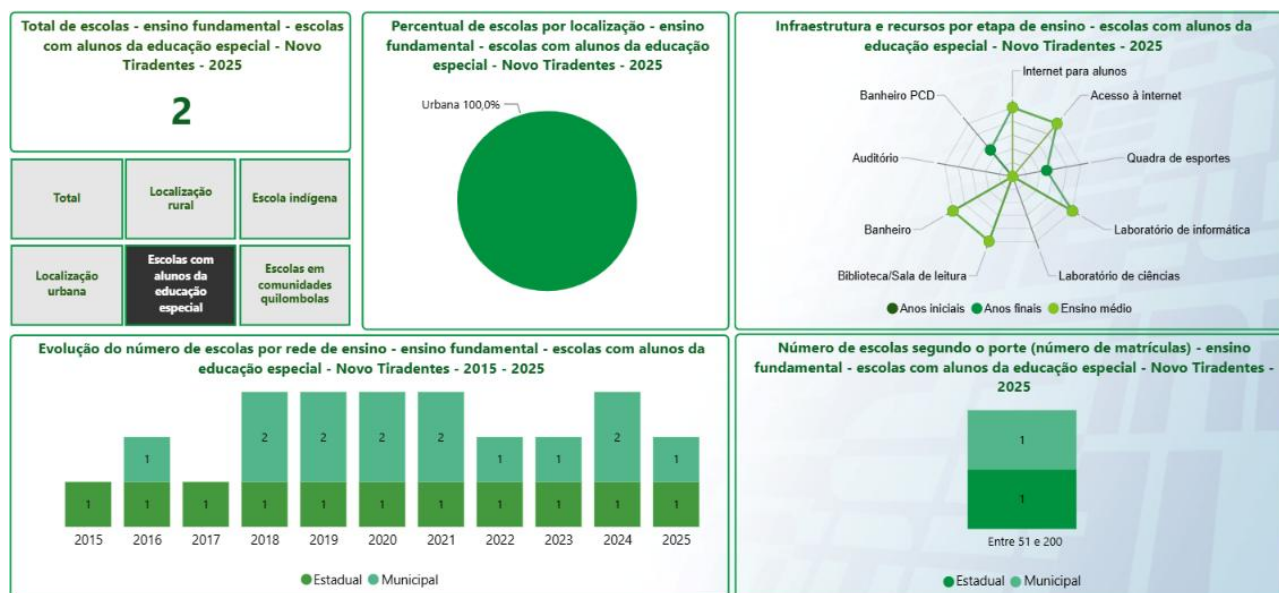
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Painel 02 – Total de escolas do ensino fundamental com localização urbana (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Painel 03 – Total de escolas do ensino fundamental com alunos da educação especial (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O município de **Novo Tiradentes** apresenta **2 escolas de Ensino Fundamental em 2025**, ambas localizadas em área urbana, o que representa **100% da oferta urbana** nessa etapa. Esse dado demonstra uma rede pequena e concentrada territorialmente, o que pode facilitar a gestão e o acompanhamento pedagógico, mas também exige atenção quanto ao acesso dos estudantes que residem em áreas mais afastadas.

Outro ponto relevante é que as **2 escolas de Ensino Fundamental possuem alunos da Educação Especial**, indicando presença desse público em toda a rede escolar analisada. Isso evidencia a necessidade de garantir condições adequadas de inclusão, como acessibilidade física, atendimento educacional especializado, recursos pedagógicos adaptados, formação continuada dos profissionais e práticas pedagógicas inclusivas.

Os painéis também mostram que, entre **2015 e 2025**, o número de escolas do Ensino Fundamental oscilou, mas em 2025 permaneceu em **2 unidades**, sendo uma da rede estadual e uma da rede municipal. Essa estabilidade recente indica manutenção da oferta, porém em uma estrutura enxuta, na qual qualquer alteração institucional, redução de matrículas, falta de profissionais ou fragilidade de infraestrutura pode impactar significativamente o atendimento educacional.

Quanto à infraestrutura, os gráficos indicam diferenças entre etapas de ensino e presença parcial de recursos como **internet para alunos, acesso à internet, banheiros, banheiro PCD, biblioteca/sala de leitura, quadra de esportes e laboratórios**. A leitura do painel sugere que a existência de escolas não garante, por si só, igualdade de condições de permanência e aprendizagem. Assim, para enfrentar trajetórias escolares irregulares, Novo Tiradentes precisa fortalecer não apenas o acesso, mas também as condições materiais, pedagógicas e inclusivas da oferta.

Em síntese, os dados apontam que o município possui uma rede de Ensino Fundamental pequena, totalmente urbana e com atendimento a estudantes da Educação Especial em todas as escolas. O desafio central está em assegurar que essa oferta seja suficiente, acessível, inclusiva e qualificada para garantir permanência, aprendizagem e conclusão na idade adequada.

b) Matrículas do Ensino Fundamental anos iniciais e finais

Imagem 01 – Número de matrículas por etapa de ensino (2025)

Número de matrículas por etapa de ensino - Novo Tiradentes - 2025



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Novo Tiradentes registra, em 2025, **231 matrículas no Ensino Fundamental**, distribuídas integralmente em escolas urbanas. Esse dado demonstra que a oferta da etapa está concentrada na área urbana, o que exige atenção ao deslocamento e à permanência dos estudantes que residem em localidades mais afastadas.

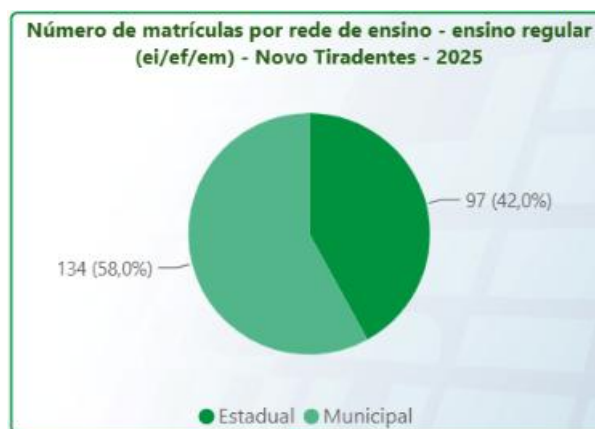
Gráfico 01 - Evolução da matrícula do Ensino Fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A evolução histórica das matrículas entre **2015 e 2025** revela relativa estabilidade, com pequenas oscilações: 226 matrículas em 2015, pico de 241 em 2024 e redução para 231 em 2025. Essa queda recente de 10 matrículas pode estar associada à dinâmica demográfica do município, mas também merece acompanhamento, pois em redes pequenas qualquer redução impacta diretamente o planejamento da oferta, a organização das turmas e a sustentabilidade da rede escolar.

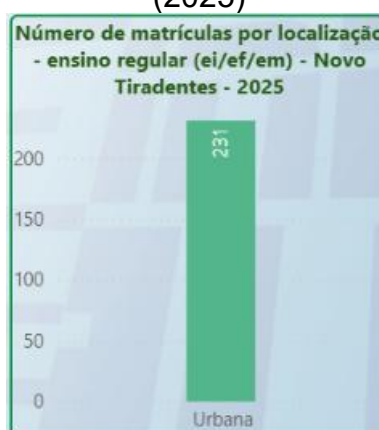
Gráfico 02 – Número de matrículas por rede de ensino do Ensino Fundamental (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Quanto à distribuição por rede, o Ensino Fundamental possui **134 matrículas na rede municipal**, correspondendo a **58%**, e **97 matrículas na rede estadual**, equivalentes a **42%**. Essa divisão mostra que o atendimento é compartilhado entre os entes, com predominância da rede municipal. Assim, o enfrentamento das trajetórias escolares irregulares exige articulação entre município e estado, especialmente na transição entre anos iniciais, anos finais e continuidade para o Ensino Médio.

Gráfico 03 - Evolução da matrícula do Ensino Fundamental por localização geográfica (2025)



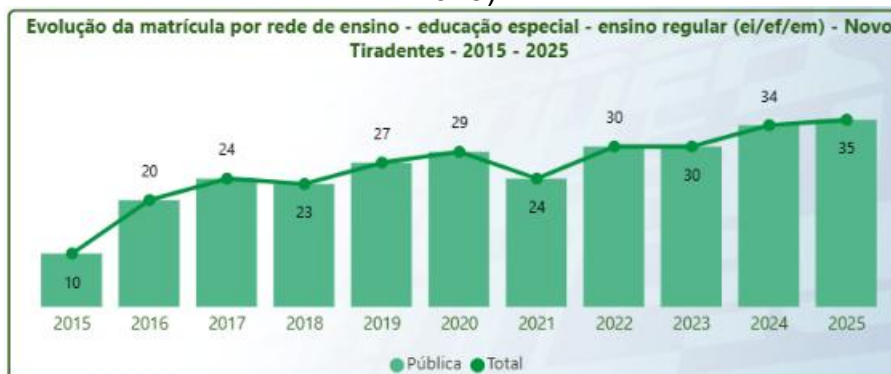
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados por etapa indicam ainda **131 matrículas nos anos iniciais** e **100 matrículas nos anos finais do Ensino Fundamental**. A diferença de 31 estudantes entre as duas fases sugere redução do contingente escolar ao longo da etapa, o que pode decorrer de fatores demográficos, transferência para outras redes ou possíveis fragilidades na permanência. Esse ponto deve ser observado com cuidado, pois a passagem dos anos iniciais para os anos finais costuma ser um momento sensível da trajetória escolar.

Em síntese, Novo Tiradentes apresenta uma rede de Ensino Fundamental pequena, urbana e relativamente estável, mas com sinais que exigem monitoramento: queda de matrículas em 2025, menor número de estudantes nos anos finais e dependência de uma ação integrada entre rede municipal e estadual. O desafio central é garantir não apenas matrícula, mas continuidade, permanência e conclusão do Ensino Fundamental na idade adequada.

c) Matrículas da Educação Especial no Ensino Fundamental

Gráfico 04 - Evolução da matrícula na Educação Especial no Ensino Fundamental (2015-2025)

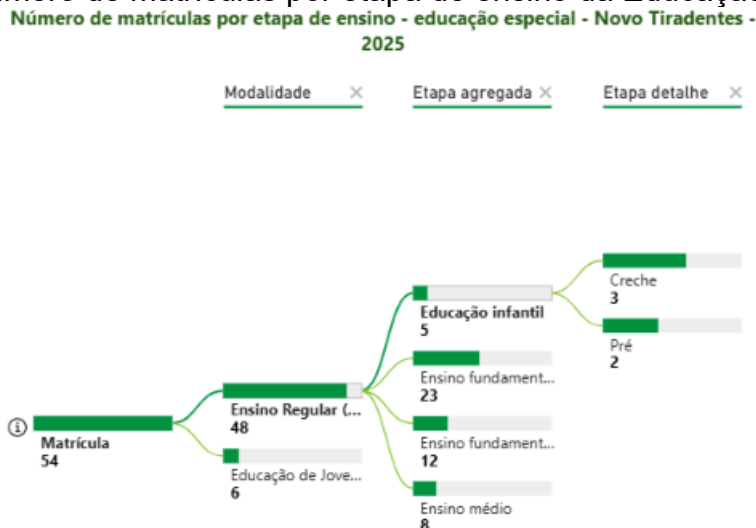


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados apresentados evidenciam um aspecto importante da política educacional de Novo Tiradentes: o crescimento contínuo das matrículas da Educação Especial ao longo da última década. Entre 2015 e 2025, o número de estudantes público-alvo da Educação Especial matriculados no Ensino Fundamental passou de **10 para 35 estudantes**, representando um aumento de aproximadamente **250%** no período analisado. Esse crescimento não deve ser interpretado apenas como ampliação da demanda, mas também como resultado do fortalecimento das políticas de identificação, inclusão e garantia do direito à educação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A série histórica demonstra uma trajetória predominantemente ascendente, com pequenas oscilações em alguns anos, mas sem perda significativa do número de matrículas. Após atingir 29 estudantes em 2020, houve uma redução para 24 em 2021, seguida de nova expansão, alcançando 35 matrículas em 2025. Esse comportamento sugere que o município consolidou mecanismos de acesso e permanência dos estudantes da Educação Especial, embora a oscilação observada indique a necessidade de monitoramento permanente para evitar interrupções no atendimento ou situações de exclusão escolar.

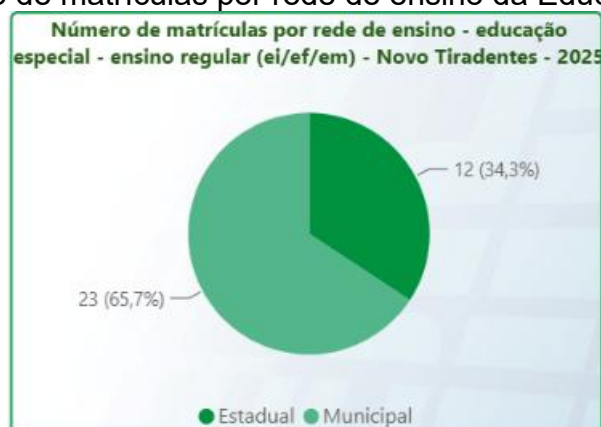
Imagem 02 – Número de matrículas por etapa de ensino da Educação Especial (2025)



Os dados de 2025 revelam que o Ensino Fundamental concentra a maior parte das matrículas da Educação Especial do município. Do total de **54 estudantes atendidos na Educação Especial, 35 estão matriculados no Ensino Fundamental**, sendo **23 nos anos iniciais** e **12 nos anos finais**. Esse cenário demonstra que a etapa fundamental é o principal espaço de inclusão escolar desses estudantes, exigindo investimentos contínuos em acessibilidade, recursos pedagógicos adaptados, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e formação dos profissionais da educação.

Entretanto, a diferença entre os anos iniciais (23 matrículas) e os anos finais (12 matrículas) merece atenção. Embora parte dessa redução possa estar relacionada à dinâmica demográfica e ao tamanho das coortes etárias, também pode indicar dificuldades de permanência, progressão escolar ou transição entre etapas. Em muitos sistemas educacionais, os anos finais do Ensino Fundamental representam um período crítico para estudantes da Educação Especial, devido ao aumento da complexidade curricular, à maior fragmentação do trabalho docente e à necessidade de adaptações pedagógicas mais especializadas. Dessa forma, o município deve aprofundar a análise desses dados para verificar se existem barreiras que dificultam a continuidade da trajetória escolar desses estudantes.

Gráfico 05 – Número de matrículas por rede de ensino da Educação Especial (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Outro aspecto relevante refere-se à distribuição das matrículas por rede de ensino. Dos 35 estudantes da Educação Especial matriculados no Ensino Fundamental, **23 (65,7%) estão na rede municipal** e **12 (34,3%) na rede estadual**. Esse dado evidencia que a rede municipal assume o protagonismo na inclusão escolar, concentrando praticamente dois terços dos estudantes atendidos. Tal cenário reforça a responsabilidade do município na manutenção de equipes multiprofissionais, salas de recursos multifuncionais, adaptações curriculares e estratégias de acompanhamento individualizado.

Sob a perspectiva da trajetória escolar, os dados indicam avanços importantes na garantia do acesso, mas também revelam desafios relacionados à permanência e à conclusão da escolarização na idade adequada. O crescimento das matrículas demonstra que mais estudantes estão chegando à escola; contudo, o objetivo da educação inclusiva não se limita ao acesso. É necessário assegurar aprendizagem, participação,

desenvolvimento integral e progressão escolar bem-sucedida ao longo de toda a Educação Básica.

Portanto, a análise evidencia que Novo Tiradentes possui uma trajetória positiva na ampliação da inclusão educacional, mas ainda enfrenta o desafio de consolidar condições que garantam a permanência e o sucesso escolar dos estudantes da Educação Especial, especialmente na transição para os anos finais do Ensino Fundamental e, posteriormente, para o Ensino Médio. Esses resultados reforçam a necessidade de políticas intersetoriais, acompanhamento individualizado e fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas como estratégias fundamentais para assegurar trajetórias escolares regulares e equitativas.

d) Matrículas por cor/raça no Ensino Fundamental

Gráfico 06 - Matrícula por cor/raça do Ensino Fundamental (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

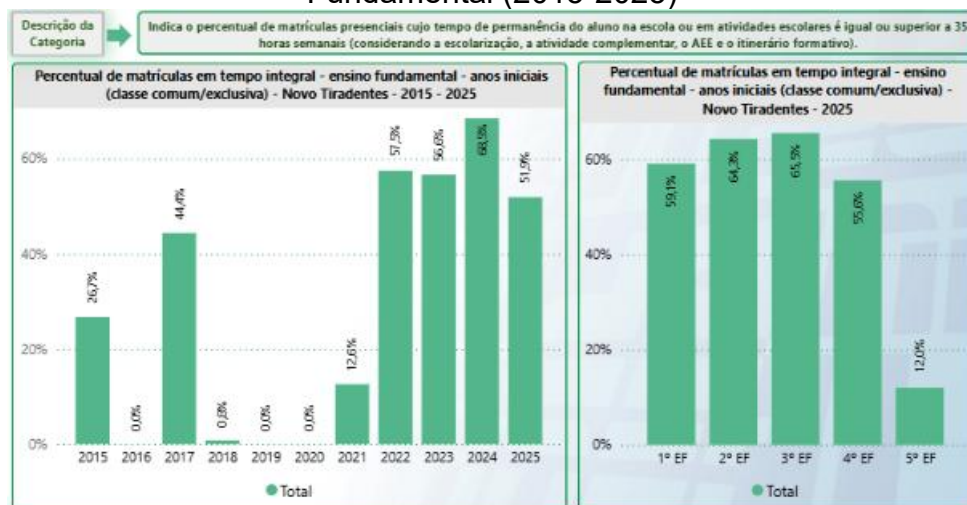
A distribuição das matrículas por cor/raça no Ensino Fundamental de Novo Tiradentes demonstra uma predominância de estudantes autodeclarados brancos, que representam 173 das 231 matrículas registradas em 2025. Os estudantes pretos, pardos e indígenas somam 55 matrículas, enquanto 3 estudantes não possuem declaração de cor/raça registrada. Esses dados refletem as características demográficas do município, mas também evidenciam a presença de grupos que historicamente enfrentam maiores desafios de acesso, permanência e sucesso escolar.

Embora os indicadores quantitativos revelem que os estudantes pretos, pardos e indígenas constituem uma parcela menor da população escolar, é fundamental que o município acompanhe suas trajetórias educacionais de forma específica. Estudos educacionais apontam que esses grupos estão mais sujeitos a situações de vulnerabilidade social, reprovação, abandono escolar e distorção idade-série, tornando necessária a implementação de políticas voltadas à promoção da equidade e à redução das desigualdades educacionais.

Nesse contexto, Novo Tiradentes precisa fortalecer ações relacionadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais, ao combate às discriminações e ao monitoramento dos indicadores educacionais por cor/raça. Garantir que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem, desenvolvimento e conclusão da Educação Básica é condição essencial para promover uma educação mais inclusiva, equitativa e alinhada aos princípios da justiça social.

e) Matrículas em Tempo Integral no Ensino Fundamental

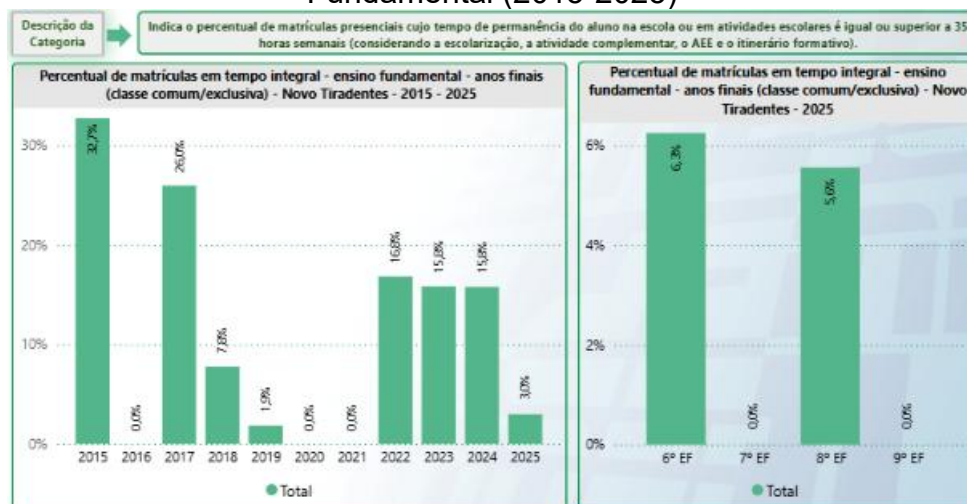
Gráfico 07 - Evolução da matrícula em tempo integral nos anos iniciais do Ensino Fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados mostram que Novo Tiradentes apresenta uma oferta de **tempo integral bastante irregular no Ensino Fundamental**, com avanços e recuos entre 2015 e 2025. Nos **anos iniciais**, houve crescimento expressivo a partir de 2022, chegando a **69,2% em 2024**, mas com queda para **53,8% em 2025**. Mesmo com a redução, o percentual ainda indica uma presença significativa da jornada ampliada nessa etapa.

Gráfico 08 - Evolução da matrícula em tempo integral nos anos finais do Ensino Fundamental (2015-2025)



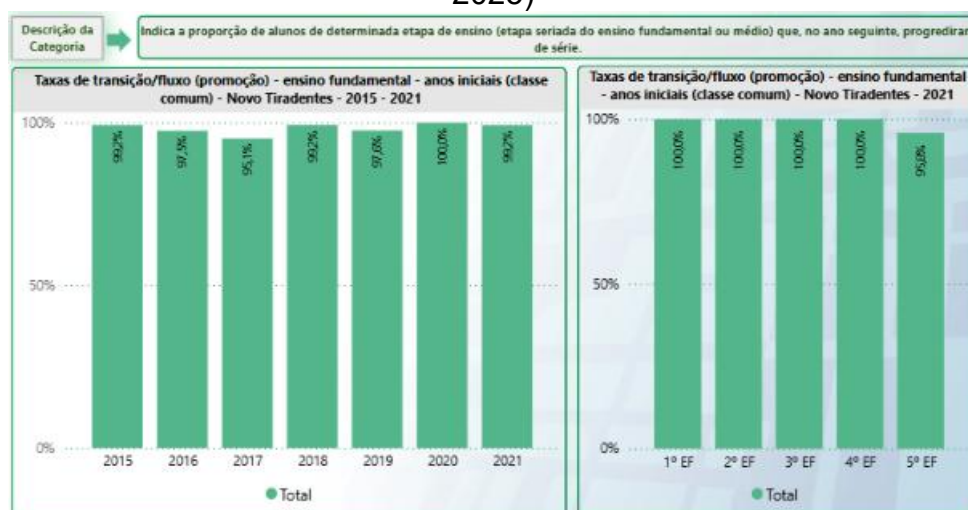
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Nos **anos finais**, a situação é mais frágil. O atendimento em tempo integral caiu de **30% em 2015** para apenas **3% em 2025**, com vários anos de baixa cobertura ou ausência de oferta. Esse dado revela uma desigualdade interna importante: enquanto os anos iniciais contam com maior expansão da jornada escolar, os anos finais apresentam cobertura muito limitada, justamente em uma etapa mais sensível para reprovação, abandono e distorção idade-série.

Em síntese, Novo Tiradentes precisa consolidar uma política mais contínua de educação em tempo integral, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental. A ampliação da jornada pode contribuir para recomposição das aprendizagens, fortalecimento do vínculo com a escola, desenvolvimento integral e prevenção de trajetórias escolares irregulares. No entanto, para ser efetiva, essa política precisa garantir qualidade pedagógica, infraestrutura adequada, alimentação, transporte, profissionais preparados e articulação entre currículo, cuidado e permanência escolar.

f) Taxa de transição nos anos iniciais e nos anos finais do Ensino Fundamental

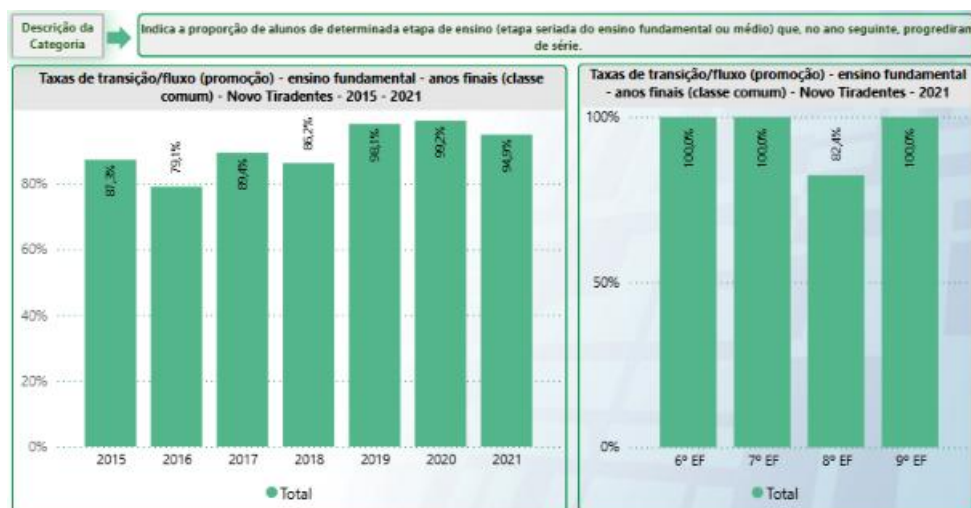
Gráfico 09 - Taxa de transição/fluxo nos anos iniciais do Ensino Fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados de fluxo escolar demonstram que Novo Tiradentes apresenta um desempenho bastante positivo nos **anos iniciais do Ensino Fundamental**, com taxas de transição próximas ou iguais a 100% durante praticamente todo o período analisado. Entre 2015 e 2021, os índices permaneceram acima de 97%, alcançando 100% em vários anos. Em 2021, as taxas por ano escolar também evidenciam elevado nível de progressão, com 100% de promoção do 1º ao 4º ano e 97,4% no 5º ano. Esses resultados indicam que a rede tem conseguido garantir a permanência dos estudantes e minimizar situações de reprovação nessa etapa, favorecendo trajetórias escolares mais regulares.

Gráfico 10 – Taxa de transição/fluxo nos anos finais do Ensino Fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

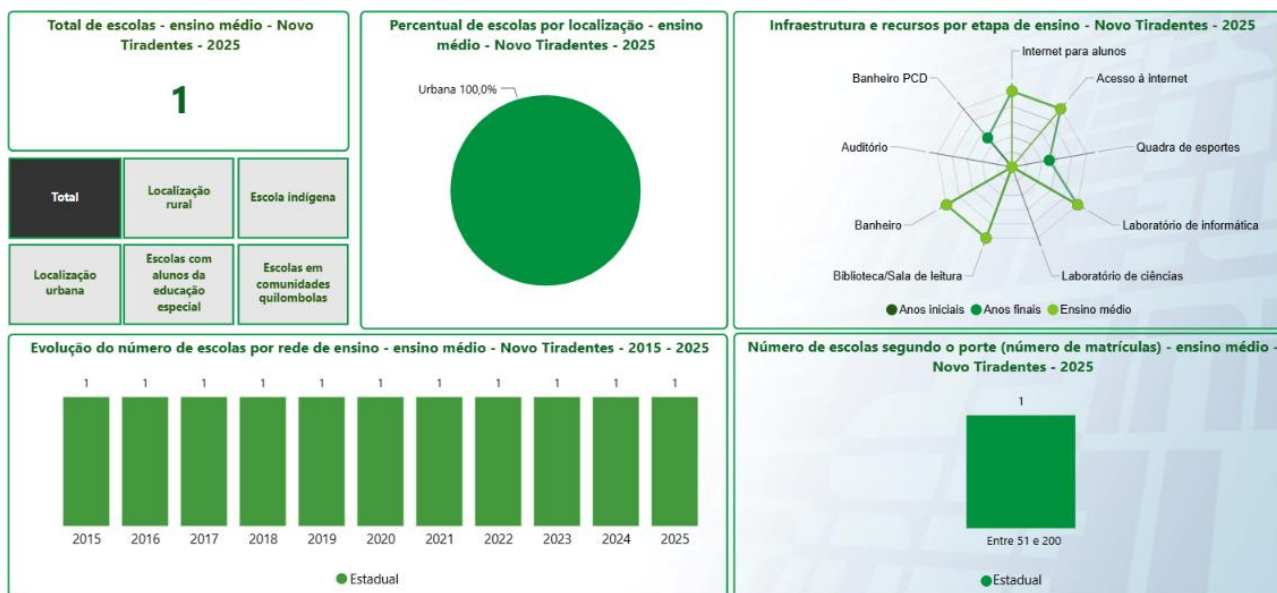
Nos **anos finais do Ensino Fundamental**, embora os indicadores também sejam satisfatórios, observa-se maior oscilação ao longo da série histórica. As taxas variam entre aproximadamente 79% e 96%, revelando que parte dos estudantes encontra dificuldades para progredir regularmente nessa etapa. Em 2021, os resultados mostram 100% de promoção no 6º, 7º e 9º anos, mas apenas cerca de 84% no 8º ano, evidenciando que este constitui um ponto de atenção na trajetória escolar. Essa diferença sugere que a transição para conteúdos mais complexos e a própria organização curricular dos anos finais podem impactar o desempenho e a progressão dos estudantes.

De modo geral, os dados revelam que Novo Tiradentes possui um fluxo escolar consistente e favorável, especialmente nos anos iniciais. Contudo, as oscilações verificadas nos anos finais indicam a necessidade de fortalecer estratégias de acompanhamento pedagógico, recuperação das aprendizagens e monitoramento da frequência escolar, visando reduzir reprovações e evitar a distorção idade-série. A manutenção de elevadas taxas de transição é fundamental para assegurar que os estudantes concluam o Ensino Fundamental na idade adequada e ingressem no Ensino Médio com melhores condições de sucesso escolar.

3) Ensino Médio

a) Quanto as escolas do Ensino Médio

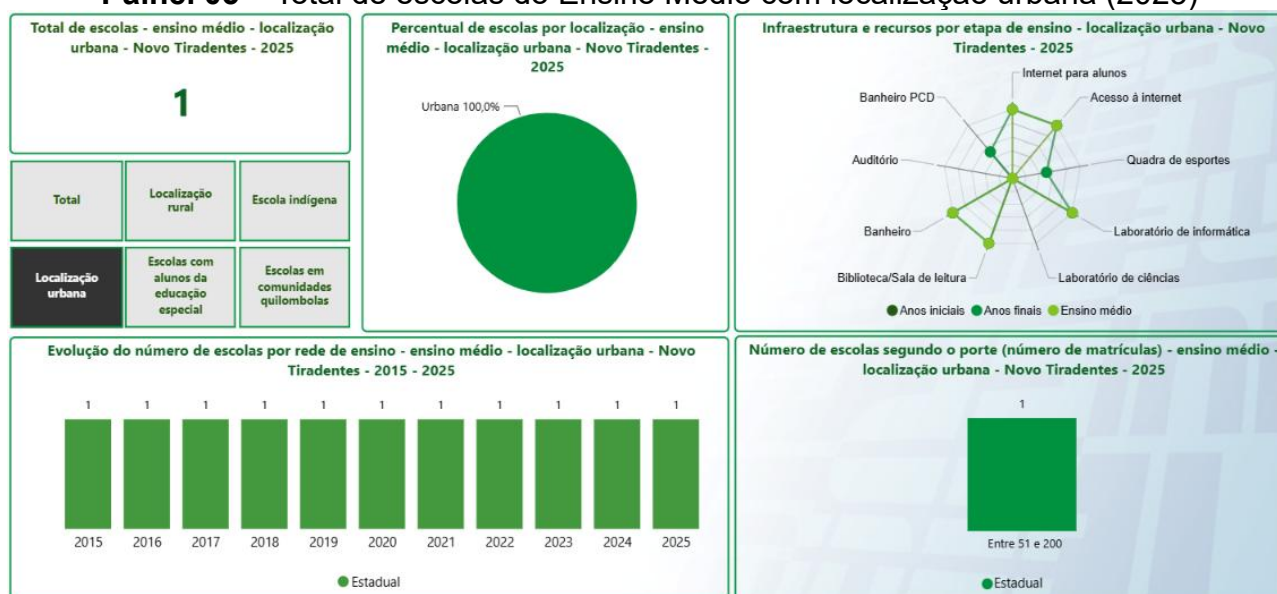
Painel 04 – Total de escolas do Ensino Médio (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

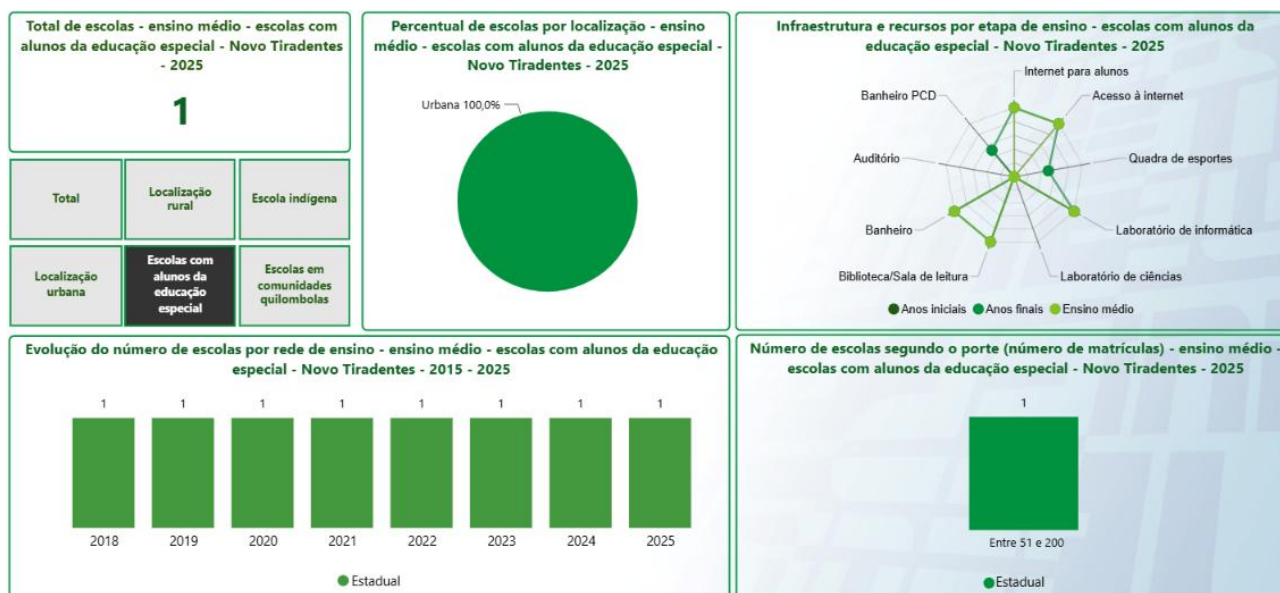
Os dados evidenciam que Novo Tiradentes possui uma estrutura bastante concentrada para a oferta do Ensino Médio, contando com **apenas uma escola em funcionamento em 2025**, pertencente à rede estadual e localizada integralmente na área urbana. A série histórica demonstra estabilidade da oferta ao longo do período de 2015 a 2025, sem abertura ou fechamento de unidades escolares. Embora essa estabilidade represente segurança institucional para a continuidade do atendimento, a existência de uma única escola torna o sistema mais vulnerável a limitações estruturais, logísticas e pedagógicas, uma vez que toda a demanda municipal depende de uma única unidade de ensino.

Painel 05 – Total de escolas do Ensino Médio com localização urbana (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Painel 06 – Total de escolas do Ensino Médio com alunos da educação especial (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Outro aspecto relevante é que essa escola também atende estudantes da Educação Especial, evidenciando que a inclusão está presente na etapa do Ensino Médio. Isso representa um avanço importante na garantia do direito à educação, especialmente porque a permanência dos estudantes público-alvo da Educação Especial tende a se tornar mais desafiadora à medida que aumenta a complexidade curricular. Entretanto, a inclusão efetiva exige investimentos contínuos em acessibilidade, recursos pedagógicos especializados, tecnologias assistivas, formação docente e acompanhamento individualizado, de forma a assegurar não apenas o acesso, mas também a aprendizagem e a conclusão da etapa escolar.

Os painéis também indicam que a escola possui parte dos recursos considerados essenciais para o desenvolvimento das atividades educacionais, como acesso à internet, laboratórios, biblioteca/sala de leitura e espaços esportivos, embora os níveis de disponibilidade variem entre os diferentes recursos. Esse cenário demonstra que a qualidade da infraestrutura é um elemento estratégico para fortalecer a permanência dos estudantes, ampliar oportunidades de aprendizagem e reduzir fatores que possam contribuir para abandono ou trajetórias escolares irregulares.

Considerando o problema analisado — trajetórias escolares irregulares e dificuldades de conclusão na idade adequada —, a existência de apenas uma escola de Ensino Médio exige atenção especial do município e do Estado quanto às condições de acesso e permanência dos estudantes, principalmente daqueles residentes em áreas rurais ou em situação de vulnerabilidade social. Assim, torna-se fundamental fortalecer políticas de transporte escolar, acompanhamento pedagógico, orientação educacional e apoio socioemocional, assegurando que os jovens ingressem, permaneçam e concluam o Ensino Médio com sucesso e na idade esperada.

b) Matrículas no Ensino Médio de Novo Tiradentes

Gráfico 11 - Evolução da matrícula do Ensino Médio (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados referentes às matrículas no Ensino Médio evidenciam que Novo Tiradentes vem enfrentando uma **redução gradual do número de estudantes matriculados ao longo da última década**. Em 2015, o município registrava aproximadamente 94 matrículas, enquanto em 2025 esse número caiu para 57 estudantes. A série histórica demonstra oscilações moderadas ao longo do período, com recuperação entre 2019 e 2022, quando as matrículas voltaram a superar 80 estudantes, mas posteriormente retomaram a trajetória de queda. Essa redução acumulada superior a 35% sugere mudanças demográficas, diminuição das coortes de jovens em idade escolar e possíveis impactos relacionados à permanência e continuidade dos estudos após a conclusão do Ensino Fundamental.

Gráfico 12 – Matrícula do Ensino Médio por localização geográfica (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

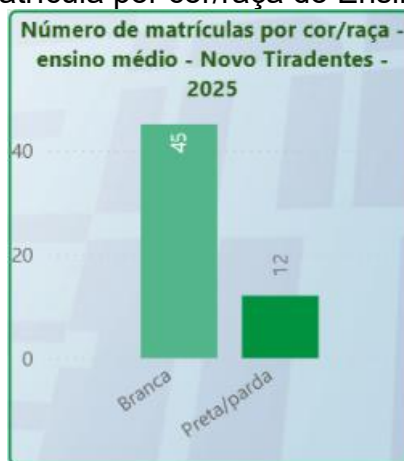
Outro aspecto importante é que todas as matrículas do Ensino Médio estão concentradas na **área urbana**, totalizando 57 estudantes em 2025. Embora a existência de uma única escola urbana facilite a organização da oferta educacional, esse cenário pode representar desafios para estudantes residentes em comunidades rurais, especialmente em relação ao transporte escolar, ao tempo de deslocamento e à permanência na escola. Em municípios de pequeno porte, essas barreiras podem influenciar diretamente a frequência escolar e aumentar o risco de abandono ou interrupção da trajetória educacional, principalmente entre jovens em situação de vulnerabilidade social.

A análise dos dados indica que o principal desafio de Novo Tiradentes não está necessariamente no acesso ao Ensino Médio, mas na capacidade de manter os estudantes matriculados e garantir sua conclusão na idade adequada. A redução contínua das matrículas pode sinalizar a necessidade de fortalecer estratégias de acompanhamento dos jovens, orientação profissional, ampliação de oportunidades educacionais e articulação entre Ensino Fundamental e Ensino Médio. Dessa forma, torna-se fundamental desenvolver

ações voltadas à permanência, ao engajamento dos estudantes e à prevenção da evasão escolar, assegurando que os jovens concluam a Educação Básica com melhores perspectivas de formação e inserção social.

c) Matrículas por cor/raça no Ensino Médio

Gráfico 13 - Matrícula por cor/raça do Ensino Médio (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados de 2025 mostram que o Ensino Médio de Novo Tiradentes possui **57 matrículas**, sendo **45 estudantes autodeclarados brancos** e **12 estudantes autodeclarados pretos ou pardos**. A distribuição evidencia uma predominância de estudantes brancos, que representam aproximadamente 79% das matrículas, enquanto os estudantes pretos e pardos correspondem a cerca de 21% do total. Essa composição acompanha as características demográficas do município e da região, mas também reforça a necessidade de monitorar a permanência e o desempenho escolar dos grupos historicamente mais vulnerabilizados.

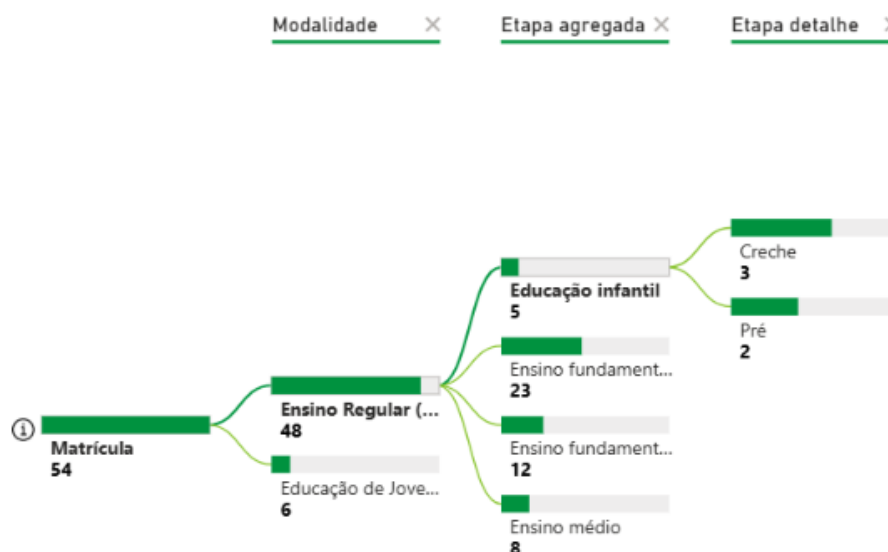
A presença de estudantes pretos e pardos no Ensino Médio demonstra que esses grupos estão alcançando as etapas finais da Educação Básica, o que representa um aspecto positivo em termos de acesso educacional. Entretanto, considerando que o Ensino Médio é a etapa em que historicamente se observam maiores índices de evasão, abandono e distorção idade-série, torna-se fundamental acompanhar indicadores de rendimento, frequência e conclusão de forma desagregada por cor/raça. Esse monitoramento é essencial para identificar possíveis desigualdades e orientar políticas públicas voltadas à promoção da equidade educacional.

Sob a perspectiva das trajetórias escolares, os dados indicam que o município deve fortalecer ações que promovam a inclusão, o respeito à diversidade e a valorização das identidades étnico-raciais, em consonância com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Mais do que garantir o acesso à escola, o desafio consiste em assegurar que todos os estudantes tenham oportunidades equivalentes de aprendizagem, permanência e conclusão do Ensino Médio, contribuindo para a redução das desigualdades e para a construção de uma educação pública mais justa, democrática e inclusiva.

d) Matrículas na Educação Especial no Ensino Médio

Imagem 03 - Evolução da matrícula na Educação Especial do Ensino Médio (2015-2025)

Número de matrículas por etapa de ensino - educação especial - Novo Tiradentes - 2025



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 14 - Evolução da matrícula na Educação Especial do Ensino Médio (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados evidenciam um avanço significativo da inclusão educacional no Ensino Médio de Novo Tiradentes ao longo dos últimos anos. Entre 2018 e 2025, o número de estudantes da Educação Especial matriculados nessa etapa passou de **2 para 8 matrículas**, alcançando o maior patamar da série histórica em 2024, com **11 estudantes**. Esse crescimento demonstra que um número cada vez maior de estudantes público-alvo da Educação Especial está conseguindo não apenas acessar a escola, mas também avançar até as etapas finais da Educação Básica, refletindo o fortalecimento das políticas de inclusão e permanência escolar.

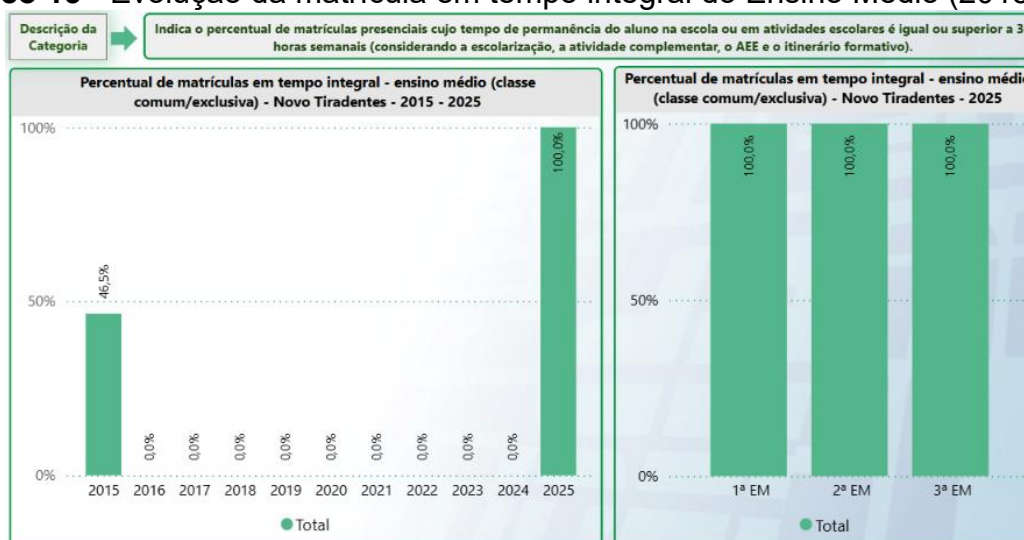
Em 2025, o município registra **8 matrículas da Educação Especial no Ensino Médio**, inseridas em um universo de 57 estudantes matriculados nessa etapa. Isso significa que aproximadamente **14% dos estudantes do Ensino Médio pertencem ao público da Educação Especial**, percentual expressivo para uma rede de pequeno porte. Esse cenário evidencia a necessidade de garantir condições adequadas de acessibilidade, acompanhamento pedagógico, atendimento educacional especializado e estratégias de flexibilização curricular, uma vez que o Ensino Médio apresenta maiores exigências

acadêmicas e desafios para a permanência dos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e outras necessidades educacionais específicas.

Embora os resultados revelem avanços importantes na inclusão, a redução observada entre 2024 (11 matrículas) e 2025 (8 matrículas) merece acompanhamento por parte da gestão educacional. Essa diminuição pode estar relacionada à conclusão dos estudos por parte de alguns estudantes, mas também pode indicar dificuldades de permanência ou continuidade da trajetória escolar. Nesse contexto, torna-se fundamental monitorar os indicadores de frequência, rendimento e conclusão da Educação Especial no Ensino Médio, fortalecendo ações de apoio pedagógico, orientação educacional e articulação com as famílias para assegurar que esses estudantes concluam a Educação Básica na idade adequada e com oportunidades efetivas de desenvolvimento pessoal, acadêmico e social.

e) Matrículas em tempo integral no Ensino Médio

Gráfico 15 - Evolução da matrícula em tempo integral do Ensino Médio (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

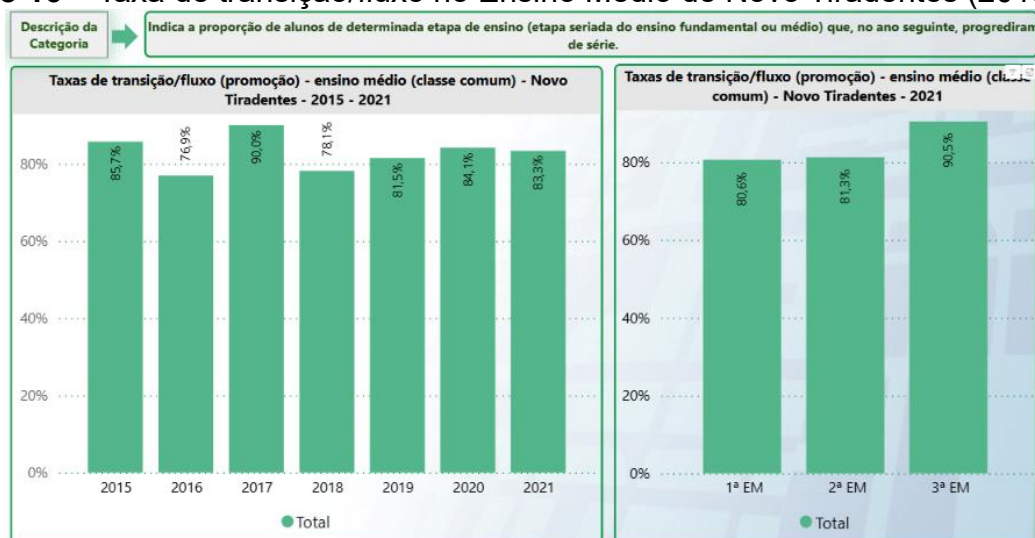
Os dados revelam uma mudança significativa na oferta de **Educação em Tempo Integral no Ensino Médio** de Novo Tiradentes ao longo da série histórica. Entre 2016 e 2024, o município não registrou matrículas em tempo integral nessa etapa, mantendo percentuais próximos de zero. Em contrapartida, em **2025 ocorre uma transformação expressiva**, quando o percentual de matrículas em tempo integral atinge **100% dos estudantes do Ensino Médio**, indicando uma reestruturação importante da oferta educacional local.

A universalização da jornada ampliada representa um avanço relevante para a qualidade da educação e para o enfrentamento das trajetórias escolares irregulares. A ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola possibilita o fortalecimento das aprendizagens, o desenvolvimento de projetos integradores, o aprofundamento curricular e a ampliação das oportunidades formativas previstas no Novo Ensino Médio. Além disso, a educação em tempo integral contribui para o fortalecimento dos vínculos dos jovens com a escola, reduzindo fatores associados à evasão, ao abandono e à baixa participação escolar.

Os dados também mostram que a cobertura de 100% alcança as três séries do Ensino Médio (1º, 2º e 3º ano), demonstrando que a política foi implementada de forma abrangente e não apenas para uma parte dos estudantes. Esse aspecto é particularmente relevante em um município de pequeno porte, pois amplia as possibilidades de construção de trajetórias escolares mais consistentes e alinhadas às necessidades dos jovens. Entretanto, o sucesso dessa estratégia dependerá da capacidade de garantir infraestrutura adequada, formação docente, diversificação curricular e acompanhamento pedagógico permanente, assegurando que a ampliação da jornada resulte efetivamente em melhoria da aprendizagem e aumento das taxas de conclusão na idade adequada.

f) Taxa de transição/fluxo no Ensino Médio

Gráfico 16 – Taxa de transição/fluxo no Ensino Médio de Novo Tiradentes (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados de fluxo escolar do Ensino Médio indicam que Novo Tiradentes apresenta resultados relativamente positivos quanto à progressão dos estudantes, com taxas de transição variando entre aproximadamente **77% e 90%** ao longo do período analisado. Apesar das oscilações observadas entre 2015 e 2021, o município mantém níveis de promoção superiores a 75%, demonstrando que a maior parte dos estudantes consegue avançar regularmente entre as séries. Entretanto, os índices permanecem abaixo da universalização desejada, evidenciando que uma parcela dos jovens ainda enfrenta situações de reprovação, abandono ou retenção escolar que comprometem a conclusão da Educação Básica na idade adequada.

A análise por série revela diferenças importantes dentro da própria etapa. Em 2021, a taxa de transição foi de aproximadamente **84,6% no 1º ano, 83,7% no 2º ano e 90,6% no 3º ano do Ensino Médio**. Esses resultados sugerem que os maiores desafios se concentram nos anos iniciais da etapa, especialmente durante a adaptação ao Ensino Médio, período marcado por mudanças curriculares, aumento das exigências acadêmicas e, muitas vezes, necessidade de conciliar estudos, trabalho e responsabilidades familiares. O desempenho mais elevado no 3º ano indica que os estudantes que permanecem na escola tendem a concluir a etapa com maior êxito.

Sob a perspectiva das trajetórias escolares, os dados demonstram que Novo Tiradentes possui condições favoráveis de permanência, mas ainda enfrenta desafios para garantir a progressão plena de todos os estudantes. As taxas inferiores a 100% indicam a necessidade de fortalecer ações de acompanhamento pedagógico, recuperação das aprendizagens, busca ativa e apoio socioemocional, especialmente para jovens em situação de vulnerabilidade social. A melhoria dos indicadores de fluxo escolar constitui elemento estratégico para reduzir a distorção idade-série, elevar as taxas de conclusão e assegurar que um número cada vez maior de estudantes conclua o Ensino Médio com sucesso e dentro da idade esperada.

Fontes consultadas:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Cidades e Estados
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)
- Painel de Indicadores Educacionais do Rio Grande do Sul (Power BI)
- Censo Escolar da Educação Básica – INEP/MEC
- Legislação e documentos orientadores

B) ANÁLISE CAUSAL

Com base na análise integral do diagnóstico de **Novo Tiradentes**, as causas do Problema 04 podem ser identificadas a partir dos fatores que aparecem de forma recorrente nos dados de acesso, permanência, fluxo escolar, inclusão, equidade e oferta educacional. Algumas causas possuem caráter mais estrutural e ajudam a explicar as dificuldades relacionadas às trajetórias escolares irregulares e à não conclusão da Educação Básica na idade adequada.

Causa 01. Fragilidades na transição entre os anos iniciais, os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio: os dados evidenciam redução das matrículas entre os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e uma diminuição ainda mais expressiva no Ensino Médio. Além disso, observa-se queda do IDEB dos anos iniciais para os anos finais, indicando que as transições entre etapas representam momentos de maior vulnerabilidade para os estudantes.

Causa 02. Dificuldades de permanência e aprendizagem nos anos finais do Ensino Fundamental: as taxas de transição nos anos finais apresentam maior oscilação do que nos anos iniciais, especialmente no 8º ano, sugerindo dificuldades relacionadas à aprendizagem, à progressão escolar e ao enfrentamento das exigências curriculares mais complexas dessa etapa.

Causa 03. Redução progressiva das matrículas ao longo da trajetória escolar: a diminuição do número de estudantes entre os anos iniciais, anos finais e Ensino Médio sugere possíveis situações de evasão, transferência para outros municípios, abandono ou dificuldades de permanência, exigindo monitoramento contínuo das trajetórias escolares.

Causa 04. Oferta insuficiente e desigual de educação em tempo integral: embora os anos iniciais apresentem cobertura significativa de tempo integral, os anos finais registram apenas 3% das matrículas nessa modalidade em 2025. Essa limitação reduz oportunidades de recomposição das aprendizagens, fortalecimento do vínculo escolar e proteção social dos estudantes.

Causa 05. Limitações na infraestrutura, conectividade e recursos pedagógicos: o documento evidencia diferenças na disponibilidade de internet para estudantes,

bibliotecas, laboratórios, banheiros acessíveis, quadras esportivas e outros recursos educacionais, fatores que influenciam diretamente as condições de aprendizagem e permanência escolar.

Causa 06. Necessidade de fortalecimento da inclusão e do acompanhamento dos estudantes da Educação Especial: apesar do crescimento das matrículas da Educação Especial, observa-se redução do número de estudantes entre os anos iniciais e finais, indicando possíveis desafios relacionados à permanência, à progressão escolar, às adaptações curriculares e ao atendimento especializado.

Causa 07. Vulnerabilidades sociais, étnico-raciais e territoriais: a presença de estudantes pretos, pardos e indígenas, associada à necessidade de monitoramento específico de suas trajetórias educacionais, evidencia a importância de fortalecer políticas de equidade e combate às desigualdades que impactam o acesso, a permanência e a conclusão escolar.

Causa 08. Necessidade de maior articulação entre as redes municipal e estadual: o Ensino Fundamental é compartilhado entre as redes municipal e estadual, enquanto o Ensino Médio é ofertado exclusivamente pela rede estadual. Esse cenário exige alinhamento pedagógico e acompanhamento conjunto das transições escolares para evitar descontinuidades na trajetória dos estudantes.

Causa 09. Concentração da oferta educacional em poucas unidades escolares: o município possui apenas duas escolas de Ensino Fundamental e uma escola de Ensino Médio. Essa estrutura reduzida torna a rede mais vulnerável a limitações de infraestrutura, oferta de serviços especializados, transporte escolar e acesso dos estudantes residentes em localidades mais distantes.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01. Fragilidades na transição entre os anos iniciais, anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.**
- **Causa 02. Dificuldades de permanência e aprendizagem nos anos finais do Ensino Fundamental.**
- **Causa 03. Redução progressiva das matrículas ao longo da trajetória escolar.**
- **Causa 04. Oferta insuficiente e desigual de educação em tempo integral.**
- **Causa 05. Limitações na infraestrutura, conectividade e recursos pedagógicos.**
- **Causa 06. Necessidade de fortalecimento da inclusão e do acompanhamento dos estudantes da Educação Especial.**
- **Causa 07. Vulnerabilidades sociais, étnico-raciais e territoriais.**
- **Causa 08. Necessidade de maior articulação entre as redes municipal e estadual.**

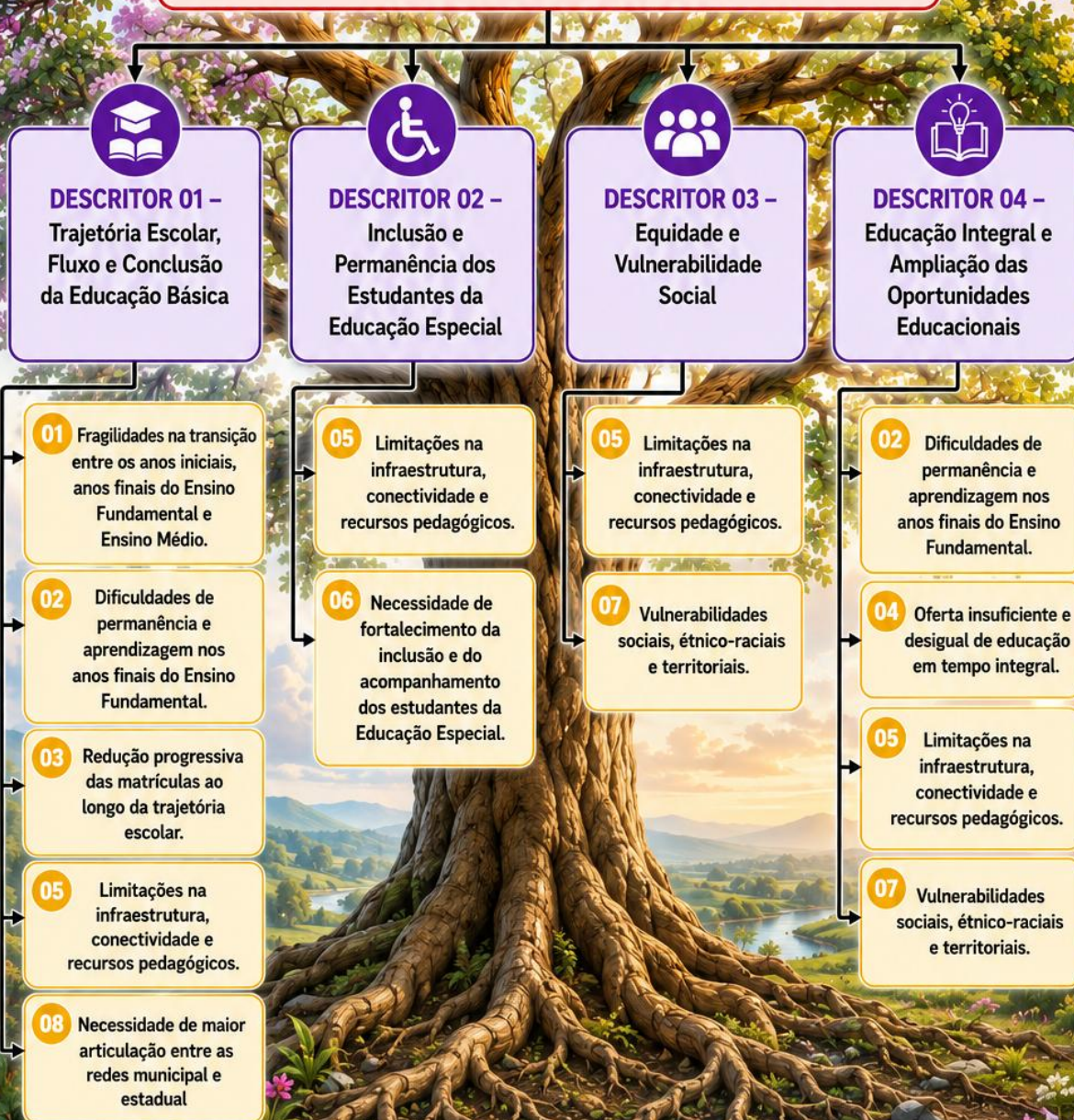
C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 04 – Árvore dos problemas do Tema 04 do PME

TEMA 04 - ACESSO, TRAJETÓRIA E CONCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO – NOVO TIRADENTES

PROBLEMA 04:

GRANDE NÚMERO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS EM IDADE ESCOLAR OBRIGATÓRIA POSSUEM TRAJETÓRIAS ESCOLARES IRREGULARES E NÃO CONCLUEM OS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO NA IDADE ADEQUADA, NÚMERO QUE SE TORNA MAIOR ENTRE AS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.



LEGENDA



Problema



Descritor



Causa

Fonte: autoria própria.

6. TEMA 05 - APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO

Problema 05: ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO ENSINO MÉDIO NÃO ALCANÇAM O NÍVEL ADEQUADO DE APRENDIZADO EM RELAÇÃO AO SEU ANO DE ESTUDO, HAVENDO PERSISTENTES DESIGUALDADES ENTRE AS POPULAÇÕES DE BAIXO NÍVEL SOCIOECONÔMICO E AS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise dos indicadores educacionais de Novo Tiradentes evidencia que, embora o município apresente resultados positivos em alguns aspectos da aprendizagem, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, persistem desafios importantes para garantir que todos os estudantes alcancem os níveis de conhecimento esperados ao longo da Educação Básica. Os dados revelam avanços relacionados ao IDEB dos anos iniciais e finais, à elevada qualificação dos docentes, à estabilidade das equipes escolares e aos bons índices de participação nas avaliações externas. Entretanto, permanecem fragilidades associadas à infraestrutura educacional, à formação continuada de gestores, à distorção idade-série, aos resultados de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática e, principalmente, às dificuldades observadas no Ensino Médio, etapa que apresenta os indicadores mais preocupantes de aprendizagem, abandono escolar e conclusão dos estudos. Esse cenário demonstra a necessidade de fortalecer ações voltadas à recomposição das aprendizagens, à qualificação da gestão pedagógica, à ampliação das condições de ensino e à promoção da equidade educacional, assegurando que todos os estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social e econômica, tenham oportunidades efetivas de aprendizagem e sucesso escolar ao longo de sua trajetória educacional.

DESCRITORES⁶ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01: Infraestrutura das escolas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio incompleta e insuficiente.**
- ➔ **Descritor 02: IDEB dos anos iniciais ensino fundamental em 2023 foi de 6.4 enquanto a meta era de 6.0.**
- ➔ **Descritor 03: IDEB dos anos finais ensino fundamental em 2023 foi de 5.5 atingindo exatamente a meta.**
- ➔ **Descritor 04: IDEB do ensino médio em 2023 foi de 3.5 enquanto a meta era de 5.2**
- ➔ **Descritor 05: Em 2025 apenas 33,33% dos gestores escolares tinham formação continuada em gestão escolar**
- ➔ **Descritor 06: Em 2025 96,7% dos docentes tinha formação em nível superior licenciatura no Ensino Fundamental.**
- ➔ **Descritor 07: O município registra 5% dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental em situação de distorção idade-série.**
- ➔ **Descritor 08: Na avaliação do SAERS 2025 em Língua Portuguesa no 5º ano, o município alcançou proficiência média de 238 pontos, com 95% de participação.**

⁶ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

- **Descritor 09:** Na avaliação do SAERS 2025 em Matemática no 5º ano, a proficiência média foi de 237 pontos, também com 95% de participação.
- **Descritor 10:** O município ainda registra aproximadamente 4% dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental em situação de distorção idade-série.
- **Descritor 11:** Na avaliação do SAERS 2025, os estudantes do 9º ano alcançaram proficiência média de 270 pontos em Língua Portuguesa, com 100% de participação dos estudantes previstos.
- **Descritor 12:** No SAERS 2025, em Matemática, a proficiência média dos estudantes do 9º alcançou 272 pontos, também com 100% de participação.
- **Descritor 13:** No ensino médio, aproximadamente 7,7% dos estudantes abandonam a escola.
- **Descritor 14:** No ensino médio, aproximadamente 12,39% dos estudantes encontram-se em atraso escolar (distorção idade-série).
- **Descritor 15:** Na avaliação do SAERS 2025, os estudantes do 3º ano do Ensino Médio alcançaram proficiência média de 267 pontos em Língua Portuguesa, com 100% de participação.
- **Descritor 16:** Na avaliação do SAERS 2025, os estudantes do 3º ano do Ensino Médio alcançaram proficiência média de 280 pontos em Matemática, com 100% de participação.
- **Descritor 17:** A taxa de concluintes do ensino médio que realizaram ENEM foi de 22%.

1) Dados comuns do Ensino Fundamental e Médio quanto a infraestrutura

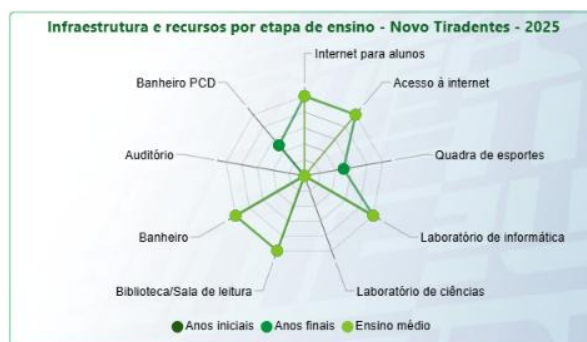
a) Infraestrutura das escolas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio

Painel 01 – Infraestrutura e recursos das escolas do ensino fundamental e médio (2025)



Fonte: <https://gedu.org.br/municipio/4313441-novo-tiradentes> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 01 – Infraestrutura e recursos das escolas por etapa de ensino (2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A análise mostra que o município possui avanços importantes em itens básicos, como **alimentação escolar, água potável, energia elétrica e coleta periódica de lixo**, todos presentes em 100% das escolas. No entanto, há fragilidades significativas em aspectos estruturais e pedagógicos: apenas **50% das escolas possuem acessibilidade, 50% contam com biblioteca, 50% têm laboratório de informática**, somente **25% possuem quadra de esportes**, e há ausência de **laboratório de ciências, esgoto público e banda larga**. Esses dados indicam que, embora as condições mínimas de funcionamento estejam garantidas, a rede ainda apresenta limitações para assegurar uma aprendizagem mais ampla, inclusiva e equitativa.

A ausência de banda larga e de laboratório de ciências compromete especialmente o desenvolvimento de práticas pedagógicas investigativas, digitais e interdisciplinares, fundamentais para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Da mesma forma, a baixa presença de bibliotecas e laboratórios de informática reduz as oportunidades de leitura, pesquisa, produção textual, letramento digital e aprofundamento dos conteúdos escolares. Isso pode impactar diretamente o desempenho dos estudantes, principalmente daqueles em situação de maior vulnerabilidade, que dependem mais da escola para acessar recursos culturais, tecnológicos e pedagógicos.

Outro ponto crítico é a acessibilidade, presente em apenas metade das escolas. Esse dado revela desafios para a inclusão plena dos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, podendo limitar a permanência, a participação e o desenvolvimento integral desses estudantes. A infraestrutura insuficiente, portanto, não deve ser vista apenas como uma questão física, mas como um fator que interfere na equidade, na qualidade do ensino e na garantia do direito à aprendizagem.

Assim, em Novo Tiradentes/RS, a análise dos dados evidencia que a melhoria da aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio exige investimentos estruturais e pedagógicos articulados. É necessário fortalecer bibliotecas, laboratórios, conectividade, acessibilidade e espaços adequados para práticas esportivas e científicas, garantindo que todas as escolas ofereçam condições mais completas para ensinar, aprender, incluir e reduzir desigualdades educacionais.

2) Dados comuns do Ensino Fundamental e Médio quanto a área pedagógica

a) IDEB

Painel 02 – IDEB do ensino fundamental e médio (2023)

Composição do Ideb

O Ideb é calculado como a média dos resultados padronizados do Saeb de português e matemática multiplicados pela taxa de aprovação do Censo Escolar.

Pública

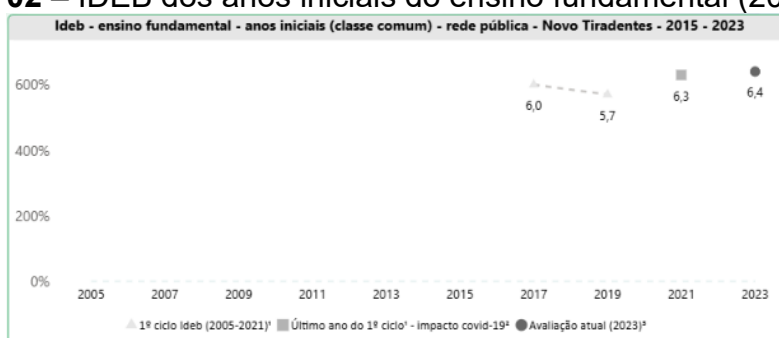
	Matemática	Português	Aprovação	Ideb
Anos Iniciais	6,74	6,1	1	6,4
Anos Finais	5,65	5,74	0,97	5,5
Ensino Médio	4,47	4,33	0,79	3,5

Legenda

Fonte: Saeb/Ideb, Inep - 2023

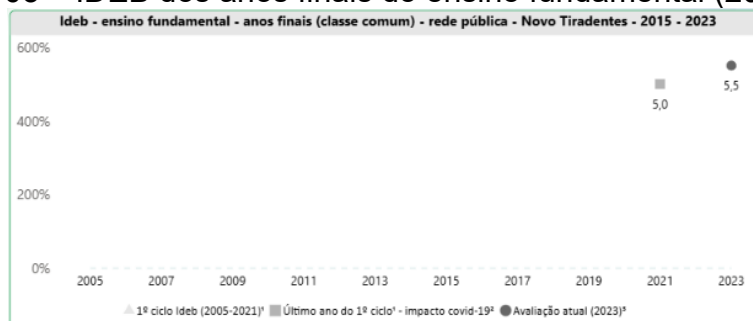
Fonte: <https://gedu.org.br/municipio/4313441-novo-tiradentes> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 02 – IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental (2005-2023)



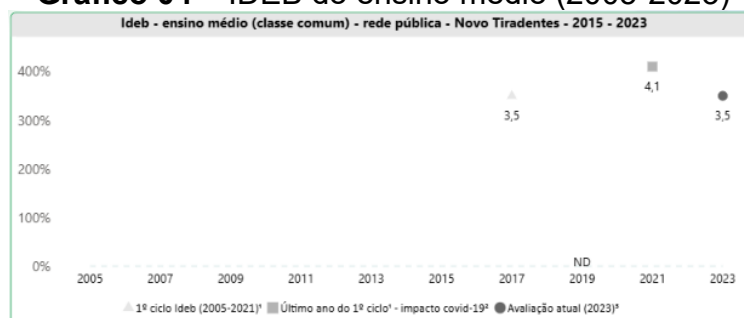
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 03 – IDEB dos anos finais do ensino fundamental (2005-2023)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 04 – IDEB do ensino médio (2005-2023)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os resultados do IDEB de 2023 revelam um cenário educacional heterogêneo em Novo Tiradentes. Os anos iniciais do Ensino Fundamental alcançaram índice 6,4, demonstrando desempenho satisfatório e acima das médias historicamente observadas em

muitos municípios brasileiros. Esse resultado é sustentado por uma combinação positiva entre desempenho acadêmico e taxa de aprovação de 100%, evidenciando que os estudantes conseguem avançar nas etapas escolares com bons níveis de aprendizagem.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, o IDEB atingiu 5,5, resultado inferior ao observado nos anos iniciais e que evidencia uma redução do desempenho ao longo da trajetória escolar. Embora a taxa de aprovação permaneça elevada (97%), as proficiências em Língua Portuguesa e Matemática apresentam declínio quando comparadas às etapas iniciais, sinalizando dificuldades na consolidação das competências mais complexas exigidas nessa fase. Esse comportamento é recorrente em diversos sistemas educacionais e costuma estar relacionado à maior fragmentação curricular, ao aumento do número de componentes curriculares e às dificuldades próprias da adolescência.

O dado mais preocupante encontra-se no Ensino Médio, cujo IDEB foi de apenas 3,5, acompanhado por taxa de aprovação de 79% e níveis de proficiência significativamente inferiores aos observados nas demais etapas. Esse resultado evidencia que uma parcela importante dos estudantes conclui a Educação Básica sem alcançar os conhecimentos esperados para sua idade e série, comprometendo a continuidade dos estudos, a inserção profissional e o exercício pleno da cidadania.

A análise histórica dos gráficos demonstra que, embora os anos iniciais apresentem trajetória positiva e relativamente estável, os anos finais e principalmente o Ensino Médio ainda enfrenta desafios estruturais para garantir a aprendizagem adequada. A redução progressiva dos indicadores ao longo da escolarização sugere que o município precisa fortalecer políticas de acompanhamento da aprendizagem, recuperação contínua, recomposição das aprendizagens e transição entre etapas.

b) Dados dos gestores do Ensino Fundamental e Ensino Médio

Gráfico 05 – Evolução da escolaridade dos gestores (2019-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados referentes à formação dos gestores revelam um aspecto extremamente positivo da rede municipal e estadual presente no município. Entre 2019 e 2025, 100% dos gestores possuíam formação superior completa, demonstrando elevado nível de escolarização dos profissionais responsáveis pela liderança das instituições de ensino.

Esse indicador representa uma importante potencialidade para o sistema educacional, pois gestores com formação superior tendem a possuir melhores condições para interpretar indicadores educacionais, conduzir processos de planejamento, acompanhar resultados e liderar equipes pedagógicas. Além disso, a formação acadêmica

contribui para a implementação de práticas de gestão baseadas em evidências e alinhadas às políticas educacionais contemporâneas.

Entretanto, a existência de gestores qualificados não garante, por si só, melhores resultados de aprendizagem. Os dados do IDEB mostram que ainda há dificuldades significativas, especialmente no Ensino Médio, indicando que a formação acadêmica precisa estar associada a processos permanentes de desenvolvimento profissional e a condições adequadas para a gestão pedagógica.

Gráfico 06 – Percentual de gestores com e sem formação continuada em gestão escolar (2019-2025)



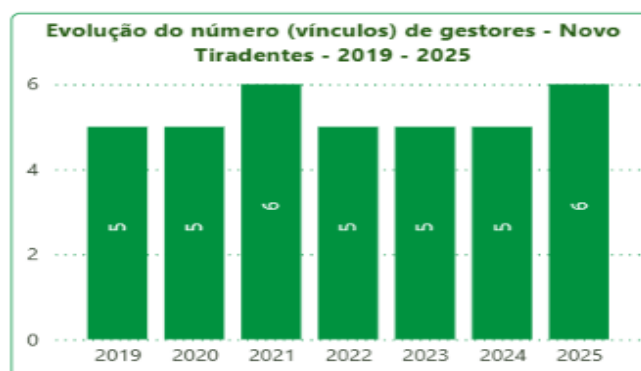
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A análise da formação continuada evidencia uma mudança importante no período mais recente. Entre 2019 e 2024, o município registrava 100% dos gestores com participação em formação continuada em gestão escolar, demonstrando forte investimento na qualificação das lideranças educacionais.

Entretanto, em 2025 observa-se uma redução significativa, com apenas 66,7% dos gestores participando de processos formativos, enquanto 33,3% não registravam formação continuada. Esse dado merece atenção, pois a formação continuada é fundamental para atualizar conhecimentos sobre currículo, avaliação, gestão pedagógica, inclusão, tecnologia educacional e planejamento estratégico.

Em um contexto de rápidas transformações educacionais e de necessidade de recomposição das aprendizagens, a diminuição da participação em programas formativos pode impactar a capacidade das escolas de responder adequadamente aos desafios contemporâneos. Portanto, a retomada da universalização da formação continuada dos gestores constitui uma estratégia importante para fortalecer a qualidade da educação no município.

Gráfico 07 – Evolução do número de gestores (2019-2025)

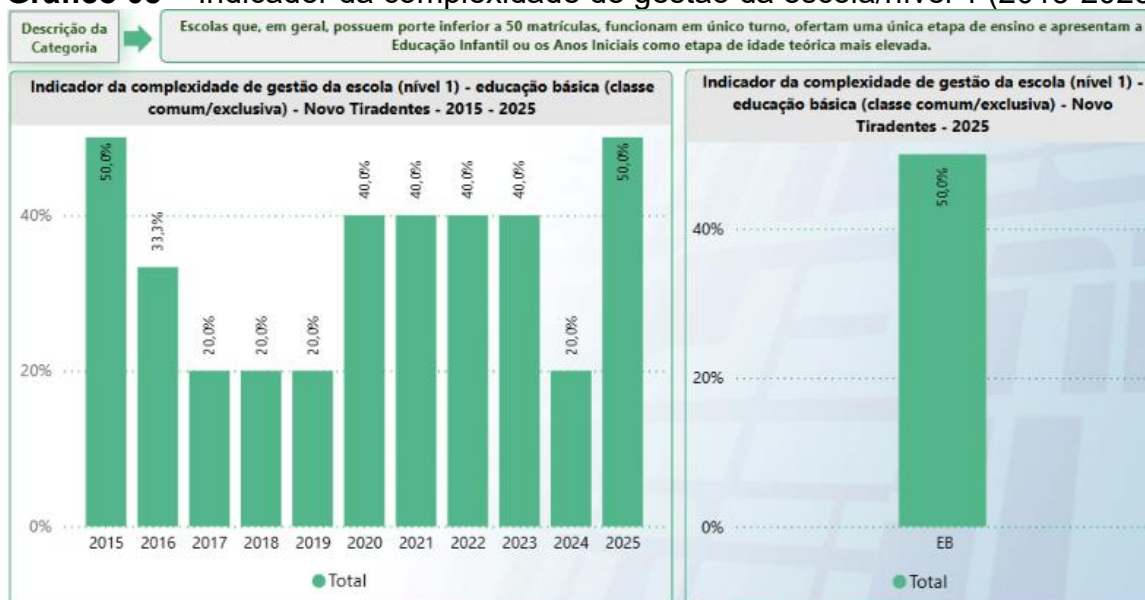


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O quantitativo de gestores manteve-se relativamente estável entre 2019 e 2025, variando entre cinco e seis profissionais ao longo do período analisado. Essa estabilidade demonstra certa consistência na estrutura administrativa das escolas, favorecendo a continuidade das ações pedagógicas e dos processos de gestão.

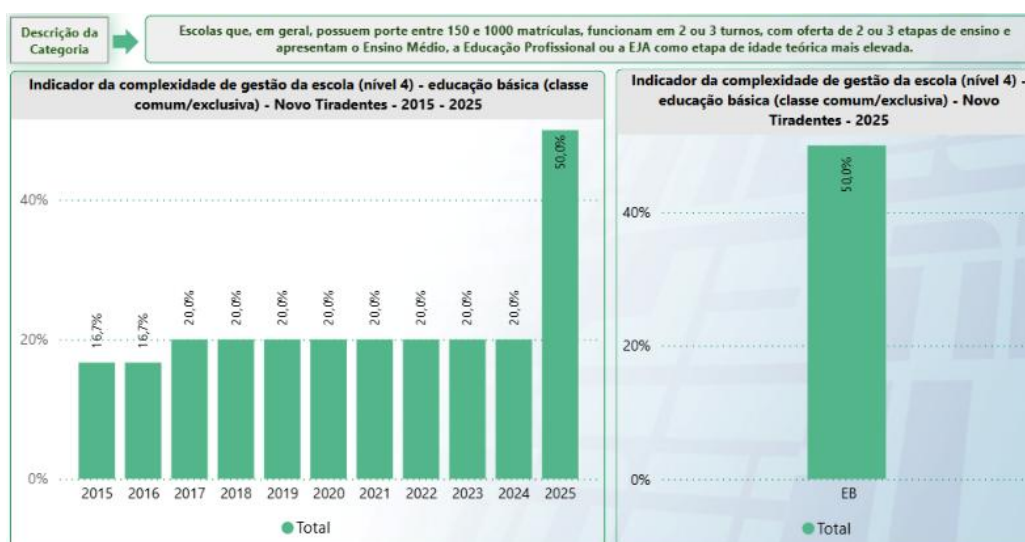
A permanência de equipes gestoras tende a contribuir para a construção de projetos pedagógicos mais sólidos, para o fortalecimento da cultura institucional e para o acompanhamento mais efetivo dos indicadores educacionais. Contudo, em municípios de pequeno porte, como Novo Tiradentes, a estabilidade do número de gestores também exige atenção à distribuição das responsabilidades administrativas e pedagógicas, evitando sobrecarga de trabalho e garantindo condições adequadas para o exercício da liderança escolar.

Gráfico 08 – Indicador da complexidade de gestão da escola/nível 1 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 09 – Indicador da complexidade de gestão da escola/nível 4 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os indicadores de complexidade da gestão escolar revelam um sistema educacional composto por realidades distintas. Em 2025, aproximadamente metade das escolas enquadrava-se no Nível 1 de complexidade, caracterizado por instituições menores, com menor número de matrículas e estrutura organizacional mais simples. A outra metade encontrava-se no Nível 4, que corresponde a escolas com maior número de estudantes, mais etapas de ensino e demandas administrativas e pedagógicas mais complexas.

Essa coexistência de diferentes níveis de complexidade exige estratégias diferenciadas de gestão. Enquanto escolas menores podem desenvolver acompanhamento mais individualizado dos estudantes, escolas mais complexas necessitam de maior capacidade de coordenação pedagógica, gestão de pessoas, planejamento curricular e monitoramento de resultados.

Além disso, escolas classificadas em níveis mais elevados de complexidade geralmente enfrentam maiores desafios relacionados à diversidade dos estudantes, às demandas de inclusão, à articulação entre etapas de ensino e ao enfrentamento das desigualdades educacionais. Dessa forma, a presença de escolas de Nível 4 reforça a necessidade de suporte técnico, formação continuada e políticas de acompanhamento específicas para as equipes gestoras.

Síntese Analítica:

A análise dos dados evidencia que Novo Tiradentes possui importantes fortalezas, como a elevada escolaridade dos gestores, a histórica participação em formação continuada, a estabilidade das equipes de gestão e os bons resultados dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Entretanto, os indicadores também revelam desafios significativos relacionados à manutenção da qualidade da aprendizagem ao longo da trajetória escolar, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental e, de forma mais intensa, no Ensino Médio.

Os resultados sugerem que o principal desafio do município não está apenas no acesso à educação, mas sobretudo na garantia da aprendizagem progressiva e consistente ao longo das diferentes etapas da Educação Básica. Para enfrentar esse cenário, torna-se fundamental fortalecer políticas de recomposição das aprendizagens, acompanhamento pedagógico sistemático, formação continuada das equipes gestoras e docentes,

monitoramento dos indicadores educacionais e ações específicas voltadas aos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Dessa forma, a superação do problema identificado dependerá da articulação entre gestão escolar qualificada, práticas pedagógicas eficazes, monitoramento permanente dos resultados e políticas de equidade capazes de assegurar que todos os estudantes aprendam na idade adequada e concluam sua trajetória escolar com sucesso.

3) Ensino Fundamental anos iniciais e finais quanto a área pedagógica

a) Dados dos docentes do Ensino Fundamental

Gráfico 10 – Evolução do número de docentes do Ensino Fundamental (2015-2025)



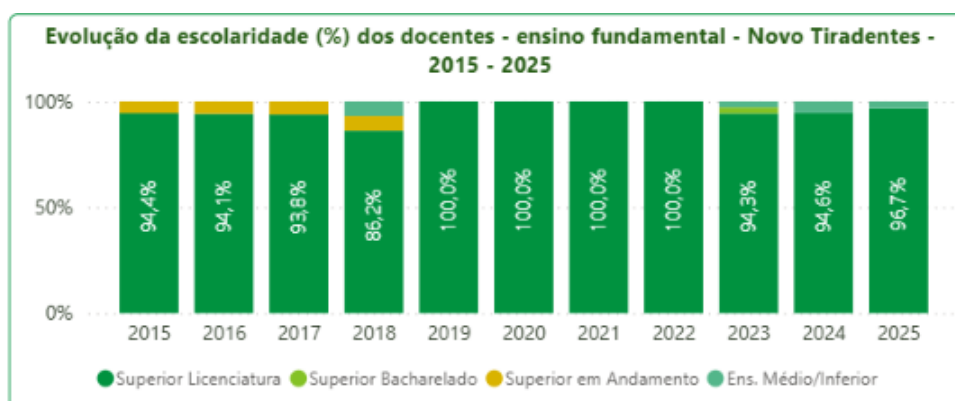
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados evidenciam que o quadro docente do Ensino Fundamental apresentou relativa estabilidade entre 2015 e 2025, oscilando entre 29 e 37 professores ao longo da série histórica. Observa-se uma redução gradual entre 2015 e 2018, seguida por um período de recuperação e crescimento até 2024, quando o município alcançou o maior quantitativo da série, com 37 docentes. Em 2025 ocorre uma nova redução para 30 profissionais.

Essa variação sugere que a rede vem ajustando seu quadro funcional em resposta às mudanças demográficas, às matrículas e à organização da oferta educacional. Embora a redução recente não represente, isoladamente, um problema, ela merece acompanhamento, pois a disponibilidade adequada de professores influencia diretamente fatores como tamanho das turmas, atendimento individualizado, acompanhamento pedagógico e recuperação das aprendizagens.

A estabilidade observada ao longo da década constitui um aspecto positivo, pois favorece a continuidade dos projetos pedagógicos, o fortalecimento dos vínculos com os estudantes e a consolidação de práticas educacionais alinhadas às necessidades da rede municipal.

Gráfico 11 – Evolução da escolaridade dos docentes do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os indicadores de escolaridade revelam um dos principais pontos fortes da educação do município. Entre 2015 e 2025, a ampla maioria dos docentes possuía formação superior em licenciatura, chegando a atingir 100% em diversos anos da série histórica. Em 2025, aproximadamente 96,7% dos professores possuíam licenciatura completa.

Esse resultado demonstra elevado nível de qualificação acadêmica dos profissionais que atuam no Ensino Fundamental, refletindo o cumprimento das exigências legais da carreira docente e evidenciando compromisso institucional com a profissionalização da educação.

A elevada escolarização dos professores representa um fator estratégico para a melhoria da aprendizagem, pois amplia as possibilidades de planejamento pedagógico qualificado, domínio dos conteúdos curriculares, utilização de metodologias diversificadas e desenvolvimento de práticas avaliativas mais consistentes.

Entretanto, embora a formação inicial seja fundamental, os resultados educacionais dependem também da qualidade da formação continuada, do apoio pedagógico oferecido pela rede e das condições efetivas de trabalho nas escolas. Assim, a manutenção de elevados níveis de escolaridade devem ser acompanhada por políticas permanentes de atualização profissional.

Gráfico 12 – Percentual de docentes por rede e etapa de ensino (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

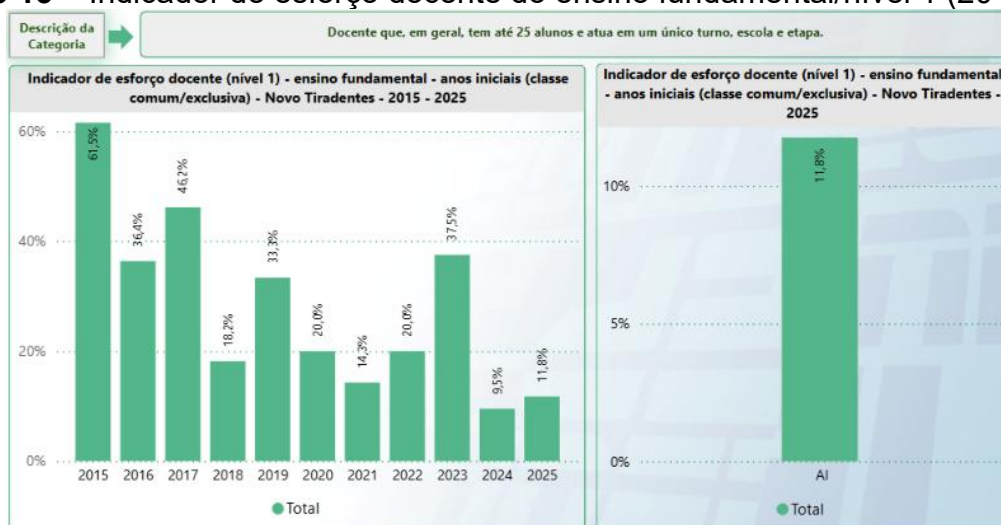
A distribuição dos docentes revela uma organização compartilhada da oferta educacional entre as redes municipal e estadual. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, aproximadamente dois terços dos professores estão vinculados à rede municipal, enquanto cerca de um terço atua na rede estadual. Já nos anos finais ocorre uma distribuição mais

equilibrada entre as duas redes. No Ensino Médio, a responsabilidade pela oferta é integralmente estadual.

Essa configuração demonstra a necessidade de forte articulação entre os entes federados para garantir a continuidade das aprendizagens ao longo da trajetória escolar. Quando as redes trabalham de forma integrada, torna-se mais fácil alinhar currículos, compartilhar estratégias pedagógicas e acompanhar o desenvolvimento dos estudantes durante as transições entre etapas.

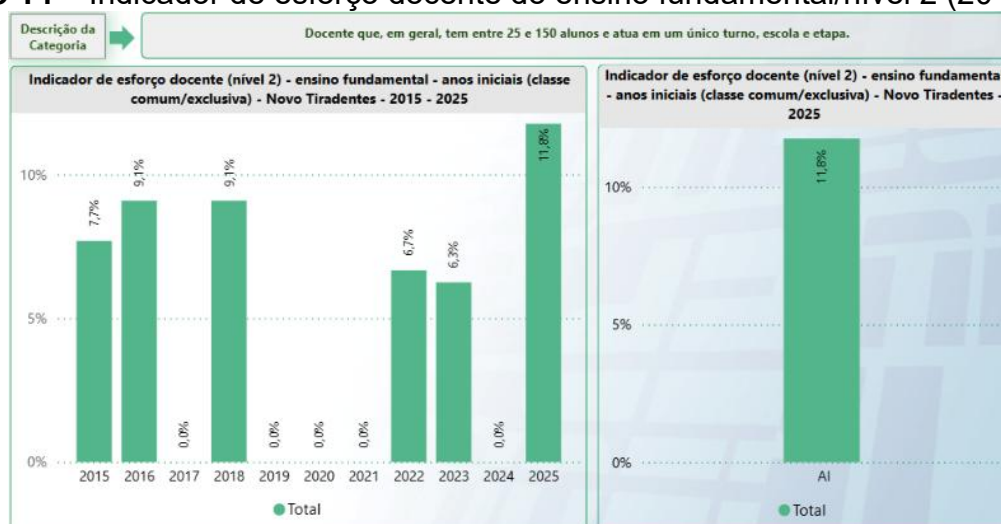
Por outro lado, a fragmentação da responsabilidade educacional pode gerar desafios relacionados ao monitoramento dos indicadores, à continuidade das intervenções pedagógicas e à implementação de políticas de recomposição das aprendizagens, especialmente nos anos finais e no Ensino Médio.

Gráfico 13 – Indicador de esforço docente do ensino fundamental/nível 1 (2015-2025)



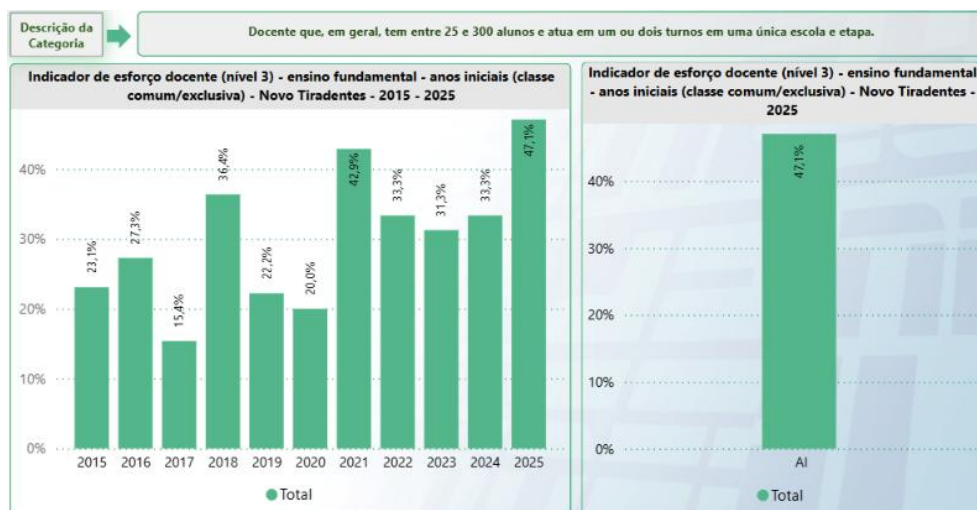
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 14 – Indicador de esforço docente do ensino fundamental/nível 2 (2015-2025)



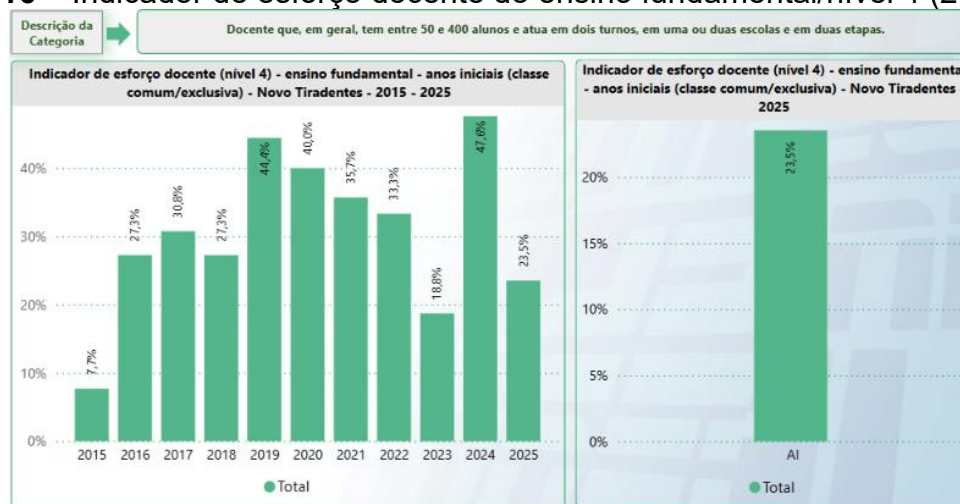
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 15 – Indicador de esforço docente do ensino fundamental/nível 3 (2015-2025)



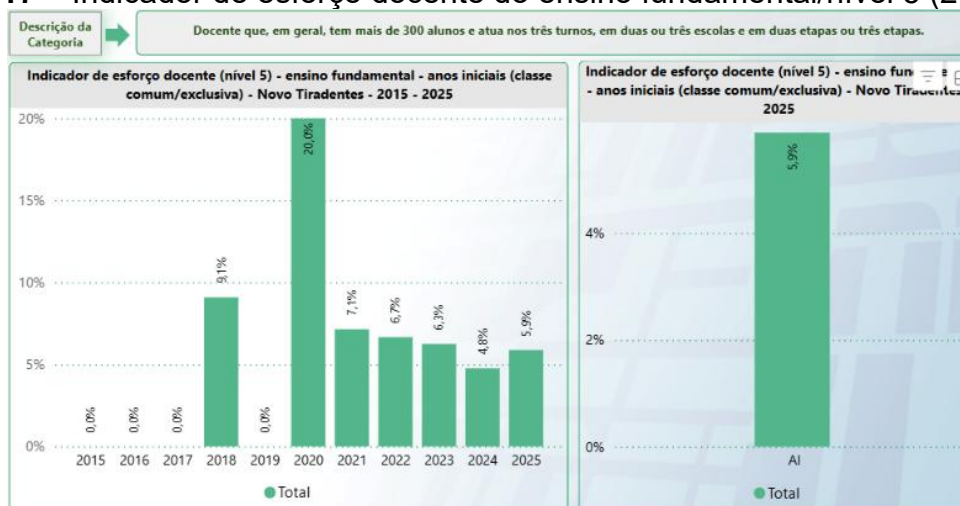
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 16 – Indicador de esforço docente do ensino fundamental/nível 4 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 17 – Indicador de esforço docente do ensino fundamental/nível 5 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os indicadores de esforço docente permitem compreender as condições de trabalho dos professores e o grau de complexidade das atribuições assumidas por eles. A análise dos níveis de esforço mostra que Novo Tiradentes apresenta uma distribuição relativamente

equilibrada entre os diferentes níveis, sem concentração excessiva nos níveis mais elevados de sobrecarga.

Em 2025, os percentuais distribuem-se entre os níveis 1, 2, 3, 4 e 5, indicando a coexistência de diferentes realidades profissionais dentro da rede. Os níveis intermediários concentram parcela significativa dos docentes, sugerindo condições de trabalho moderadas e compatíveis com a organização típica de municípios de pequeno porte.

A presença de professores nos níveis mais elevados de esforço docente, entretanto, merece atenção. Esses níveis estão associados a profissionais que atendem maior número de estudantes, atuam em múltiplas turmas ou etapas de ensino e possuem jornadas mais complexas. Quando mantida por longos períodos, essa situação pode impactar o planejamento pedagógico, a qualidade do acompanhamento individual dos estudantes e o bem-estar profissional.

Ao mesmo tempo, os percentuais observados não indicam uma situação crítica de sobrecarga generalizada. Pelo contrário, os dados sugerem que a rede possui condições relativamente favoráveis quando comparada a sistemas educacionais maiores, onde a concentração de docentes nos níveis mais elevados costuma ser significativamente superior.

Síntese Analítica:

A análise dos dados docentes demonstra que Novo Tiradentes possui importantes fortalezas estruturais relacionadas ao capital humano da educação. A rede conta com um quadro relativamente estável de professores, elevado nível de formação acadêmica e indicadores de esforço docente que, embora exijam monitoramento, não apontam para cenários extremos de sobrecarga.

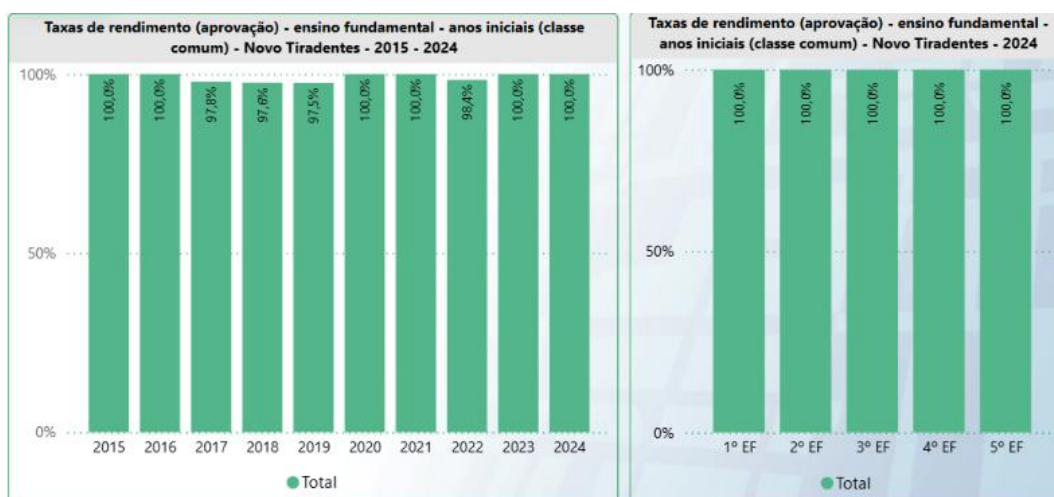
Essas características constituem uma base importante para o enfrentamento do problema central identificado no Tema 05. A qualificação dos profissionais representa um dos principais ativos do sistema educacional municipal e cria condições favoráveis para o desenvolvimento de estratégias voltadas à melhoria da aprendizagem.

Contudo, os desafios relacionados aos resultados educacionais observados nas etapas posteriores da Educação Básica indicam que a qualificação docente, embora necessária, não é suficiente para garantir aprendizagem adequada a todos os estudantes. Torna-se fundamental fortalecer políticas de formação continuada, acompanhamento pedagógico, recomposição das aprendizagens, integração entre redes de ensino e valorização profissional, assegurando que o potencial do corpo docente se traduza efetivamente em melhores resultados educacionais e na redução das desigualdades de aprendizagem.

4) Ensino Fundamental – Anos iniciais indicadores pedagógicos

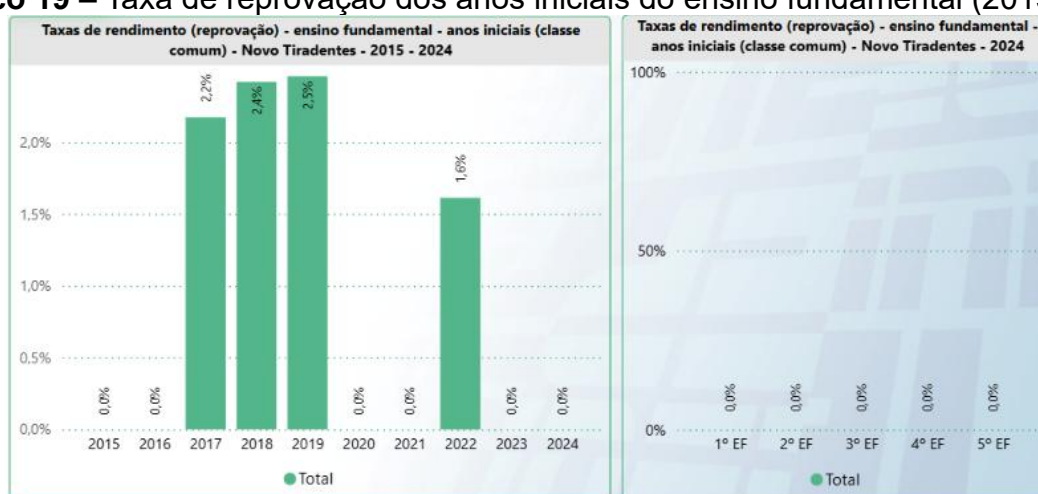
a) Dados do aproveitamento escolar e vida escolar dos estudantes do Ensino Fundamental anos iniciais

Gráfico 18 – Taxa de aprovação dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2024)



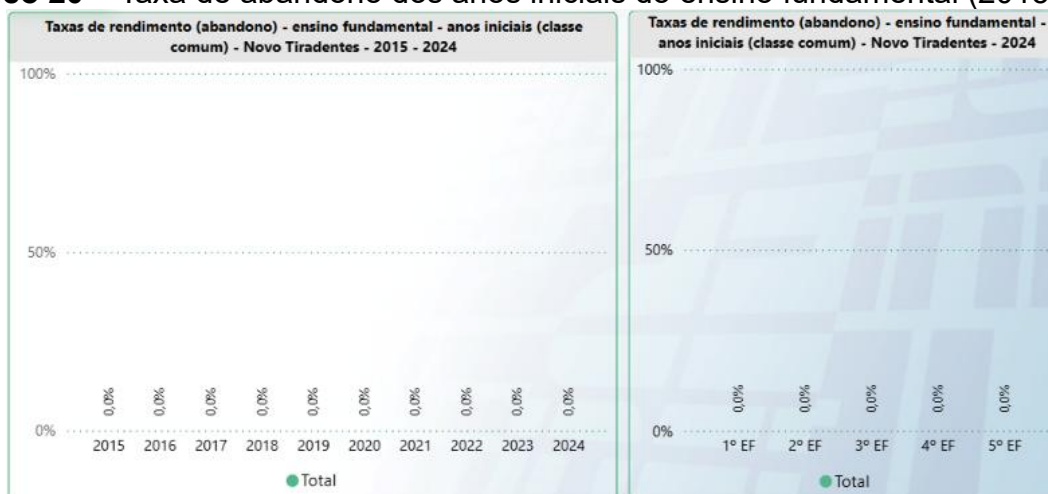
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 19 – Taxa de reprovação dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2024)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 20 – Taxa de abandono dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os indicadores de rendimento escolar dos anos iniciais do Ensino Fundamental revelam um cenário amplamente positivo em Novo Tiradentes. A taxa de aprovação manteve-se próxima ou superior a 97% durante praticamente toda a série histórica analisada, alcançando patamares próximos da universalização da progressão escolar. Em

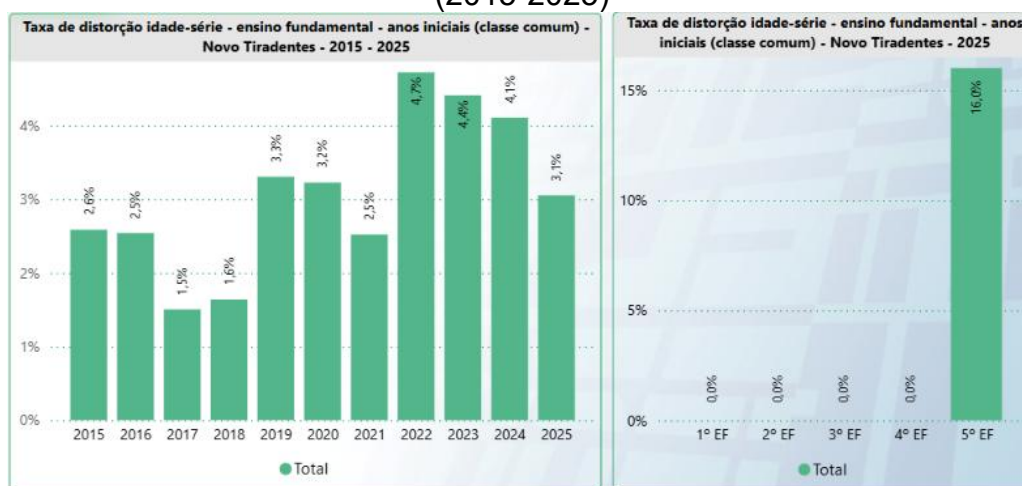
2024, todos os anos escolares apresentaram índices de aprovação muito elevados, evidenciando a capacidade da rede em garantir a permanência e a progressão dos estudantes ao longo da etapa.

As taxas de reprovação mantiveram-se extremamente baixas ao longo do período, com registros pontuais em alguns anos, mas sem configurar um problema estrutural da rede. Esse comportamento demonstra que a escola tem conseguido desenvolver mecanismos de acompanhamento pedagógico, recuperação das aprendizagens e apoio aos estudantes com dificuldades, reduzindo os riscos de retenção escolar.

Outro aspecto altamente positivo é a inexistência de abandono escolar nos anos iniciais. Os dados mostram taxas próximas de zero ao longo de toda a série histórica, evidenciando que a rede municipal tem conseguido assegurar o acesso, a permanência e a continuidade dos estudos das crianças matriculadas. Em municípios de pequeno porte, esse resultado é particularmente relevante, pois demonstra a efetividade do acompanhamento das famílias e o compromisso institucional com a garantia do direito à educação.

Entretanto, é importante destacar que altas taxas de aprovação não significam necessariamente aprendizagem adequada. Quando analisados em conjunto com outros indicadores de desempenho, especialmente os resultados de avaliações externas, percebe-se a necessidade de monitorar continuamente a qualidade das aprendizagens desenvolvidas pelos estudantes, evitando que a progressão escolar ocorra desacompanhada da consolidação efetiva das competências previstas para cada ano de escolaridade.

Gráfico 21 – Taxa de distorção idade-série dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

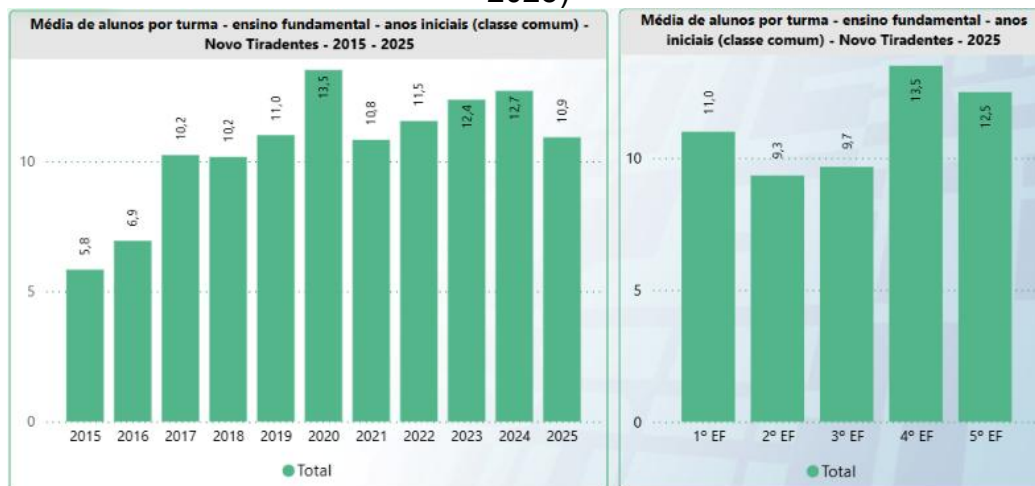
A taxa de distorção idade-série apresenta um dos principais desafios identificados nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Embora os percentuais permaneçam relativamente baixos quando comparados às médias nacionais, observa-se crescimento significativo ao longo dos últimos anos, alcançando aproximadamente 5% em 2025.

Esse indicador revela que parte dos estudantes se encontra em idade superior à recomendada para o ano escolar que frequenta. Mesmo não representando um percentual elevado, a presença de distorção idade-série nos anos iniciais merece atenção especial, pois tende a produzir impactos cumulativos nas etapas posteriores da escolarização.

A defasagem pode estar associada a fatores como ingresso tardio, dificuldades de aprendizagem, interrupções da trajetória escolar, situações de vulnerabilidade social ou necessidades educacionais específicas que demandam acompanhamento diferenciado. Além disso, estudantes em distorção idade-série frequentemente apresentam maior risco de desmotivação, baixo desempenho acadêmico e abandono escolar nas etapas futuras.

Dessa forma, o monitoramento individualizado desses estudantes e a implementação de estratégias de recuperação e apoio pedagógico tornam-se fundamentais para evitar o agravamento das desigualdades educacionais ao longo da trajetória escolar.

Gráfico 22 – Média de alunos por turma dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

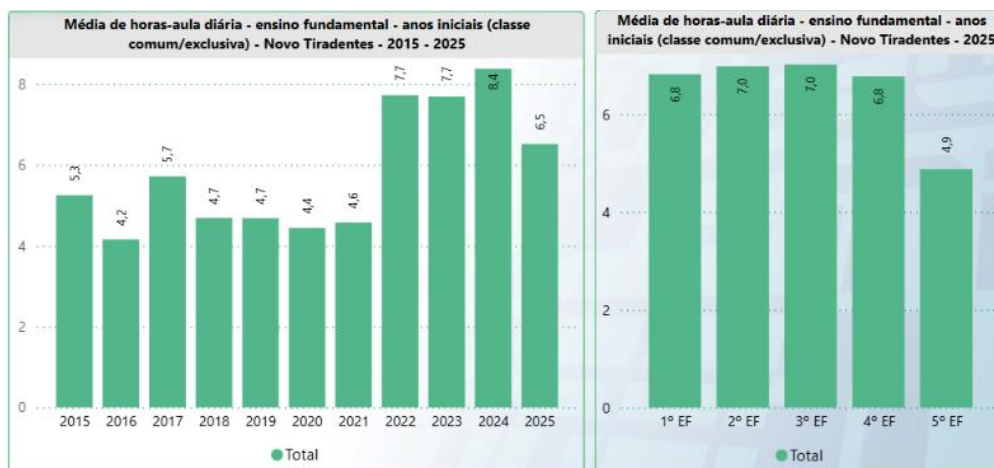
A média de alunos por turma demonstra uma realidade bastante favorável para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Os dados indicam turmas relativamente pequenas, variando entre aproximadamente 10 e 14 estudantes por classe nos anos iniciais.

Esse cenário constitui uma importante vantagem para o sistema educacional municipal, pois favorece o acompanhamento individualizado, a identificação precoce das dificuldades de aprendizagem e o fortalecimento das interações entre professores e estudantes. Turmas menores possibilitam maior atenção às necessidades específicas de cada criança, contribuindo para práticas pedagógicas mais inclusivas e personalizadas.

Além disso, o número reduzido de estudantes por turma cria condições mais adequadas para a implementação de metodologias ativas, projetos interdisciplinares, atividades colaborativas e intervenções pedagógicas direcionadas à recomposição das aprendizagens.

Contudo, para que esse potencial se converta efetivamente em melhores resultados educacionais, é necessário que as condições favoráveis de atendimento sejam acompanhadas por práticas pedagógicas qualificadas, formação docente contínua e uso sistemático de avaliações diagnósticas.

Gráfico 23 – Média de horas-aula diária dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



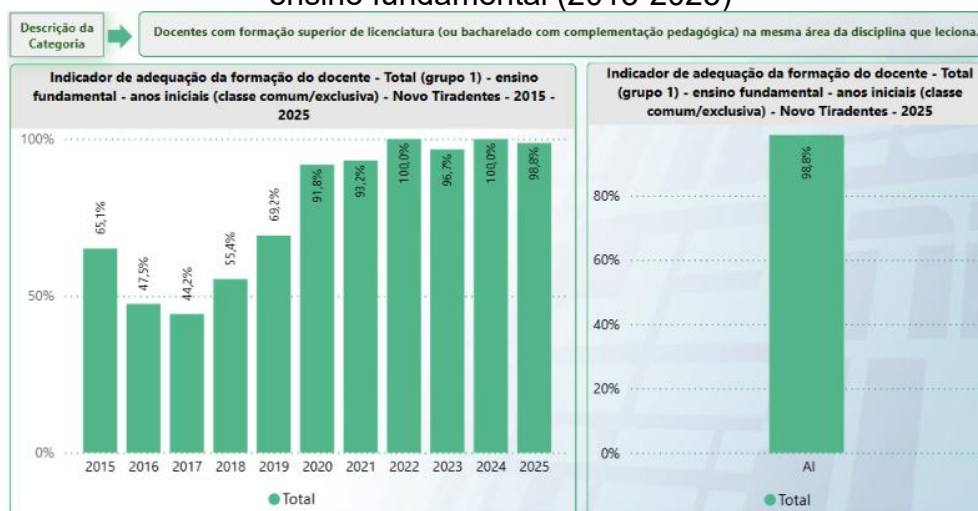
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados relativos à média de horas-aula diária evidenciam avanços importantes na ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola. Após um período de estabilidade em torno de quatro a cinco horas diárias, observa-se crescimento significativo a partir de 2022, alcançando aproximadamente sete horas em alguns anos da série histórica.

A ampliação da jornada escolar representa uma oportunidade relevante para o fortalecimento das aprendizagens, especialmente em componentes curriculares fundamentais como Língua Portuguesa e Matemática. Além disso, o aumento do tempo escolar possibilita o desenvolvimento de atividades complementares, projetos pedagógicos, ações culturais, esportivas e estratégias de recomposição das aprendizagens.

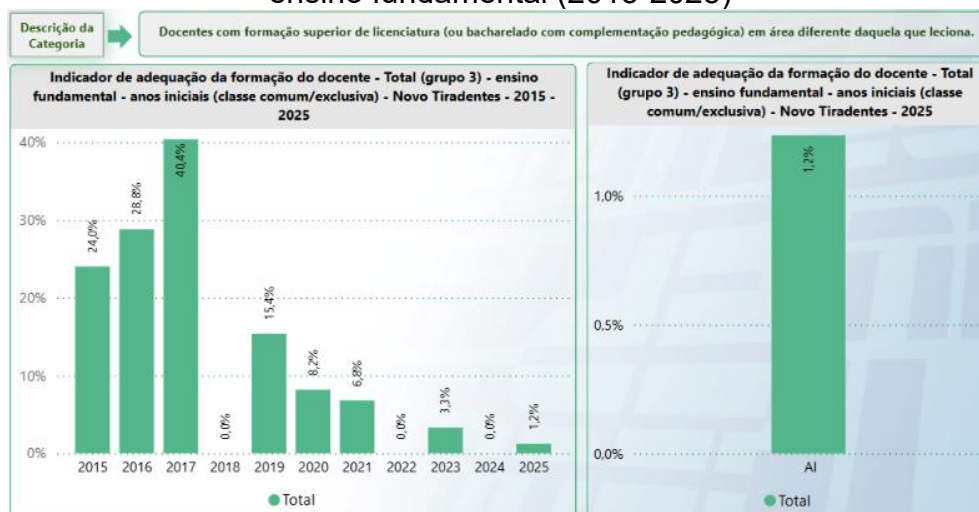
Entretanto, a ampliação do tempo de permanência somente produz resultados positivos quando acompanhada por propostas pedagógicas qualificadas. O desafio não consiste apenas em aumentar o tempo na escola, mas em garantir que esse tempo seja efetivamente utilizado para promover aprendizagens significativas e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Gráfico 24 – Indicador de adequação da formação docente/grupo 01 dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 25 – Indicador de adequação da formação docente/grupo 03 dos anos iniciais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os indicadores de adequação da formação docente demonstram uma evolução extremamente positiva ao longo da última década. O percentual de professores enquadrados no Grupo 1 — categoria que reúne docentes com formação superior em licenciatura na mesma área em que atuam — cresceu de forma consistente até alcançar praticamente a totalidade dos profissionais da rede em 2025.

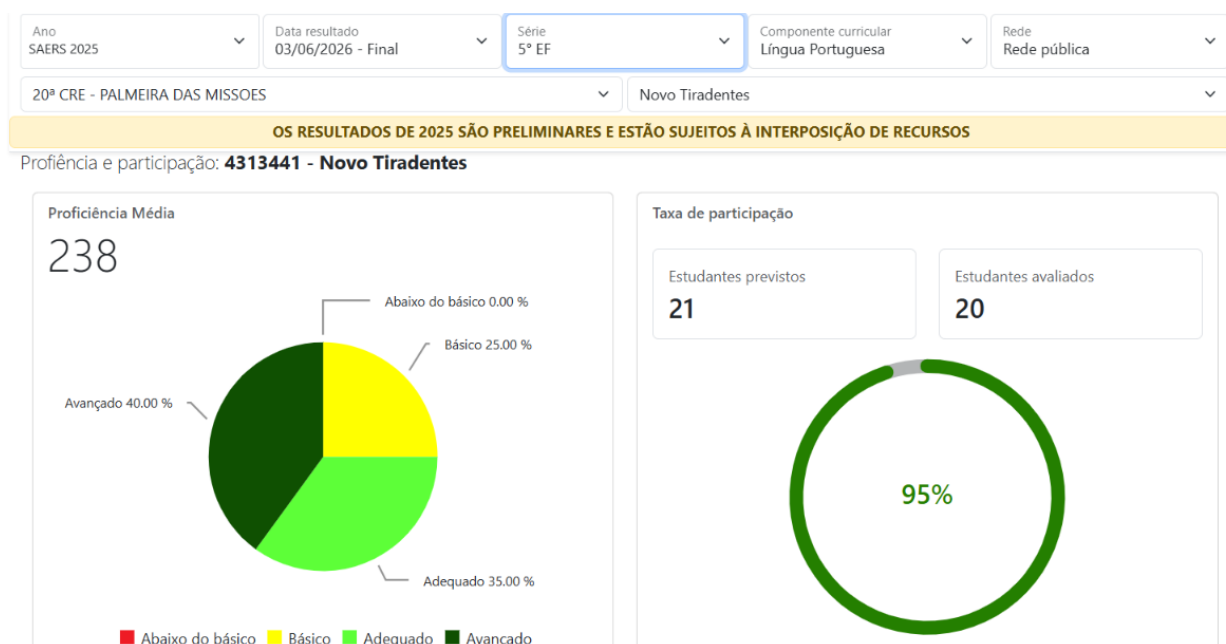
Paralelamente, observa-se redução significativa da participação de docentes pertencentes ao Grupo 3, evidenciando um processo contínuo de qualificação da força de trabalho educacional. Esse movimento indica maior alinhamento entre a formação acadêmica dos professores e os componentes curriculares ministrados, condição fundamental para a melhoria da qualidade do ensino.

A adequação da formação docente constitui um dos fatores mais fortemente associados aos resultados de aprendizagem dos estudantes. Professores com formação específica tendem a apresentar maior domínio dos conteúdos, melhor capacidade de planejamento pedagógico e maior repertório metodológico para enfrentar desafios educacionais complexos.

Nesse sentido, os dados revelam uma importante potencialidade da rede municipal, que dispõe de um corpo docente amplamente qualificado para conduzir os processos de ensino e aprendizagem dos anos iniciais.

b) Avaliação SAERS

Painel 03 – Proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/5º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 07/06/2026)

Painel 04 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/5º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 05 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades - Língua Portuguesa/5º ano (2025)

Ano SAERS 2025 Data resultado 03/06/2026 - Final Série 5º EF Componente curricular Língua Portuguesa Rede Rede pública

20ª CRE - PALMEIRA DAS MISSOES Novo Tiradentes

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Município: **4313441 - Novo Tiradentes**

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
▶ Esc Est Ens Med Joaquim José da Silva Xavier	9	8	89.0 %	254	0.0 %	13.0 %	25.0 %	63.0 %	Turmas
▶ ESC MUN ENS FUND SAO LUIS GONZAGA	12	12	100.0 %	226	0.0 %	33.0 %	42.0 %	25.0 %	Turmas

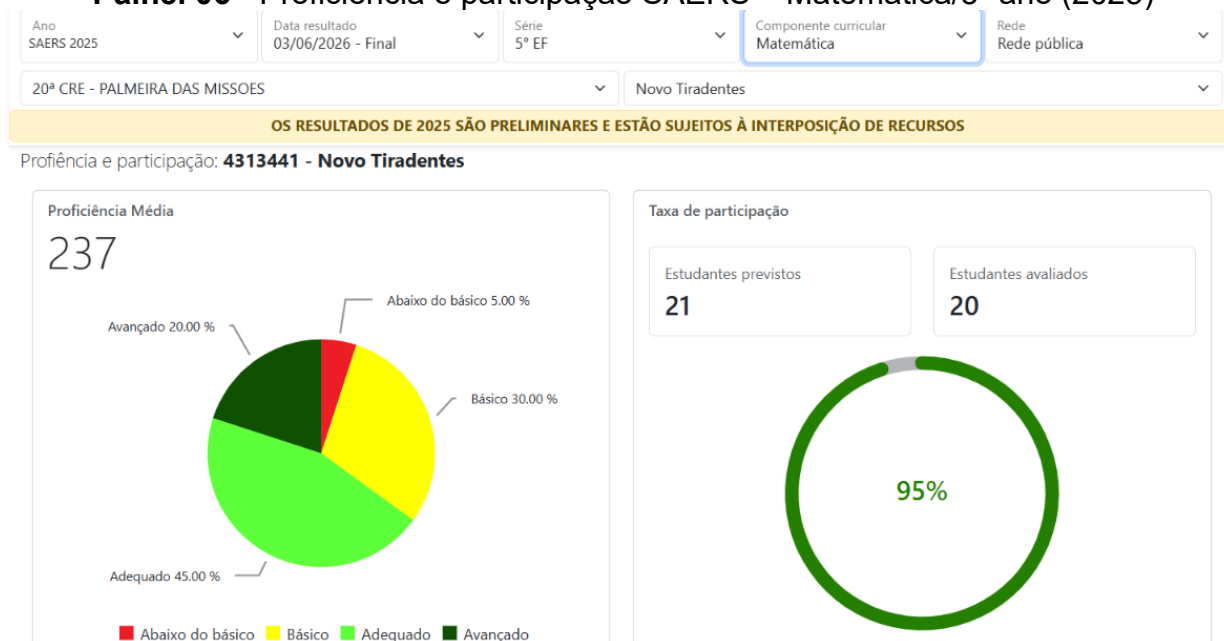
Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Os resultados do SAERS 2025 em Língua Portuguesa evidenciam desempenho bastante satisfatório dos estudantes de Novo Tiradentes. A proficiência média alcançou aproximadamente 238 pontos, com taxa de participação de 95%, demonstrando elevada representatividade dos resultados obtidos.

A distribuição dos estudantes por níveis de desempenho mostra que a maior parte se encontra nos níveis Adequado e Avançado, enquanto uma parcela menor permanece nos níveis Básico e Abaixo do Básico. Esse cenário indica que a maioria dos estudantes desenvolveu as competências de leitura, interpretação textual e compreensão linguística esperadas para o 5º ano do Ensino Fundamental.

O histórico apresentado demonstra evolução da proficiência entre 2024 e 2025, acompanhada por ampliação da participação dos estudantes na avaliação. Esse resultado sugere que as ações pedagógicas desenvolvidas pela rede vêm produzindo impactos positivos na aprendizagem da leitura e da escrita.

Painel 06 - Proficiência e participação SAERS – Matemática/5º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 07 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Matemática/5º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 08 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades – Matemática/5º ano (2025)

Ano SAERS 2025	Data resultado 03/06/2026 - Final	Série 5º EF	Componente curricular Matemática	Rede Rede pública
20ª CRE - PALMEIRA DAS MISSOES		Novo Tiradentes		
OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS				

Município: 4313441 - Novo Tiradentes

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
Esc Est Ens Med Joaquim José da Silva Xavier	9	8	89.0 %	260	13.0 %	0.0 %	38.0 %	50.0 %	Turmas
ESC MUN ENS FUND SAO LUIS GONZAGA	12	12	100.0 %	221	0.0 %	50.0 %	50.0 %	0.0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Na avaliação de Matemática, o município alcançou proficiência média próxima de 237 pontos, com participação igualmente elevada, atingindo 95% dos estudantes previstos.

A distribuição dos resultados revela predominância dos estudantes no nível Adequado, acompanhada por uma parcela expressiva situada no nível Avançado, indicando que a maioria dos alunos domina os conhecimentos matemáticos esperados para a etapa avaliada. Os percentuais de estudantes nos níveis mais baixos permanecem reduzidos, embora demandem acompanhamento específico para evitar ampliação das desigualdades de aprendizagem.

O histórico de desempenho mostra crescimento da proficiência entre 2024 e 2025, reforçando a tendência de melhoria dos resultados educacionais observada nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Síntese Analítica

Os indicadores dos anos iniciais do Ensino Fundamental revelam que Novo Tiradentes possui uma rede educacional com importantes fortalezas: elevadas taxas de aprovação, inexistência de abandono escolar, turmas reduzidas, ampliação da jornada escolar, elevado nível de adequação da formação docente e resultados satisfatórios nas avaliações externas de Língua Portuguesa e Matemática.

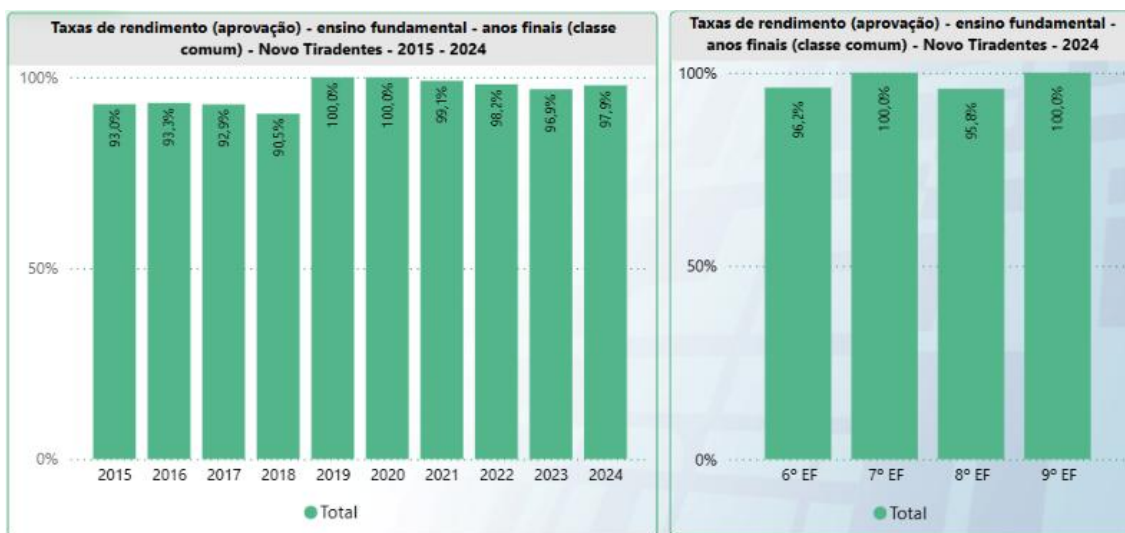
Entretanto, persistem desafios relacionados à distorção idade-série e à necessidade de garantir que a elevada aprovação esteja efetivamente associada à consolidação das aprendizagens. Os resultados indicam que o município dispõe de condições favoráveis para enfrentar esses desafios, mas precisa continuar investindo em acompanhamento pedagógico, avaliação diagnóstica, intervenções precoces e estratégias de equidade voltadas aos estudantes que apresentam maiores dificuldades.

De forma geral, os dados evidenciam que os anos iniciais constituem uma das principais fortalezas da educação de Novo Tiradentes, representando uma base sólida para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas ao longo de toda a Educação Básica.

5) Ensino Fundamental - Anos finais indicadores pedagógicos

a) Dados do aproveitamento escolar e vida escolar dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental

Gráfico 26 – Taxa de aprovação dos anos finais do ensino fundamental (2015-2024)

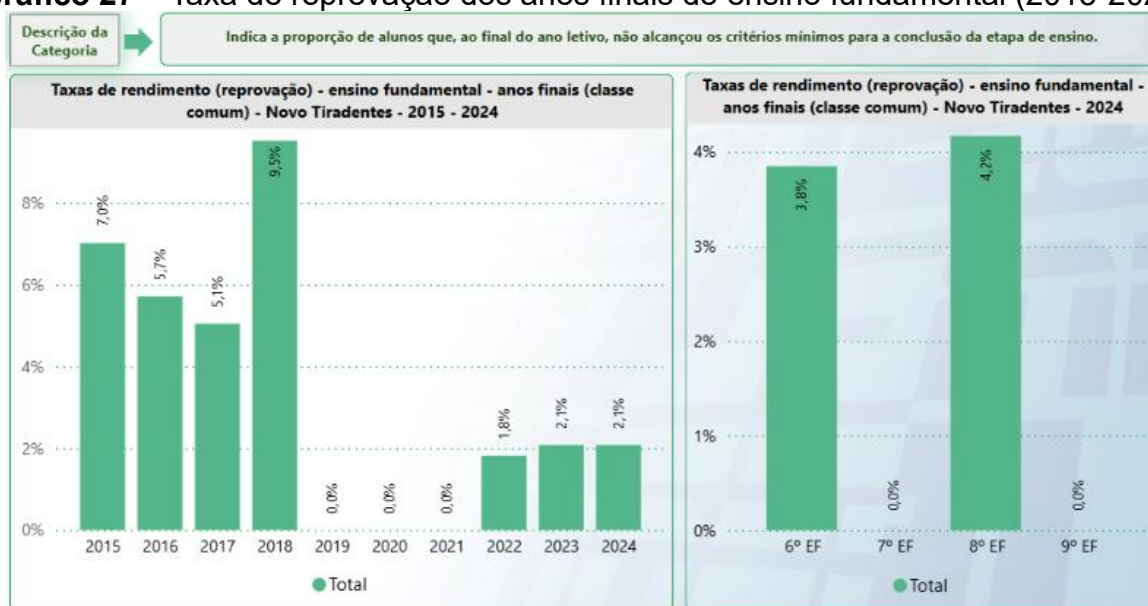


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A taxa de aprovação dos anos finais do Ensino Fundamental em Novo Tiradentes apresenta comportamento bastante positivo ao longo da série histórica analisada. Os percentuais mantiveram-se elevados entre 2015 e 2024, alcançando índices próximos da universalização da progressão escolar. Em 2024, os quatro anos avaliados (6º ao 9º ano) registraram taxas superiores a 95%, evidenciando que a maioria dos estudantes consegue concluir cada ano letivo com sucesso.

Esse resultado demonstra que a rede possui mecanismos eficazes de acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e apoio aos estudantes com dificuldades. Além disso, reflete a capacidade das escolas de manter os alunos vinculados ao processo educativo e de minimizar retenções excessivas, que historicamente representam um dos principais fatores associados à evasão escolar.

Gráfico 27 – Taxa de reprovação dos anos finais do ensino fundamental (2015-2024)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

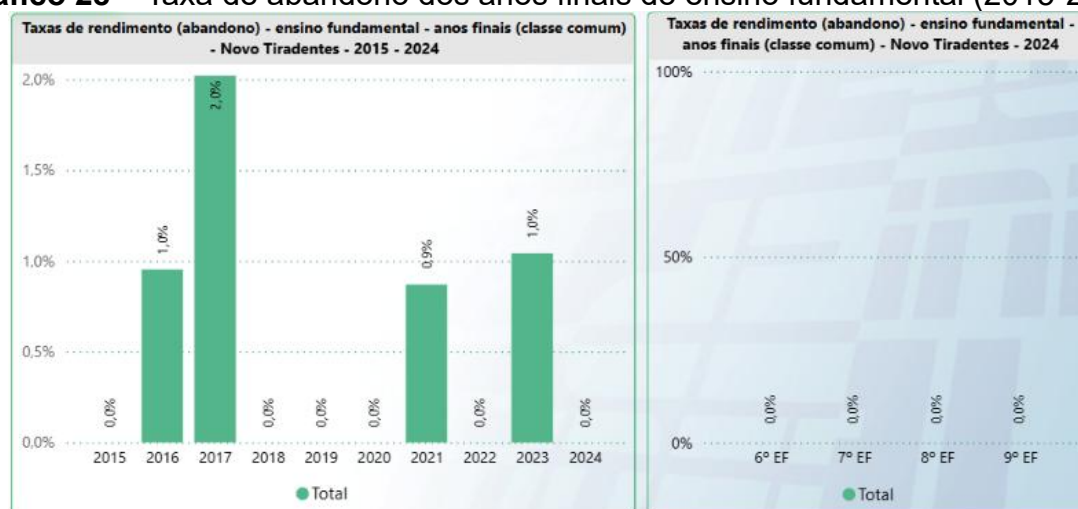
A reprovação apresentou trajetória de redução ao longo dos últimos anos. Os maiores percentuais foram observados entre 2015 e 2018, período em que a rede registrava

índices superiores aos atuais. A partir de 2019 ocorre diminuição significativa, chegando a percentuais muito reduzidos nos anos mais recentes.

Essa evolução sugere avanços na organização pedagógica, no acompanhamento da aprendizagem e na implementação de estratégias voltadas à recuperação das dificuldades dos estudantes. A redução das retenções também contribui para diminuir a distorção idade-série e fortalecer a permanência escolar.

Contudo, a existência de reprovação em determinados anos escolares indica que ainda há grupos de estudantes que enfrentam dificuldades para atingir os objetivos de aprendizagem previstos. Isso reforça a necessidade de monitoramento contínuo e intervenções precoces, especialmente em Língua Portuguesa e Matemática, áreas fundamentais para o desenvolvimento das demais aprendizagens.

Gráfico 28 – Taxa de abandono dos anos finais do ensino fundamental (2015-2024)

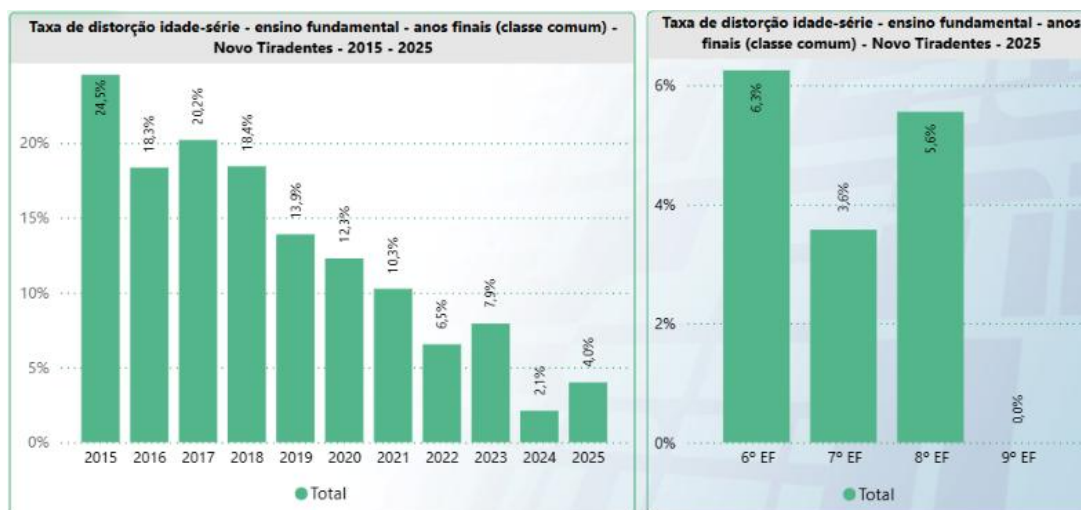


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados de abandono escolar demonstram que Novo Tiradentes apresenta um cenário favorável quando comparado a muitos municípios brasileiros. Ao longo da série histórica, os índices permaneceram baixos e, em alguns anos, próximos de zero. Em 2024 não foram identificados registros expressivos de abandono escolar.

Esse resultado revela a efetividade das ações de permanência escolar desenvolvidas pelas escolas e pela rede de ensino. Também sugere a existência de vínculos positivos entre estudantes, famílias e comunidade escolar, fator essencial para evitar processos de exclusão educacional.

Gráfico 29 – Taxa de distorção idade-série dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)



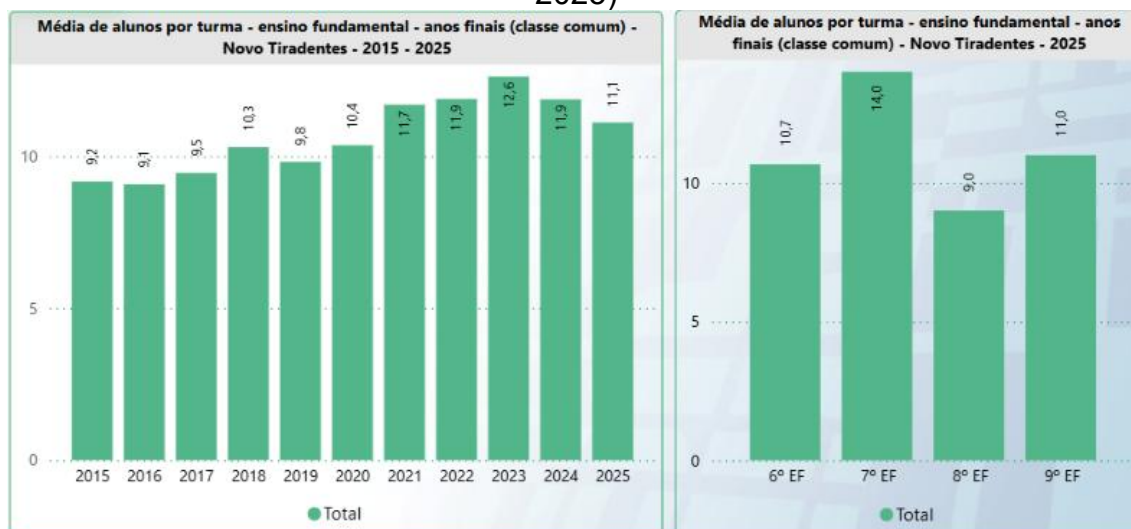
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A evolução da distorção idade-série revela uma das melhorias mais significativas observadas nos indicadores dos anos finais. O município apresentou redução consistente ao longo da série histórica, passando de percentuais superiores a 20% em meados da década para índices inferiores a 5% em 2025.

Esse resultado demonstra que a rede conseguiu reduzir progressivamente o número de estudantes em atraso escolar, fortalecendo o fluxo educacional e garantindo trajetórias mais regulares. A diminuição da distorção idade-série tende a impactar positivamente outros indicadores, como aprovação, permanência e aprendizagem.

Mesmo com os avanços, ainda existem estudantes em situação de defasagem, especialmente em alguns anos específicos da etapa. Isso evidencia a necessidade de ações direcionadas para grupos mais vulneráveis, evitando que dificuldades acumuladas comprometam o desempenho futuro e aumentem o risco de evasão no Ensino Médio.

Gráfico 30 – Média de alunos por turma dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)

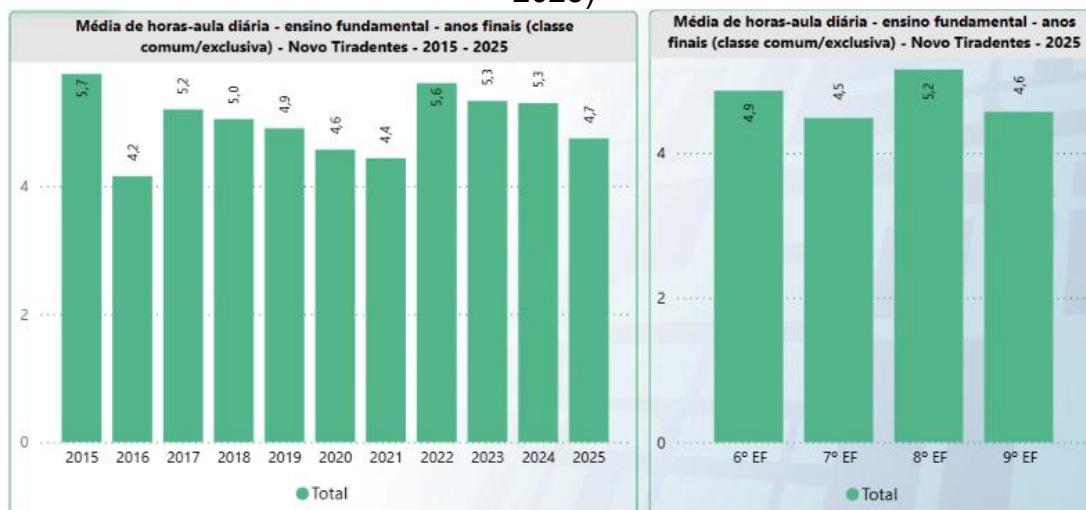


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A média de estudantes por turma nos anos finais do Ensino Fundamental permanece relativamente baixa, situando-se em torno de 9 a 13 alunos por classe. Trata-se de um indicador bastante favorável para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Turmas menores favorecem o acompanhamento individualizado, permitem maior interação entre professores e estudantes e facilitam a identificação precoce de dificuldades de aprendizagem. Além disso, criam condições para a adoção de metodologias mais participativas e para a realização de intervenções pedagógicas específicas.

Gráfico 31 – Média de horas-aula diária dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)



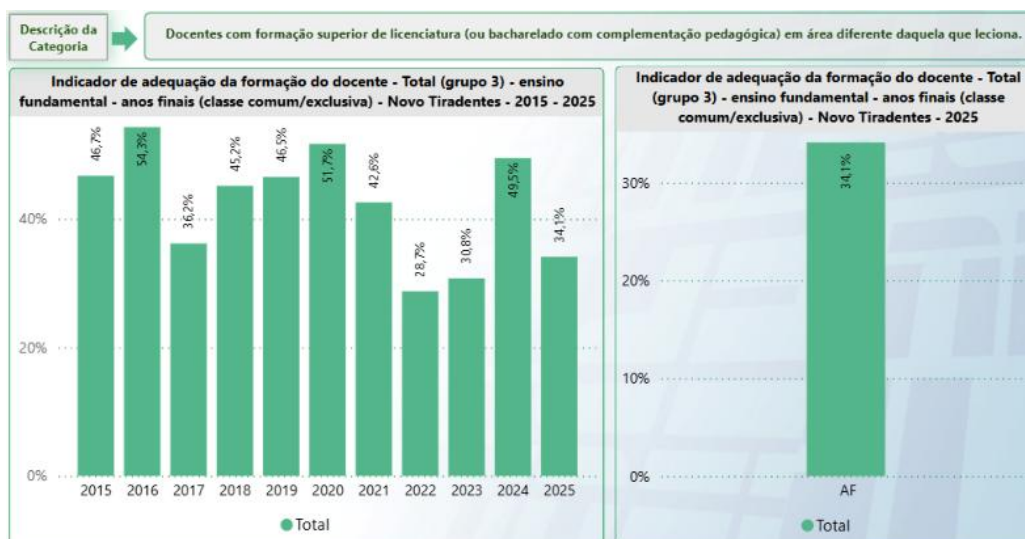
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 32 – Indicador de adequação da formação docente/grupo 01 dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

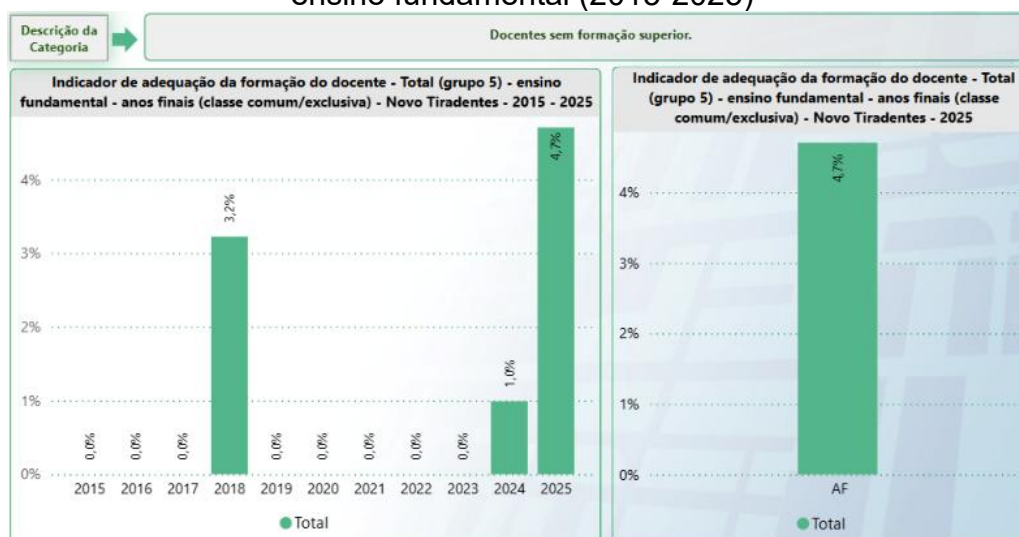
Gráfico 33 – Indicador de adequação da formação docente/grupo 03 dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A média de horas-aula diária dos anos finais do Ensino Fundamental em Novo Tiradentes apresentou oscilações entre 2015 e 2025, variando de 4,2 a 5,7 horas por dia. Após redução nos anos de 2020 e 2021, houve recuperação em 2022, mas em 2025 a média voltou a cair para 4,7 horas diárias. Na distribuição por série em 2025, o 8º ano apresentou a maior carga horária (5,2 horas), enquanto o 7º e o 9º ano registraram os menores valores (4,5 e 4,6 horas). Os dados indicam a necessidade de manter uma jornada escolar mais estável e adequada, especialmente nos anos finais, para fortalecer as aprendizagens e melhorar os resultados educacionais.

Gráfico 34 – Indicador de adequação da formação docente/grupo 05 dos anos finais do ensino fundamental (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os indicadores de adequação da formação docente revelam avanços, mas também desafios. Em 2025, cerca de 60% dos professores estavam enquadrados no Grupo 1, ou seja, possuíam formação adequada à disciplina ministrada.

Ao mesmo tempo, observa-se presença significativa de docentes nos Grupos 3 e 5, indicando situações em que os profissionais atuam fora de sua área específica de formação. Essa condição merece atenção especial nos anos finais do Ensino Fundamental,

etapa em que os conteúdos curriculares se tornam mais especializados e exigem domínio aprofundado das áreas de conhecimento.

A ampliação do percentual de docentes com formação específica para as disciplinas que lecionam constitui uma estratégia importante para fortalecer a qualidade do ensino e melhorar os resultados de aprendizagem.

b) Avaliação SAERS

Painel 09 – Proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/9º ano (2025)

Ano SAERS 2025 Data resultado 03/06/2026 - Final Série 9º EF Componente curricular Língua Portuguesa Rede Rede pública

20ª CRE - PALMEIRA DAS MISSOES Novo Tiradentes

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Proficiência e participação: **4313441 - Novo Tiradentes**



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 07/06/2026)

Painel 10 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/9º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 11 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades - Língua Portuguesa/9º ano (2025)

Ano SAERS 2025 | Data resultado 03/06/2026 - Final | Série 9º EF | Componente curricular Língua Portuguesa | Rede Rede pública
 20ª CRE - PALMEIRA DAS MISSOES | Novo Tiradentes

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Município: **4313441 - Novo Tiradentes**

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
▶ Esc Est Ens Med Joaquim José da Silva Xavier	9	9	100.0 %	295	0.0 %	11.0 %	78.0 %	11.0 %	Turmas
▶ ESC MUN ENS FUND SAO LUIS GONZAGA	11	11	100.0 %	251	0.0 %	73.0 %	27.0 %	0.0 %	Turmas

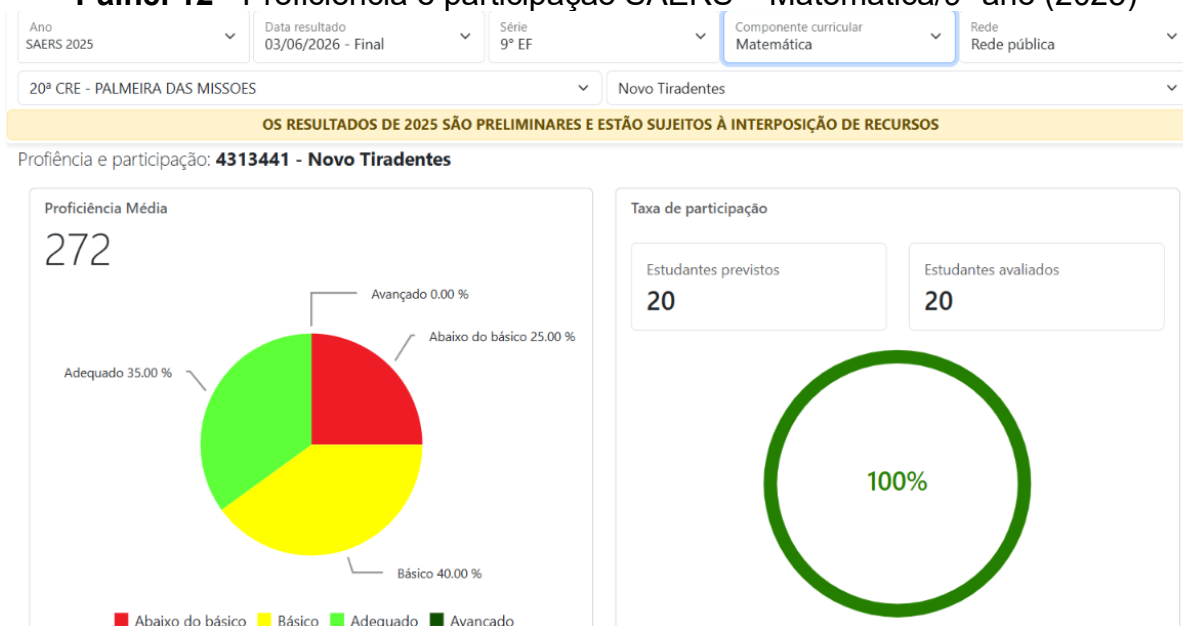
Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Os resultados do SAERS 2025 em Língua Portuguesa demonstram desempenho satisfatório dos estudantes de Novo Tiradentes. A proficiência média alcançou aproximadamente 270 pontos, com participação de 100% dos estudantes previstos, garantindo elevada confiabilidade aos resultados.

A distribuição dos estudantes indica concentração nos níveis Adequado e Básico, com pequena parcela no nível Avançado e percentual reduzido abaixo do básico. Esse cenário sugere que a maioria dos estudantes desenvolveu competências importantes de leitura, interpretação e compreensão textual ao final do Ensino Fundamental.

O histórico apresentado evidencia evolução da proficiência em relação ao ano anterior, demonstrando avanços consistentes no desenvolvimento das habilidades linguísticas dos estudantes.

Painel 12 - Proficiência e participação SAERS – Matemática/9º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 13 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Matemática/9º ano (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 14 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades – Matemática/9º ano (2025)

Ano SAERS 2025 Data resultado 03/06/2026 - Final Série 9º EF Componente curricular Matemática Rede Rede pública

20ª CRE - PALMEIRA DAS MISSOES Novo Tiradentes

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Município: **4313441 - Novo Tiradentes**

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
Esc Est Ens Med Joaquim José da Silva Xavier	9	9	100.0 %	273	33.0 %	33.0 %	33.0 %	0.0 %	Turmas
ESC MUN ENS FUND SAO LUIS GONZAGA	11	11	100.0 %	271	18.0 %	45.0 %	36.0 %	0.0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Os resultados de Matemática apresentam um cenário mais desafiador. A proficiência média atingiu aproximadamente 272 pontos, com participação de 100% dos estudantes. Entretanto, a distribuição dos estudantes revela que uma parcela significativa ainda se encontra nos níveis Básico e Abaixo do Básico.

Embora exista um grupo de estudantes no nível Adequado, não há registros significativos de desempenho Avançado, evidenciando dificuldades na consolidação das competências matemáticas mais complexas. Os dados sugerem que conteúdos relacionados à resolução de problemas, raciocínio lógico e aplicação de conceitos matemáticos ainda representam desafios importantes para parte dos estudantes.

Esse resultado reforça a necessidade de estratégias específicas para o ensino da Matemática, incluindo formação continuada dos professores, acompanhamento pedagógico sistemático, uso de avaliações diagnósticas e intervenções voltadas à recomposição das aprendizagens.

Síntese dos Anos Finais do Ensino Fundamental:

Os indicadores dos anos finais do Ensino Fundamental em Novo Tiradentes revelam avanços expressivos no fluxo escolar, com elevadas taxas de aprovação, baixos índices de abandono e redução significativa da distorção idade-série. As condições estruturais, como turmas reduzidas e ampliação da jornada escolar, constituem importantes potencialidades para o fortalecimento da aprendizagem.

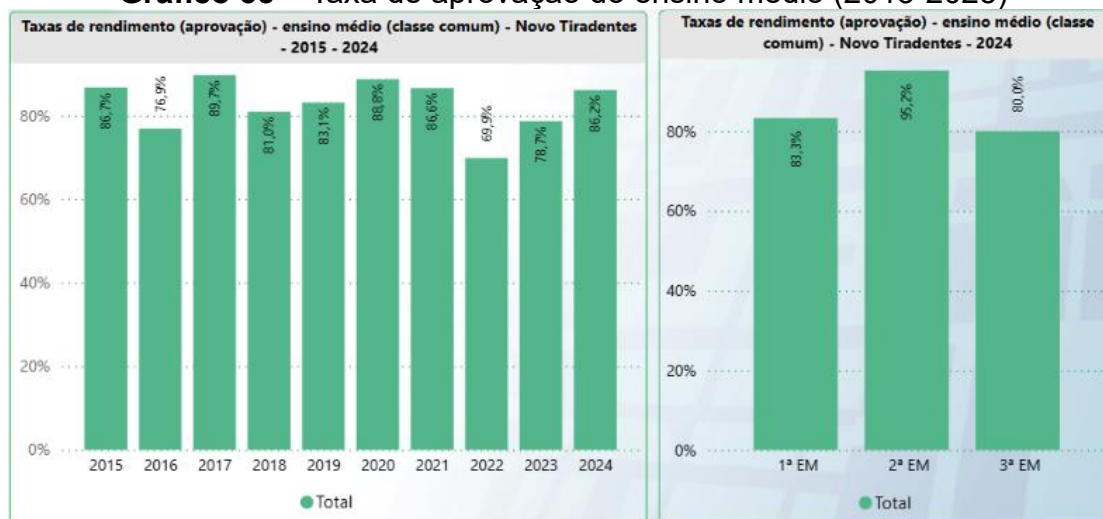
Entretanto, os resultados das avaliações externas mostram que ainda existem desafios relacionados à consolidação das aprendizagens, especialmente em Matemática. Além disso, a presença de docentes atuando fora de sua área específica de formação indica a necessidade de aperfeiçoar a adequação da formação profissional.

Dessa forma, o principal desafio do município consiste em transformar os avanços observados no fluxo escolar em níveis cada vez mais elevados de aprendizagem, garantindo que todos os estudantes concluam o Ensino Fundamental com domínio das competências essenciais para o prosseguimento dos estudos e para a participação plena na vida social.

6) Ensino Médio – Dados sobre a área pedagógica

a) Dados do aproveitamento escolar e vida escolar dos estudantes do Ensino Médio

Gráfico 35 – Taxa de aprovação do ensino médio (2015-2025)

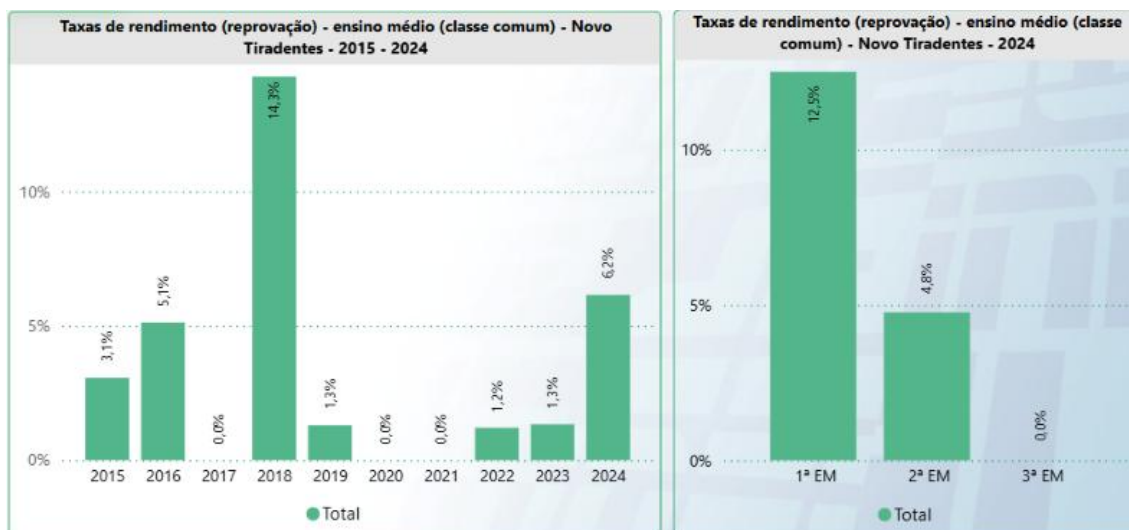


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A taxa de aprovação constitui um dos principais indicadores da capacidade do sistema educacional de garantir a permanência e a progressão dos estudantes ao longo do Ensino Médio. Em Novo Tiradentes, a análise desse indicador permite verificar se os jovens conseguem concluir cada série com êxito e avançar regularmente em sua trajetória escolar.

Taxas elevadas de aprovação tendem a refletir melhores condições de acompanhamento pedagógico, recuperação das aprendizagens e permanência escolar. Contudo, a aprovação deve ser analisada em conjunto com os indicadores de aprendizagem, uma vez que a progressão escolar só produz efeitos positivos quando acompanhada pela efetiva consolidação das competências e habilidades previstas para a etapa.

Gráfico 36 – Taxa de reprovação do ensino médio (2015-2025)

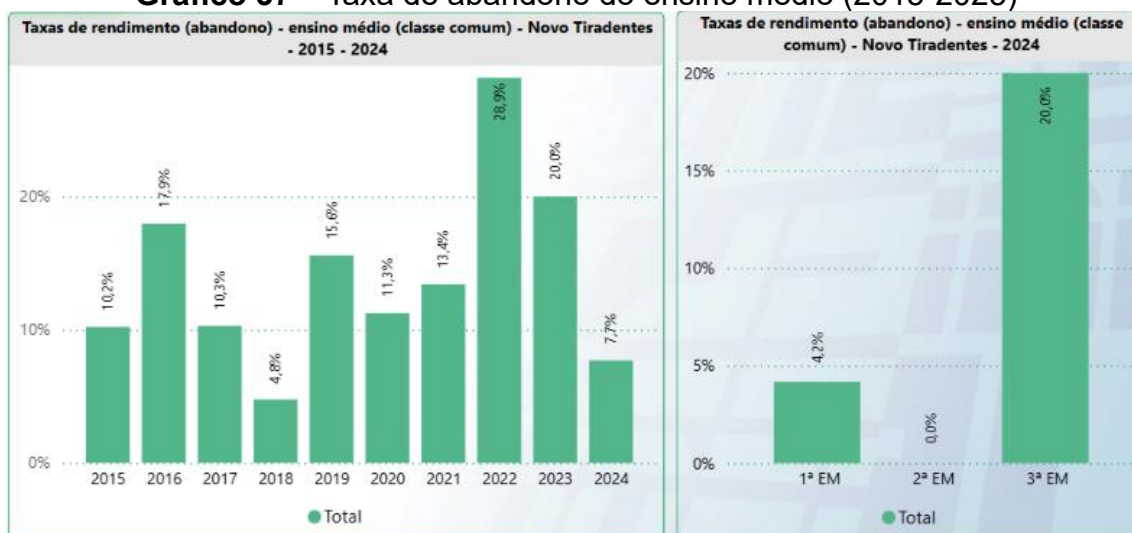


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A reprovação é um indicador importante para identificar dificuldades de aprendizagem e possíveis fragilidades no processo educativo. No Ensino Médio, sua ocorrência costuma estar associada ao aumento da complexidade curricular, às lacunas acumuladas ao longo da escolarização e às dificuldades enfrentadas pelos estudantes na transição para conteúdos mais especializados.

Quando persistente, a reprovação pode gerar desmotivação, aumentar o risco de abandono escolar e contribuir para a ampliação da distorção idade-série. Por isso, o monitoramento desse indicador é fundamental para orientar estratégias de reforço, recuperação paralela e acompanhamento individualizado dos estudantes.

Gráfico 37 – Taxa de abandono do ensino médio (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O abandono escolar representa um dos maiores desafios do Ensino Médio em todo o país. Esse indicador permite identificar o percentual de estudantes que interrompem sua trajetória escolar antes da conclusão do ano letivo.

Os motivos para o abandono geralmente envolvem fatores econômicos, necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, dificuldades de aprendizagem, desmotivação escolar e vulnerabilidades sociais. Assim, sua redução depende de ações articuladas entre escola, família e políticas públicas de proteção social.

A permanência dos jovens na escola é fundamental para garantir melhores oportunidades educacionais, profissionais e sociais, tornando esse indicador estratégico para a qualidade da Educação Básica.

Gráfico 38 – Taxa de distorção idade-série do ensino médio (2015-2025)

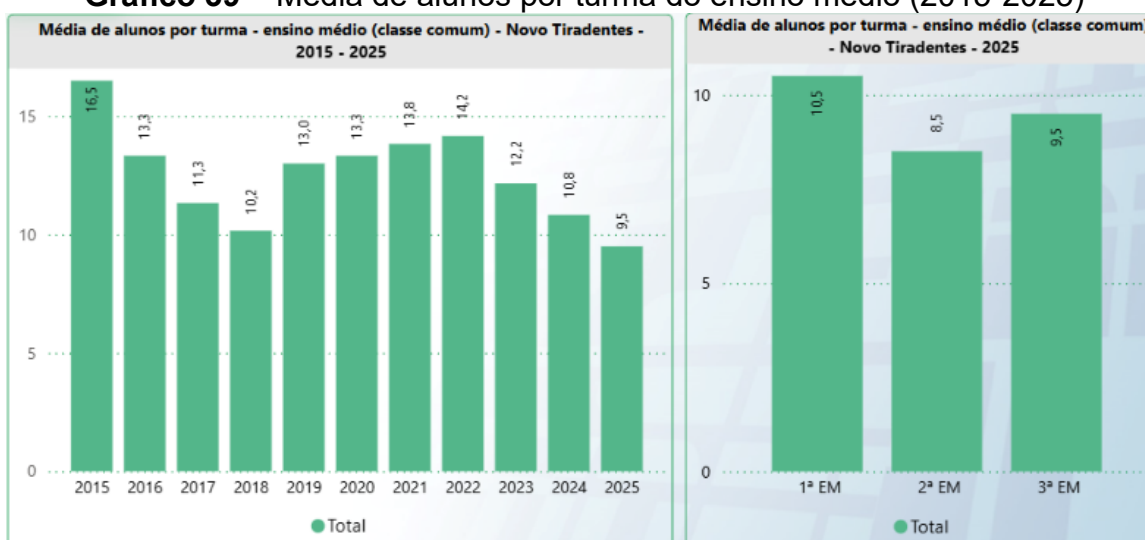


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A distorção idade-série revela o percentual de estudantes que frequentam séries incompatíveis com sua idade. Trata-se de um indicador que sintetiza problemas acumulados ao longo da trajetória escolar, como reprovações sucessivas, interrupções dos estudos e dificuldades persistentes de aprendizagem.

No Ensino Médio, a existência de estudantes em situação de defasagem merece atenção especial, pois aumenta significativamente os riscos de evasão escolar e de conclusão tardia da Educação Básica. A redução desse indicador representa avanço importante na garantia de trajetórias escolares regulares e no fortalecimento da equidade educacional.

Gráfico 39 – Média de alunos por turma do ensino médio (2015-2025)

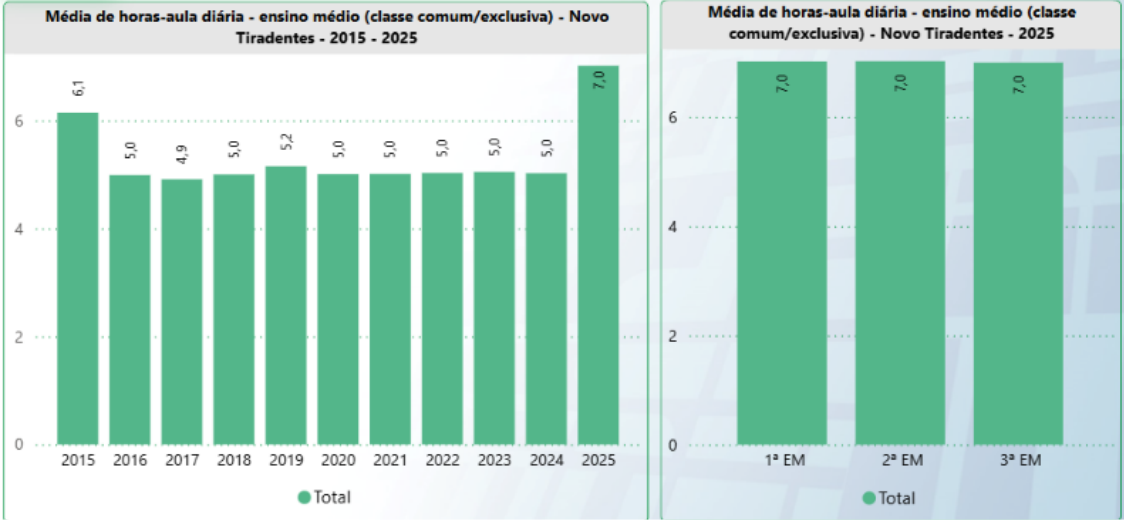


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A média de alunos por turma constitui um indicador relevante das condições de ensino. Turmas menores tendem a favorecer o acompanhamento individualizado, a

interação entre professores e estudantes e a identificação precoce de dificuldades de aprendizagem. Por outro lado, turmas excessivamente reduzidas podem representar desafios para a sustentabilidade da oferta em municípios pequenos. Assim, o equilíbrio entre viabilidade administrativa e qualidade pedagógica é um aspecto importante da gestão educacional.

Gráfico 40 – Média de horas-aula diária do ensino médio (2015-2025)

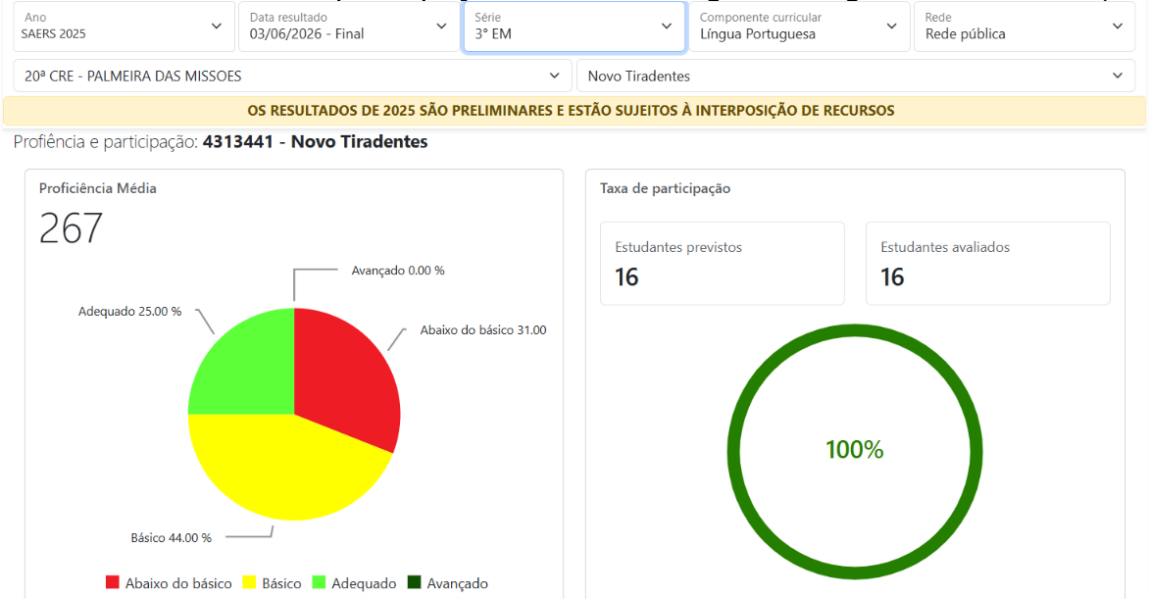


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A carga horária diária representa uma condição fundamental para o desenvolvimento das aprendizagens previstas no currículo do Ensino Médio. O aumento do tempo de permanência dos estudantes na escola amplia as oportunidades de aprofundamento curricular, recuperação das aprendizagens e desenvolvimento de projetos formativos. Entretanto, a ampliação da jornada escolar somente produz resultados positivos quando acompanhada por práticas pedagógicas qualificadas e intencionalmente voltadas à melhoria da aprendizagem e ao desenvolvimento integral dos estudantes.

b) Avaliação SAERS

Painel 15 – Proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/3º ano EM (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (Acesso em: 07/06/2026)

Painel 16 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Língua Portuguesa/3º ano EM (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 17 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades - Língua Portuguesa/3º ano EM (2025)

Ano SAERS 2025 Data resultado 03/06/2026 - Final Série 3º EM Componente curricular Língua Portuguesa Rede Rede pública

20ª CRE - PALMEIRA DAS MISSOES Novo Tiradentes

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Município: 4313441 - Novo Tiradentes

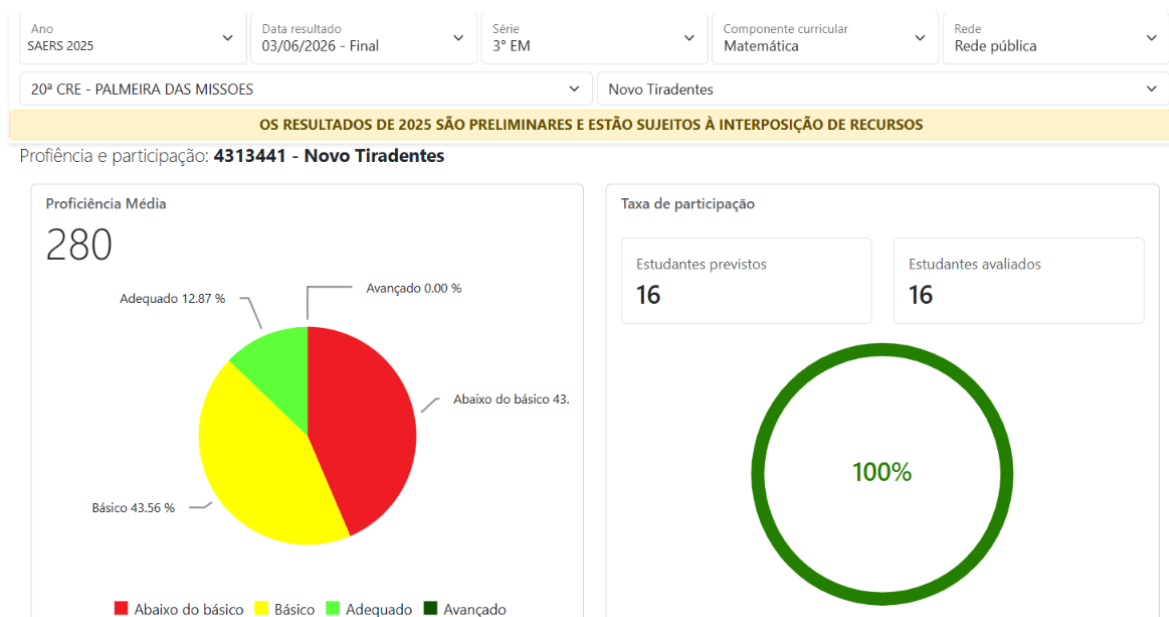
Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
Esc Est Ens Med Joaquim José da Silva Xavier	16	16	100.0 %	267	31.0 %	44.0 %	25.0 %	0.0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

No SAERS 2025, Novo Tiradentes alcançou **267 pontos de proficiência média em Língua Portuguesa**, com **100% de participação**, pois os **16 estudantes previstos foram avaliados**. A distribuição dos estudantes indica **31% abaixo do básico**, **44% no nível básico**, **25% no nível adequado** e **0% no nível avançado**.

Esse resultado revela um quadro de atenção importante. Embora todos os estudantes tenham participado da avaliação, o que fortalece a confiabilidade do dado, a maior parte deles ainda se concentra nos níveis **abaixo do básico e básico**. Isso significa que muitos jovens concluem o Ensino Médio sem consolidar plenamente competências fundamentais de leitura, interpretação, análise textual e uso da linguagem em situações mais complexas. O percentual de apenas 25% no nível adequado indica a necessidade de fortalecer práticas sistemáticas de leitura, produção textual, argumentação e interpretação de diferentes gêneros textuais ao longo de toda a etapa.

Painel 18 - Proficiência e participação SAERS – Matemática/3º ano EM (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 19 - Histórico de proficiência e participação SAERS – Matemática/3º ano EM (2025)



Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

Painel 20 - Resultados detalhados de proficiência e habilidades – Matemática/3º ano EM (2025)

Ano SAERS 2025 Data resultado 03/06/2026 - Final Série 3º EM Componente curricular Matemática Rede Rede pública

20ª CRE - PALMEIRA DAS MISSOES Novo Tiradentes

OS RESULTADOS DE 2025 SÃO PRELIMINARES E ESTÃO SUJEITOS À INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Município: **4313441 - Novo Tiradentes**

Escola	Previstos	Avaliados	Participação	Proficiência Média	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado	Turmas
Esc Est Ens Med Joaquim José da Silva Xavier	16	16	100.0 %	280	44.0 %	44.0 %	13.0 %	0.0 %	Turmas

Fonte: <https://portalsaers.vunesp.com.br/resultados> (acesso em: 02/06/2026)

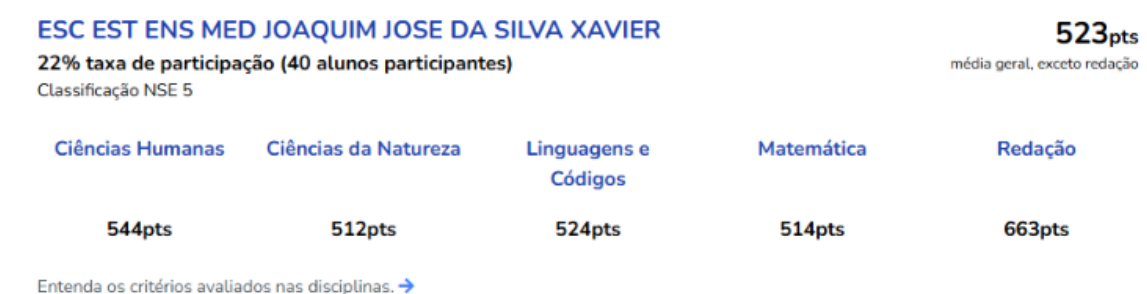
Em Matemática, o município apresentou **280 pontos de proficiência média**, também com **100% de participação**, com os **16 estudantes previstos avaliados**. A

distribuição por padrão de desempenho é mais preocupante: **43,8% abaixo do básico, 43,8% no nível básico, 12,5% no adequado e 0% no avançado.**

Os dados demonstram que a Matemática é o componente mais crítico no Ensino Médio. Quase nove em cada dez estudantes encontram-se nos níveis abaixo do básico ou básico, revelando dificuldades significativas em raciocínio lógico, resolução de problemas, interpretação de dados e aplicação de conceitos matemáticos. A presença de apenas 12,5% dos estudantes no nível adequado e ausência de estudantes no nível avançado indicam a urgência de ações de recomposição das aprendizagens, reforço pedagógico e formação docente específica para o ensino da Matemática.

c) ENEM

Painel 21 - ENEM



Fonte: Enem 2019, Inep.

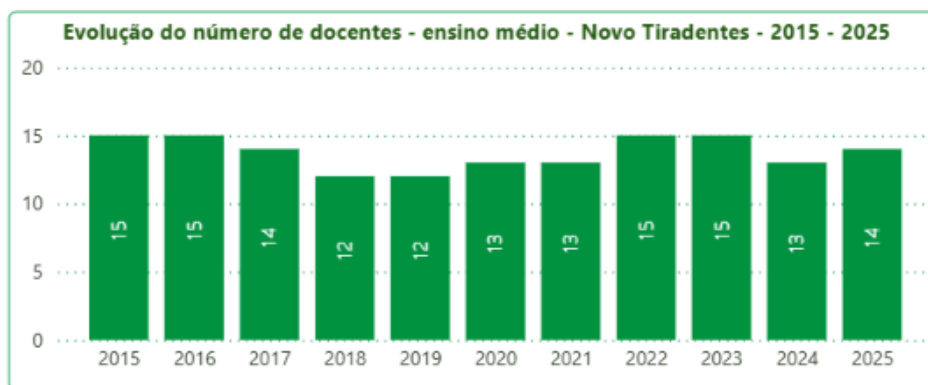
Fonte: <https://qedu.org.br/municipio/4313441-novo-tiradentes> (Acesso em: 07/06/2026)

No ENEM, a escola de Ensino Médio de Novo Tiradentes apresentou **22% de taxa de participação**, com **40 alunos participantes**, e **média geral de 523 pontos**. Por área, os resultados foram: **Ciências Humanas: 544 pontos; Ciências da Natureza: 512 pontos; Linguagens e Códigos: 524 pontos; Matemática: 514 pontos; Redação: 663 pontos.**

A média geral de 523 pontos indica desempenho intermediário, com destaque positivo para **Redação**, que alcançou 663 pontos, e para **Ciências Humanas**, com 544 pontos. Entretanto, a baixa participação, de apenas 22%, limita a representatividade do resultado e pode indicar que parte significativa dos estudantes não está utilizando o ENEM como possibilidade concreta de continuidade dos estudos. Os resultados de Matemática e Ciências da Natureza, próximos de 510 pontos, reforçam a necessidade de fortalecer as áreas de maior exigência conceitual e analítica.

d) Dados dos docentes do Ensino Médio

Gráfico 41 - Evolução do número de docentes no Ensino Médio (2015-2025)

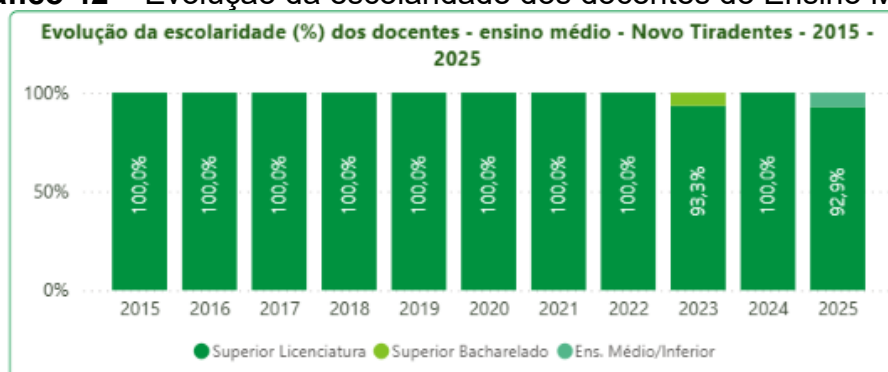


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

O número de docentes que atuam no Ensino Médio em Novo Tiradentes manteve relativa estabilidade ao longo do período de 2015 a 2025, variando entre 12 e 15 professores. Os menores quantitativos foram registrados entre 2018 e 2019, com 12 docentes, enquanto os maiores ocorreram em 2015, 2016, 2022 e 2023, com 15 profissionais. Em 2025, a rede contava com 14 docentes atuando nessa etapa de ensino.

Essa estabilidade representa um aspecto positivo para a qualidade educacional, pois favorece a continuidade dos projetos pedagógicos, fortalece os vínculos entre professores e estudantes e contribui para a consolidação de práticas de ensino mais consistentes. Além disso, reduz os impactos negativos da rotatividade docente sobre os processos de aprendizagem. Contudo, em municípios de pequeno porte, o quantitativo reduzido de professores pode gerar desafios relacionados à oferta de componentes curriculares específicos e à necessidade de atuação em múltiplas turmas e disciplinas.

Gráfico 42 – Evolução da escolaridade dos docentes do Ensino Médio



Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10056> (Acesso em: 07/06/2026)

Os dados demonstram elevado nível de escolarização dos docentes do Ensino Médio. Entre 2015 e 2022, praticamente 100% dos professores possuíam formação superior em licenciatura. Em 2023, o percentual manteve-se elevado, atingindo aproximadamente 93,3%, enquanto em 2025 alcançou 92,9%.

Esse cenário evidencia uma importante fortaleza da rede, uma vez que a formação superior constitui requisito fundamental para o exercício da docência e está diretamente associada à qualidade do ensino. A presença de professores qualificados amplia as possibilidades de desenvolvimento de práticas pedagógicas mais consistentes, planejamento curricular adequado e aprofundamento dos conteúdos específicos do Ensino Médio. Entretanto, a pequena redução observada nos anos mais recentes merece acompanhamento, pois a manutenção de elevados níveis de qualificação profissional é

condição essencial para enfrentar os desafios de aprendizagem identificados nos indicadores educacionais do município.

Gráfico 43 – Percentual de docentes por rede e etapa de ensino (2015-2025)

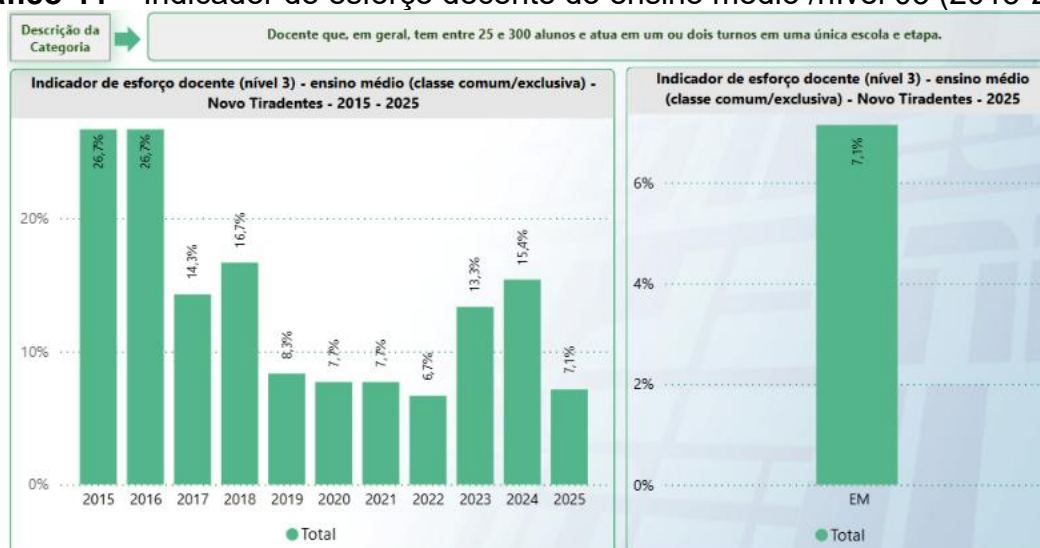


Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

A distribuição dos docentes por rede de ensino evidencia que a oferta do Ensino Médio em Novo Tiradentes é integralmente responsabilidade da rede estadual, concentrando 100% dos professores dessa etapa.

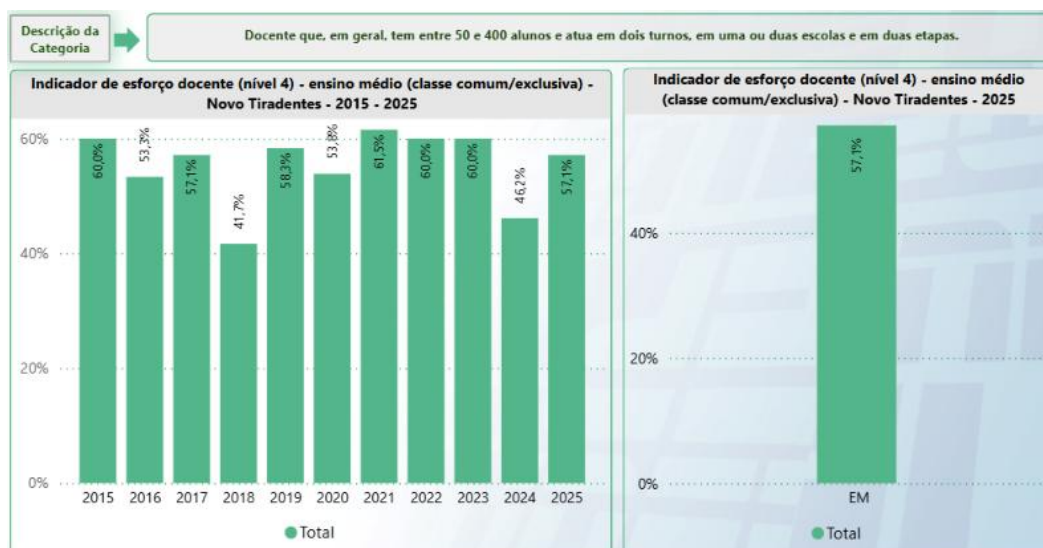
Esse dado reforça a importância da articulação entre o município e o Estado para o desenvolvimento de políticas educacionais integradas. Embora a responsabilidade administrativa seja estadual, os resultados de aprendizagem impactam diretamente os indicadores educacionais do município, tornando necessária a cooperação entre as diferentes esferas de gestão.

Gráfico 44 – Indicador de esforço docente do ensino médio /nível 03 (2015-2025)



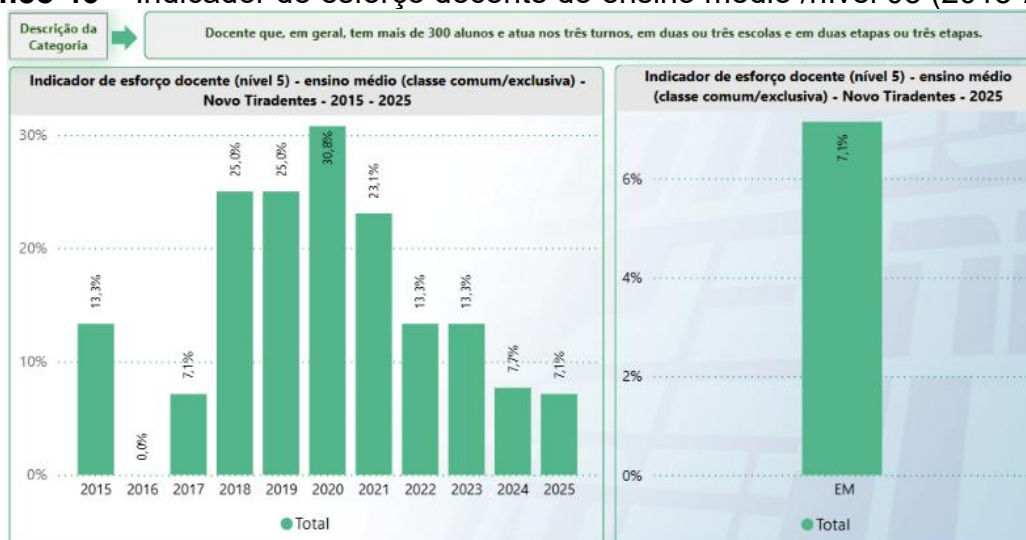
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 45 – Indicador de esforço docente do ensino médio /nível 04 (2015-2025)



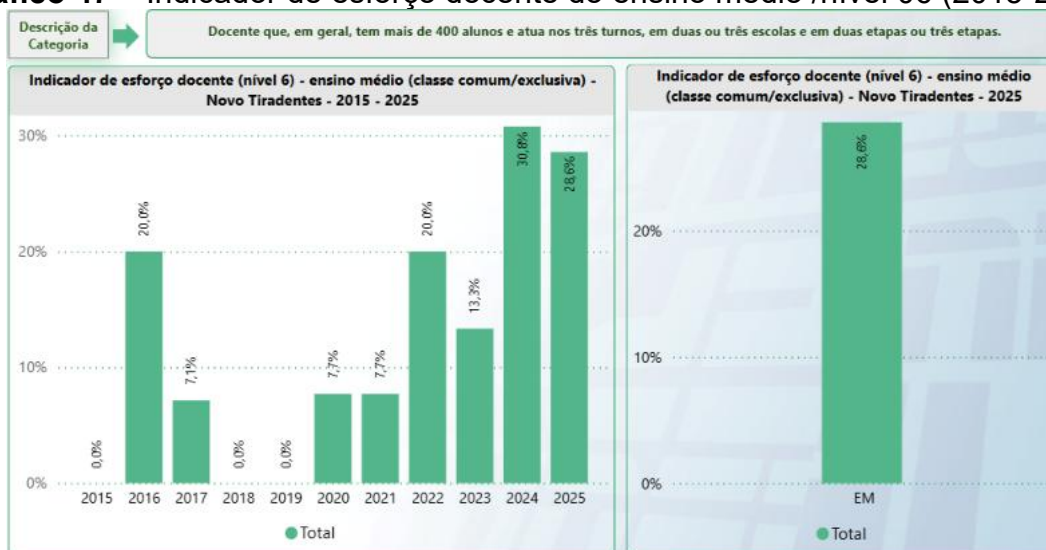
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 46 – Indicador de esforço docente do ensino médio /nível 05 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

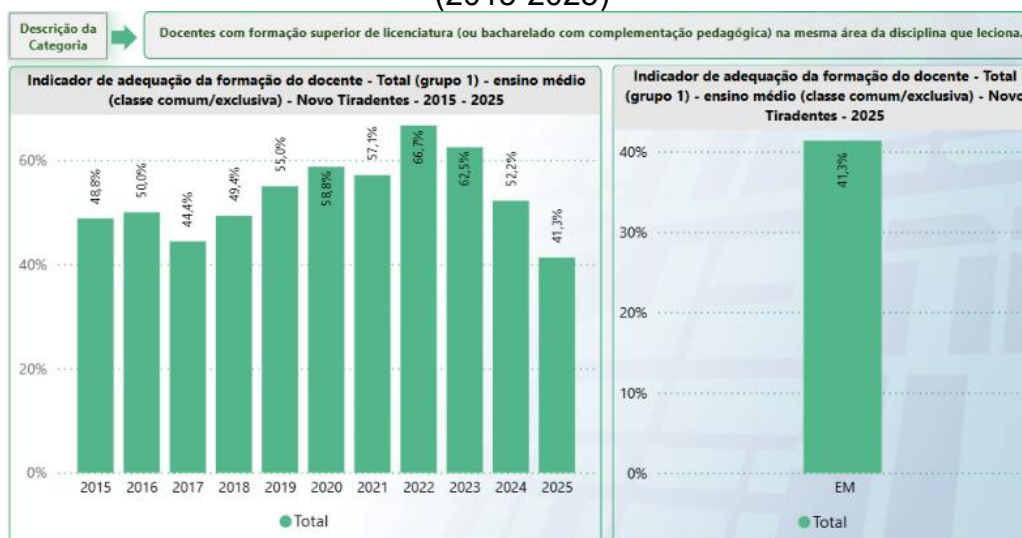
Gráfico 47 – Indicador de esforço docente do ensino médio /nível 06 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

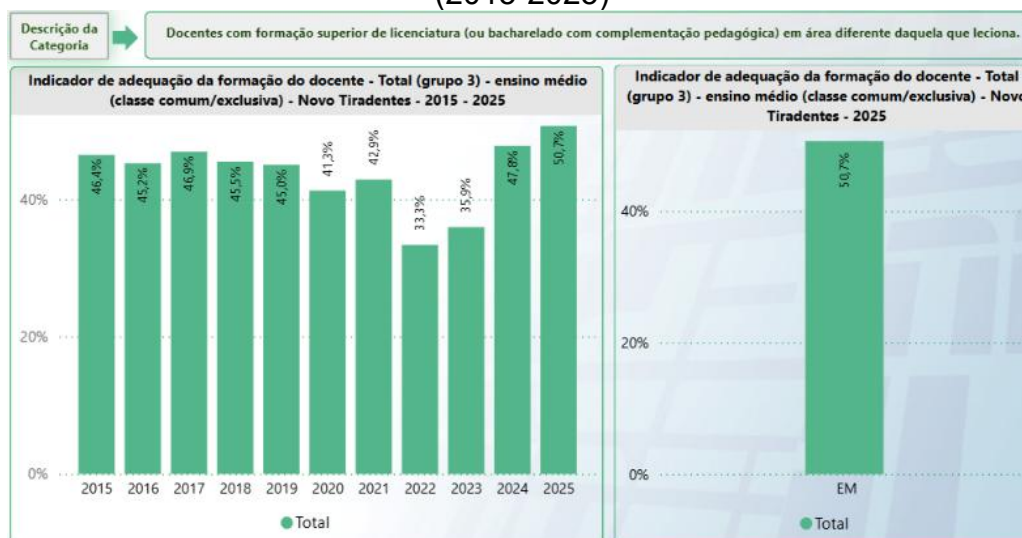
Em 2025, os indicadores de esforço docente do Ensino Médio de Novo Tiradentes mostram que **57,1% dos professores estavam no Nível 4**, concentrando a maior parte do quadro docente e indicando atuação em várias turmas e com maior número de estudantes. Outros **28,6% encontravam-se no Nível 6**, o mais elevado de complexidade, evidenciando condições de trabalho mais exigentes e potencial sobrecarga profissional. Já os **Níveis 3 e 5 representavam 7,1% dos docentes cada**, demonstrando menor participação nessas categorias. De modo geral, os dados revelam que a maioria dos professores atua em contextos de média a alta complexidade, o que exige atenção às condições de trabalho, ao planejamento pedagógico e ao acompanhamento dos estudantes.

Gráfico 48 – Indicador de adequação da formação docente do ensino médio/grupo 01 (2015-2025)



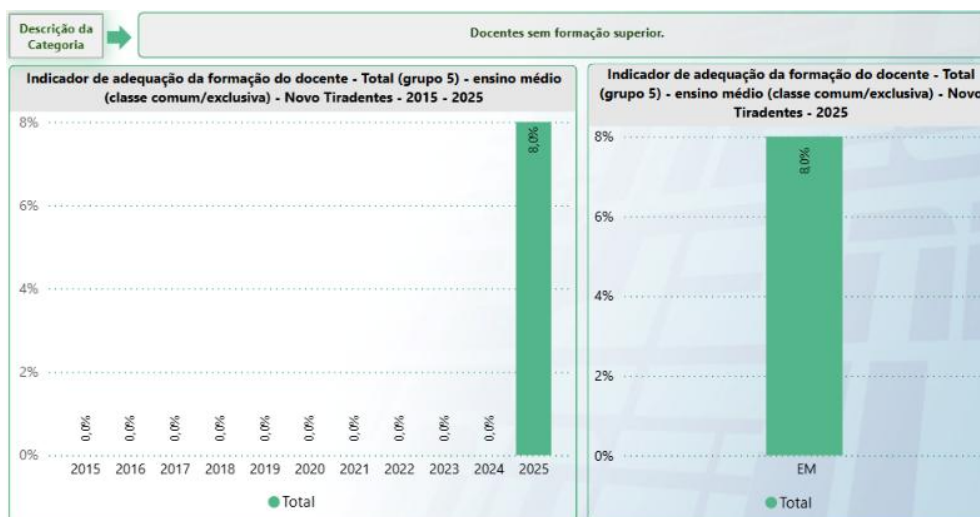
Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 49 – Indicador de adequação da formação docente do ensino médio/grupo 03 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Gráfico 50 – Indicador de adequação da formação docente do ensino médio/grupo 03 (2015-2025)



Fonte: <https://app.powerbi.com/> (Acesso em: 07/06/2026)

Os indicadores de adequação da formação docente do Ensino Médio em Novo Tiradentes mostram que, em 2025, **40% dos professores possuíam formação adequada à disciplina que lecionam (Grupo 1)**, enquanto **50% atuavam em áreas diferentes de sua formação específica (Grupo 3)** e **10% apresentavam formação menos adequada às exigências da função (Grupo 5)**. Os dados evidenciam que, apesar dos avanços na qualificação docente, a maioria dos professores ainda não atua na área específica de formação, situação que pode impactar a qualidade do ensino e reforça a necessidade de políticas de formação continuada e melhor adequação entre formação e área de atuação.

Fontes consultadas:

- QEdU – Plataforma de Dados Educacionais
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)
- Painéis de Monitoramento Educacional em Power BI
- Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS)
- Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)
- Ministério da Educação (MEC)

B) ANÁLISE CAUSAL

Após a análise integrada dos descritores, indicadores e interpretações apresentadas no documento de Novo Tiradentes, é possível identificar que o problema da aprendizagem não está associado à falta de acesso à escola, mas principalmente às dificuldades de garantir a progressão consistente das aprendizagens ao longo da Educação Básica, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Possíveis causas do Problema 05:

Causa 01 – Infraestrutura escolar insuficiente para apoiar práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas:

- Apenas 50% das escolas possuem biblioteca.
- Apenas 50% possuem laboratório de informática.
- Apenas 25% contam com quadra esportiva.

- Não há laboratório de ciências.
- Não há acesso à banda larga.
- Apenas metade das escolas possui acessibilidade adequada.
- Essas limitações reduzem oportunidades de leitura, pesquisa, letramento digital, experimentação científica e inclusão dos estudantes.

Causa 02 – Fragilidades na aprendizagem ao longo da trajetória escolar, especialmente na transição para os anos finais e Ensino Médio:

- O IDEB reduz de 6,4 nos anos iniciais para 5,5 nos anos finais e 3,5 no Ensino Médio.
- Há perda progressiva de desempenho à medida que os estudantes avançam na escolarização.
O cenário sugere dificuldades na consolidação das aprendizagens e na articulação entre etapas.

Causa 03 – Insuficiência de políticas sistemáticas de recomposição e acompanhamento das aprendizagens:

- O próprio documento aponta a necessidade de fortalecer ações de recuperação contínua, recomposição das aprendizagens e monitoramento pedagógico.
- A progressão escolar elevada pode mascarar lacunas de aprendizagem acumuladas ao longo dos anos.

Causa 04 – Redução da formação continuada dos gestores escolares:

- Em 2025, apenas 66,7% dos gestores participaram de formação continuada em gestão escolar.
- Um terço dos gestores não recebeu formação específica recente.
- Isso pode impactar o planejamento pedagógico, o monitoramento dos indicadores e a liderança dos processos de melhoria da aprendizagem.

Causa 05 – Distorção idade-série e defasagens acumuladas:

- Cerca de 5% dos estudantes dos anos iniciais apresentam distorção idade-série.
- Nos anos finais esse percentual é de aproximadamente 4%.
- No Ensino Médio alcança 12,39%.
- Esses dados revelam dificuldades acumuladas que tendem a aumentar o risco de baixo desempenho, desmotivação e abandono escolar.

Causa 06 – Elevadas taxas de abandono no Ensino Médio:

- Aproximadamente 7,7% dos estudantes abandonam a escola nessa etapa.
- O abandono interrompe o processo educativo e está fortemente associado ao baixo desempenho e às desigualdades sociais.

Causa 07 – Baixos resultados de aprendizagem no Ensino Médio:

- IDEB de 3,5 frente à meta de 5,2.
- Proficiências do SAERS inferiores às esperadas para a conclusão da Educação Básica.
- Taxa de aprovação de apenas 79%.
- Esses indicadores demonstram que parcela significativa dos estudantes conclui a etapa sem desenvolver plenamente as competências esperadas.

Causa 08 – Necessidade de maior articulação entre as redes municipal e estadual:

- Os anos iniciais concentram-se majoritariamente na rede municipal.
- Os anos finais são compartilhados.

- O Ensino Médio é integralmente estadual.
- Essa fragmentação pode dificultar o acompanhamento contínuo dos estudantes, a transição entre etapas e a implementação de estratégias integradas de aprendizagem.

Causa 09 – Desafios relacionados à complexidade de gestão das escolas:

- Metade das escolas encontra-se no nível 4 de complexidade de gestão.
- Essas unidades demandam maior coordenação pedagógica, acompanhamento dos resultados, atendimento à diversidade e ações de inclusão.

Causa 10 – Persistência das desigualdades socioeconômicas e situações de vulnerabilidade social:

- O próprio documento destaca a necessidade de ações específicas voltadas aos estudantes em situação de vulnerabilidade.
- A ausência de recursos culturais, tecnológicos e pedagógicos fora da escola afeta mais intensamente esses grupos, ampliando desigualdades de aprendizagem.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **C01. Infraestrutura escolar incompleta e insuficiente.**
- **C02. Fragilidades na transição e continuidade das aprendizagens entre etapas da Educação Básica.**
- **C03. Insuficiência de ações de recomposição e acompanhamento sistemático das aprendizagens.**
- **C04. Redução da formação continuada dos gestores escolares.**
- **C05. Distorção idade-série e defasagens acumuladas ao longo da trajetória escolar.**
- **C06. Elevadas taxas de abandono escolar no Ensino Médio.**
- **C07. Baixo desempenho acadêmico e aprendizagem insuficiente no Ensino Médio.**
- **C08. Fragilidades na articulação pedagógica entre as redes municipal e estadual.**
- **C09. Desafios decorrentes da maior complexidade de gestão das escolas.**
- **C10. Desigualdades socioeconômicas e vulnerabilidades sociais que impactam a aprendizagem.**

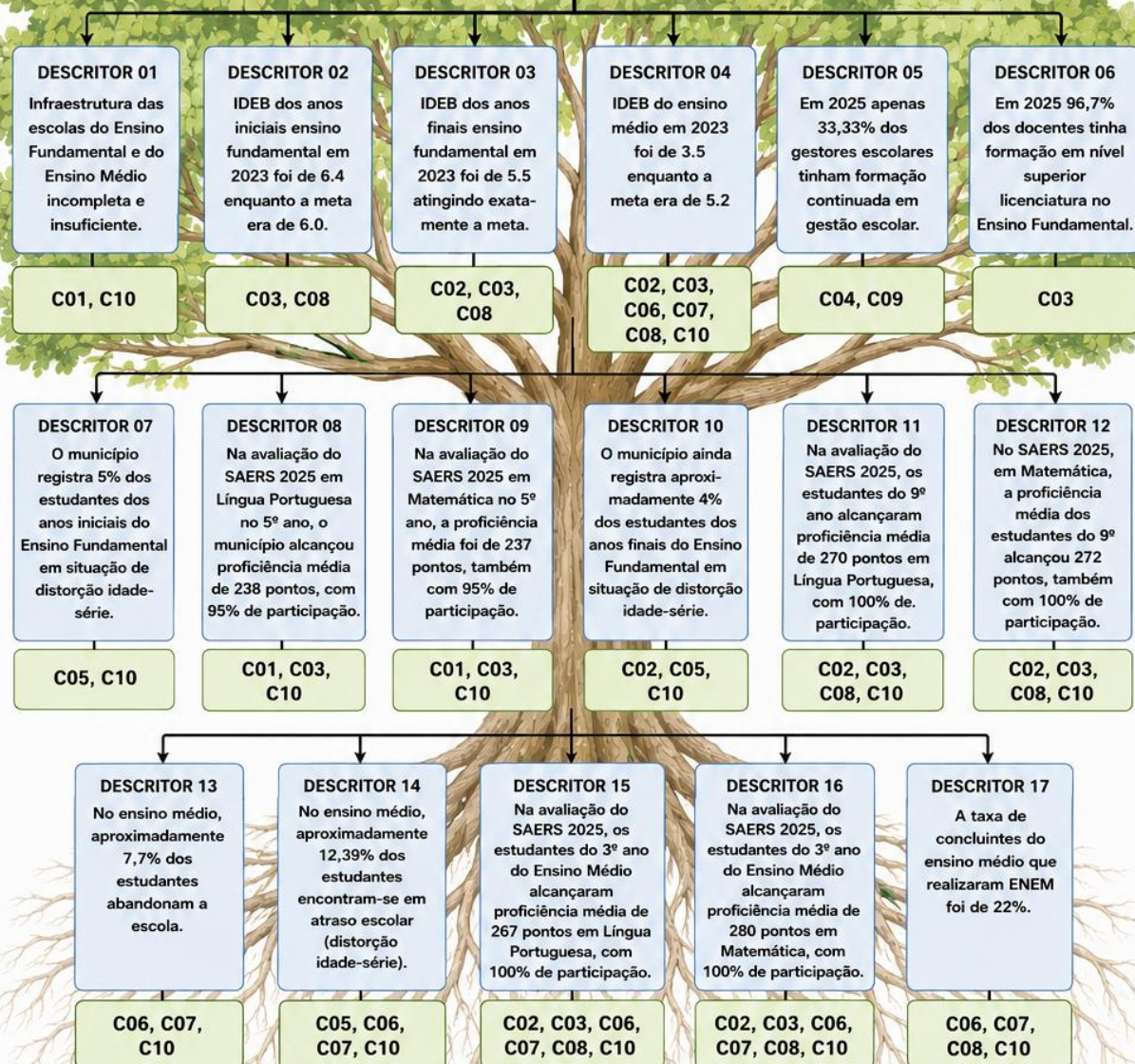
C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 05 do PME

TEMA 05 - APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO – NOVO TIRADENTES

PROBLEMA 05

ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO ENSINO MÉDIO NÃO ALCANÇAM O NÍVEL ADEQUADO DE APRENDIZADO EM RELAÇÃO AO SEU ANO DE ESTUDO, HAVENDO PERSISTENTES DESIGUALDADES ENTRE AS POPULAÇÕES DE BAIXO NÍVEL SOCIOECONÔMICO E AS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.



CAUSAS

C01	Infraestrutura escolar incompleta e insuficiente.	C06	Elevadas taxas de abandono escolar no Ensino Médio.
C02	Fragilidades na transição e continuidade das aprendizagens entre etapas da Educação Básica.	C07	Baixo desempenho acadêmico e aprendizagem insuficiente no Ensino Médio.
C03	Insuficiência de ações de recomposição e acompanhamento sistemático das aprendizagens.	C08	Fragilidades na articulação pedagógica entre as redes municipal e estadual.
C04	Redução da formação continuada dos gestores escolares.	C09	Desafios decorrentes da maior complexidade de gestão das escolas.
C05	Distorção idade-série e defasagens acumuladas ao longo da trajetória escolar.	C10	Desigualdades socioeconômicas e vulnerabilidades sociais que impactam a aprendizagem.

LEGENDA

■ Problema Descritor Causa

Fonte: autoria própria.

7. TEMA 06 - EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Problema 06: AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO AINDA NÃO OFERECEM EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL PARA TODOS OS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A oferta de Educação Integral em Tempo Integral constitui uma estratégia fundamental para garantir o desenvolvimento pleno dos estudantes, ampliando as oportunidades de aprendizagem, convivência, cultura, esporte e formação cidadã. Em Novo Tiradentes, a análise dos indicadores evidencia avanços significativos na expansão da jornada escolar em determinadas etapas da Educação Básica, especialmente na Educação Infantil e no Ensino Médio. Contudo, os dados também revelam desigualdades importantes entre os níveis de ensino, demonstrando que a experiência de educação integral ainda não está assegurada de forma contínua e equitativa para todos os estudantes da rede pública. Nesse contexto, a análise dos descritores permite compreender como a oferta da educação em tempo integral se distribui ao longo da trajetória escolar, identificando conquistas, fragilidades e desafios que precisam ser enfrentados para consolidar uma política educacional capaz de garantir o direito à formação integral em todas as etapas da Educação Básica.

DESCRITORES⁷ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01: 100% das matrículas da etapa creche na educação infantil tinham atendimento em tempo integral em 2025.**
- ➔ **Descritor 02: 100% das matrículas da etapa pré-escola na educação infantil tinham atendimento em tempo integral em 2025.**
- ➔ **Descritor 03: 51,9% das matrículas dos anos iniciais do ensino fundamental tinham atendimento em tempo integral em 2025.**
- ➔ **Descritor 04: 3% das matrículas dos anos finais do ensino fundamental tinham atendimento em tempo integral em 2025.**
- ➔ **Descritor 04: 100% das matrículas do ensino médio tinham atendimento em tempo integral em 2025.**

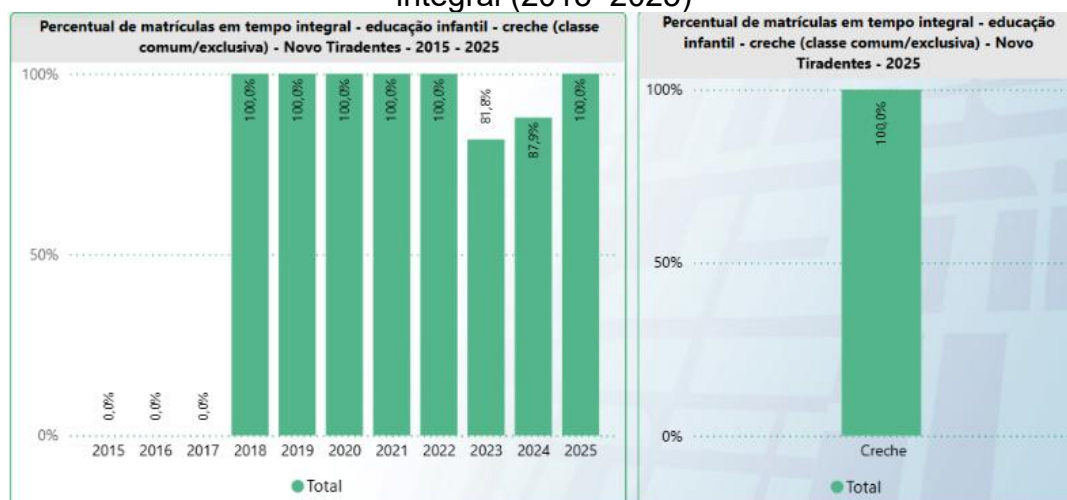
O Problema 06 evidencia que, embora o município apresente avanços importantes na oferta de educação integral em tempo integral em algumas etapas da Educação Básica, ainda existem desigualdades significativas entre os níveis de ensino, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental. Os descritores demonstram que a ampliação da jornada escolar não ocorre de forma homogênea, limitando a garantia do direito à formação integral para todos os estudantes do território.

1) A educação integral em tempo integral na Educação Infantil

a) Atendimento educação integral em tempo integral na etapa creche

⁷ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

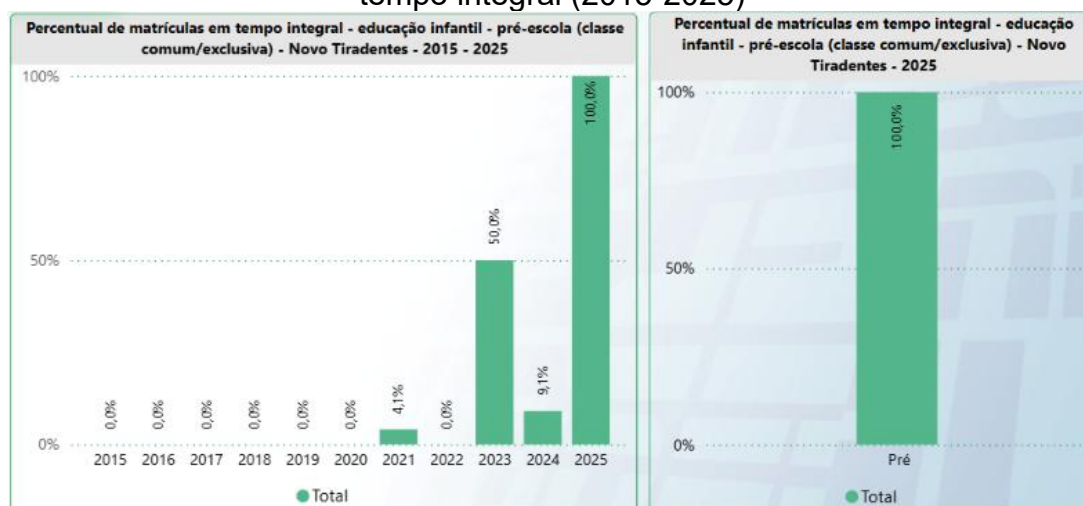
Gráfico 01 - Crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creche com atendimento em tempo integral (2015–2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

b) Atendimento educação integral em tempo integral na etapa pré-escola

Gráfico 02 - Crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola com atendimento em tempo integral (2015–2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

O município alcançou um resultado extremamente positivo ao registrar 100% das matrículas da creche em atendimento integral em 2025, evidenciando a universalização da oferta de jornada ampliada para as crianças dessa etapa.

A análise histórica apresentada no gráfico demonstra que essa condição não esteve presente durante todo o período analisado. Entre 2018 e 2023 observa-se a consolidação da oferta integral, mantendo índices próximos ou iguais a 100%, o que indica uma política consistente de atendimento à primeira infância. Em 2024 houve uma pequena redução, seguida da retomada da universalização em 2025.

Esse resultado revela um alinhamento importante com as evidências científicas que apontam a primeira infância como etapa estratégica para o desenvolvimento cognitivo, socioemocional e motor. A permanência em tempo integral possibilita maior oferta de experiências educativas, cuidados, alimentação adequada e oportunidades de

aprendizagem, contribuindo para a redução das desigualdades sociais desde os primeiros anos de vida.

Além disso, o indicador demonstra capacidade da rede municipal em estruturar espaços, equipes e organização pedagógica compatíveis com a jornada ampliada, constituindo uma referência positiva para as demais etapas da Educação Básica.

A pré-escola também apresenta um cenário de destaque, alcançando 100% das matrículas em tempo integral em 2025.

Entretanto, o histórico evidencia uma trajetória mais instável que a observada na creche. Os dados mostram percentuais reduzidos ou inexistentes durante grande parte da série histórica, uma ampliação significativa em 2023, uma retração em 2024 e posterior universalização em 2025.

Essa evolução sugere que o município realizou investimentos recentes para expandir a jornada ampliada nessa etapa, alcançando um patamar compatível com os objetivos da Política Nacional de Educação Integral.

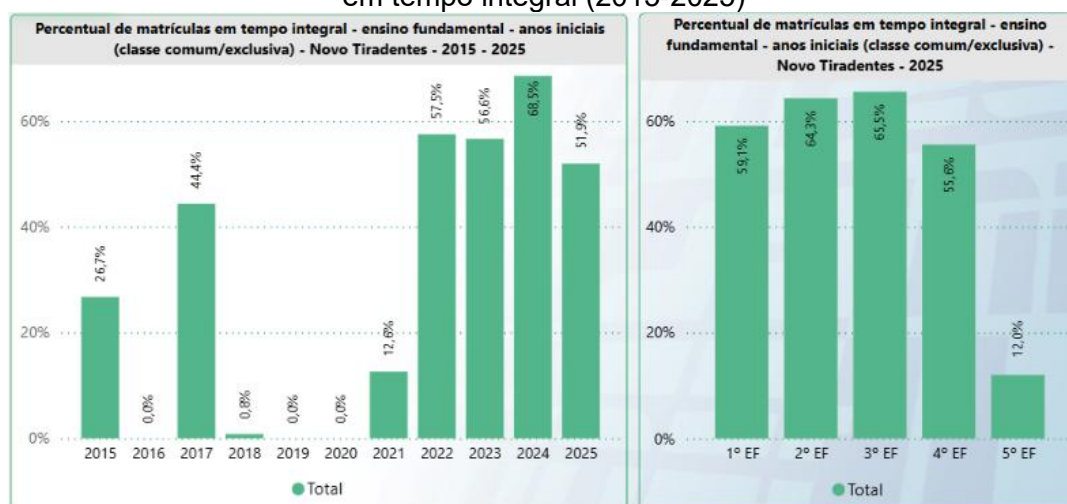
Do ponto de vista pedagógico, a universalização da pré-escola em tempo integral fortalece o desenvolvimento integral das crianças, amplia as oportunidades de interação, ludicidade e construção de conhecimentos, além de favorecer a transição para o Ensino Fundamental. Também representa importante mecanismo de apoio às famílias trabalhadoras, ampliando a proteção social das crianças.

Assim, a Educação Infantil configura-se como a etapa mais consolidada da política de educação integral em Novo Tiradentes.

2) A educação integral em tempo integral no Ensino Fundamental

a) Atendimento educação integral em tempo integral nos anos iniciais

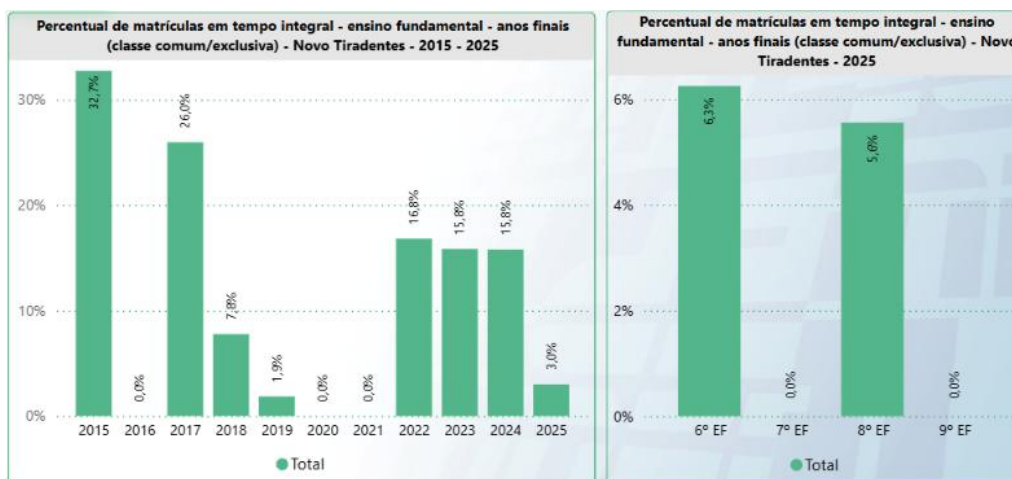
Gráfico 03 - Estudantes matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental com atendimento em tempo integral (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

b) Atendimento educação integral em tempo integral nos anos finais

Gráfico 04 - Estudantes matriculados nos anos finais do ensino fundamental com atendimento em tempo integral (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o município apresenta 51,9% das matrículas em tempo integral em 2025.

Embora esse percentual seja significativamente inferior ao registrado na Educação Infantil, ele revela uma cobertura relativamente expressiva quando comparado à realidade de muitos municípios brasileiros.

A série histórica demonstra um movimento de expansão gradual da oferta, especialmente a partir de 2021, quando os índices passam a crescer de forma mais consistente. Em 2023 e 2024 os percentuais aproximaram-se de 60%, mantendo-se acima da metade dos estudantes matriculados. Em 2025 observa-se uma pequena redução para 51,9%.

O dado evidencia que a política de educação integral já alcança parte significativa dos estudantes, porém ainda não se encontra universalizada. Isso significa que aproximadamente metade das crianças matriculadas nos anos iniciais permanece em jornada parcial, reduzindo as oportunidades de acesso a experiências complementares de aprendizagem.

Sob a perspectiva educacional, a ampliação do tempo escolar nessa etapa é especialmente relevante para fortalecer a alfabetização, a recomposição das aprendizagens, o desenvolvimento de competências socioemocionais e a redução das desigualdades educacionais. Dessa forma, a continuidade da expansão da oferta integral nos anos iniciais constitui um desafio importante para o município.

Os anos finais do Ensino Fundamental representam a principal fragilidade da política de educação integral em Novo Tiradentes. Em 2025, apenas 3% das matrículas estavam em atendimento integral.

O histórico demonstra uma trajetória marcada por oscilações e redução progressiva da oferta. Em alguns momentos anteriores houve percentuais superiores aos atuais, mas a tendência recente aponta para uma cobertura extremamente baixa, praticamente inexistente.

Esse resultado é preocupante porque os anos finais constituem uma etapa crítica da trajetória escolar. É justamente nesse período que costumam ocorrer maiores índices de evasão, abandono, reprovação e distorção idade-série.

A reduzida presença da educação integral limita o acesso dos adolescentes a atividades pedagógicas diversificadas, projetos de protagonismo juvenil, práticas

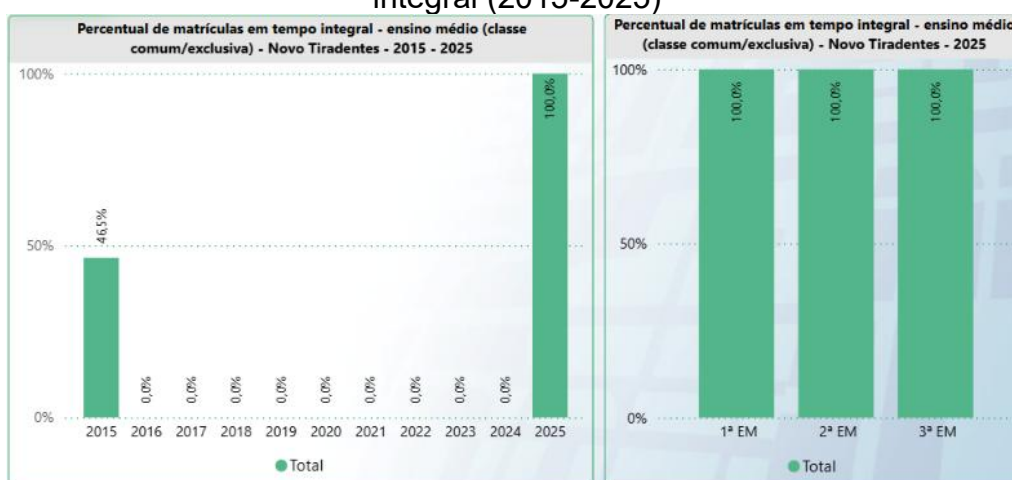
esportivas, culturais e científicas, além de reduzir as oportunidades de fortalecimento dos vínculos escolares.

Os dados sugerem que os investimentos realizados pelo município concentraram-se prioritariamente na Educação Infantil e, em menor medida, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, deixando os anos finais com cobertura bastante reduzida.

Esse cenário constitui o principal obstáculo para a efetivação da educação integral como política universal no município.

3) A educação integral em tempo integral no Ensino Médio

Gráfico 05 - Estudantes matriculados no ensino médio com atendimento em tempo integral (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

O Ensino Médio apresenta um resultado extremamente expressivo, alcançando 100% das matrículas em tempo integral em 2025.

Os gráficos demonstram uma mudança estrutural recente, uma vez que durante grande parte da série histórica não havia atendimento integral nessa etapa. A partir de 2025 ocorre uma ampliação significativa, levando à universalização da oferta.

Esse resultado está alinhado às diretrizes nacionais de fortalecimento do Ensino Médio em tempo integral e representa uma importante oportunidade para ampliar a permanência dos jovens na escola, melhorar os resultados de aprendizagem e fortalecer os projetos de vida dos estudantes.

A educação integral nessa etapa favorece a articulação entre formação geral, desenvolvimento de competências, preparação para o mundo do trabalho e construção da cidadania.

O indicador demonstra que o município conseguiu estruturar uma política robusta para o Ensino Médio, garantindo que todos os estudantes tenham acesso à jornada ampliada.

Síntese Geral das Três Etapas da Educação Básica:

A análise dos dados evidencia que Novo Tiradentes apresenta avanços significativos na implementação da Educação Integral em Tempo Integral, especialmente na Educação Infantil e no Ensino Médio. A universalização do atendimento integral na creche, na pré-escola e no Ensino Médio demonstra capacidade de planejamento e investimento da rede

pública, garantindo ampliação do tempo escolar em etapas estratégicas da trajetória educacional.

No Ensino Fundamental, entretanto, observa-se uma realidade desigual. Enquanto os anos iniciais alcançam uma cobertura intermediária, atendendo pouco mais da metade dos estudantes, os anos finais apresentam uma situação crítica, com apenas 3% das matrículas em tempo integral. Essa diferença evidencia uma ruptura na continuidade da política de educação integral justamente na etapa em que os adolescentes necessitam de maior apoio para permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral.

Portanto, embora o município apresente resultados bastante positivos em três das cinco etapas analisadas, o principal desafio para a próxima década consiste em ampliar de forma consistente a oferta de educação integral nos anos finais do Ensino Fundamental, garantindo maior equidade entre as etapas e consolidando uma trajetória educacional contínua de educação integral para todos os estudantes da Educação Básica.

Fontes Consultadas:

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).
- Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica – INEP/MEC.
- Ministério da Educação (MEC).
- Lei nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE).
- Lei nº 14.640/2023.

B) ANÁLISE CAUSAL

Com base na análise dos descritores, da evolução histórica dos indicadores e das evidências apresentadas no documento, é possível identificar que o problema não está relacionado à ausência total de oferta de Educação Integral em Tempo Integral, mas sim à sua distribuição desigual entre as etapas da Educação Básica, sobretudo nos anos finais do Ensino Fundamental.

Causa 01 – Ausência de universalização da política de Educação Integral em todas as etapas da Educação Básica: Embora a Educação Infantil e o Ensino Médio tenham alcançado 100% de atendimento em tempo integral, os anos iniciais apresentam cobertura parcial (51,9%) e os anos finais apenas 3%, evidenciando que a expansão da política ocorreu de forma desigual entre as etapas.

Causa 02 – Priorização histórica dos investimentos na Educação Infantil: Os dados mostram que a creche e a pré-escola consolidaram a oferta integral antes das demais etapas, indicando que os recursos financeiros, estruturais e pedagógicos foram direcionados prioritariamente à primeira infância, reduzindo a capacidade de expansão para o Ensino Fundamental.

Causa 03 – Insuficiência de infraestrutura escolar para ampliação da jornada nos anos finais do Ensino Fundamental: A baixa cobertura de matrículas integrais nos anos finais sugere limitações relacionadas a espaços físicos adequados, refeitórios, salas multiuso, áreas esportivas e ambientes pedagógicos necessários para a permanência dos estudantes durante todo o dia.

Causa 04 – Limitações orçamentárias para manutenção de matrículas em tempo integral: A ampliação da jornada escolar exige aumento de investimentos em alimentação escolar, transporte, recursos pedagógicos, infraestrutura e pessoal. A baixa

expansão nos anos finais pode estar associada à insuficiência de recursos para sustentar a ampliação da oferta nessa etapa.

Causa 05 – Ausência de uma estratégia específica para os anos finais do Ensino Fundamental: Os dados revelam uma ruptura entre os anos iniciais e os anos finais, indicando possível inexistência de planejamento específico para a continuidade da educação integral na adolescência, fase que demanda organização curricular diferenciada e ações voltadas ao protagonismo juvenil.

Causa 06 – Dificuldades de organização curricular para a Educação Integral: A implementação da educação integral exige ampliação curricular com atividades culturais, esportivas, científicas e de desenvolvimento socioemocional. A baixa oferta nos anos finais pode indicar dificuldades na estruturação de propostas pedagógicas adequadas para a jornada ampliada.

Causa 07 – Necessidade de ampliação e adequação do quadro de profissionais: A expansão do tempo integral requer professores, monitores, coordenadores e equipes de apoio em quantidade suficiente para atender os estudantes durante toda a jornada escolar. A limitação da oferta pode refletir dificuldades relacionadas à contratação e manutenção dessas equipes.

Causa 08 – Fragilidades na articulação entre as políticas educacionais e os programas de financiamento: Apesar das oportunidades criadas pelo Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640/2023, a expansão ainda não alcançou todas as etapas da rede, indicando desafios na captação, planejamento e utilização dos recursos disponíveis para ampliação das matrículas integrais.

Causa 09 – Menor adesão ou permanência dos adolescentes em jornadas ampliadas: Nos anos finais do Ensino Fundamental, fatores relacionados ao perfil dos estudantes, deslocamento, trabalho familiar, atividades extracurriculares e interesses próprios da adolescência podem dificultar a ampliação da permanência em tempo integral, exigindo estratégias específicas de atração e permanência.

Causa 10 – Descontinuidade da trajetória de Educação Integral entre as etapas de ensino: Os dados evidenciam que o estudante encontra ampla oferta de educação integral na Educação Infantil, acesso parcial nos anos iniciais, quase inexistente nos anos finais e universalização novamente no Ensino Médio. Essa descontinuidade demonstra ausência de uma trajetória articulada de educação integral ao longo de toda a Educação Básica.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01: Ausência de universalização da política de Educação Integral em todas as etapas da Educação Básica.**
- **Causa 02: Priorização histórica dos investimentos na Educação Infantil e, mais recentemente, no Ensino Médio.**
- **Causa 03: Insuficiência de infraestrutura física e pedagógica para ampliação da jornada nos anos finais do Ensino Fundamental.**
- **Causa 04: Limitações orçamentárias para expansão e manutenção das matrículas em tempo integral.**
- **Causa 05: Ausência de estratégia específica para ampliação da Educação Integral nos anos finais do Ensino Fundamental.**

- **Causa 06: Descontinuidade da trajetória de Educação Integral entre as diferentes etapas da Educação Básica.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 06 do PME

TEMA 06 - EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

PROBLEMA 06

AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO AINDA NÃO OFERECEM EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL PARA TODOS OS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

DESCRIPTOR 01



100% das matrículas da etapa creche na educação infantil tinham atendimento em tempo integral em 2025.

DESCRIPTOR 02



100% das matrículas da etapa pré-escola na educação infantil tinham atendimento em tempo integral em 2025.

DESCRIPTOR 03



51,9% das matrículas dos anos iniciais do ensino fundamental tinham atendimento em tempo integral em 2025.

DESCRIPTOR 04



3% das matrículas dos anos finais do ensino fundamental tinham atendimento em tempo integral em 2025.

DESCRIPTOR 05



100% das matrículas do ensino médio tinham atendimento em tempo integral em 2025.

CAUSA 02



Priorização histórica dos investimentos na Educação Infantil e, mais recentemente, no Ensino Médio.

CAUSA 02



Priorização histórica dos investimentos na Educação Infantil e, mais recentemente, no Ensino Médio.

CAUSA 01



Ausência de universalização da política de Educação Integral em todas as etapas da Educação Básica.

CAUSA 03



Insuficiência de infraestrutura física e pedagógica para ampliação da jornada nos anos finais do Ensino Fundamental.

CAUSA 02



Priorização histórica dos investimentos na Educação Infantil e, mais recentemente, no Ensino Médio.

CAUSA 06



Descontinuidade da trajetória de Educação Integral entre as diferentes etapas da Educação Básica.

CAUSA 04



Limitações orçamentárias para expansão e manutenção das matrículas em tempo integral.

CAUSA 04



Limitações orçamentárias para expansão e manutenção das matrículas em tempo integral.

CAUSA 05



Ausência de estratégia específica para ampliação da Educação Integral nos anos finais do Ensino Fundamental.

CAUSA 06



Descontinuidade da trajetória de Educação Integral entre as diferentes etapas da Educação Básica.

CAUSA 06



Descontinuidade da trajetória de Educação Integral entre as diferentes etapas da Educação Básica.

CAUSA 06



Descontinuidade da trajetória de Educação Integral entre as diferentes etapas da Educação Básica.

LEGENDA:



PROBLEMA



DESCRIPTOR



CAUSA

Fonte: autoria própria.

8. TEMA 07 - CONECTIVIDADE, EDUCAÇÃO PARA AS TECNOLOGIAS E CIDADANIA DIGITAL

Problema 07: LIMITAÇÃO DE ACESSO DE QUALIDADE À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (INTERNET) PARA USO PEDAGÓGICO E DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA DIGITAL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A garantia do acesso às tecnologias digitais e à internet de qualidade constitui um elemento fundamental para a promoção da aprendizagem, da inclusão digital e do desenvolvimento das competências previstas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente aquelas relacionadas à Cultura Digital e à Computação. Nesse contexto, a análise do **Problema 07 – Limitação de acesso de qualidade à rede mundial de computadores (internet) para uso pedagógico e desenvolvimento de capacidades para o exercício da cidadania digital** busca compreender as condições de conectividade, infraestrutura tecnológica e disponibilidade de recursos digitais nas escolas do município de **Novo Tiradentes**. Embora os dados evidenciem que todas as escolas possuem acesso à internet, persistem desafios significativos relacionados à inexistência de banda larga, à reduzida oferta de laboratórios de informática, à limitação do acesso dos estudantes à internet e à insuficiência de equipamentos tecnológicos para uso pedagógico. Esses fatores demonstram que o acesso formal à internet não garante, por si só, a efetiva integração das tecnologias aos processos de ensino e aprendizagem, exigindo investimentos em infraestrutura, qualificação da conectividade, ampliação dos recursos digitais e fortalecimento das práticas voltadas à formação para a cidadania digital.

DESCRITORES⁸ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01: 100% das escolas com acesso à internet em 2025.**
- ➔ **Descritor 02: 33,33% das escolas com laboratório de informática em 2025.**
- ➔ **Descritor 03: Equipamentos tecnológicos em número insuficiente para uso pedagógico.**

A) ANÁLISE DESCRITIVA

1) Dados quanto a conectividade e existência de equipamentos tecnológicos

Gráfico 01 – Infraestrutura quanto a internet para alunos e acesso à internet na educação básica (2025)

⁸ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 16/06/2026)

Painel 01 – Infraestrutura quanto a energia elétrica e internet na educação infantil (2025)



Fonte: Censo, Inep - 2025

Fonte: <https://gedu.org.br/municipio/4313441-novo-tiradentes> (Acesso em: 16/06/2026)

Painel 02 – Infraestrutura quanto a energia elétrica, laboratório de informática e banda larga nas etapas do ensino fundamental e no ensino médio (2025)

Infraestrutura

Percentual de escolas do município com cada tipo de equipamento de infraestrutura.

[VER TUDO >](#)

Todos

50%
Escolas com
Acessibilidade

100%
Alimentação
fornecida

75%
TV

50%
Biblioteca*

50%
Láb. Informática

0%
Láb. Ciências

25%
Quadra de Esportes

100%
Água tratada (rede
pública)

100%
Energia Elétrica (rede
pública)

100%
Lixo com coleta
periódica

0%
Esgoto (rede
pública)

0%
Banda Larga

A equipe QEdu entende que é essencial a garantia de boas condições de funcionamento para todos e cada um dos alunos. Por isso, para os itens de acessibilidade, saneamento básico e condições elementares de infraestrutura, se marcou em vermelho todos os itens abaixo de 70%.

* A partir da definição do Inep, a biblioteca é um local composto por um acervo de livros e um profissional especializado, o bibliotecário.

Fonte: Censo, Inep - 2025

Fonte: <https://gedu.org.br/municipio/4313441-novo-tiradentes> (Acesso em: 16/06/2026)

Tabela 01 - Tecnologia nas escolas

Tecnologia	%	Nº de escolas
Internet	100%	3
Banda Larga	0%	0

Fonte: Tabela elaborada com dados do <https://gedu.org.br/municipio/4313441-novo-tiradentes> (Acesso em: 16/06/2026)

Tabela 02 – Equipamentos tecnológicos nas escolas

NOVO TIRADENTES				
EXISTÊNCIA DE EQUIPAMENTO	EMEI ELEMAR BATTISTI	ESC EST ENS MED JOAQUIM JOSE DA SILVA XAVIER	ESC MUN ENS FUND SAO LUIS GONZAGA	%
PARABOLICA	Não	Sim	Não	33,33%
COMPUTADOR	Sim	Sim	Sim	100%
COPIADORA	Não	Não	Não	0%
IMPRESSORA	Sim	Não	Sim	66,66%
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	Sim	Sim	Sim	100%
SCANNER	Sim	Não	Sim	66,66%
DVD	Sim	Não	Não	33,33%
SOM	Sim	Sim	Sim	100%
TV	Sim	Sim	Sim	100%
LOUSA DIGITAL	Não	Não	Não	0%
EQUIPAMENTO MULTIMIDIA	Não	Sim	Sim	66,66%
DESKTOP ALUNO	Sim	Sim	Não	66,66%
COMPUTADOR PORTATIL ALUNO	Não	Sim	Sim	66,66%
TABLET ALUNO	Não	Não	Não	0%

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

Tabela 03 – Quantidade de equipamentos tecnológicos nas escolas

NOVO TIRADENTES			
EQUIPAMENTOS EXISTENTES	EMEI ELEMAR BATTISTI	ESC EST ENS MED JOAQUIM JOSE DA SILVA XAVIER	ESC MUN ENS FUND SAO LUIS GONZAGA
	QUANTIDADE		
DVD	8	0	0
EQUIPAMENTO DE SOM	2	3	2
TV	3	4	5
LOUSA DIGITAL	0	0	0
EQUIPAMENTO MULTIMIDIA	0	5	3
DESKTOP ALUNO	2	10	4
COMPUTADOR PORTATIL ALUNO	0	30	16
TABLET ALUNO	0	0	0

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

Tabela 04 – Disponibilidade da internet nas escolas

NOVO TIRADENTES				
DISPONIBILIDADE DE INTERNET	EMEI ELEMAR BATTISTI	ESC EST ENS MED JOAQUIM JOSE DA SILVA XAVIER	ESC MUN ENS FUND SAO LUIS GONZAGA	%
INTERNET	Sim	Sim	Sim	100%
INTERNET ALUNOS	Não	Sim	Sim	66,66%
INTERNET ADMINISTRATIVO	Sim	Sim	Sim	100%
INTERNET APRENDIZAGEM	Sim	Sim	Sim	100%
INTERNET COMUNIDADE	Não	Não	Sim	33,33%
INTERNET COMPUTADOR	Sim	Sim	Sim	100%
INTERNET DISPOSITIVOS PESSOAIS	Sim	Não	Sim	66,66%

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

Os dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2025 demonstram que as escolas de Novo Tiradentes possuem infraestrutura tecnológica básica instalada, com universalização de equipamentos essenciais, mas ainda apresentam limitações quanto à diversificação dos recursos tecnológicos e à oferta de dispositivos voltados à inovação pedagógica.

Observa-se que todas as escolas dispõem de computadores, impressoras multifuncionais, equipamentos de som e televisores (100%), assegurando condições mínimas para o desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas. Em contrapartida, nenhum estabelecimento possui lousa digital, copiadora ou tablets para uso dos estudantes (0%), evidenciando lacunas importantes na incorporação de tecnologias educacionais mais modernas. Equipamentos multimídia, desktops para estudantes,

computadores portáteis para estudantes, impressoras e scanners estão presentes em apenas duas das três escolas (66,66%), enquanto aparelhos de DVD e antena parabólica permanecem em apenas uma unidade (33,33%), indicando distribuição desigual dos recursos tecnológicos.

A análise quantitativa reforça essa diferença entre as instituições. A Escola Estadual de Ensino Médio Joaquim José da Silva Xavier concentra a maior disponibilidade de equipamentos para uso dos estudantes, com 30 computadores portáteis, 10 desktops e cinco equipamentos multimídia. A Escola Municipal São Luiz Gonzaga dispõe de 16 notebooks, quatro desktops e três equipamentos multimídia. Já a EMEI Elemar Battisti apresenta estrutura mais limitada, contando com apenas dois computadores destinados aos estudantes e sem equipamentos multimídia ou notebooks, característica compatível com as especificidades da Educação Infantil, mas que ainda restringe as possibilidades de ampliação das experiências com tecnologias digitais.

Quanto à conectividade, verifica-se que todas as escolas possuem acesso à internet para fins administrativos, pedagógicos e utilização em computadores institucionais (100%), evidenciando infraestrutura básica de conexão consolidada. Entretanto, apenas 66,66% das escolas disponibilizam internet diretamente aos estudantes e acesso por dispositivos pessoais, enquanto somente uma unidade escolar (33,33%) oferece acesso à internet para a comunidade, demonstrando que a conectividade ainda não é plenamente utilizada como estratégia de inclusão digital e integração com o território.

De forma geral, os indicadores revelam avanços na disponibilidade de equipamentos e na conectividade das escolas, mas também apontam a necessidade de ampliar os investimentos em tecnologias educacionais contemporâneas, reduzir as desigualdades entre as unidades escolares, expandir o acesso dos estudantes aos recursos digitais e fortalecer a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das competências previstas na Política Nacional de Educação Digital e na BNCC Computação. Essas ações contribuirão para qualificar os processos de ensino e aprendizagem e promover maior equidade no acesso às tecnologias educacionais.

Fontes Consultadas:

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).
- INEP/MEC. *Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica*.
- QEdu. Perfil da infraestrutura educacional do município de Novo Tiradentes/RS.

B) ANÁLISE CAUSAL

A análise dos indicadores demonstra que o principal desafio do município não está na existência de acesso à internet, uma vez que todas as escolas possuem conexão (100%), mas na qualidade da infraestrutura tecnológica disponível e na capacidade de utilização pedagógica das tecnologias digitais. Os dados evidenciam que a conectividade existente ainda não assegura condições adequadas para a implementação efetiva da Educação Digital e da BNCC Computação.

Nesse contexto, identificam-se como principais causas do problema:

Causa 01 – Ausência de infraestrutura de conectividade compatível com as demandas educacionais contemporâneas, evidenciada pela inexistência de escolas com

acesso à internet em banda larga, o que compromete a estabilidade, a velocidade da conexão e o desenvolvimento de atividades pedagógicas que dependem intensivamente de recursos digitais.

Causa 02 – Insuficiência de espaços tecnológicos destinados às práticas pedagógicas, uma vez que apenas 33,33% das escolas possuem laboratório de informática, restringindo o acesso sistemático dos estudantes às tecnologias digitais.

Causa 03 – Baixa disponibilidade e atualização dos equipamentos tecnológicos, caracterizada pela ausência de lousas digitais, tablets educacionais e outros recursos tecnológicos contemporâneos, além da quantidade limitada de computadores destinados aos estudantes em parte das escolas.

Causa 04 – Desigualdade na distribuição da infraestrutura tecnológica entre as unidades escolares, observada pela concentração de equipamentos na Escola Estadual Joaquim José da Silva Xavier, enquanto outras unidades, especialmente a Educação Infantil, apresentam menor disponibilidade de dispositivos e recursos multimídia.

Causa 05 – Limitações no acesso dos estudantes aos recursos digitais e à conectividade, considerando que o acesso à internet para os estudantes e para dispositivos pessoais não está universalizado em todas as escolas, restringindo o desenvolvimento de metodologias ativas, pesquisas e atividades digitais colaborativas.

Causa 06 – Baixa integração entre infraestrutura tecnológica, práticas pedagógicas e desenvolvimento das competências digitais, evidenciada pelo fato de que a disponibilidade de equipamentos e internet ainda não se traduz em condições suficientes para promover a Cultura Digital, a Computação e a Cidadania Digital previstas na BNCC e na Política Nacional de Educação Digital.

Os dados demonstram que Novo Tiradentes já superou o desafio relacionado ao acesso formal à internet nas escolas, porém ainda enfrenta limitações estruturais que impedem a consolidação de uma política efetiva de Educação Digital. A inexistência de banda larga, a reduzida oferta de laboratórios de informática, a insuficiência e distribuição desigual dos equipamentos tecnológicos, o acesso restrito dos estudantes aos recursos digitais e a necessidade de maior integração entre infraestrutura, currículo e práticas pedagógicas constituem os principais fatores que limitam o avanço do município na promoção da conectividade de qualidade, da educação para as tecnologias e do exercício pleno da cidadania digital.

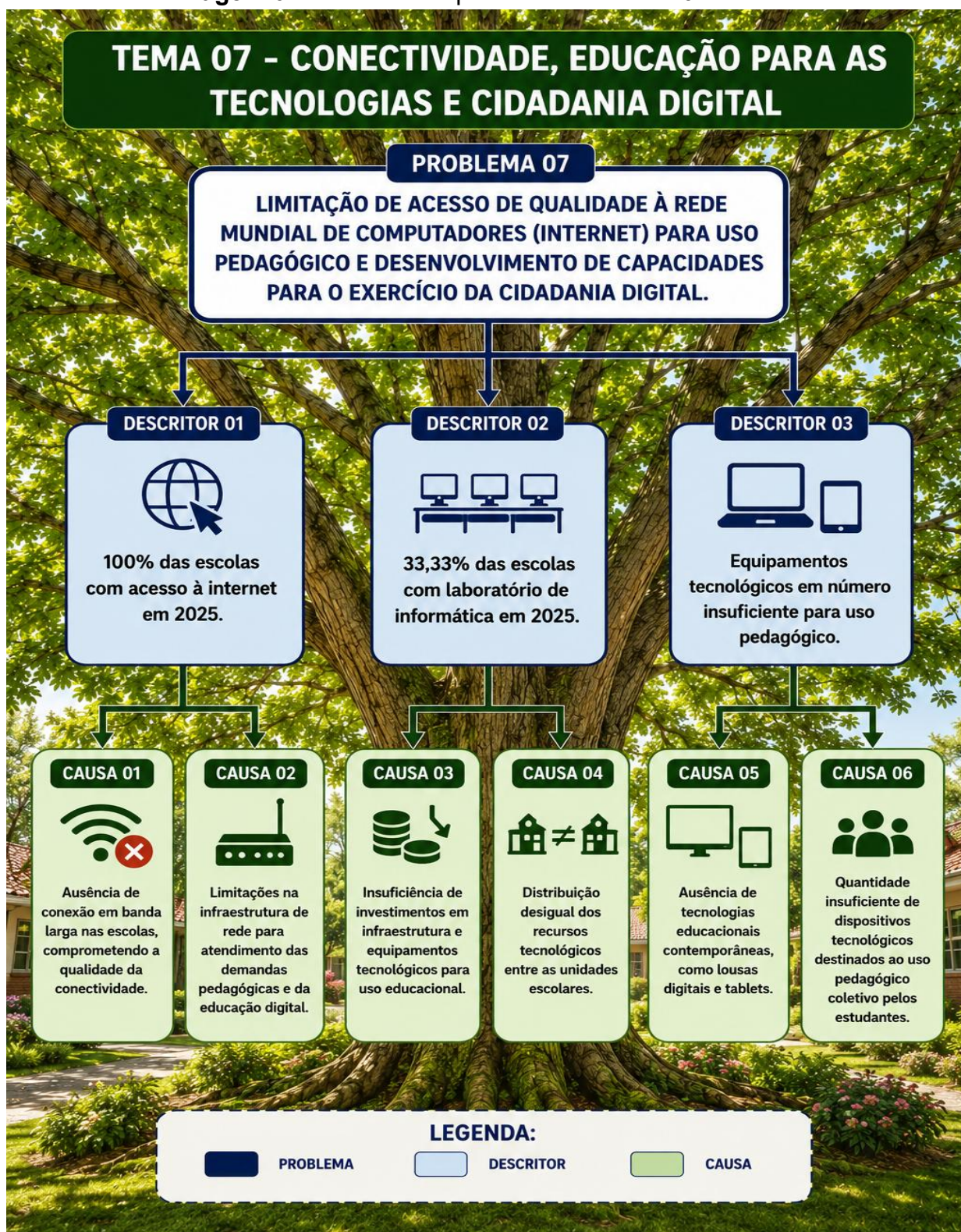
CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01. Ausência de conexão em banda larga nas escolas, comprometendo a qualidade da conectividade.**
- **Causa 02. Limitações na infraestrutura de rede para atendimento das demandas pedagógicas e da educação digital.**
- **Causa 03. Insuficiência de investimentos em infraestrutura e equipamentos tecnológicos para uso educacional.**
- **Causa 04. Distribuição desigual dos recursos tecnológicos entre as unidades escolares.**
- **Causa 05. Ausência de tecnologias educacionais contemporâneas, como lousas digitais e tablets.**

- Causa 06. Quantidade insuficiente de dispositivos tecnológicos destinados ao uso pedagógico coletivo pelos estudantes.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 07 do PME



Fonte: autoria própria.

9. TEMA 08 - SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO

Problema 08: ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NÃO DESENVOLVEM PLENAMENTE CONHECIMENTOS, VALORES E PRÁTICAS RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E AO ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, COMPROMETENDO A FORMAÇÃO CIDADÃ E A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise qualificada dos dados do **Tema 08 – Sustentabilidade Socioambiental na Educação**, referente ao município de **Novo Tiradentes/RS**, evidencia que a rede de ensino apresenta avanços importantes na promoção de condições estruturais e pedagógicas voltadas à sustentabilidade, especialmente quanto à climatização dos ambientes escolares e ao desenvolvimento de projetos de educação ambiental em todas as instituições de ensino. Entretanto, os indicadores também revelam desafios relacionados ao fortalecimento da cultura da sustentabilidade e da resiliência climática, expressos pelo desempenho intermediário no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades e pela existência de protocolos de adaptação para eventos climáticos extremos em apenas parte das escolas. Esse cenário demonstra que, embora existam iniciativas relevantes de educação socioambiental, ainda são necessários investimentos na consolidação de políticas permanentes, na ampliação das ações de prevenção e adaptação às mudanças climáticas e na integração da sustentabilidade como eixo estruturante do currículo e da gestão educacional, favorecendo a formação de estudantes comprometidos com a construção de uma sociedade ambientalmente responsável.

DESCRITORES⁹ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01:** Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades de 52,40 pontos em 2025.
- ➔ **Descritor 02:** 50% das escolas com protocolos de adaptação e resiliência em casos de eventos climáticos extremos em 2025.
- ➔ **Descritor 03:** 100% dos estabelecimentos de ensino tem todas as salas que utilizam climatizadas.
- ➔ **Descritor 04:** 100% dos estabelecimentos de ensino desenvolvem projetos ou programas de sustentabilidade socioambiental na educação em 2026.

1) Dados oficiais:

A análise qualificada dos dados do **Tema 08 – Sustentabilidade Socioambiental na Educação**, referente ao município de **Novo Tiradentes/RS**, evidencia um cenário com desempenho intermediário em sustentabilidade, fragilidades na cobertura dos protocolos de adaptação climática e bom resultado estrutural no conforto térmico das escolas.

a) Sobre o Desenvolvimento Sustentável das Cidades

Painel 01 - Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil

⁹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Novo Tiradentes (RS)



VISÃO GERAL

INDICADORES

RADAR DOS ODS

EVOLUÇÃO DOS ODS

Geral

Clique em uma avaliação para ver mais informações.



Avaliação Atual

Clique em um objetivo para ver mais informações.



Nível de Desenvolvimento Sustentável: ● Muito alto - 80 a 100 ● Alto - 60 a 79,99 ● Médio - 50 a 59,99 ● Baixo - 40 a 49,99 ● Muito baixo - 0 a 39,99
● Informações indisponíveis

Fonte: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/4300471/> (Acesso em: 21/06/2026)

O município apresenta **52,40 pontos** no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, com classificação **1.846º no Brasil** e nível de desenvolvimento sustentável considerado **médio**. Esse resultado indica que Novo Tiradentes possui avanços parciais na agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas ainda não alcança desempenho elevado. Para a educação, esse indicador demonstra a necessidade de fortalecer a sustentabilidade como eixo permanente do currículo, das práticas escolares e da gestão educacional, garantindo que os estudantes desenvolvam conhecimentos, valores e atitudes relacionados ao cuidado ambiental, ao uso responsável dos recursos naturais e ao enfrentamento das mudanças climáticas.

b) Sobre protocolos de adaptação e resiliência em casos de eventos climáticos extremos

Painel 02 - Escolas com protocolos de adaptação e resiliência em casos de eventos climáticos extremos

Resiliência a Eventos Climáticos

Escolas com protocolo de ada...

Escolas com protocolo de adaptação e resiliência em casos de eventos climáticos extremos

Número de escolas que possuem protocolo de adaptação e resiliência em casos de eventos climáticos extremos dividido pelo total de escolas da rede



Resultado da Rede por modalidade



Fonte dos dados: Diagnóstico das escolas/MEC

Fonte: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/insumos> (Acesso em: 21/06/2026)

O painel aponta que apenas **50% das escolas possuem protocolos de adaptação e resiliência para eventos climáticos extremos**. Esse dado revela uma fragilidade importante, pois metade da rede ainda não conta com instrumentos formais de prevenção, orientação e resposta diante de situações como temporais, vendavais, estiagens, ondas de calor, alagamentos ou outros eventos climáticos. A análise por modalidade indica cobertura de **100% na EJA**, mas apenas **50% na Educação Especial** e **50% no Ensino Fundamental**, demonstrando que a proteção e a preparação institucional ainda não alcançam todos os estudantes de maneira equitativa. Assim, o município precisa avançar na universalização desses protocolos e garantir que eles sejam conhecidos, praticados e articulados ao Projeto Político-Pedagógico das escolas, à Defesa Civil e às ações de educação ambiental.

c) Sobre conforto térmico

Assegurar que todos os estabelecimentos de ensino tenham estrutura física e instalações que atendam a padrões de conforto térmico.

Tabela 01 – Salas usadas x salas climatizadas

NOVO TIRADENTES		
Escola	Qt salas utilizadas	Qt salas utilizadas climatizadas
EMEI ELEMAR BATTISTI	8	8
ESC EST ENS MED JOAQUIM JOSE DA SILVA XAVIER	10	10
ESC MUN ENS FUND SAO LUIS GONZAGA	10	10

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 21/06/2026)

Os dados sobre conforto térmico são muito positivos: **100% dos estabelecimentos de ensino possuem todas as salas utilizadas climatizadas**. A EMEI Elemar Battisti possui **8 salas utilizadas e 8 climatizadas**; a Escola Estadual de Ensino Médio Joaquim José da Silva Xavier, **10 de 10**; e a Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luis Gonzaga, também **10 de 10**. Esse cenário demonstra que o município garante boas condições físicas para o desenvolvimento das atividades escolares, contribuindo para o bem-estar, a permanência, a concentração e a aprendizagem dos estudantes. Ainda assim, o conforto térmico, por si só, não assegura o desenvolvimento pleno da sustentabilidade socioambiental; ele precisa estar articulado a projetos pedagógicos, práticas sustentáveis, uso consciente da energia, educação climática e ações de cuidado com o território.

2) Dados municipais:

a) Programas de sustentabilidade socioambiental na educação desenvolvidos nas escolas do território:

Tabela 02 – Programas ou projetos de sustentabilidade socioambiental nas escolas

Nome da Escola	Nome do projeto	Ano de realização	Turmas envolvidas	Outras informações
ESC MUN ENS FUND SAO LUIS GONZAGA	Cidadão Responsável, Planeta Saudável	2026	5º ano	Projeto iniciado em 26/05/2026, com ações voltadas à conscientização ambiental e à formação de cidadãos responsáveis. Como culminância, os estudantes realizarão o plantio de uma árvore após visita ao Horto da Creluz.
	Turma do Futuro – Cresol	2026	5º ano	Desenvolvimento de atividades relacionadas à sustentabilidade por meio do material didático do projeto Turma do Futuro, da Cresol, promovendo a conscientização sobre práticas sustentáveis e a preservação do meio ambiente.
	Sua Ação Faz a Diferença! – Cresol	2026	3º Ano A	Projeto desenvolvido com foco na conscientização ambiental e na adoção de práticas sustentáveis no cotidiano. Por meio de atividades educativas, os estudantes são incentivados a refletir sobre a preservação do meio ambiente, o consumo consciente e a importância das ações individuais para a construção de um futuro mais sustentável.
EMEI ELEMAR BATTISTI	Meio Ambiente – Crianças Plantando Chia	2026	Creche II	As crianças participaram de uma atividade de plantio de chia, explorando o contato com a natureza e compreendendo a importância de cuidar do meio ambiente. Durante a atividade, manusearam a terra, semearam as sementes e realizaram a rega, desenvolvendo responsabilidade, autonomia e respeito pela natureza. Objetivos • Despertar o interesse e o respeito pela natureza. • Desenvolver a coordenação motora e a autonomia. • Estimular a responsabilidade com o cuidado das plantas. • Compreender a importância da água, do solo e da luz para o crescimento das plantas. • Promover atitudes de preservação e sustentabilidade desde a infância.
	Plantando Vida, Cultivando o Futuro	2026	Pré A, Creche I e Creche III	Descrição: Durante a semana do meio ambiente, as crianças do Pré A, Creche I e Creche III participaram de diversas atividades voltadas à conscientização sobre a importância de preservar a natureza. Foram realizadas conversas e atividades lúdicas sobre o descarte correto do lixo, os cuidados com a água e a preservação dos rios, incentivando atitudes de respeito e responsabilidade com o meio ambiente. As crianças demonstraram interesse, participaram das rodas de conversa, de acordo com sua faixa etária, que pequenas ações podem contribuir para um planeta saudável. Como atividade prática, cada criança plantou sementes em um copo, assumindo o compromisso de cuidar a plantinha na escola. Durante esse processo, irão acompanhar o seu crescimento, realizando a rega e observando as mudanças, desenvolvendo o senso de responsabilidade, paciência e cuidado com seres vivos.
	Cuidar faz a Diferença	2026	Creche III	Descrição: Nesta atividade, as crianças da Creche III participaram da construção de uma árvore da primavera utilizando galgos naturais e flores confeccionadas por elas. Durante o processo, exploraram a pintura a colagem e a organização das flores nos galhões desenvolvendo a coordenação motora fina, a criatividade, a percepção das cores e formas além de fortalecerem a concentração e o cuidado com a natureza.
	Cuidar da Natureza faz a Diferença	2026	Pré A	Descrição: As crianças observaram o ambiente externo identificaram uma planta e em seguida manusearam a terra para preparar o plantio. Essa vivência despertou a curiosidade, incentivou o cuidado com o meio ambiente e desenvolveu a coordenação motora, a autonomia e a responsabilidade. Mostrando a importância das plantas para a nossa vida e o cuidado com a natureza.
	Pequenas Atitudes	2026	Creche II	Descrição: Durante a Semana do Meio Ambiente, as crianças do Maternal II participaram de atividades voltadas à conscientização sobre a importância da preservação da

	Transformam o Mundo			natureza. Como ponto de partida, foi realizada a leitura do livro Maria e o Meio Ambiente, proporcionando momentos de escuta, imaginação e diálogo sobre atitudes simples que contribuem para a conservação do planeta, como não jogar lixo no chão, preservar as árvores, economizar água e cuidar dos espaços em que vivemos. Na sequência, foi desenvolvida uma atividade artística coletiva, na qual as crianças utilizaram tinta guache verde para registrar as marcas de suas mãos, formando a copa de uma árvore em um painel com o tema "Pequenas atitudes transformam o mundo com amor e respeito". A atividade favoreceu o desenvolvimento da coordenação motora, da criatividade, da percepção sensorial e do sentimento de pertencimento, reforçando que cada criança pode contribuir para um ambiente mais saudável.
	Meio Ambiente: Preservar Hoje para Florescer Amanhã	2026	Pré A1 e Pré A2	Descrição: Durante a Semana do Meio Ambiente, as crianças do Pré A1 e Pré A2 participaram de diversas atividades voltadas à conscientização sobre a importância da preservação da natureza. Por meio de propostas lúdicas e interativas, realizaram atividades de pintura, recorte, colagem e exploração de diferentes texturas, ampliando seus conhecimentos sobre o cuidado com o meio ambiente e desenvolvendo a criatividade, a coordenação motora fina e a expressão artística. Como parte do projeto, as crianças confeccionaram um livrinho coletivo sobre o meio ambiente, registrando os aprendizados construídos durante as atividades e fortalecendo o protagonismo infantil. Também participaram de momentos de observação e cuidado com os espaços da escola, refletindo sobre a importância de preservar a natureza por meio de pequenas atitudes no dia a dia. Além disso, realizaram o plantio de sementes em copos, assumindo o compromisso de cuidar das plantinhas por meio da rega e da observação do seu crescimento. Essa experiência possibilitou compreender, de forma prática, o ciclo de desenvolvimento das plantas, despertando sentimentos de responsabilidade, paciência e respeito pelos seres vivos.
	Meio Ambiente – Carimbo de Mãozinha	2026	Berçário	Descrição: Durante a Semana do Meio Ambiente, os bebês do Berçário participaram de uma experiência sensorial e artística voltada ao primeiro contato com a natureza e à valorização do meio ambiente. A proposta consistiu na confecção de uma árvore utilizando o carimbo das mãozinhas das crianças, proporcionando momentos de exploração de cores, texturas e diferentes sensações por meio da tinta guache. Durante a atividade, os bebês foram estimulados a observar, tocar e interagir com os materiais, favorecendo o desenvolvimento da percepção sensorial, da coordenação motora e dos vínculos afetivos com os educadores. De forma lúdica e respeitando as características da faixa etária, foram incentivadas as primeiras vivências relacionadas ao cuidado com a natureza e ao respeito pelo meio ambiente.
ESC EST ENS MED JOAQUIM JOSE DA SILVA XAVIER	Reduzir o uso de papel	2026	Anos iniciais, 8º e 9º e Ensino Médio	O Objetivo é: Reduzir o uso de papel substituindo documentos físicos por arquivos digitais. Conscientizar através da leitura sobre implementação e focar na digitalização de arquivos físicos, adoção de assinaturas eletrônicas e treinamentos.

Fonte: Elaboração Própria

A análise da Tabela 02 evidencia que 100% das instituições de ensino de Novo Tiradentes desenvolvem programas ou projetos de sustentabilidade socioambiental, contemplando diferentes etapas da Educação Básica e demonstrando que a temática ambiental está presente no cotidiano escolar de forma contínua e diversificada. As ações abrangem desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, envolvendo estudantes em

atividades práticas, educativas e de sensibilização voltadas à preservação ambiental, ao consumo consciente e à formação cidadã.

Observa-se que a Escola Municipal de Ensino Fundamental São Luís Gonzaga desenvolve diferentes projetos direcionados aos anos iniciais, como *Cidadão Responsável*, *Planeta Saudável*, *Turma do Futuro – Cresol* e *Sua Ação Faz a Diferença! – Cresol*. As iniciativas articulam atividades de educação ambiental, visitas pedagógicas, plantio de árvores, uso de materiais didáticos específicos e reflexões sobre sustentabilidade, estimulando o protagonismo dos estudantes e a adoção de práticas responsáveis em relação ao meio ambiente.

Na EMEI Elemar Battisti, verifica-se uma ampla integração da educação ambiental às experiências da primeira infância. Os projetos contemplam todas as faixas etárias da Educação Infantil, incluindo Berçário, Creches e Pré-escola, por meio de atividades de plantio, observação do crescimento das plantas, experiências sensoriais, construção de materiais artísticos com elementos naturais, rodas de conversa, exploração da natureza e incentivo ao cuidado com a água, o solo e os seres vivos. Essa abordagem evidencia que a sustentabilidade é trabalhada desde os primeiros anos de vida, favorecendo a formação de valores relacionados ao respeito, à responsabilidade e ao cuidado com o ambiente.

Na Escola Estadual de Ensino Médio Joaquim José da Silva Xavier, o projeto "Reduzir o uso de papel" amplia a discussão sobre sustentabilidade ao incorporar práticas de gestão ambiental, como a digitalização de documentos, utilização de assinaturas eletrônicas e redução do consumo de recursos naturais. Além da mudança de procedimentos administrativos, a proposta busca conscientizar estudantes e profissionais sobre a importância do consumo responsável e da adoção de tecnologias que contribuam para a preservação ambiental.

De forma geral, os dados demonstram que o município possui uma rede escolar comprometida com a promoção da sustentabilidade socioambiental, desenvolvendo ações contextualizadas às diferentes etapas de ensino e favorecendo a construção de conhecimentos, atitudes e valores voltados à conservação do meio ambiente. Entretanto, embora exista ampla oferta de projetos, ainda permanece o desafio de consolidar essas iniciativas como uma política permanente e articulada ao currículo, ampliando o acompanhamento dos resultados, fortalecendo a educação para as mudanças climáticas e integrando as ações pedagógicas às políticas públicas municipais de sustentabilidade e resiliência ambiental. Dessa forma, as evidências confirmam o descritor de que 100% das escolas desenvolvem programas ou projetos de sustentabilidade socioambiental, ao mesmo tempo em que reforçam a necessidade de avançar na qualificação e institucionalização dessas práticas para potencializar seus impactos na formação integral dos estudantes.

Fontes Consultadas:

- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Novo PAR – Painel de Insumos da Educação Básica.
- PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – IDSC Brasil.

- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVO TIRADENTES. Levantamento dos Programas e Projetos de Sustentabilidade Socioambiental desenvolvidos nas escolas da rede municipal e estadual, 2026.
- Elaboração própria a partir das bases de dados oficiais e das informações fornecidas pelas instituições de ensino.

B) ANÁLISE CAUSAL

Após analisar todo o documento, especialmente os descritores, os dados oficiais, os dados municipais e as análises apresentadas, observa-se que o problema **"Estudantes da Educação Básica não desenvolvem plenamente conhecimentos, valores e práticas relacionados à sustentabilidade ambiental e ao enfrentamento das mudanças climáticas"** não decorre da ausência de projetos ou de infraestrutura escolar, mas principalmente de limitações relacionadas à institucionalização, abrangência e efetividade das políticas de educação ambiental.

Causa 01 – A educação para a sustentabilidade e as mudanças climáticas ainda não está plenamente institucionalizada como política permanente do currículo e da gestão educacional: embora todas as escolas desenvolvam projetos de educação ambiental, as ações apresentadas são, em sua maioria, projetos específicos ou vinculados a datas comemorativas e programas parceiros, indicando a necessidade de maior integração entre sustentabilidade, currículo, Projeto Político-Pedagógico e planejamento escolar contínuo.

Causa 02 – Cobertura insuficiente de protocolos de adaptação e resiliência para eventos climáticos extremos: apenas 50% das escolas possuem protocolos formais para prevenção e resposta a eventos climáticos extremos, demonstrando fragilidade na preparação institucional frente às mudanças climáticas e reduzindo as oportunidades de desenvolver competências relacionadas à prevenção de riscos e à resiliência.

Causa 03 – Necessidade de ampliar a formação continuada dos profissionais da educação em educação ambiental e educação climática: os projetos desenvolvidos demonstram iniciativas importantes, porém concentram-se predominantemente em ações de conscientização e preservação ambiental. O documento não evidencia processos sistemáticos de formação docente voltados às mudanças climáticas, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), à educação para a sustentabilidade ou à Agenda 2030.

Causa 04 – Baixa integração intersetorial das políticas públicas relacionadas à sustentabilidade: embora haja referência à necessidade de articulação com a Defesa Civil e outras políticas públicas, o diagnóstico evidencia que essa integração ainda precisa ser fortalecida para ampliar a efetividade das ações de prevenção, adaptação climática e educação ambiental no território.

Causa 05 – Desenvolvimento sustentável municipal em nível intermediário: o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (52,40 pontos) indica que o município possui avanços parciais, mas ainda apresenta desafios em diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, refletindo limitações que extrapolam a escola e influenciam a consolidação de uma cultura ambiental no território.

Causa 06 – Necessidade de ampliar ações permanentes de monitoramento e avaliação dos resultados da educação ambiental: o documento apresenta diversos projetos em execução, porém não evidencia indicadores de acompanhamento, avaliação de

impactos ou mecanismos para verificar se essas iniciativas promovem mudanças efetivas nos conhecimentos, atitudes e comportamentos dos estudantes.

Causa 07 – Predominância de ações voltadas à conscientização, com necessidade de ampliar experiências de protagonismo e intervenção comunitária: grande parte das atividades envolve plantio, pintura, rodas de conversa, cuidados com plantas e campanhas educativas. Embora importantes, essas ações podem ser complementadas por projetos de investigação científica, monitoramento ambiental, gestão de resíduos, uso racional da água e energia, recuperação de áreas degradadas, participação em conselhos e iniciativas comunitárias, ampliando o protagonismo estudantil.

Causa 08 – Necessidade de fortalecer a educação climática como eixo estruturante da sustentabilidade: as ações apresentadas concentram-se principalmente na preservação ambiental e no cuidado com a natureza. O documento evidencia menor ênfase em temas como mudanças climáticas, adaptação, mitigação, gestão de riscos, justiça climática, economia circular e consumo sustentável, aspectos fundamentais para o desenvolvimento das competências previstas nas atuais políticas educacionais.

Essas causas são coerentes com os dados apresentados no diagnóstico e explicam por que, mesmo com escolas climatizadas e projetos de sustentabilidade em todas as instituições, o município ainda enfrenta dificuldades para assegurar que **todos os estudantes desenvolvam plenamente conhecimentos, valores e práticas relacionados à sustentabilidade ambiental e ao enfrentamento das mudanças climáticas.**

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01 - Sustentabilidade ainda não plenamente institucionalizada no currículo e na gestão educacional.**
- **Causa 02 - Cobertura insuficiente de protocolos de adaptação e resiliência climática nas escolas.**
- **Causa 03 - Necessidade de ampliar a formação continuada em educação ambiental e mudanças climáticas.**
- **Causa 04 - Fragilidade na articulação intersetorial entre educação, meio ambiente e Defesa Civil.**
- **Causa 05 - Desenvolvimento sustentável municipal em nível intermediário, refletindo desafios territoriais.**
- **Causa 06 - Ausência de monitoramento sistemático dos resultados das ações de educação ambiental.**
- **Causa 07 - Necessidade de ampliar ações de protagonismo estudantil e intervenção socioambiental.**
- **Causa 08 - Educação climática ainda pouco estruturada nas práticas pedagógicas e na gestão escolar.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 08 do PME

TEMA 08 - SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO



PROBLEMA 08:

ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NÃO DESENVOLVEM PLENAMENTE CONHECIMENTOS, VALORES E PRÁTICAS RELACIONADOS À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E AO ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, COMPROMETENDO A FORMAÇÃO CIDADÃ E A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEL.



Fonte: autoria própria.

10. TEMA 09 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Problema 09: O ACESSO, A QUALIDADE DA OFERTA E A PERMANÊNCIA, EM TODOS OS NÍVEIS, ETAPAS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NÃO ESTÃO ASSEGURADOS.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do **Problema 09 – O acesso, a qualidade da oferta e a permanência, em todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Escolar Indígena, da Educação do Campo e da Educação Escolar Quilombola não estão assegurados**, no município de **Novo Tiradentes/RS**, tem como objetivo compreender em que medida a rede municipal de ensino assegura uma educação pautada na equidade, na valorização da diversidade étnico-racial e no respeito às especificidades territoriais. Para essa avaliação, foram considerados indicadores relacionados à implementação da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), ao atendimento educacional das populações indígenas, quilombolas e do campo, à distribuição das matrículas por raça/cor, à formação dos profissionais da educação, às condições de infraestrutura escolar e à qualidade dos registros educacionais. Os dados evidenciam que o município não possui, atualmente, escolas indígenas, escolas quilombolas ou escolas em funcionamento na zona rural, sendo que a única escola rural existente foi paralisada em 2026. Nesse contexto, o principal desafio não está na expansão dessas modalidades de oferta, mas no fortalecimento das políticas de Educação para as Relações Étnico-Raciais, na qualificação da formação docente, na ampliação das condições de infraestrutura e conectividade das escolas e na consolidação de práticas pedagógicas que promovam a educação intercultural, a equidade racial e o respeito à diversidade. Assim, o diagnóstico demonstra que, mesmo diante da inexistência dessas modalidades específicas no território municipal, permanece a responsabilidade da rede de ensino em assegurar o cumprimento das diretrizes nacionais voltadas à valorização da história e da cultura indígena, afro-brasileira, quilombola e das populações do campo, contribuindo para uma educação pública inclusiva, democrática e socialmente referenciada.

DESCRITORES¹⁰ DO PROBLEMA:

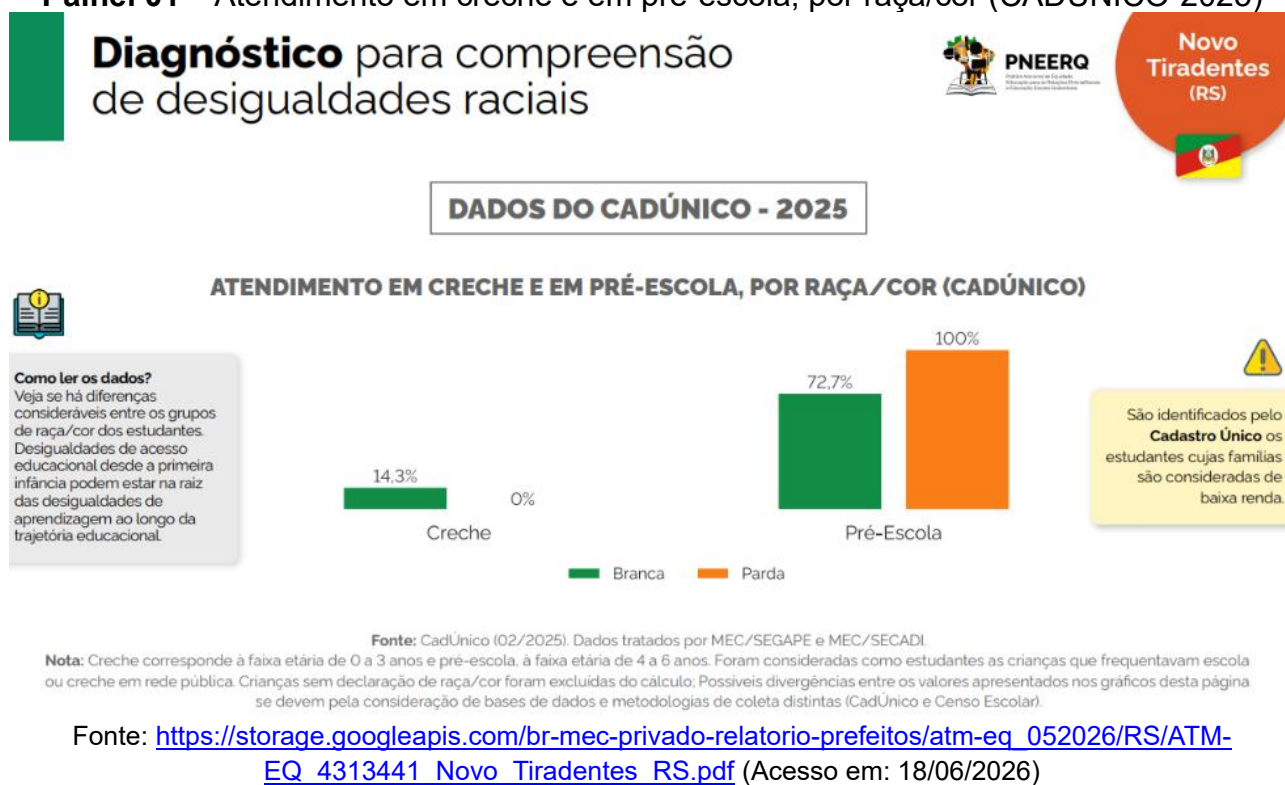
- **Descritor 01: Baixo nível de institucionalização da Educação para as Relações Étnico-Raciais, registrando índice geral de 25,1 pontos.**
- **Descritor 02: A formação continuada é uma fragilidade importante da rede municipal, indicando necessidade de ampliar investimentos em formação inicial e continuada voltadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais, à inclusão e à qualidade da aprendizagem.**
- **Descritor 03: 0% de educação indígena no município em 2025.**
- **Descritor 04: 0% das escolas localizadas em comunidades quilombolas em 2025.**
- **Descritor 05: 0% das escolas localizadas na zona rural em 2025.**

¹⁰ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

1) Dados gerais do município na PNEERQ

A análise qualificada dos dados do **Tema 09 – Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola**, referente ao município de **Novo Tiradentes/RS**, evidencia que o principal desafio não está na oferta de modalidades específicas, mas na consolidação das políticas de Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e na manutenção de ações voltadas à valorização da diversidade, considerando que o município não possui escolas indígenas, quilombolas nem escolas rurais em funcionamento. Os dados demonstram fragilidades importantes na implementação da Política Nacional de Equidade, especialmente nos eixos de formação, institucionalização e monitoramento.

Painel 01 – Atendimento em creche e em pré-escola, por raça/cor (CADÚNICO-2025)

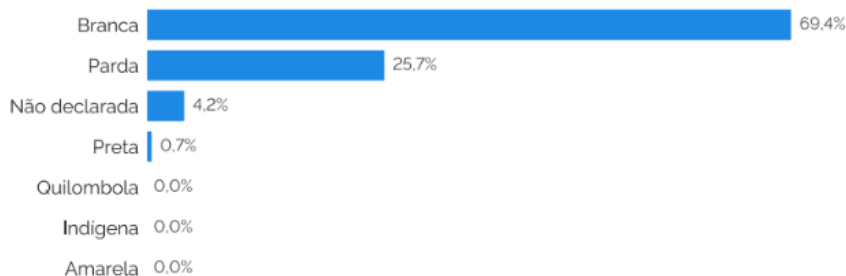


Os dados do CadÚnico revelam cobertura reduzida da Educação Infantil para as crianças em situação de vulnerabilidade. Na creche, o atendimento alcança apenas **14,3% das crianças brancas**, não havendo registro de atendimento para crianças pardas. Na pré-escola, os índices aumentam para **72,7% entre crianças brancas** e **100% entre crianças pardas**, indicando universalização para este grupo, mas ainda uma cobertura insuficiente entre as crianças brancas. O cenário demonstra que o principal desafio do município permanece na ampliação do acesso à creche, etapa fundamental para reduzir desigualdades educacionais desde a primeira infância.

Painel 02 – Distribuição de matrículas por raça/cor e por escolas quilombolas

DADOS DO CENSO ESCOLAR - 2025

DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS POR RAÇA/COR E POR ESCOLAS QUILOMBOLAS



Fonte: Inep, Censo Escolar (2025). Dados tratados por MEC/SEGAP e MEC/SECADI.

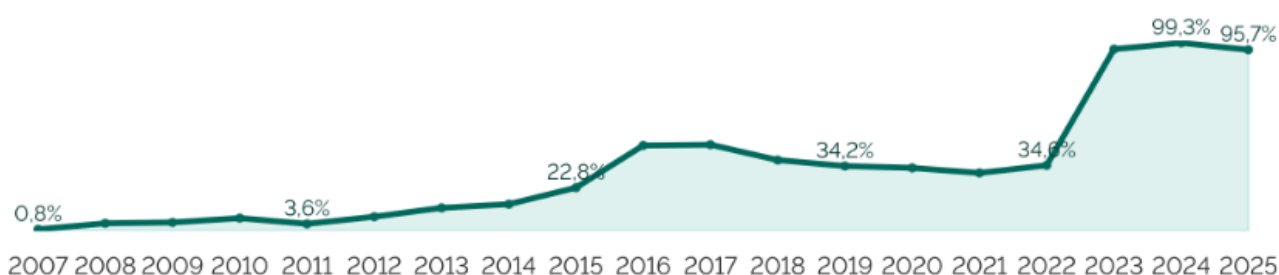
Nota: Consideram-se matrículas da rede municipal em escolas em funcionamento. A categoria Quilombola reúne matrículas em escolas quilombolas e não se sobrepõe às categorias de raça/cor.

Fonte: https://storage.googleapis.com/br-mec-privado-relatorio-prefeitos/atm-eq_052026/RS/ATM-EQ_4313441_Novo_Tiradentes_RS.pdf (Acesso em: 18/06/2026)

A distribuição das matrículas evidencia predominância de estudantes **brancos (69,4%)**, seguidos por **pardos (26,7%)** e **não declarados (4,2%)**. Não há registros de estudantes indígenas, amarelos ou matriculados em escolas quilombolas. O baixo percentual de matrículas sem declaração racial demonstra melhoria na qualidade dos registros educacionais, favorecendo diagnósticos mais precisos sobre equidade racial. Ainda assim, a presença de estudantes pardos reforça a necessidade de manter ações permanentes de valorização da diversidade étnico-racial em toda a rede.

Painel 03 – Série histórica do percentual de declaração racial

SÉRIE HISTÓRICA DO PERCENTUAL DE DECLARAÇÃO RACIAL



Fonte: Inep, Censo Escolar (2007-2025). Dados tratados por MEC/SEGAP e MEC/SECADI.

Nota: Consideram-se matrículas da rede municipal com informação declarada de raça/cor, conforme o dado disponível em cada ano da série.

Fonte: https://storage.googleapis.com/br-mec-privado-relatorio-prefeitos/atm-eq_052026/RS/ATM-EQ_4313441_Novo_Tiradentes_RS.pdf (Acesso em: 18/06/2026)

A evolução histórica demonstra avanço significativo na qualidade das informações sobre raça/cor. O município passou de **0,8% de declaração racial em 2007** para aproximadamente **95,7% em 2025**, alcançando mais de **99% em 2023 e 2024**. Esse desempenho evidencia o fortalecimento dos processos de registro escolar e amplia a capacidade da gestão municipal de monitorar desigualdades educacionais e planejar políticas públicas baseadas em evidências.

Painel 04 – Docentes com formação adequada por perfil da escola

Diagnóstico para compreensão de desigualdades raciais



PNEERO

Novo Tiradentes (RS)



DOCENTES COM FORMAÇÃO ADEQUADA POR PERFIL DA ESCOLA



Caso a rede não tenha escolas de uma determinada classificação, o gráfico mostrará apenas "-". Isso não significa 0% de formação, mas que não há escolas com este perfil.

Fonte: Inep, Censo Escolar e Indicador de Adequação da Formação Docente (2024). Dados tratados por MEC/SEGAP e MEC/SECADI.

Nota: Consideraram-se apenas escolas municipais em funcionamento. PPI refere-se a estudantes pretos, pardos e indígenas. As escolas foram classificadas de forma mutuamente exclusiva em escolas quilombolas, escolas com 60% ou mais de estudantes PPI e escolas com maioria não PPI, desconsiderando-se os estudantes sem declaração de raça/cor.



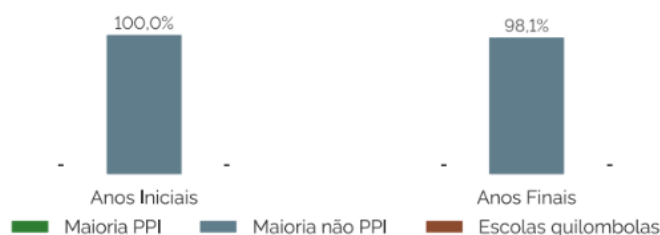
Escolas maioria PPI: são aquelas em que 60% ou mais dos estudantes são pretos, pardos ou indígenas.
Escolas maioria não-PPI: são aquelas em que 60% ou mais dos estudantes não são pretos, pardos ou indígenas.

Fonte: https://storage.googleapis.com/br-mec-privado-relatorio-prefeitos/atm-eq_052026/RS/ATM-EQ_4313441_Novo_Tiradentes_RS.pdf (Acesso em: 18/06/2026)

Os indicadores mostram que **50,0% dos docentes da Educação Infantil** e apenas **33,3% dos docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**, nas escolas de maioria não PPI, possuem formação considerada adequada. Esses percentuais revelam uma fragilidade importante da rede municipal, indicando necessidade de ampliar investimentos em formação inicial e continuada, especialmente para fortalecer práticas pedagógicas voltadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais, à inclusão e à qualidade da aprendizagem.

Painel 05 – Taxa média de aprovação no ensino fundamental por perfil das escolas

TAXA MÉDIA DE APROVAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL POR PERFIL DAS ESCOLAS



Caso a rede não tenha escolas de uma determinada classificação, o gráfico mostrará apenas "-". Isso não significa 0% de formação, mas que não há escolas com este perfil.

Fonte: Inep, Censo Escolar e Rendimento Escolar (2024). Dados tratados por MEC/SEGAP e MEC/SECADI.

Nota: Consideraram-se apenas escolas municipais em funcionamento. PPI refere-se a estudantes pretos, pardos e indígenas. As escolas foram classificadas de forma mutuamente exclusiva em escolas quilombolas, escolas com 60% ou mais de estudantes PPI e escolas com maioria não PPI, desconsiderando-se os estudantes sem declaração de raça/cor nesse cálculo, desconsiderando-se os estudantes sem declaração de raça/cor.

Fonte: https://storage.googleapis.com/br-mec-privado-relatorio-prefeitos/atm-eq_052026/RS/ATM-EQ_4313441_Novo_Tiradentes_RS.pdf (Acesso em: 18/06/2026)

O município apresenta **100% de aprovação nos Anos Iniciais** e **98,1% nos Anos Finais do Ensino Fundamental**, evidenciando excelente desempenho quanto ao fluxo escolar. Os resultados indicam elevada permanência dos estudantes e reduzida retenção. Contudo, esses indicadores devem ser analisados em conjunto com os resultados de aprendizagem, uma vez que altas taxas de aprovação, isoladamente, não garantem o desenvolvimento das competências previstas para cada etapa da Educação Básica.

Painel 06 – Estudantes em escolas com infraestrutura básica adequada, por raça/cor e por escolas quilombolas

ESTUDANTES EM ESCOLAS COM INFRAESTRUTURA BÁSICA ADEQUADA, POR RAÇA/COR E POR ESCOLAS QUILOMBOLAS

Indicador	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não declarada	Quilombola
Água potável	100%	100%	100%	-	100%	100%	-
Energia elétrica	100%	100%	100%	-	100%	100%	-
Esgotamento sanitário	100%	100%	100%	-	100%	100%	-
Biblioteca ou sala de leitura	97,2%	100%	97,9%	-	100%	0,0%	-
Internet para alunos	66,5%	100%	77,7%	-	100%	0,0%	-
Sala de professores	100%	100%	100%	-	100%	100%	-
Banheiro	100%	100%	100%	-	100%	100%	-
Todos os requisitos	66,5%	100%	77,7%	-	100%	0,0%	-

Fonte: Inep, Censo Escolar (2024). Dados tratados por MEC/SEGAPE e MEC/SECADI.

Nota: Consideraram-se apenas escolas municipais em funcionamento. Nas colunas de raça/cor, foram excluídos os estudantes matriculados em escolas quilombolas. A coluna Quilombola apresenta exclusivamente estudantes matriculados nessas escolas.

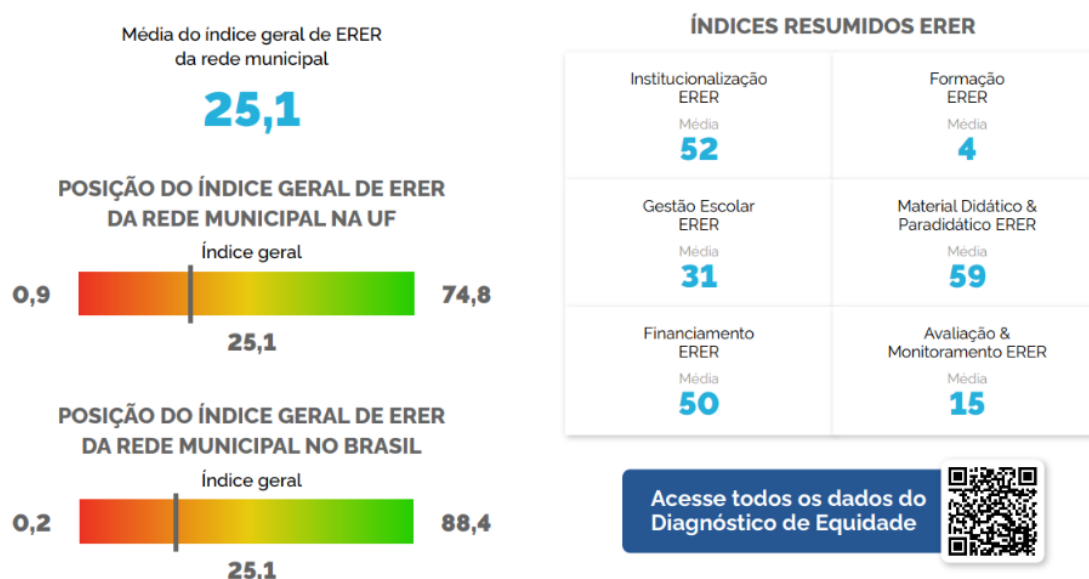
Fonte: https://storage.googleapis.com/br-mec-privado-relatorio-prefeitos/atm-eq_052026/RS/ATM-EQ_4313441_Novo_Tiradentes_RS.pdf (Acesso em: 18/06/2026)

Os dados revelam que todas as escolas oferecem **100% de cobertura** para água potável, energia elétrica, esgotamento sanitário e banheiros. Entretanto, persistem limitações em indicadores essenciais para a qualidade da aprendizagem. Apenas **97,2%** dos estudantes brancos possuem acesso à biblioteca ou sala de leitura, enquanto o acesso à internet para estudantes atinge apenas **66,5% dos estudantes brancos** e **77,7% dos estudantes pardos**. O indicador "**todos os requisitos**" também apresenta percentuais reduzidos (**66,5% entre estudantes brancos** e **77,7% entre estudantes pardos**), evidenciando que a infraestrutura escolar ainda necessita de aperfeiçoamentos, principalmente no que se refere à conectividade e aos recursos pedagógicos.

Painel 07 – Dados do diagnóstico de equidade (PNEERQ - 2024)

DADOS DO DIAGNÓSTICO DE EQUIDADE (PNEERQ - 2024)

O índice geral de ERER varia de 0 a 100 e é calculado a partir da média ponderada de seis dimensões: **institucionalização, formação, gestão escolar** (ações e legislação), **material didático e paradidático, financiamento** e **avaliação e monitoramento**. Valores mais elevados indicam maior nível de implementação das ações. Os valores de mínimo, mediana e máximo representam a distribuição dos resultados entre as redes com dados disponíveis, e a posição da rede indica seu desempenho relativo no contexto estadual e nacional.





Fonte: https://storage.googleapis.com/br-mec-privado-relatorio-prefeitos/atm-eg_052026/RS/ATM-EQ_4313441_Novo_Tiradentes_RS.pdf (Acesso em: 18/06/2026)

O município apresenta **Índice Geral EREER de 25,1 pontos**, posicionando-se em um nível baixo de implementação da Política Nacional de Equidade. Os indicadores mostram fragilidades especialmente na **Formação EREER (4 pontos)**, **Gestão Escolar EREER (31 pontos)** e **Avaliação e Monitoramento EREER (15 pontos)**. Em contrapartida, destacam-se resultados relativamente melhores em **Institucionalização EREER (52 pontos)**, **Material Didático e Paradidático (59 pontos)** e **Financiamento EREER (50 pontos)**. O painel também revela que o município **não realizou formações voltadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais desde a Lei nº 10.639/2003**, embora tenha revisado o currículo da rede e realize aquisição de materiais pedagógicos voltados à diversidade étnico-racial. O conjunto dos indicadores demonstra que o principal desafio está na implementação efetiva da política por meio da formação continuada, da gestão pedagógica e do monitoramento sistemático das ações.

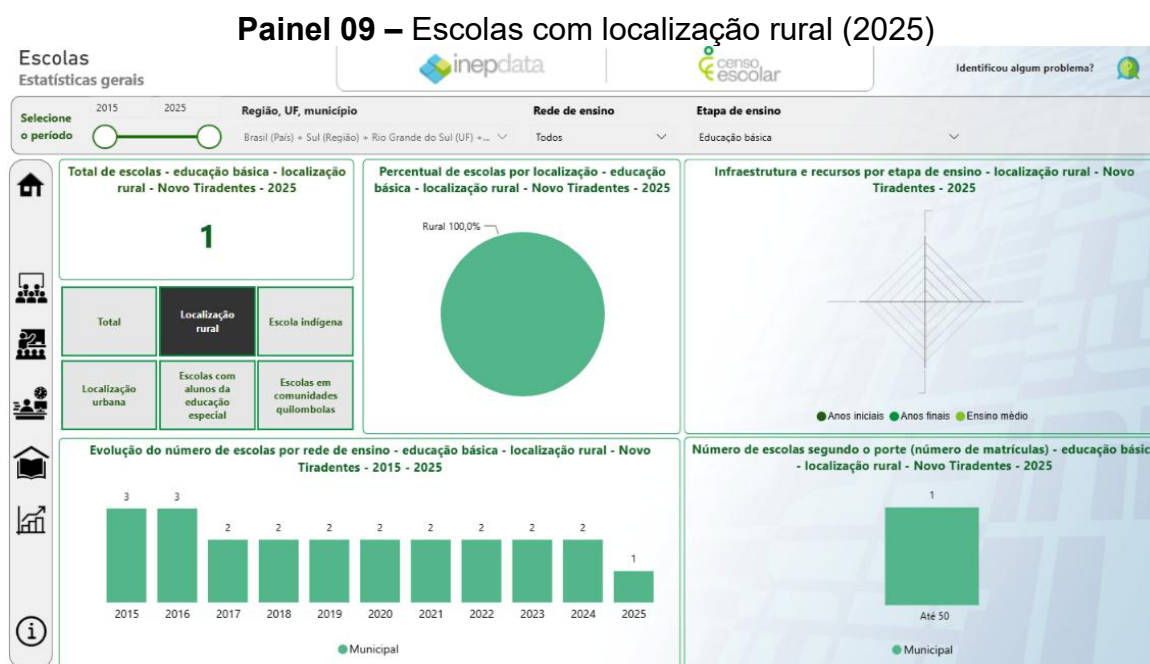
2) Escolas Indígenas



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 18/06/2026)

Esse resultado reflete a ausência de comunidades indígenas atendidas por essa modalidade no município. Contudo, a rede municipal continua responsável por desenvolver ações pedagógicas que valorizem a história, a cultura e as contribuições dos povos indígenas, conforme previsto na legislação educacional brasileira, promovendo o respeito à diversidade e à educação intercultural.

3) Escolas localizadas no campo

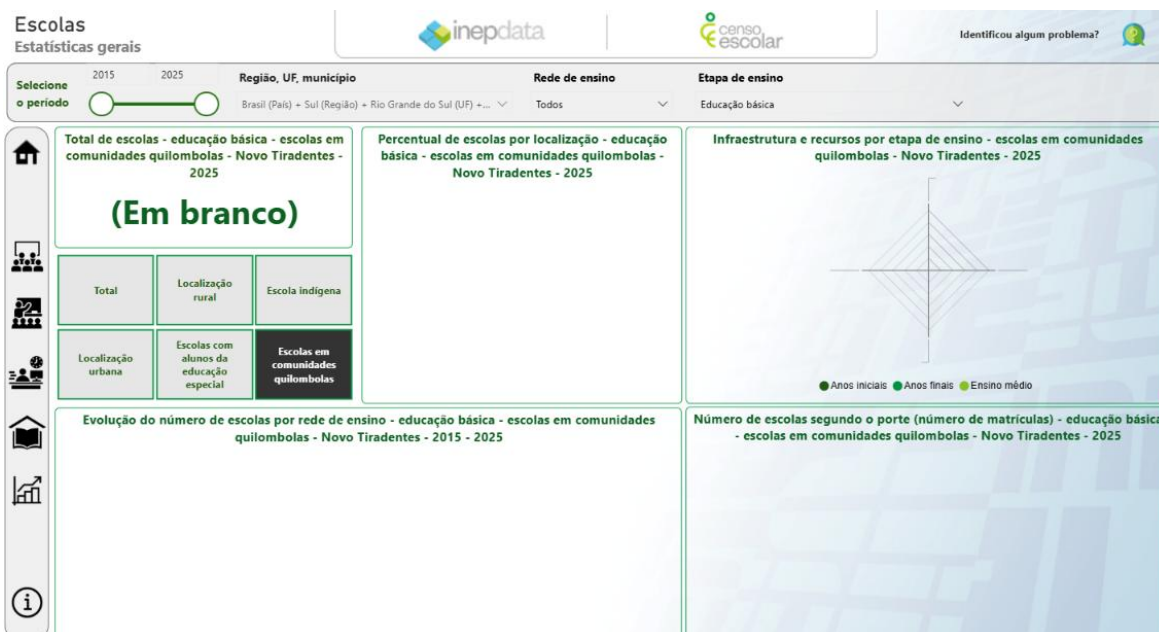


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 18/06/2026)

Inicialmente, observa-se que o município possuía **apenas uma escola localizada na zona rural em 2025**, porém esta escola foi paralisada em 2026. Portanto, não há mais escolas localizadas na zona rural no município.

4) Escolas em comunidades quilombolas

Painel 10 – Escolas em comunidades quilombolas (2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 18/06/2026)

O painel indica que **Novo Tiradentes não possui escolas localizadas em comunidades quilombolas em 2025**, não havendo registros de matrículas, infraestrutura ou oferta educacional nessa modalidade. A inexistência desses dados sugere que não há comunidades quilombolas atendidas por escolas específicas no município. Ainda assim, a rede municipal deve garantir o desenvolvimento de ações pedagógicas voltadas à valorização da história e da cultura afro-brasileira, promovendo a educação para a diversidade e a equidade racial.

Fontes Consultadas:

- **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)** – Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica (2025), com dados sobre escolas indígenas, escolas rurais, escolas quilombolas, matrículas e infraestrutura escolar.
- **Censo Escolar da Educação Básica 2025 (INEP/MEC)** – Informações estatísticas sobre oferta educacional, localização das escolas e distribuição das matrículas.
- **QEdu – Plataforma de Dados Educacionais**

B) ANÁLISE CAUSAL

A análise causal do diagnóstico evidencia que o principal desafio do município de Novo Tiradentes não está relacionado à existência de escolas indígenas, quilombolas ou rurais, mas ao fortalecimento das políticas públicas voltadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e à garantia de uma educação comprometida com a diversidade, a equidade e a inclusão. Os dados revelam fragilidades na institucionalização da política, na formação dos profissionais da educação, na infraestrutura e na conectividade das escolas, além da necessidade de consolidar mecanismos permanentes de gestão e monitoramento das ações.

As principais causas que estão impedindo o município de avançar no Problema 09 são:

Causa 01 – Baixo nível de institucionalização da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ): o município apresenta Índice Geral ERER de apenas 25,1 pontos, demonstrando que a política ainda não está plenamente consolidada na rede municipal. Persistem fragilidades nos processos de gestão, institucionalização, financiamento, avaliação e monitoramento das ações voltadas à promoção da equidade racial, limitando sua efetividade como política pública permanente.

Causa 02 – Insuficiência da formação continuada dos profissionais da educação para atuação na Educação para as Relações Étnico-Raciais: os indicadores demonstram baixo percentual de docentes com formação adequada e o diagnóstico aponta que o município não realizou formações específicas voltadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais desde a promulgação da Lei nº 10.639/2003. Essa lacuna reduz a capacidade da rede em desenvolver práticas pedagógicas antirracistas, interculturais e alinhadas às Diretrizes Curriculares Nacionais.

Causa 03 – Fragilidades na infraestrutura pedagógica das escolas: embora as escolas apresentem infraestrutura básica universalizada, persistem limitações relacionadas à biblioteca ou sala de leitura, aos recursos pedagógicos e aos ambientes que potencializam práticas de ensino mais diversificadas. Essas limitações restringem oportunidades de aprendizagem e o desenvolvimento de projetos voltados à valorização da diversidade cultural.

Causa 04 – Limitações na infraestrutura tecnológica e na conectividade para uso pedagógico: os dados mostram que o acesso à internet para estudantes ainda não é universal, e o indicador de infraestrutura completa permanece abaixo do ideal. Essas limitações dificultam a incorporação das tecnologias digitais aos processos pedagógicos, reduzindo oportunidades de inovação, pesquisa e acesso a materiais relacionados à Educação para as Relações Étnico-Raciais.

Causa 05 – Descontinuidade da oferta da Educação do Campo: a paralisação da única escola localizada na zona rural em 2026 fez com que o município deixasse de possuir escolas do campo em funcionamento. Essa situação exige o fortalecimento das políticas de transporte escolar, garantia de permanência e atendimento adequado aos estudantes residentes na área rural, preservando seus direitos educacionais e as especificidades territoriais.

Causa 06 – Necessidade de fortalecimento das políticas curriculares voltadas à diversidade e à educação intercultural: mesmo sem escolas indígenas e quilombolas, o município permanece responsável por assegurar o ensino da história e da cultura indígena, afro-brasileira e africana em todas as etapas da Educação Básica. O diagnóstico evidencia a necessidade de ampliar ações curriculares, pedagógicas e formativas que promovam a educação intercultural, a equidade racial e o respeito à diversidade como princípios permanentes da política educacional municipal.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01 – Baixo nível de institucionalização da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ).**

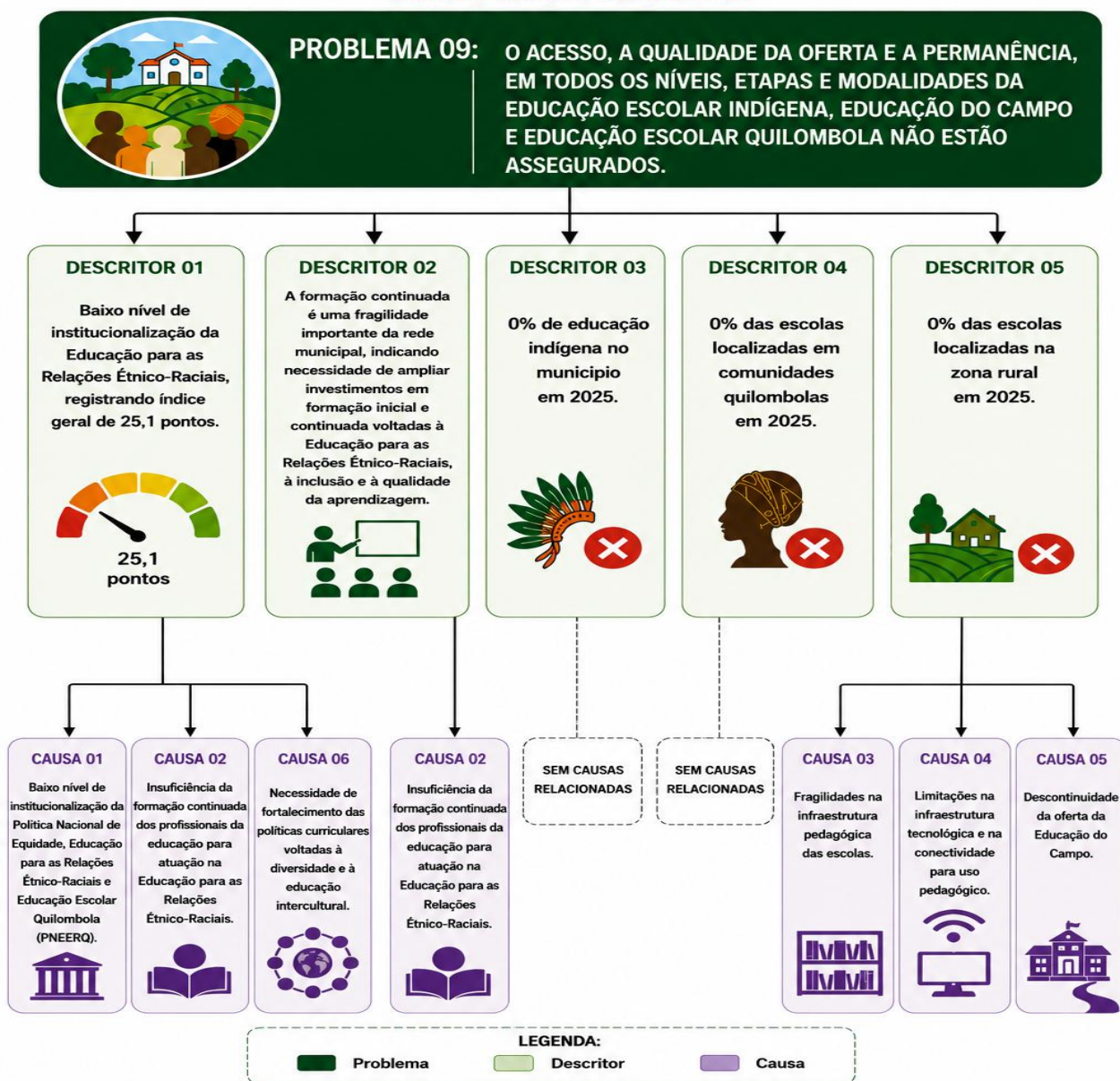
- Causa 02 – Insuficiência da formação continuada dos profissionais da educação para atuação na Educação para as Relações Étnico-Raciais.
- Causa 03 – Fragilidades na infraestrutura pedagógica das escolas.
- Causa 04 – Limitações na infraestrutura tecnológica e na conectividade para uso pedagógico.
- Causa 05 – Descontinuidade da oferta da Educação do Campo.
- Causa 06 – Necessidade de fortalecimento das políticas curriculares voltadas à diversidade e à educação intercultural.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 09 do PME

TEMA 09 - EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA – NOVO TIRADENTES

ÁRVORE DOS PROBLEMAS



Fonte: autoria própria.

11. TEMA 10 - EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

Problema 10: O ACESSO, A PERMANÊNCIA, A OFERTA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (PAEE) E DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS SÃO INSUFICIENTES E DESIGUAIS EM TODOS OS NÍVEIS, AS ETAPAS E AS MODALIDADES DE ENSINO.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do **Problema 10 – Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos** tem como finalidade compreender em que medida o município vem assegurando o direito à educação inclusiva dos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) e da Educação Bilíngue de Surdos, considerando os princípios da equidade, da acessibilidade e da garantia de aprendizagem previstos na legislação educacional brasileira. Para isso, são examinados indicadores referentes ao acesso e à evolução das matrículas, à distribuição dos estudantes entre as redes de ensino, à oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), à infraestrutura escolar destinada ao atendimento inclusivo e aos indicadores de rendimento, como aprovação, reprovação e abandono. Essa análise permite identificar os avanços alcançados na consolidação da política municipal de educação inclusiva, bem como os desafios que ainda persistem para assegurar não apenas o acesso à escola, mas também a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, subsidiando a definição de estratégias e ações voltadas ao fortalecimento de uma educação cada vez mais inclusiva, acessível e de qualidade.

DESCRITORES¹¹ DO PROBLEMA:

- **Descritor 01: 66,66% das escolas com sala de atendimento especial.**
- **Descritor 02: 0% de matrículas de bilíngue de surdos em 2025.**
- **Descritor 03: Taxa de aprovação de 100% dos estudantes da educação especial nos anos iniciais Ensino Fundamental em 2024.**
- **Descritor 04: Taxa de aprovação de 88,9% dos estudantes da educação especial nos anos finais Ensino Fundamental em 2024.**
- **Descritor 05: Taxa de aprovação de 72,7% dos estudantes da educação especial no Ensino Médio em 2024.**
- **Descritor 06: Taxa de abandono de 0% dos estudantes da educação especial na Educação Básica em 2024.**

1) Quanto a matrículas na Educação Especial

Painel 01 - Informações gerais sobre a diversidade e inclusão/Educação Especial

¹¹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Diversidade e Inclusão

Novo Tiradentes - Rio Grande do Sul

Educação Especial

	Dependência Administrativa				
	Pública				
	Creche	Pré-Escola	Ens. Fund. 1º ao 5º	Ens. Fund. 6º ao 9º	Ensino Médio
Número total de Matrículas em Educação Especial	4	31	50	50	20
Matrículas de Educação Especial em Classes Comuns (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Escolas com, pelo menos, um estudante de Educação Especial	1	2	3	3	1
Escolas que ofertam Atendimento Educacional Especializado	1	2	2	2	1

Fontes: Censo Escolar 2025/INEP

Fonte: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/contexto> (Acesso em: 20/06/2026)

Painel 02 - Informações gerais sobre a diversidade e inclusão/Bilíngue de surdos

Bilíngue de Surdos

Dependência Administrativa	
Pública	
	Total
Número total de Matrículas de Bilíngue de Surdos	--
Escolas com, pelo menos, uma Turma Bilíngue de Surdos	--
Número de turmas Bilíngue de Surdos	--

Fontes: Censo Escolar 2025/INEP

Fonte: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/contexto> (Acesso em: 20/06/2026)

Painel 03 - Informações gerais sobre a diversidade e inclusão/Escolas e turmas exclusivas

Escolas e Turmas Exclusivas

☒ Etapa
 ☐ Modalidade

Dependência Administrativa

Pública

	Creche	Pré-Escola	Ens. Fund. 1º ao 5º	Ens. Fund. 6º ao 9º	Ensino Médio
Escolas com, pelo menos, uma turma exclusiva de Educação Especial	0	0	0	0	0
Número de escolas exclusivas de Educação Especial	0	0	0	0	0
Número de escolas exclusivas de Bilingue de Surdos	--	--	--	--	--

Fontes: Censo Escolar 2025/INEP

Fonte: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/contexto> (Acesso em: 20/06/2026)

A análise dos dados evidencia que o município de **Novo Tiradentes/RS** apresenta um cenário positivo quanto ao acesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) às classes comuns do ensino regular. O documento registra matrículas em todas as etapas analisadas: **4 na Creche, 31 na Pré-Escola, 50 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 50 nos Anos Finais e 20 no Ensino Médio**, totalizando presença da

Educação Especial ao longo de toda a Educação Básica. Além disso, **100% dessas matrículas estão em classes comuns**, o que demonstra alinhamento com a perspectiva da educação inclusiva e com o princípio de escolarização no ensino regular.

Outro ponto relevante é que o município possui escolas com estudantes da Educação Especial em todas as etapas: **1 escola na Creche, 2 na Pré-Escola, 3 nos Anos Iniciais, 3 nos Anos Finais e 1 no Ensino Médio**. Esse dado indica que a inclusão não está restrita a uma única etapa ou unidade escolar, mas distribuída pela rede, exigindo planejamento pedagógico articulado e acompanhamento permanente das trajetórias escolares.

Diferentemente de outros contextos em que há ausência total de atendimento especializado, os dados indicam que há oferta de **Atendimento Educacional Especializado (AEE)** em escolas que atendem estudantes da Educação Especial. Esse é um aspecto positivo, pois o AEE constitui apoio fundamental para eliminar barreiras, produzir recursos pedagógicos acessíveis, orientar adaptações curriculares e fortalecer a aprendizagem dos estudantes PAEE. Ainda assim, a análise precisa observar se essa oferta é suficiente em carga horária, profissionais, recursos e abrangência para atender toda a demanda existente.

Quanto à **Educação Bilíngue de Surdos**, o documento não registra matrículas, escolas ou turmas bilíngues no município. Essa ausência pode indicar inexistência de demanda atual, mas também exige atenção do planejamento educacional, para que a rede esteja preparada caso surjam estudantes público-alvo dessa modalidade, garantindo o direito à Libras, à acessibilidade comunicacional e ao atendimento adequado.

Também se observa que o município não possui escolas ou turmas exclusivas de Educação Especial. Esse dado, por si só, não representa fragilidade, pois reforça a opção pela inclusão em classes comuns. Entretanto, para que essa inclusão seja efetiva, é indispensável manter e qualificar os serviços de apoio, a formação continuada dos profissionais, os recursos de acessibilidade e o acompanhamento individualizado dos estudantes.

Em síntese, Novo Tiradentes apresenta avanços importantes no acesso e na inclusão escolar dos estudantes PAEE, com matrículas distribuídas em todas as etapas da Educação Básica, presença em classes comuns e oferta de AEE. O principal desafio é assegurar que essa inclusão não se limite à matrícula, mas se traduza em permanência, participação, aprendizagem e desenvolvimento integral, com fortalecimento contínuo do atendimento especializado, da acessibilidade pedagógica e do planejamento intersetorial.

2) Quanto a matrículas na Educação Especial

Gráfico 01 – Números de matrículas por etapa de ensino na educação especial (2025)

Número de matrículas por etapa de ensino - educação especial - Novo Tiradentes - 2025



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

Gráfico 02 - Evolução da matrícula por etapa de ensino na educação especial (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

Gráfico 03 - Número de matrículas por rede de ensino na educação especial (2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

Gráfico 04 - Número de sala de atendimento especial (2025)



Fonte: <https://gedu.org.br/municipio/4313441-novo-tiradentes/centso-escolar/infraestrutura> (Acesso em: 20/06/2026)

A análise dos dados evidencia que o município de Novo Tiradentes vem consolidando avanços importantes na política de Educação Especial, sobretudo no que se refere à ampliação do acesso e da inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) na rede regular de ensino. Os indicadores demonstram crescimento contínuo das matrículas ao longo da última década, presença de estudantes em todas as etapas da Educação Básica e disponibilidade de Atendimento Educacional Especializado (AEE), aspectos que refletem o fortalecimento das políticas inclusivas e o alinhamento com os princípios da educação inclusiva previstos na legislação brasileira. Entretanto, os dados também apontam desafios relacionados à ampliação da capacidade de atendimento especializado e ao fortalecimento das condições pedagógicas para assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes.

O primeiro aspecto que merece destaque refere-se ao quantitativo de matrículas na Educação Especial em 2025. O município registra 54 estudantes, distribuídos entre Creche (3), Pré-Escola (2), Ensino Fundamental – anos iniciais (23), Ensino Fundamental – anos finais (12), Ensino Médio (8) e Educação de Jovens e Adultos (6). Essa distribuição demonstra que a política de inclusão alcança praticamente todas as modalidades e etapas da Educação Básica, inclusive a EJA, evidenciando um sistema educacional capaz de atender estudantes com necessidades educacionais específicas em diferentes momentos da trajetória escolar. A maior concentração das matrículas no Ensino Fundamental confirma que essa etapa continua sendo a principal responsável pelo atendimento dos estudantes PAEE, exigindo investimentos permanentes em práticas pedagógicas inclusivas e apoio especializado.

A evolução histórica das matrículas entre 2015 e 2025 revela crescimento consistente da Educação Especial no município. Os registros passaram de 15 matrículas em 2015 para 54 em 2025, atingindo seu maior quantitativo em 2024, com 58 estudantes. Ainda que haja pequena redução em 2025, o número permanece muito superior ao observado no início da série histórica. Esse comportamento demonstra maior capacidade da rede em identificar, matricular e acompanhar estudantes público-alvo da Educação Especial, podendo refletir tanto o aperfeiçoamento dos processos de identificação quanto o fortalecimento da confiança das famílias na escola inclusiva.

Outro aspecto relevante refere-se à distribuição das matrículas entre as redes de ensino. Em 2025, 63% das matrículas pertencem à rede municipal (34 estudantes) e 37% à rede estadual (20 estudantes). Essa configuração demonstra que a rede municipal assume a maior responsabilidade pela oferta educacional aos estudantes PAEE, especialmente nas etapas iniciais da Educação Básica, reforçando a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura, recursos pedagógicos, acessibilidade e formação docente para responder adequadamente à demanda existente.

Os dados sobre infraestrutura revelam um cenário intermediário em relação ao Atendimento Educacional Especializado. O município apresenta 25% das escolas com sala de atendimento especial, percentual inferior à média estadual (55%) e também abaixo da média nacional (34%). Embora a existência de salas de AEE represente um diferencial positivo em comparação a municípios que não possuem nenhuma estrutura especializada, os dados demonstram que a cobertura ainda é limitada e pode não ser suficiente para atender todos os estudantes que necessitam desse serviço. Considerando o crescimento

das matrículas da Educação Especial, torna-se importante ampliar gradativamente a oferta de salas de recursos multifuncionais e fortalecer o atendimento especializado nas escolas da rede.

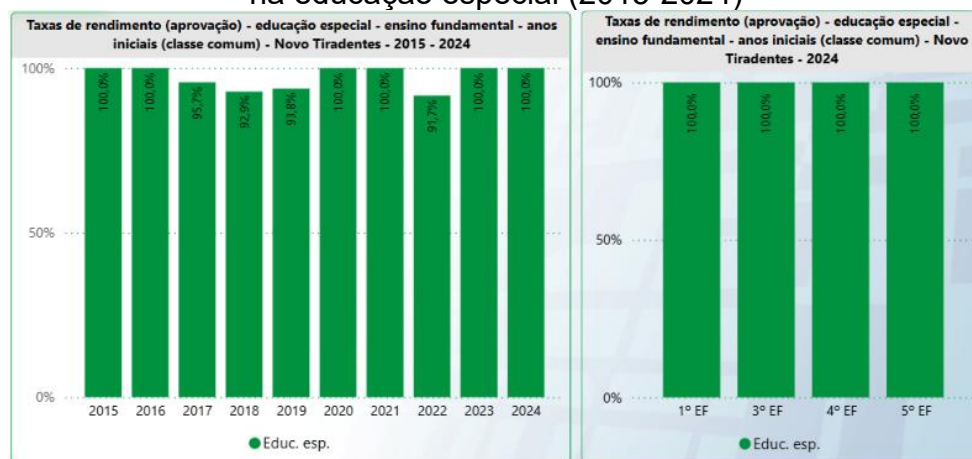
Sob a perspectiva da política pública, os indicadores evidenciam que Novo Tiradentes avançou significativamente na garantia do acesso à Educação Especial, mas ainda enfrenta desafios relacionados à universalização do Atendimento Educacional Especializado. A expansão das matrículas precisa ser acompanhada pela ampliação da infraestrutura, da formação continuada dos professores, da disponibilidade de tecnologias assistivas, da produção de recursos pedagógicos acessíveis e do acompanhamento individualizado das trajetórias escolares. Esses elementos são fundamentais para que a inclusão se traduza em aprendizagem efetiva e desenvolvimento integral, e não apenas em matrícula na classe comum.

Em síntese, o município apresenta um cenário favorável de crescimento da Educação Especial, com ampliação das matrículas, atendimento distribuído em todas as etapas da Educação Básica e presença de salas de Atendimento Educacional Especializado. Entretanto, os dados também indicam que a cobertura do AEE ainda está aquém das médias estadual e nacional, evidenciando a necessidade de ampliar a infraestrutura especializada e fortalecer as políticas de apoio à inclusão. O principal desafio para os próximos anos consiste em transformar os avanços no acesso em condições cada vez mais qualificadas de permanência, aprendizagem, acessibilidade e desenvolvimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial, assegurando uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.

3) Quanto ao aproveitamento dos estudantes da Educação Especial

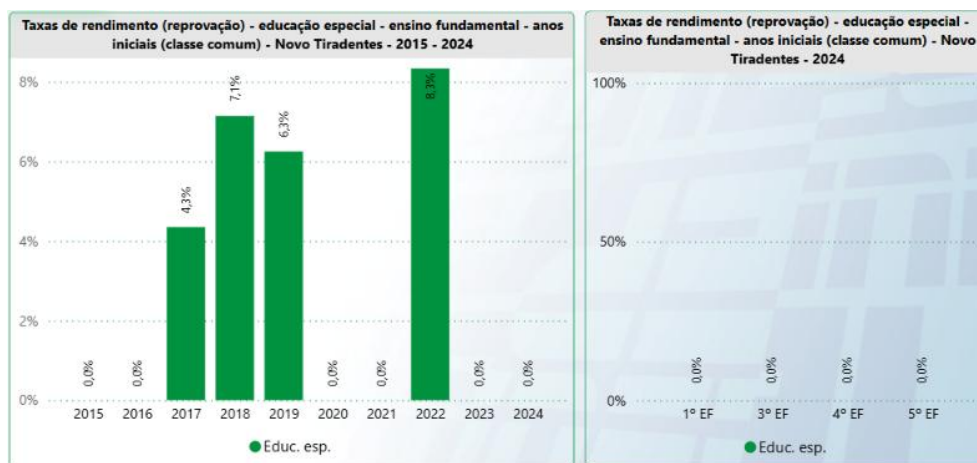
a) Ensino Fundamental – anos iniciais

Gráfico 05 - Taxa de aprovação dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental na educação especial (2015-2024)



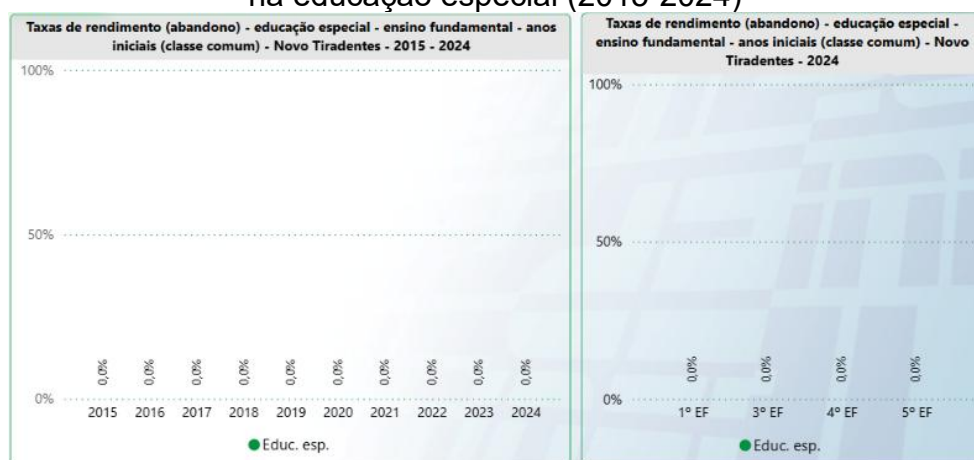
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

Gráfico 06 - Taxa de reprovação dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental na educação especial (2015-2024)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

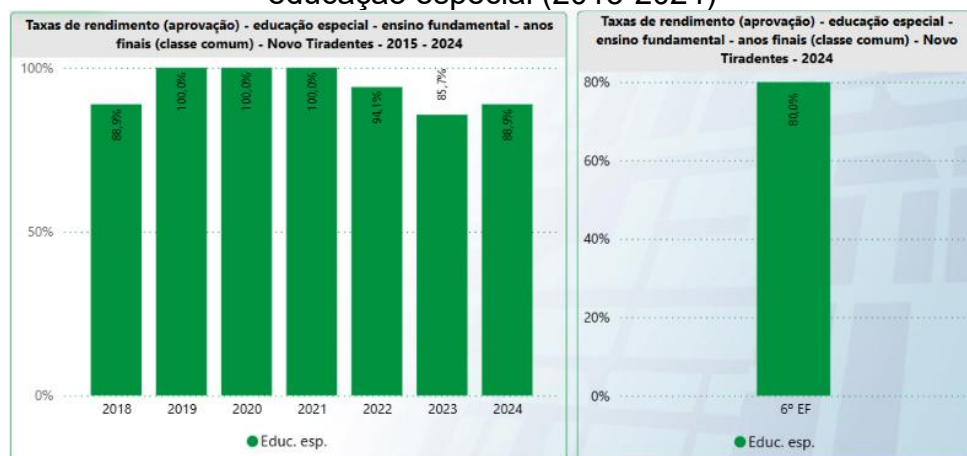
Gráfico 07 - Taxa de abandono dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental na educação especial (2015-2024)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

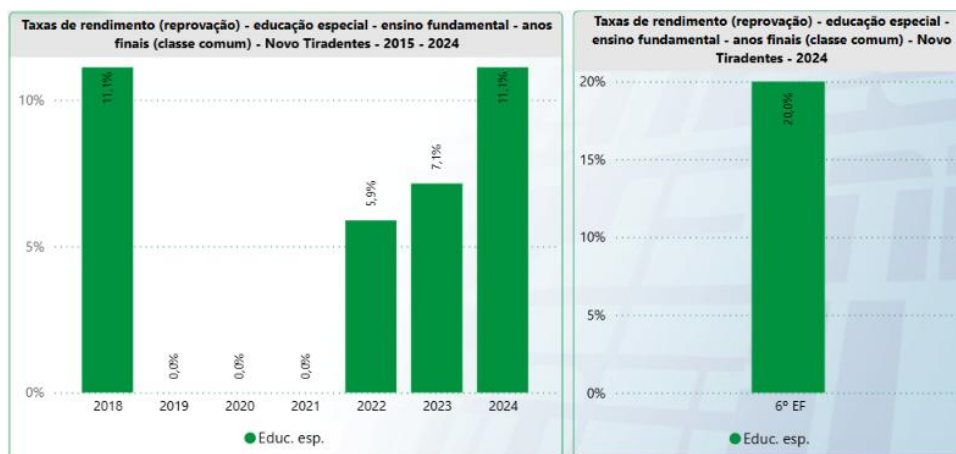
b) Ensino Fundamental – anos finais

Gráfico 08 - Taxa de aprovação dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental na educação especial (2015-2024)



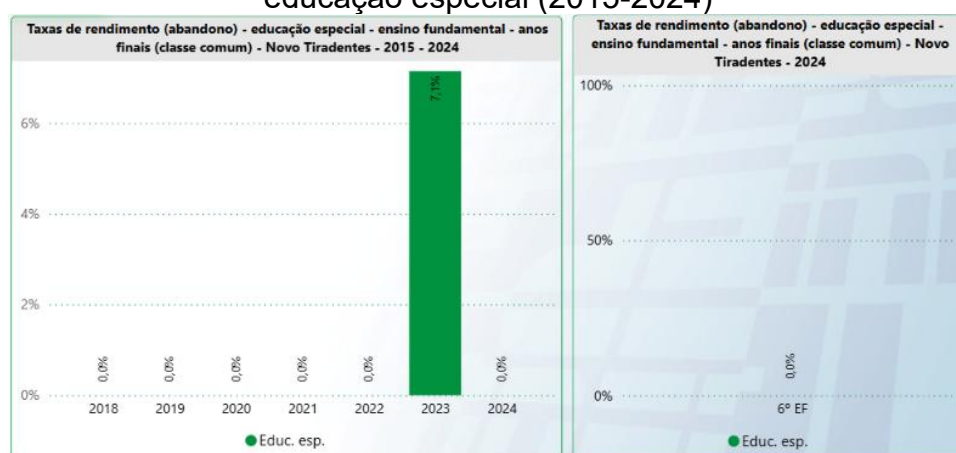
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

Gráfico 09 - Taxa de reprovação dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental na educação especial (2015-2024)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

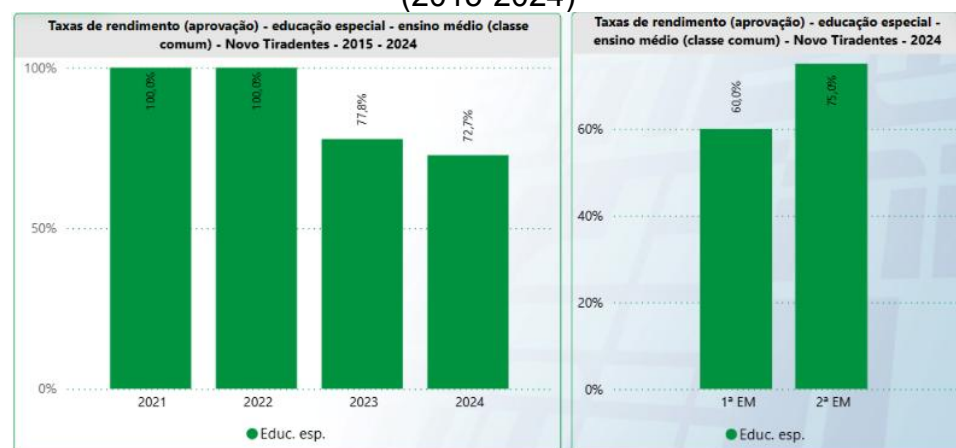
Gráfico 10 - Taxa de abandono dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental na educação especial (2015-2024)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

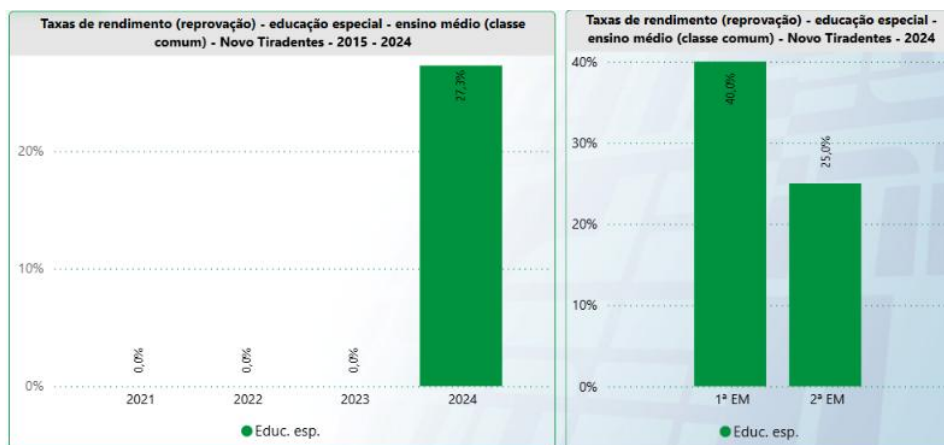
c) Ensino Médio

Gráfico 11 - Taxa de aprovação dos estudantes do ensino médio na educação especial (2015-2024)



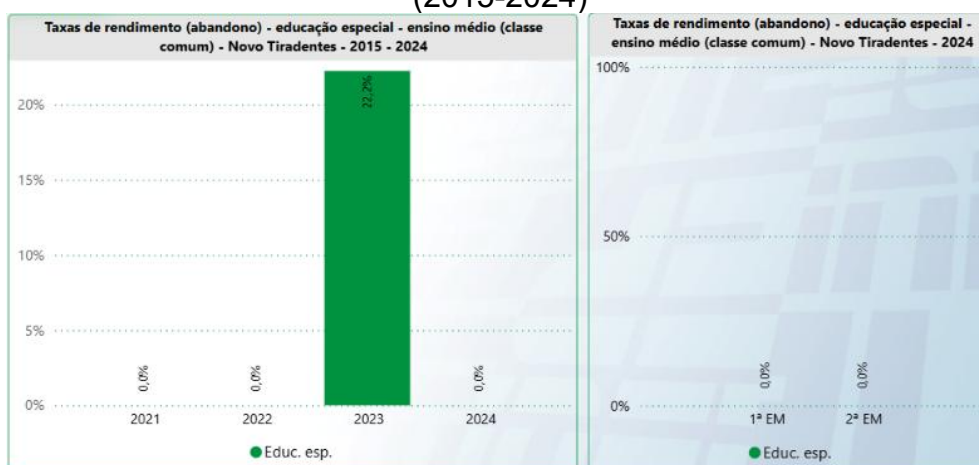
Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

Gráfico 12 - Taxa de reprovação dos estudantes do ensino médio na educação especial (2015-2024)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

Gráfico 13 - Taxa de abandono dos estudantes do ensino médio na educação especial (2015-2024)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 20/06/2026)

A análise dos dados evidencia que o município de Novo Tiradentes apresenta um cenário de evolução consistente na política de Educação Especial, caracterizado pela ampliação do acesso, crescimento contínuo das matrículas e manutenção de serviços especializados de apoio. Os indicadores demonstram que a rede municipal vem fortalecendo a inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) nas classes comuns do ensino regular, em consonância com os princípios da educação inclusiva. Entretanto, os dados também revelam desafios relacionados à expansão da infraestrutura especializada e à ampliação da capacidade de atendimento, considerando o aumento progressivo da demanda nos últimos anos.

O quantitativo de matrículas demonstra que a Educação Especial está presente em praticamente todas as etapas e modalidades da Educação Básica. Em 2025, o município registra 54 estudantes, distribuídos entre Creche (3), Pré-Escola (2), Ensino Fundamental – anos iniciais (23), Ensino Fundamental – anos finais (12), Ensino Médio (8) e Educação de Jovens e Adultos (6). A presença de matrículas desde a Educação Infantil até a EJA evidencia que o atendimento aos estudantes PAEE ocorre ao longo de toda a trajetória escolar, reforçando o compromisso da rede com a garantia do direito à educação inclusiva. A maior concentração de estudantes no Ensino Fundamental demonstra que essa etapa continua sendo a principal responsável pelo atendimento desse público, exigindo políticas permanentes de apoio pedagógico e acessibilidade.

A evolução histórica das matrículas entre 2015 e 2025 revela um crescimento expressivo da Educação Especial no município. O número de estudantes passou de 15 matrículas em 2015 para 54 em 2025, alcançando seu maior quantitativo em 2024, com 58 matrículas. Ainda que tenha ocorrido uma pequena redução em 2025, a tendência permanece claramente ascendente quando comparada ao início da série histórica. Esse comportamento demonstra maior capacidade da rede em identificar, matricular e acompanhar estudantes público-alvo da Educação Especial, refletindo avanços tanto nos processos de identificação quanto na consolidação das políticas inclusivas municipais.

A distribuição das matrículas por dependência administrativa mostra que 63% dos estudantes (34 matrículas) estão vinculados à rede municipal e 37% (20 matrículas) à rede estadual. Esse cenário evidencia que a maior responsabilidade pelo atendimento dos estudantes PAEE permanece com o município, especialmente nas etapas iniciais da Educação Básica. Essa predominância reforça a necessidade de manutenção de investimentos em formação docente, recursos pedagógicos acessíveis, tecnologias assistivas e fortalecimento das equipes responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado.

Em relação à infraestrutura, os dados revelam que 25% das escolas possuem sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Embora esse indicador demonstre que o município já dispõe de estrutura especializada para parte da rede, o percentual ainda se encontra abaixo da média estadual (55%) e da média nacional (34%). Isso indica que a oferta de AEE necessita ser ampliada para acompanhar o crescimento das matrículas da Educação Especial e assegurar que todos os estudantes tenham acesso ao atendimento complementar e suplementar previsto na legislação. A expansão das salas de recursos multifuncionais representa, portanto, uma prioridade para fortalecer a qualidade da inclusão escolar.

Sob a perspectiva da gestão educacional, os indicadores demonstram que Novo Tiradentes já superou desafios relacionados ao acesso dos estudantes PAEE, concentrando agora seus maiores desafios na qualificação da permanência e da aprendizagem. O crescimento das matrículas exige planejamento contínuo para ampliar a cobertura do Atendimento Educacional Especializado, fortalecer a formação continuada dos professores, ampliar os recursos de acessibilidade e consolidar estratégias de acompanhamento individualizado das trajetórias escolares.

Em síntese, os dados revelam um município que vem consolidando uma política de Educação Especial em expansão, com crescimento significativo das matrículas, presença dos estudantes em todas as etapas da Educação Básica e oferta de Atendimento Educacional Especializado. Entretanto, a cobertura ainda parcial das salas de AEE evidencia a necessidade de novos investimentos para ampliar a infraestrutura especializada e garantir que o avanço no acesso seja acompanhado por melhores condições de permanência, aprendizagem, acessibilidade e desenvolvimento integral dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Fontes Consultadas:

- **Ministério da Educação (MEC). Novo PAR – Painel de Contexto: Diversidade e Inclusão.** Disponível em: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/contexto>. Acesso em: 20 jun. 2026.

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica – Novo Painel de Estatísticas. Acesso em: 20 jun. 2026.
- QEdu. Censo Escolar – Infraestrutura Escolar. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/4300471-almirante-tamandare-do-sul/censo-escolar/infraestrutura>. Acesso em: 20 jun. 2026.

B) ANÁLISE CAUSAL

Com base na análise integrada de todo o documento, observa-se que **Novo Tiradentes** apresenta avanços importantes na política de Educação Especial, como crescimento das matrículas, escolarização de 100% dos estudantes em classes comuns, oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e ausência de abandono escolar. Entretanto, os indicadores também evidenciam desafios estruturais e pedagógicos que limitam a consolidação de uma educação inclusiva plenamente equitativa, especialmente quanto à ampliação da infraestrutura especializada, à universalização do AEE e à melhoria dos resultados de aprendizagem, sobretudo no Ensino Médio.

Causa 01 – Cobertura insuficiente de salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE): embora o município disponha de AEE, apenas **66,66% das escolas possuem sala de atendimento especial**, percentual inferior às médias estadual e nacional, indicando necessidade de ampliar a cobertura do serviço para atender toda a demanda existente.

Causa 02 – Infraestrutura especializada ainda insuficiente para acompanhar o crescimento das matrículas da Educação Especial: o crescimento expressivo das matrículas exige expansão das salas de recursos multifuncionais, ampliação dos espaços acessíveis e fortalecimento da estrutura física e pedagógica destinada ao atendimento dos estudantes PAEE.

Causa 03 – Necessidade de fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação para práticas pedagógicas inclusivas: a ampliação das matrículas e a diversidade das necessidades educacionais demandam formação permanente dos professores e equipes escolares em adaptação curricular, avaliação inclusiva, desenho universal para aprendizagem e utilização de tecnologias assistivas.

Causa 04 – Necessidade de ampliar os recursos pedagógicos acessíveis e as tecnologias assistivas: o documento destaca a importância de fortalecer os recursos de acessibilidade e os materiais pedagógicos especializados para garantir aprendizagem efetiva e participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial em todas as etapas da Educação Básica.

Causa 05 – Ausência de estrutura organizada para a Educação Bilíngue de Surdos: o município não registra matrículas, turmas ou escolas voltadas à Educação Bilíngue de Surdos. Embora isso possa decorrer da inexistência de demanda atual, torna-se necessário manter planejamento e capacidade de resposta para assegurar esse direito caso surjam estudantes que necessitem dessa modalidade de atendimento.

Causa 06 – Necessidade de fortalecer o acompanhamento individualizado das trajetórias escolares dos estudantes PAEE: os dados indicam a importância de ampliar o monitoramento pedagógico, articulando o trabalho entre AEE, professores da classe

comum, famílias e demais serviços, especialmente nas transições entre etapas da Educação Básica e diante da redução das taxas de aprovação no Ensino Médio.

Causa 07 – Desempenho escolar desigual entre as etapas da Educação Básica: embora os anos iniciais apresentem **100% de aprovação**, observa-se redução para **88,9% nos anos finais do Ensino Fundamental** e **72,7% no Ensino Médio**, indicando necessidade de estratégias específicas para fortalecer a aprendizagem e reduzir reprovações nas etapas finais da escolarização.

Causa 08 – Necessidade de fortalecimento da política municipal de educação inclusiva: apesar dos avanços alcançados, o município ainda necessita ampliar investimentos, consolidar o planejamento intersetorial, expandir o Atendimento Educacional Especializado, fortalecer a acessibilidade e garantir que o acesso seja acompanhado por permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01 – Cobertura insuficiente de salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), com apenas 66,66% das escolas dispondo desse serviço.**
- **Causa 02 – Infraestrutura especializada ainda insuficiente para acompanhar o crescimento das matrículas da Educação Especial, exigindo ampliação das salas de recursos multifuncionais e dos serviços de apoio.**
- **Causa 03 – Necessidade de fortalecer a formação continuada dos professores e das equipes escolares para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.**
- **Causa 04 – Insuficiência de recursos pedagógicos acessíveis, tecnologias assistivas e adaptações curriculares para atender às diferentes necessidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial.**
- **Causa 05 – Ausência de estrutura organizada para oferta da Educação Bilíngue de Surdos, caso haja demanda no município.**
- **Causa 06 – Necessidade de fortalecer o acompanhamento individualizado das trajetórias escolares dos estudantes PAEE, articulando o trabalho entre AEE, professores da classe comum, famílias e rede intersetorial.**
- **Causa 07 – Desempenho escolar desigual entre as etapas da Educação Básica, com redução das taxas de aprovação nos anos finais do Ensino Fundamental e, principalmente, no Ensino Médio.**
- **Causa 08 – Necessidade de fortalecer a política municipal de educação inclusiva, ampliando investimentos, planejamento, acessibilidade e serviços especializados para assegurar permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes PAEE.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 10 do PME

ÁRVORE DOS PROBLEMAS

TEMA 10 - EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS



PROBLEMA 10:
O ACESSO, A PERMANÊNCIA, A OFERTA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (PAEE) E DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS SÃO INSUFICIENTES E DESIGUAIS EM TODOS OS NÍVEIS, AS ETAPAS E AS MODALIDADES DE ENSINO.



LEGENDA:



Problema



Descritor



Causa

Fonte: autoria própria.

12. TEMA 11 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Problema 11: GRANDE CONTINGENTE DE PESSOAS FORA DA IDADE ESCOLAR OBRIGATÓRIA NÃO ESTÁ ALFABETIZADO, NÃO CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL OU O ENSINO MÉDIO.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva da Educação de Jovens e Adultos (EJA) permite compreender como o município vem assegurando o direito à escolarização da população que não concluiu a educação básica na idade adequada. A partir de indicadores demográficos, educacionais e socioeconômicos, são examinados aspectos relacionados à escolaridade da população adulta, à taxa de analfabetismo, à oferta de escolas e matrículas na EJA, bem como à evolução histórica dessa modalidade de ensino. A leitura integrada desses dados possibilita identificar o grau de atendimento das demandas educacionais de jovens, adultos e idosos, evidenciar as principais lacunas na oferta da modalidade e subsidiar o planejamento de políticas públicas voltadas à ampliação do acesso, à permanência e à conclusão da educação básica, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais e para a promoção do direito à educação ao longo da vida.

DESCRIPTORIOS¹² DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01: 66,66% das escolas com atendimento a EJA em 2025.**
- ➔ **Descritor 02: 66 de matrículas na EJA em 2025.**
- ➔ **Descritor 03: 857 pessoas com 18 anos ou mais de idade sem instrução e fundamental incompleto de 1714 pessoas no total em 2022.**
- ➔ **Descritor 04: Taxa de analfabetismo de 8,25% em 2022.**

1) Dados gerais municipais relacionados a Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Tabela 01 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça

Tabela 10061 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça				
Variável - Pessoas de 18 anos ou mais de idade (Pessoas)				
Município - Novo Tiradentes (RS)				
Sexo - Total				
Cor ou raça - Total				
Ano - 2022				
Grupo de idade - Total				
Nível de instrução				
Total	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
1.714	857	323	348	187
Fonte: IBGE - Censo Demográfico				

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10061#resultado> (Acesso em: 23/06/2026)

Painel 01 – Indicadores socioeconômicos/taxa de analfabetismo

¹² Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Indicadores Socioeconômicos			
	Novo Tiradentes	Rio Grande do Sul	Brasil
PIB Bruto	R\$ 74.727,83	R\$ 581.283.677,31	R\$ 9.012.142.000,00
PIB per capita	R\$ 34.137,89	R\$ 57.487,88	R\$ 33.871,00
IDH	0,68	0,77	0,76
Taxa de Analfabetismo ¹	8,25%	3,21%	7,52%

Fontes: Produto Interno Bruto dos Municípios 2021/IBGE; Taxa de analfabetismo - Censo Demográfico 2022/IBGE; IDH - Atlas de Desenvolvimento Humano 2010/PNUD

Fonte: <https://novopar.mec.gov.br/publico/painel/contexto> (Acesso em: 23/06/2026)

Painel 02 – Distribuição das escolas na Educação de Jovens e Adultos por modalidade

	Dependência Administrativa				
	Pública				
	Urbana ¹	Campo ¹	Indígena ¹	Quilombola ¹	Total
Escolas com, pelo menos, uma Turma de EJA - Ensino Fundamental	1	1	0	0	2
Escolas com, pelo menos, uma Turma de EJA - Ensino Médio	0	0	0	0	0

Fontes: Censo Escolar 2025/INEP

Fonte: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aqui-tem-mec> (Acesso em: 23/06/2026)

Painel 03 - Indicadores Educacionais/EJA

Etapa e modalidade de ensino ¹	Número de escolas	Número de professores	Número de estudantes
Creche	1	11	59
Pré-escola	2	7	45
Anos iniciais	2	17	131
Anos finais	2	20	100
Ensino médio regular	1	14	57
EJA	2	8	66
Educação especial	4	-	54
Educação Profissional e Tecnológica	0	0	0
Educação superior	0	0	0
Educação básica	4	55	458

Fonte: Censo Escolar (2025), Censup (2024)

¹Considera todas as redes.

Fonte: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aqui-tem-mec> (Acesso em: 23/06/2026)

Painel 04 – Situação da EJA no município

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO

66

Matrículas EJA
Fonte: INEP/Censo Escolar (2025)

0

Estudantes beneficiados
pelo Pé-de-Meia EJA até 2025
Fonte: SGP (2024-2025)

2

Total de escolas
com turmas EJA

0

Nº de escolas ESTADUAIS
de EJA no município
Nº de escolas MUNICIPAIS
de EJA no município

Fonte: Inep/Censo Escolar (2025)

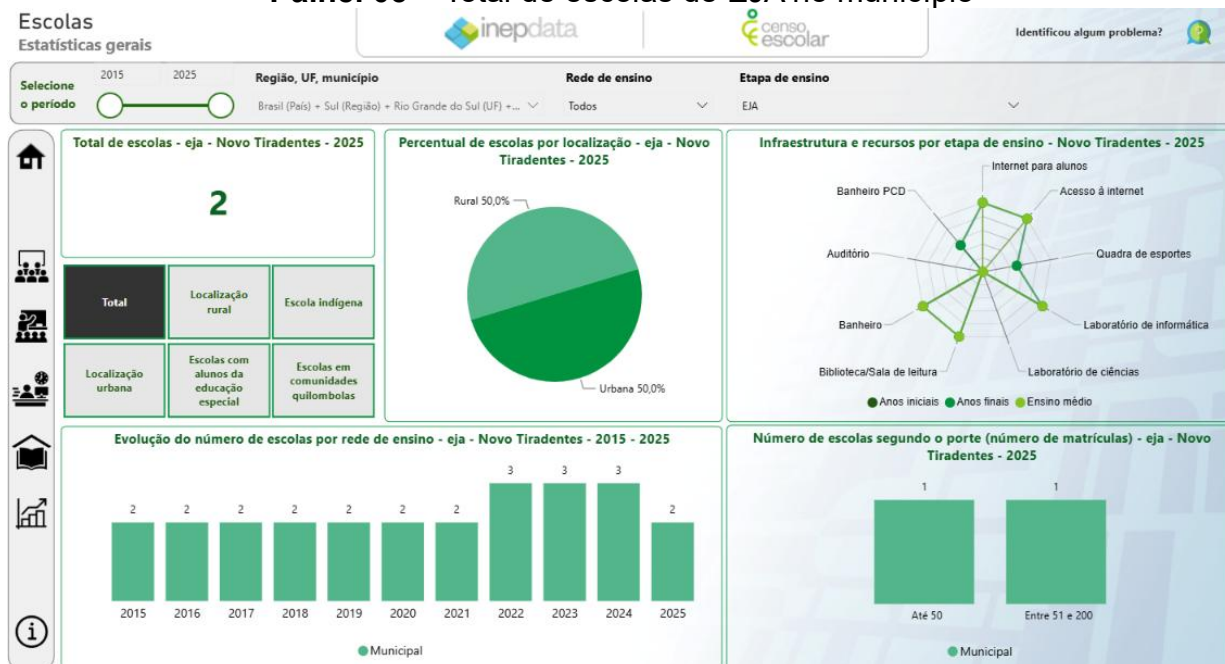
Fonte: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aqui-tem-mec> (Acesso em: 23/06/2026)

A análise dos dados do município de Novo Tiradentes evidencia que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) possui oferta ativa em 2025, com **66,66% das escolas atendendo à modalidade e 66 matrículas registradas**, o que representa um ponto positivo em relação à garantia do direito à educação ao longo da vida. Contudo, os indicadores também revelam que essa oferta ainda precisa ser fortalecida, pois permanece um contingente expressivo de pessoas adultas com baixa escolaridade: **857 pessoas com 18 anos ou mais estão sem instrução ou com Ensino Fundamental incompleto**, de um total de **1.714 pessoas**, representando aproximadamente metade da população adulta. É pago uma bolsa por mês aos alunos que frequentam a EJA (Educação de Jovens e Adultos)

A taxa de analfabetismo de **8,25%**, registrada em 2022, também demonstra que o município ainda enfrenta um desafio relevante na alfabetização de jovens, adultos e idosos. Embora exista atendimento na EJA, esse percentual indica que parte da população permanece sem acesso pleno à leitura e à escrita, o que limita a participação social, o acesso ao trabalho, a continuidade dos estudos e o exercício da cidadania.

2) Quanto as escolas de EJA

Painel 05 – Total de escolas de EJA no município

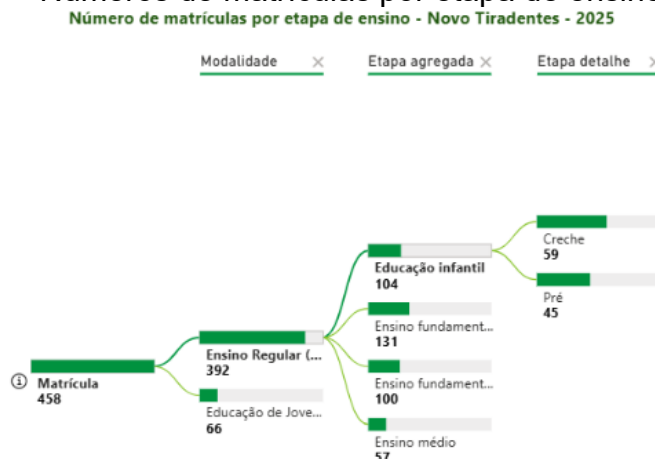


Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 23/06/2026)

Os painéis educacionais mostram que a EJA está presente em **2 escolas municipais**, com **66 estudantes matriculados** e atendimento voltado ao Ensino Fundamental, não havendo registro de oferta de EJA no Ensino Médio. Esse dado aponta para uma limitação importante: o município atende parte da demanda de escolarização básica, mas ainda não assegura percurso completo para jovens e adultos que precisam concluir também o Ensino Médio.

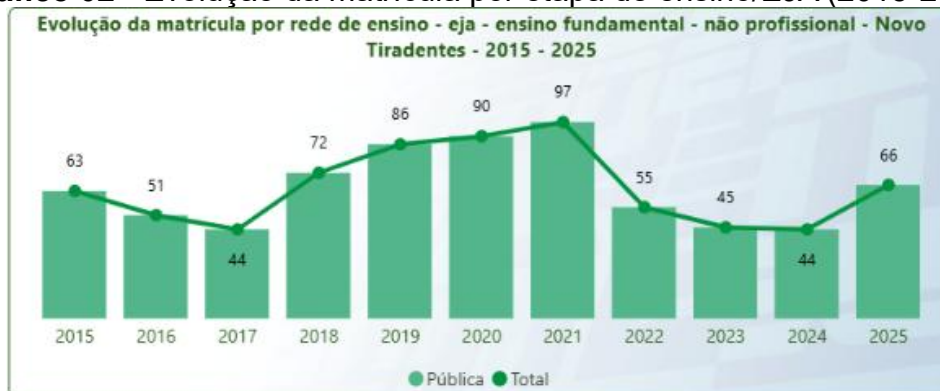
3) Quanto as matrículas de EJA

Gráfico 01 – Números de matrículas por etapa de ensino/EJA (2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 23/06/2026)

Gráfico 02 - Evolução da matrícula por etapa de ensino/EJA (2015-2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 23/06/2026)

Gráfico 03 - Número de matrículas por rede de ensino na EJA (2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 23/06/2026)

Gráfico 04 - Número de matrículas por localização na EJA (2025)



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 23/06/2026)

A série histórica das matrículas na EJA revela oscilações entre 2015 e 2025. O município registrou 63 matrículas em 2015, queda até 44 em 2017, crescimento progressivo até 93 em 2021, nova redução nos anos seguintes e recuperação para 66 matrículas em 2025. Essa variação indica que a demanda pela EJA existe, mas pode estar sujeita a fatores como mobilização da população, busca ativa, condições de permanência, organização da oferta, horários, transporte e adequação curricular ao perfil dos estudantes trabalhadores.

Outro aspecto relevante é a distribuição territorial das matrículas: em 2025, há maior concentração na área urbana, com **49 matrículas**, enquanto a área rural registra **17 matrículas**. Considerando a realidade de municípios pequenos e com população dispersa, esse dado aponta para a necessidade de fortalecer estratégias de acesso e permanência para estudantes do campo, especialmente por meio de transporte, horários compatíveis e organização pedagógica que dialogue com as condições de vida e trabalho dessa população.

De forma geral, os dados indicam que Novo Tiradentes avançou ao manter oferta de EJA e registrar matrículas ativas, diferentemente de municípios sem atendimento. No entanto, a existência de grande número de adultos com baixa escolaridade e a taxa de analfabetismo ainda elevada demonstram que a política municipal precisa ser ampliada e qualificada. O desafio central está em transformar a oferta existente em uma política mais abrangente, permanente e territorializada, capaz de alcançar a demanda reprimida, ampliar a alfabetização, garantir a conclusão do Ensino Fundamental e articular possibilidades de continuidade para o Ensino Médio.

Fontes Consultadas:

- IBGE – Censo Demográfico 2022 (SIDRA – Tabela 10061);
- Novo PAR/MEC – Painel de Indicadores Socioeconômicos;
- Ministério da Educação – Painel "Aqui Tem MEC";
- INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2025;
- Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica.

B) ANÁLISE CAUSAL

A análise dos indicadores demonstra que o município de Novo Tiradentes possui oferta ativa de Educação de Jovens e Adultos, com atendimento em duas escolas municipais e 66 matrículas registradas em 2025, o que representa um importante avanço

na garantia do direito à educação ao longo da vida. Entretanto, a permanência de 857 pessoas com 18 anos ou mais sem instrução ou com Ensino Fundamental incompleto e a taxa de analfabetismo de 8,25% evidenciam que a política pública ainda não alcança toda a demanda potencial existente.

Os dados também revelam que a oferta da EJA está restrita ao Ensino Fundamental, inexistindo atendimento para o Ensino Médio, o que interrompe a trajetória escolar dos estudantes que desejam concluir toda a Educação Básica. Além disso, a oscilação das matrículas ao longo dos últimos anos indica que fatores relacionados à busca ativa, à permanência dos estudantes, à organização da oferta e às condições de acesso continuam influenciando a participação da população na modalidade.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01. Oferta insuficiente da Educação de Jovens e Adultos para assegurar a continuidade da escolarização até a conclusão do Ensino Médio, restringindo o atendimento ao Ensino Fundamental.**
- **Causa 02. Elevado contingente de jovens, adultos e idosos com baixa escolaridade acumulada, resultante de trajetórias escolares interrompidas e da demanda histórica reprimida por escolarização.**
- **Causa 03. Persistência de taxa significativa de analfabetismo entre a população adulta, indicando necessidade de fortalecimento das ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos.**
- **Causa 04. Fragilidades nas estratégias de identificação, mobilização e busca ativa da população com demanda potencial para a EJA, limitando o acesso de pessoas que permanecem fora da escola. A própria análise do documento aponta a necessidade de ampliar o alcance da política para a demanda reprimida.**
- **Causa 05. Insuficiência de políticas de permanência e flexibilização da oferta para estudantes trabalhadores, considerando que as oscilações nas matrículas podem estar associadas a horários, transporte, permanência e adequação curricular ao perfil dos estudantes.**
- **Causa 06. Barreiras territoriais para o acesso e permanência da população do campo, exigindo fortalecimento do transporte escolar, organização dos horários e estratégias pedagógicas adequadas às condições de vida e trabalho dessa população.**
- **Causa 07. Necessidade de ampliar e consolidar a política municipal de Educação de Jovens e Adultos, tornando-a mais permanente, territorializada e articulada com as demandas educacionais da população adulta.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 11 do PME

ÁRVORE DOS PROBLEMAS

TEMA 11 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PROBLEMA 11

GRANDE CONTINGENTE DE PESSOAS FORA DA IDADE ESCOLAR OBRIGATÓRIA NÃO ESTÁ ALFABETIZADO, NÃO CONCLUIU O ENSINO FUNDAMENTAL OU O ENSINO MÉDIO.

DESCRIPTOR 01



66,66% das escolas com atendimento a EJA em 2025.

DESCRIPTOR 02



66 de matrículas na EJA em 2025.

DESCRIPTOR 03



857 pessoas com 18 anos ou mais de idade sem instrução e fundamental incompleto de 1714 pessoas no total em 2022.

DESCRIPTOR 04



Taxa de analfabetismo de 8,25% em 2022.

CAUSA 01



Oferta insuficiente da Educação de Jovens e Adultos para assegurar a continuidade da escolarização até a conclusão do Ensino Médio, restringindo o atendimento ao Ensino Fundamental.

CAUSA 04



Fragilidades nas estratégias de identificação, mobilização e busca ativa da população com demanda potencial para a EJA, limitando o acesso de pessoas que permanecem fora da escola.

CAUSA 02



Elevado contingente de jovens, adultos e idosos com baixa escolaridade acumulada, resultante de trajetórias escolares interrompidas e da demanda histórica reprimida por escolarização.

CAUSA 03



Persistência de taxa significativa de analfabetismo entre a população adulta, indicando necessidade de fortalecimento das ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos.

CAUSA 07



Necessidade de ampliar e consolidar a política municipal de Educação de Jovens e Adultos, tornando-a mais permanente, territorializada e articulada com as demandas educacionais da população adulta.

CAUSA 05



Insuficiência de políticas de permanência e flexibilização da oferta para estudantes trabalhadores, considerando que as oscilações nas matrículas podem estar associadas a horários, transporte, permanência e adequação curricular ao perfil dos estudantes.

CAUSA 04



Fragilidades nas estratégias de identificação, mobilização e busca ativa da população com demanda potencial para a EJA, limitando o acesso de pessoas que permanecem fora da escola.

CAUSA 04



Fragilidades nas estratégias de identificação, mobilização e busca ativa da população com demanda potencial para a EJA, limitando o acesso de pessoas que permanecem fora da escola.

CAUSA 06



Barreiras territoriais para o acesso e permanência da população do campo, exigindo fortalecimento do transporte escolar, organização dos horários e estratégias pedagógicas adequadas às condições de vida e trabalho dessa população.

CAUSA 07



Necessidade de ampliar e consolidar a política municipal de Educação de Jovens e Adultos, tornando-a mais permanente, territorializada e articulada com as demandas educacionais da população adulta.

CAUSA 07



Necessidade de ampliar e consolidar a política municipal de Educação de Jovens e Adultos, tornando-a mais permanente, territorializada e articulada com as demandas educacionais da população adulta.

LEGENDA

PROBLEMA

DESCRIPTOR

CAUSA

Fonte: autoria própria.

13. TEMA 12 - ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Problema 12: ACESSO E PERMANÊNCIA DESIGUAIS E INSUFICIENTES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT), ESPECIALMENTE ENTRE AS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, NEGRAS, DO CAMPO E DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do **Tema 12 – Acesso, Permanência e Conclusão na Educação Profissional e Tecnológica** tem por objetivo compreender como o município de **Novo Tiradentes** assegura o acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), considerando tanto a oferta existente no território quanto as estratégias adotadas para garantir a permanência e a conclusão dos estudos. A partir dos indicadores oficiais e das informações municipais, busca-se identificar as condições de acesso à formação técnica e profissional, as oportunidades disponibilizadas aos estudantes e os principais desafios relacionados à equidade educacional, especialmente para as populações em situação de vulnerabilidade social, do campo e das pessoas com deficiência. A análise também evidencia as iniciativas desenvolvidas pelo poder público para minimizar as barreiras de acesso, como a oferta de transporte escolar para estudantes que frequentam cursos em municípios da região, permitindo compreender os avanços alcançados, as limitações estruturais existentes e os aspectos que demandam fortalecimento para ampliar as oportunidades de qualificação profissional e de inserção no mundo do trabalho.

DESCRIPTORIOS¹³ DO PROBLEMA:

- **Descritor 01: 0% das escolas de ensino médio com atendimento com educação profissional e tecnológica em 2025 no município.**
- **Descritor 02: 0% de matrículas em educação profissional e tecnológica em 2025 no município.**
- **Descritor 03: 17 estudantes estão sendo transportadas a outras cidades da região para frequentar a educação profissional e tecnológica.**

1) Dados gerais municipais sobre a educação profissional e tecnológica

Painel 01 - Indicadores Educacionais/Educação Profissional e Tecnológica

¹³ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

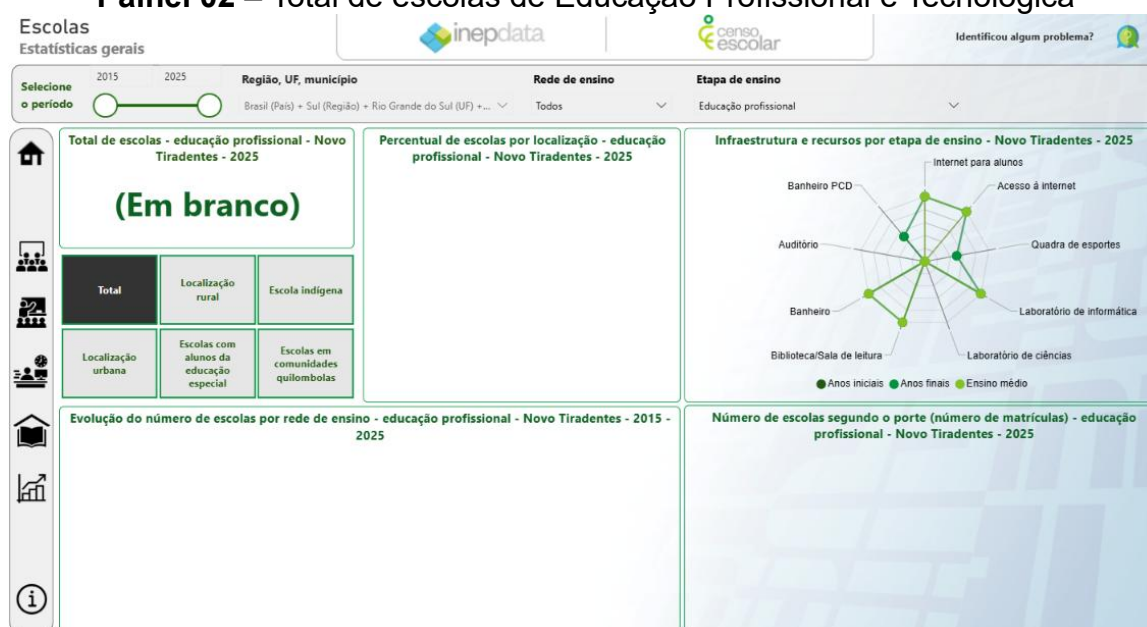
Etapa e modalidade de ensino ¹	Número de escolas	Número de professores	Número de estudantes
Creche	1	11	59
Pré-escola	2	7	45
Anos iniciais	2	17	131
Anos finais	2	20	100
Ensino médio regular	1	14	57
EJA	2	8	66
Educação especial	4	-	54
Educação Profissional e Tecnológica	0	0	0
Educação superior	0	0	0
Educação básica	4	55	458

Fonte: Censo Escolar (2025), Censup (2024)

¹Considera todas as redes.

Fonte: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aqui-tem-mec> (Acesso em: 23/06/2026)

Painel 02 – Total de escolas de Educação Profissional e Tecnológica



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 23/06/2026)

A análise dos indicadores evidencia que o município apresenta um cenário de **ausência total de oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT)** em seu território, configurando um dos principais desafios para a ampliação das oportunidades de formação técnica e profissional da população. Os dados demonstram que, em 2025, **nenhuma escola de ensino médio oferta cursos de Educação Profissional e Tecnológica**, resultando também na inexistência de matrículas nessa modalidade. Esse panorama evidencia uma lacuna importante na diversificação da oferta educacional e na construção de itinerários formativos voltados ao desenvolvimento de competências profissionais e à inserção qualificada dos estudantes no mundo do trabalho.

Os indicadores educacionais revelam que a estrutura da rede de ensino municipal está concentrada na Educação Básica, contemplando a Educação Infantil, os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, o Ensino Médio regular e a Educação Especial, sem registros de instituições ou estudantes vinculados à Educação Profissional e Tecnológica.

O painel estatístico também confirma que o número de escolas, professores e estudantes da modalidade é igual a zero, demonstrando que a inexistência da oferta não é circunstancial, mas estrutural.

2) Outras iniciativas de apoio a educação profissional e tecnológica

Com o objetivo de ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica, fortalecer a permanência dos estudantes em seus cursos e promover a qualificação da mão de obra local, o município disponibiliza transporte aos munícipes matriculados em instituições de educação profissional e tecnológica localizadas em municípios da região, como Frederico Westphalen e Palmeira das Missões. Essa política pública representa um importante investimento no desenvolvimento humano, social e econômico do município, ao reduzir os custos de deslocamento, minimizar barreiras de acesso à formação técnica e profissional e criar condições mais favoráveis para a continuidade dos estudos, a conclusão dos cursos e a inserção qualificada dos estudantes no mundo do trabalho.

- **Número de estudantes transportados: 17**
- **Ano: 2026**
- **Municípios de destino:** Frederico Westphalen e Palmeira das Missões.

Fontes Consultadas:

- **INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP).** Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2026.
- **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC).** Painel "Aqui Tem MEC". Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aqui-tem-mec>. Acesso em: 23 jun. 2026.
- **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC).** Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica. Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2026.
- **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO TIRADENTES.** Secretaria Municipal de Educação. Dados administrativos referentes ao transporte de estudantes da Educação Profissional e Tecnológica, municípios de destino e demais informações do programa de apoio ao transporte estudantil, 2026.

B) ANÁLISE CAUSAL

Com base na análise dos indicadores oficiais e das informações municipais, verifica-se que o município de Novo Tiradentes enfrenta limitações estruturais para garantir o acesso, a permanência e a conclusão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Embora o Poder Público desenvolva uma importante política de apoio por meio da oferta de transporte escolar para estudantes matriculados em instituições localizadas em municípios da região, os dados evidenciam que a inexistência de oferta local de cursos técnicos restringe significativamente as oportunidades de formação profissional da população. Essa realidade afeta principalmente os estudantes em situação de vulnerabilidade social, residentes na zona rural e aqueles que dependem de políticas públicas para acessar a educação profissional, tornando necessária a ampliação das estratégias de cooperação regional e da oferta de itinerários formativos alinhados às demandas do desenvolvimento local.

Causa 01 – Inexistência de oferta de Educação Profissional e Tecnológica no município: o município não possui instituições de ensino que ofereçam cursos de Educação Profissional e Tecnológica, resultando em ausência de escolas, matrículas, professores e infraestrutura destinada a essa modalidade. Essa condição limita o direito ao acesso à formação técnica e profissional e reduz as oportunidades de qualificação da população local.

Causa 02 – Dependência de municípios vizinhos para acesso à formação técnica: os estudantes interessados na Educação Profissional e Tecnológica precisam deslocar-se para municípios como Frederico Westphalen e Palmeira das Missões, tornando o acesso dependente da disponibilidade de transporte, da distância percorrida e da oferta regional de cursos, fatores que podem dificultar a permanência e a conclusão da formação.

Causa 03 – Ausência de políticas de expansão da oferta de cursos técnicos no território municipal: os dados indicam que a inexistência da EPT é estrutural, evidenciando a necessidade de fortalecer políticas públicas voltadas à implantação de cursos técnicos, parcerias com instituições ofertantes e estratégias de interiorização da Educação Profissional e Tecnológica, adequadas à realidade local.

Causa 04 – Oferta limitada de oportunidades de qualificação profissional alinhadas às potencialidades econômicas do município: a ausência de cursos técnicos reduz a formação de profissionais qualificados para atuar em setores estratégicos da economia local, dificultando a preparação dos jovens para o mundo do trabalho e limitando o desenvolvimento econômico e social do município.

Causa 05 – Barreiras de acesso para estudantes em situação de vulnerabilidade social e residentes no meio rural: mesmo com a oferta de transporte escolar, o deslocamento diário para outros municípios pode representar dificuldades relacionadas ao tempo de viagem, custos indiretos, conciliação entre estudo e trabalho e permanência nos cursos, afetando principalmente estudantes de famílias de menor renda e residentes em comunidades rurais.

Causa 06 – Necessidade de ampliar a articulação entre educação, setor produtivo e instituições de ensino profissional: o fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica depende da construção de parcerias entre o município, instituições públicas e privadas de ensino, universidades, Sistema S, cooperativas, empresas e arranjos produtivos locais, permitindo ampliar a oferta de cursos, estágios, formação continuada e oportunidades de inserção qualificada no mundo do trabalho.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01: Ausência de oferta de Educação Profissional e Tecnológica no município, restringindo o acesso da população à formação técnica.**
- **Causa 02: Dependência de instituições localizadas em outros municípios para garantir o acesso aos cursos técnicos.**
- **Causa 03: Necessidade de ampliar políticas públicas e parcerias para implantação e expansão da Educação Profissional e Tecnológica no território municipal.**
- **Causa 04: Oferta insuficiente de formação profissional alinhada às demandas econômicas e sociais do município.**

- **Causa 05:** Persistência de barreiras de acesso e permanência para estudantes em situação de vulnerabilidade social e residentes no meio rural.
- **Causa 06:** Necessidade de fortalecer a articulação entre poder público, instituições de ensino e setor produtivo para ampliar oportunidades de qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 12 do PME

TEMA 12 - ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ÁRVORE DOS PROBLEMAS

PROBLEMA 12:
ACESSO E PERMANÊNCIA DESIGUAIS E INSUFICIENTES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT), ESPECIALMENTE ENTRE AS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, NEGRAS, DO CAMPO E DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO.

DESCRIPTOR 01:
0% das escolas de ensino médio com atendimento com educação profissional e tecnológica em 2025 no município.

CAUSA 01:
Ausência de oferta de Educação Profissional e Tecnológica no município, restringindo o acesso da população à formação técnica.

CAUSA 03:
Necessidade de ampliar políticas públicas e parcerias para implantação e expansão da Educação Profissional e Tecnológica no território municipal.

CAUSA 04:
Oferta insuficiente de formação profissional alinhada às demandas econômicas e sociais do município.

CAUSA 06:
Necessidade de fortalecer a articulação entre poder público, instituições de ensino e setor produtivo para ampliar oportunidades de qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho.

DESCRIPTOR 02:
0% de matrículas em educação profissional e tecnológica em 2025 no município.

CAUSA 01:
Ausência de oferta de Educação Profissional e Tecnológica no município, restringindo o acesso da população à formação técnica.

CAUSA 02:
Dependência de instituições localizadas em outros municípios para garantir o acesso aos cursos técnicos.

CAUSA 03:
Necessidade de ampliar políticas públicas e parcerias para implantação e expansão da Educação Profissional e Tecnológica no território municipal.

CAUSA 05:
Persistência de barreiras de acesso e permanência para estudantes em situação de vulnerabilidade social e residentes no meio rural.

DESCRIPTOR 03:
17 estudantes estão sendo transportadas a outras cidades da região para frequentar a educação profissional e tecnológica.

CAUSA 02:
Dependência de instituições localizadas em outros municípios para garantir o acesso aos cursos técnicos.

CAUSA 04:
Oferta insuficiente de formação profissional alinhada às demandas econômicas e sociais do município.

CAUSA 05:
Persistência de barreiras de acesso e permanência para estudantes em situação de vulnerabilidade social e residentes no meio rural.

CAUSA 06:
Necessidade de fortalecer a articulação entre poder público, instituições de ensino e setor produtivo para ampliar oportunidades de qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho.

LEGENDA:



Problema



Descriptor



Causa

Fonte: Elaboração própria.

Fonte: autoria própria.

14. TEMA 13 - QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Problema 13: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA ENFRENTA DESAFIOS QUANTO À QUALIDADE NAS CONDIÇÕES DE OFERTAS E QUANTO À APRENDIZAGEM DOS SABERES ADEQUADOS AO MUNDO DO TRABALHO EM RÁPIDA TRANSFORMAÇÃO

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva da qualidade da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no município tem como objetivo identificar as condições de oferta dessa modalidade de ensino e sua capacidade de atender às demandas de formação técnica e profissional da população. Para isso, são considerados indicadores relacionados à existência de instituições ofertantes, número de matrículas e demais informações provenientes das bases oficiais do Ministério da Educação e do Censo Escolar. A compreensão desses dados permite avaliar o grau de desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no território, evidenciar lacunas na oferta e subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas à ampliação do acesso, ao fortalecimento da qualidade da formação e à articulação entre educação, desenvolvimento local e as demandas do mundo do trabalho.

DESCRITORES¹⁴ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01: 0% da escola de ensino médio com atendimento com educação profissional e tecnológica em 2025.**
- ➔ **Descritor 02: 0% de matrículas em educação profissional e tecnológica em 2025.**

1) Dados gerais municipais sobre a educação profissional e tecnológica

Painel 01 - Indicadores Educacionais/Educação Profissional e Tecnológica

Etapas e modalidades de ensino ¹	Número de escolas	Número de professores	Número de estudantes
Creche	1	11	59
Pré-escola	2	7	45
Anos iniciais	2	17	131
Anos finais	2	20	100
Ensino médio regular	1	14	57
EJA	2	8	66
Educação especial	4	-	54
Educação Profissional e Tecnológica	0	0	0
Educação superior	0	0	0
Educação básica	4	55	458

Fonte: Censo Escolar (2025), Censup (2024)

¹Considera todas as redes.

Fonte: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aqui-tem-mec> (Acesso em: 23/06/2026)

¹⁴ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Painel 02 – Total de escolas de Educação Profissional e Tecnológica



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 23/06/2026)

A análise dos dados demonstra que o município não possui oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), pois 0% das escolas de ensino médio oferecem essa modalidade e não há matrículas registradas em 2025. Esse cenário evidencia uma limitação significativa para a formação técnica da população e para o desenvolvimento de competências alinhadas às demandas do mundo do trabalho.

A inexistência da EPT compromete a qualificação profissional dos estudantes, reduz as oportunidades de inserção no mercado de trabalho e limita o desenvolvimento econômico local. Assim, o principal desafio do município consiste em ampliar a oferta dessa modalidade por meio de parcerias com instituições formadoras e da implementação de políticas públicas que garantam acesso a uma educação profissional de qualidade.

Fontes Consultadas:

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica – Novo Painel de Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica. Acesso em: 23 jun. 2026.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2022 – Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), Tabela 10061. Dados demográficos utilizados para contextualização do diagnóstico.
- Ministério da Educação (MEC). Painel de Indicadores do Novo PAR – indicadores educacionais utilizados para subsidiar a análise da oferta da Educação Profissional e Tecnológica.
- Ministério da Educação (MEC). Painel "Aqui Tem MEC" – indicadores educacionais oficiais utilizados como apoio à caracterização do contexto educacional.

15. TEMA 14 - ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA GRADUAÇÃO

Problema 14: BAIXO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO COM GRADUAÇÃO COMPLETA, COM ÊNFASE NAS ELEVADAS DESIGUALDADES REGIONAIS, SOCIAIS, ÉTNICO-RACIAIS, DE SEXO, LINGUÍSTICAS, SITUAÇÕES DE DEFICIÊNCIA E SUAS INTERSECIONALIDADES NO ACESSO, NA PERMANÊNCIA E NA CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do **Tema 14 – Acesso, Permanência e Conclusão na Graduação** têm por objetivo compreender as condições de acesso da população de **Novo Tiradentes** ao ensino superior, considerando o nível de escolarização da população adulta, a oferta de cursos de graduação no território municipal e as políticas públicas de apoio à permanência dos estudantes. A partir dos indicadores demográficos, educacionais e das informações municipais, busca-se identificar os principais fatores que influenciam o ingresso, a continuidade e a conclusão da graduação, com especial atenção às desigualdades que afetam as populações em situação de vulnerabilidade social, residentes no meio rural e demais grupos historicamente excluídos do ensino superior. A análise também evidencia as estratégias adotadas pelo município para ampliar as oportunidades educacionais, como o transporte universitário para estudantes matriculados em instituições da região, permitindo avaliar os avanços alcançados, as limitações decorrentes da inexistência de oferta local de cursos de graduação e os desafios para elevar o percentual da população com ensino superior completo, fortalecendo o desenvolvimento humano, social e econômico do município.

DESCRITORES¹⁵ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01: 20,30% da população com ensino médio completo e ensino superior incompleto em 2022.**
- ➔ **Descritor 02: 10,91% da população com ensino superior completo em 2022.**
- ➔ **Descritor 03: 29 estudantes estão sendo transportadas a outras cidades da região para frequentar o ensino superior.**

1) Dados gerais municipais sobre a população com graduação

Tabela 01 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça

¹⁵ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Tabela 10061 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça				
Variável - Pessoas de 18 anos ou mais de idade (Pessoas)				
Município - Novo Tiradentes (RS)				
Sexo - Total				
Cor ou raça - Total				
Ano - 2022				
Grupo de idade - Total				
Nível de instrução				
Total	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
1.714	857	323	348	187
Fonte: IBGE - Censo Demográfico				

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10061#resultado> (Acesso em: 23/06/2026)

A Tabela 01 apresenta um panorama geral da escolarização da população adulta de Novo Tiradentes em 2022. Os dados evidenciam que, de um total de **1.714 pessoas com 18 anos ou mais**, apenas **187 possuem ensino superior completo**, o que corresponde a **10,91% da população adulta**. Esse percentual revela um acesso ainda restrito à graduação e indica que a formação superior não se consolidou como uma etapa amplamente alcançada pela população local. Também chama atenção o número de pessoas com **ensino médio completo e superior incompleto**, que totaliza **348 pessoas**, representando **20,30%** da população adulta. Esse dado é relevante porque demonstra que há um grupo significativo que concluiu a educação básica e, em alguma medida, possui potencial ou trajetória inicial para acessar a graduação, mas que ainda não alcançou a conclusão do ensino superior. Além disso, a tabela mostra a presença expressiva de pessoas com baixa escolaridade, especialmente aquelas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, o que reforça a existência de desigualdades educacionais acumuladas ao longo da trajetória escolar.

Tabela 02 – Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça/Nível de instrução – ensino médio completo e superior incompleto

Tabela 10061 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça

Variável - Pessoas de 18 anos ou mais de idade - percentual do total geral

Município - Novo Tiradentes (RS)

Ano - 2022

Nível de instrução - Médio completo e superior incompleto

Sexo	Cor ou raça	Grupo de idade																		
		Total	18 a 24 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 anos ou mais	25 a 64 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 anos ou mais	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 anos ou mais
Total	Total	20,30	4,14	1,28	2,86	16,16	15,23	3,97	3,27	3,09	1,58	0,88	0,47	1,11	0,88	0,88	0,82	0,12	-	-
	Branca	16,45	3,09	0,88	2,16	13,36	12,49	3,21	2,74	2,10	1,52	0,53	0,47	1,05	0,88	0,88	0,82	0,12	-	-
	Preta	0,53	0,18	0,18	-	0,35	0,35	0,12	0,12	0,12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda	3,33	0,88	0,23	0,64	2,45	2,45	0,58	0,41	0,93	0,12	0,35	-	0,06	-	-	-	-	-	-
	Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Homens	Total	11,32	2,63	0,58	2,04	8,69	8,28	2,33	2,10	1,40	0,64	0,58	0,23	0,64	0,35	0,41	0,41	-	-	-
	Branca	9,45	2,16	0,53	1,63	7,23	6,88	1,87	1,69	1,17	0,58	0,41	0,23	0,64	0,35	0,41	0,41	-	-	-
	Preta	0,23	-	-	-	0,23	0,23	0,12	0,12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda	1,63	0,47	0,06	0,41	1,17	1,17	0,29	0,29	0,23	0,12	0,18	-	-	-	-	-	-	-	-
	Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mulheres	Total	8,98	1,52	0,70	0,82	7,47	6,94	1,63	1,17	1,69	0,93	0,29	0,23	0,47	0,53	0,53	0,41	0,12	-	-
	Branca	7,00	0,88	0,35	0,53	6,13	5,60	1,34	1,05	0,93	0,93	0,12	0,23	0,35	0,53	0,53	0,41	0,12	-	-
	Preta	0,29	0,18	0,18	-	0,12	0,12	-	-	0,12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda	1,69	0,41	0,18	0,29	1,28	1,28	0,29	0,12	0,64	-	0,18	-	0,06	-	-	-	-	-	-
	Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10061> (Acesso em: 28/06/2026)

A Tabela 02 aprofunda a análise sobre o grupo da população que possui **ensino médio completo e ensino superior incompleto**, permitindo observar a distribuição desse indicador por idade, sexo e cor ou raça. Esse recorte é fundamental, pois evidencia uma parcela da população que está em uma zona de transição educacional: concluiu a educação básica, mas ainda não conseguiu finalizar a graduação. Esse dado pode indicar diferentes situações, como pessoas que nunca ingressaram no ensino superior mesmo tendo escolaridade mínima para isso, estudantes que iniciaram cursos e interromperam a trajetória, ou adultos que não tiveram condições sociais, econômicas, territoriais ou institucionais para prosseguir nos estudos. No contexto de Novo Tiradentes, esse indicador ganha ainda mais relevância porque o município não possui instituições de ensino superior, o que obriga os interessados a buscar cursos em outros municípios. Assim, a permanência e a conclusão da graduação passam a depender de fatores como transporte, renda familiar, tempo de deslocamento, oferta de cursos na região e condições de conciliar estudo, trabalho e vida familiar.

Tabela 03 – Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça/Nível de instrução superior completo

Tabela 10061 - Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça

Variável - Pessoas de 18 anos ou mais de idade - percentual do total geral

Município - Novo Tiradentes (RS)

Ano - 2022

Nível de instrução - Superior completo

Sexo	Cor ou raça	Grupo de idade																		
		Total	18 a 24 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos	25 anos ou mais	25 a 64 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 anos ou mais	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 anos ou mais
Total	Total	10,91	1,23	0,12	1,11	9,68	9,04	2,28	2,16	0,99	1,40	0,58	0,53	0,76	0,29	0,64	0,23	-	0,29	0,12
	Branca	9,57	0,76	0,12	0,64	8,87	8,23	2,04	2,04	0,93	1,11	0,58	0,53	0,76	0,18	0,64	0,23	-	0,29	0,12
	Preta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda	1,28	0,47	-	0,47	0,82	0,82	0,23	0,12	0,12	0,29	-	-	-	0,12	-	-	-	-	-
	Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Homens	Total	3,56	0,29	0,12	0,18	3,33	3,33	0,76	0,99	0,41	0,18	0,35	0,29	0,23	0,12	-	-	-	-	-
	Branca	3,38	0,29	0,12	0,18	3,09	3,09	0,76	0,93	0,29	0,18	0,35	0,29	0,23	0,12	-	-	-	-	-
	Preta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda	0,18	-	-	-	0,18	0,18	-	0,12	0,12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mulheres	Total	7,29	0,93	-	0,93	6,36	5,78	1,52	1,17	0,58	1,28	0,23	0,29	0,53	0,18	0,64	0,23	-	0,29	0,12
	Branca	6,18	0,47	-	0,47	5,72	5,13	1,28	1,17	0,58	0,99	0,23	0,29	0,53	0,12	0,64	0,23	-	0,29	0,12
	Preta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Parda	1,11	0,47	-	0,47	0,64	0,64	0,23	-	-	0,29	-	-	-	0,12	-	-	-	-	-
	Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10061> (Acesso em: 28/06/2026)

A Tabela 03 apresenta o percentual da população adulta com **ensino superior completo**, indicador central para avaliar o alcance da graduação no município. O dado de **10,91%** demonstra que a conclusão do ensino superior ainda é limitada em Novo Tiradentes, revelando um desafio importante para o desenvolvimento humano, social e econômico local. A baixa proporção de graduados pode impactar diretamente a qualificação da mão de obra, a ampliação de oportunidades profissionais, a capacidade de inovação e a diversificação econômica do município. Esse cenário também sugere que o acesso à graduação não depende apenas da vontade individual dos estudantes, mas de condições estruturais que favoreçam ou dificultem a continuidade dos estudos. A ausência de instituições de ensino superior no território municipal, associada à necessidade de deslocamento para cidades da região, pode contribuir para que muitos estudantes não ingressem, abandonem ou não concluam seus cursos superiores.

2) Instituições no município que oferecem cursos de graduação

Painel 01 – Instituições de nível superior no município

Consulta Avançada Consulta Textual IES Extintas

Buscar por: ☐ Instituição de Ensino Superior ☒ Curso de Graduação ☐ Curso de Especialização

Nome, Sigla ou Código da Instituição:

Curso: ☐ Pesquisa Exata

Classificação de Curso:

Selecione Área Geral

Selecione Área Específica

Selecione Área Detalhada

Selecione Rótulo do Curso

UF:

Município:

Gratuidade do Curso:

Modalidade: ☒ A Distância ☒ Presencial ☒ Semipresencial

Grau: ☐ Bacharelado ☐ Licenciatura ☐ Tecnológico ☐ Sequencial ☐ Programa de Formação ☐ Segunda Licenciatura

Índice: ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ SC

Situação:

Resultado da Consulta Por : CURSO

Instituição - IES	Sigla	Curso	Grau	Modalidade	Índices	Vagas Anuais	Data Início
Nenhum registro encontrado!							

Fonte: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada> (Acesso em: 28/06/2026)

O Painel 01, consultado no sistema e-MEC, indica que **não há registros de instituições de ensino superior com oferta de cursos de graduação no município de Novo Tiradentes**. Esse dado é estruturalmente significativo, pois explica parte das dificuldades de acesso, permanência e conclusão da graduação. A inexistência de oferta local torna o município dependente de instituições localizadas em centros regionais, como Frederico Westphalen, exigindo deslocamento dos estudantes. Mesmo com o apoio do transporte universitário, essa dependência pode gerar barreiras adicionais, especialmente para estudantes de baixa renda, trabalhadores, moradores do meio rural e pessoas que necessitam de maior apoio para permanecer nos estudos. O painel, portanto, evidencia que o problema não está apenas no baixo percentual de graduados, mas também na ausência de uma estrutura territorial de oferta de ensino superior.

3) Outras iniciativas de apoio a realização do ensino superior

Com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior e contribuir para a permanência dos estudantes em seus cursos de graduação, o município disponibiliza apoio ao transporte universitário para os munícipes matriculados em instituições de ensino

superior localizadas em municípios da região, como Frederico Westphalen. Essa iniciativa representa um importante investimento na formação profissional da população, reduzindo os custos de deslocamento, favorecendo a continuidade dos estudos e promovendo maiores oportunidades de qualificação e desenvolvimento humano.

- **Número de estudantes transportados: 29**
- **Ano: 2026**
- **Municípios de destino:** Frederico Westphalen.

O documento também apresenta uma importante iniciativa municipal: o apoio ao **transporte universitário** para estudantes que frequentam instituições de ensino superior em municípios da região. Em 2026, são **29 estudantes transportados para Frederico Westphalen**, o que demonstra que o município reconhece a necessidade de apoiar o acesso e a permanência na graduação. Essa política pública contribui para reduzir custos de deslocamento, ampliar oportunidades educacionais e favorecer a continuidade dos estudos. No entanto, embora seja uma ação positiva e necessária, ela não resolve integralmente o problema, pois o acesso à graduação continua condicionado à oferta regional, à disponibilidade de vagas, aos cursos existentes fora do município e às condições pessoais e socioeconômicas dos estudantes. Assim, o transporte universitário representa um avanço importante, mas precisa estar articulado a outras estratégias, como parcerias com instituições de ensino superior, polos de educação a distância, programas de bolsas, orientação vocacional, acompanhamento dos estudantes e políticas de permanência.

Fontes Consultadas:

- **BRASIL. Ministério da Educação (MEC).** Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC). Disponível em: <https://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 28 jun. 2026.
- **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** Censo Demográfico 2022. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). **Tabela 10061 – Pessoas de 18 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os grupos de idade, o sexo e a cor ou raça.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/10061>. Acesso em: 28 jun. 2026.
- **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO TIRADENTES.** Secretaria Municipal de Educação. Dados administrativos referentes ao transporte universitário, ao número de estudantes atendidos e aos municípios de destino no exercício de 2026.

B) ANÁLISE CAUSAL

Com base na análise dos indicadores demográficos, educacionais e das informações municipais, observa-se que o município de Novo Tiradentes enfrenta desafios para ampliar o acesso, a permanência e a conclusão da graduação, especialmente em razão da inexistência de instituições de ensino superior no território municipal. Embora o Poder Público desenvolva uma política de apoio ao transporte universitário, possibilitando que estudantes frequentem cursos em municípios da região, os dados evidenciam que a população ainda encontra limitações estruturais para acessar o ensino superior, refletidas no reduzido percentual de pessoas com graduação completa e no contingente significativo

de adultos que concluíram o ensino médio, mas não finalizaram a educação superior. Esse cenário demonstra que a ampliação da escolarização em nível superior depende do fortalecimento das políticas de acesso, permanência, apoio estudantil e cooperação regional, reduzindo as desigualdades educacionais e ampliando as oportunidades de formação profissional.

Causa 01 – Inexistência de instituições de ensino superior no município: o município não possui instituições que ofereçam cursos de graduação, obrigando os estudantes a buscar formação em outras cidades. Essa condição reduz as oportunidades de acesso ao ensino superior e torna a continuidade dos estudos dependente da oferta existente em municípios vizinhos.

Causa 02 – Dependência do deslocamento diário para acesso à graduação: os estudantes precisam deslocar-se para municípios como Frederico Westphalen para frequentar cursos superiores. Apesar da existência do transporte universitário oferecido pelo município, o tempo de deslocamento, a distância e os custos indiretos podem dificultar a permanência e a conclusão da graduação.

Causa 03 – Baixo percentual da população com ensino superior completo: os indicadores revelam que apenas 10,91% da população possui graduação concluída, evidenciando que a formação superior ainda alcança uma parcela reduzida dos moradores e indicando a necessidade de ampliar as oportunidades de acesso e conclusão da educação superior.

Causa 04 – Contingente expressivo de pessoas que interrompem a trajetória antes da conclusão da graduação: a existência de 20,30% da população com ensino médio completo e ensino superior incompleto demonstra que parte significativa dos estudantes ingressa no ensino superior, mas não consegue concluir a formação, indicando desafios relacionados à permanência, ao apoio estudantil e às condições socioeconômicas.

Causa 05 – Persistência de desigualdades de acesso e permanência para populações vulneráveis: as maiores dificuldades de acesso ao ensino superior tendem a atingir estudantes em situação de vulnerabilidade social, residentes no meio rural, pessoas com deficiência e outros grupos historicamente excluídos, que enfrentam maiores obstáculos financeiros, geográficos e sociais para ingressar e permanecer na graduação.

Causa 06 – Necessidade de fortalecer políticas de apoio, parcerias e estratégias de interiorização da educação superior: a ampliação da formação superior depende do fortalecimento das parcerias entre o município, universidades públicas e privadas, polos de educação a distância, programas de bolsas, financiamento estudantil e políticas permanentes de apoio acadêmico, permitindo ampliar o acesso, reduzir a evasão e elevar o percentual de graduados no município.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01: Inexistência de instituições de ensino superior no município, obrigando os estudantes a buscar graduação em outras cidades.**
- **Causa 02: Dependência do deslocamento para municípios da região como condição para acesso e permanência na graduação.**
- **Causa 03: Baixo percentual da população com ensino superior completo, evidenciando limitada conclusão da graduação.**

- **Causa 04:** Elevado contingente de pessoas com ensino superior incompleto, indicando dificuldades de permanência e conclusão dos cursos.
- **Causa 05:** Persistência de desigualdades de acesso e permanência para estudantes em situação de vulnerabilidade social e residentes no meio rural.
- **Causa 06:** Necessidade de fortalecer políticas públicas, parcerias institucionais e estratégias de interiorização da educação superior para ampliar as oportunidades de acesso, permanência e conclusão da graduação.

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 14 do PME

TEMA 14 - ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA GRADUAÇÃO

ÁRVORE DOS PROBLEMAS



Fonte: Elaboração própria.

Fonte: autoria própria.

16. TEMA 15 - QUALIDADE DA GRADUAÇÃO

Problema 15: BAIXA QUALIDADE DE PARTE DOS CURSOS E DE INSTITUIÇÕES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (IES) NA GRADUAÇÃO.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do Problema 15 tem como objetivo identificar as condições de oferta da educação superior no município de Novo Tiradentes, considerando a existência de Instituições de Educação Superior (IES) e os elementos que permitem avaliar a qualidade da graduação. A partir dos dados oficiais disponibilizados pelo Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC), busca-se compreender em que medida o município oferece oportunidades de acesso ao ensino superior em seu território e quais os reflexos dessa realidade para a formação acadêmica da população. Ainda que o município não possua instituições de ensino superior instaladas, a análise também considera as estratégias adotadas pelo poder público para garantir o acesso dos estudantes às universidades da região, contribuindo para a democratização do ensino superior e para a qualificação profissional da população.

DESCRITORES¹⁶ DO PROBLEMA:

→ **Descritor 01: 0% de instituições de ensino superior no município.**

1) Instituições no município que oferecem cursos de graduação

Painel 01 – Instituições de nível superior no município

¹⁶ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Consulta Avançada

Consulta Textual

IES Extintas

Buscar por:

☐ Instituição de Ensino Superior
☒ Curso de Graduação
☐ Curso de Especialização

Nome, Sigla ou Código da Instituição:

Curso:

☐ Pesquisa Exata

Classificação de Curso:

Selecione Área Geral

Selecione Área Específica

Selecione Área Detalhada

Selecione Rótulo do Curso

UF:

Rio Grande do Sul

Município:

Novo Tiradentes

Gratuidade do Curso:

Selecione...

Modalidade:

☒ A Distância
☒ Presencial
☒ Semipresencial

Grau:

☐ Bacharelado
☐ Licenciatura
☐ Tecnológico
☐ Sequencial
☐ Programa de Formação
☐ Segunda Licenciatura

Índice:

Selecione...

☐ 1
☐ 2
☐ 3
☐ 4
☐ 5
☐ SC

Situação:

Em Atividade

Pesquisar

Resultado da Consulta Por : CURSO

Histórico de Índices

Exportar Detalhado

Exportar Excel

Instituição - IES	Sigla	Curso	Grau	Modalidade	Índices	Vagas Anuais	Data Início
Nenhum registro encontrado!							

Fonte: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada> (Acesso em: 28/06/2026)

A análise dos dados evidencia que o município de **Novo Tiradentes** não possui Instituições de Educação Superior (IES) instaladas em seu território, conforme consulta realizada na base oficial do sistema e-MEC. Assim, o descritor demonstra que **0% das instituições de ensino superior estão localizadas no município**, impossibilitando a avaliação direta da qualidade da graduação por meio de indicadores como Conceito de Curso (CC), Conceito Preliminar de Curso (CPC), Índice Geral de Cursos (IGC), infraestrutura, desempenho acadêmico e qualificação do corpo docente.

A inexistência de instituições de ensino superior no município, entretanto, não significa ausência de acesso à graduação. Para garantir esse direito, os estudantes buscam formação em universidades localizadas em municípios da região, realizando deslocamentos diários. Nesse contexto, destaca-se a atuação do **Poder Público Municipal**, que desenvolve uma importante política de apoio à educação superior ao **oferecer transporte escolar gratuito aos universitários**, possibilitando o deslocamento até as instituições de ensino. Essa iniciativa contribui significativamente para reduzir barreiras de acesso, minimizar os custos assumidos pelas famílias e ampliar as oportunidades de permanência e conclusão dos cursos de graduação.

Apesar desse importante incentivo, a ausência de uma IES no município ainda representa desafios para o desenvolvimento local. A inexistência de cursos superiores limita a realização de atividades de pesquisa, inovação, extensão universitária e formação continuada, reduzindo as possibilidades de produção de conhecimento voltado às necessidades do território. Também restringe a atração de investimentos, a qualificação da mão de obra local e a formação de profissionais em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do município.

Embora muitos estudantes tenham acesso à educação superior por meio de instituições presenciais em municípios vizinhos e de cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância (EaD), a garantia desse direito depende da manutenção de políticas públicas de apoio à permanência estudantil. Nesse sentido, além do transporte universitário já disponibilizado pelo município, tornam-se relevantes ações voltadas ao fortalecimento da conectividade digital, ao acesso a programas de bolsas e ao estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior para ampliar as oportunidades de formação da população.

Conclui-se, portanto, que o problema relacionado à qualidade da graduação, no contexto de Novo Tiradentes, está diretamente associado à **ausência de oferta local de educação superior**, o que inviabiliza a avaliação da qualidade institucional no próprio município. Ainda assim, a política municipal de apoio ao transporte universitário demonstra o compromisso do poder público com a ampliação do acesso ao ensino superior. O fortalecimento dessa política, aliado à ampliação de parcerias com universidades e à expansão de polos de Educação a Distância, constitui uma estratégia relevante para garantir o acesso, a permanência e a conclusão da graduação, contribuindo para a formação de profissionais qualificados e para o desenvolvimento sustentável do município.

Fontes Consultadas:

- **BRASIL. Ministério da Educação (MEC).** Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC). Base oficial de consulta sobre instituições e cursos de graduação em funcionamento no Brasil. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 28 jun. 2026.

17. TEMA 16 - PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Problema 16: BAIXO PERCENTUAL DE MESTRES E DOUTORES NA POPULAÇÃO, COM DESIGUALDADES REGIONAIS, SOCIAIS, ÉTNICO-RACIAIS, LINGÜÍSTICAS E DE SEXO NO ACESSO, NA PERMANÊNCIA E NA CONCLUSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do Problema 16 busca compreender as condições de acesso da população de Novo Tiradentes à pós-graduação stricto sensu, considerando aspectos relacionados à oferta de cursos de mestrado e doutorado, à distribuição regional das oportunidades de formação e ao nível de qualificação dos profissionais da educação básica. Para isso, foram analisados dados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua/IBGE), do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC) e do Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE), permitindo identificar evidências sobre a infraestrutura disponível, a evolução da pós-graduação na Região Sul e os desafios enfrentados pelo município para ampliar o número de mestres e doutores. Os resultados demonstram que, apesar do crescimento regional da pós-graduação e dos avanços na qualificação docente, persistem limitações estruturais relacionadas à inexistência de programas locais de mestrado e doutorado, à dependência de instituições localizadas em outros municípios e às dificuldades de monitoramento específico da formação stricto sensu.

DESCRITORES¹⁷ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01 - O município de Novo Tiradentes não possui instituições de ensino superior que ofertem cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em 2026.**
- ➔ **Descritor 02 - A oferta de cursos de mestrado e doutorado permanece concentrada em centros universitários regionais, tornando a população de Novo Tiradentes dependente de instituições localizadas em outros municípios para acessar a pós-graduação stricto sensu.**
- ➔ **Descritor 03 - Embora a Região Sul tenha ampliado o número de estudantes matriculados na pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), esse crescimento não se traduz em ampliação das oportunidades locais de formação stricto sensu para o município de Novo Tiradentes.**
- ➔ **Descritor 04 - Entre 2013 e 2024, o percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu evoluiu de 71,7% para 75,0%, atingindo o maior percentual da série histórica (77,3%) em 2022, evidenciando elevado nível de qualificação docente, embora ainda existam profissionais sem formação em nível de pós-graduação.**
- ➔ **Descritor 05 - Os dados disponíveis agregam professores com pós-graduação lato sensu e stricto sensu em um único indicador, impossibilitando identificar o quantitativo específico de mestres e doutores.**

¹⁷ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

Tabela 01 - Estudantes do ensino superior, especialização, mestrado ou doutorado, por curso frequentado e modalidade do curso

Tabela 7150 - Estudantes do ensino superior, especialização, mestrado ou doutorado, por curso frequentado e modalidade do curso							
Variável - Estudantes do superior, especialização, mestrado ou doutorado (Mil pessoas)							
Grande Região - Sul							
Modalidade do curso - Total							
Curso frequentado - Especialização, Mestrado e Doutorado							
Ano							
2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024	2025
200	247	263	263	292	303	333	382
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre							

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7150#resultado> (Acesso em: 30/06/2026)

A Tabela 01 demonstra que a Região Sul apresentou crescimento consistente no número de estudantes matriculados em cursos de especialização, mestrado e doutorado ao longo da série histórica analisada. Entre 2016 e 2025, o quantitativo passou de **200 mil para 362 mil estudantes**, representando um crescimento aproximado de **81%** no período. Esse comportamento evidencia a ampliação da demanda e da capacidade regional de formação em nível de pós-graduação, refletindo a expansão do sistema de educação superior e das oportunidades de qualificação acadêmica.

Entretanto, esse crescimento deve ser analisado com cautela quando se observa a realidade de Cerro Grande. A expansão regional não significa que os benefícios estejam distribuídos de forma homogênea entre os municípios. Ao contrário, os dados sugerem que o crescimento da pós-graduação permanece concentrado em polos universitários de maior porte, onde estão localizadas as universidades e os programas de mestrado e doutorado. Dessa forma, embora a Região Sul apresente evolução quantitativa expressiva, esse avanço não se traduz automaticamente em ampliação das oportunidades para municípios pequenos, que continuam dependentes da infraestrutura acadêmica existente em centros urbanos regionais.

Sob a perspectiva da Meta 14 do Plano Nacional de Educação, a tabela demonstra que o crescimento do sistema regional de pós-graduação representa uma oportunidade para ampliar a qualificação da população. Contudo, a inexistência de mecanismos locais capazes de aproximar o município dessa expansão limita o impacto positivo desses avanços sobre a realidade municipal.

Painel 01- Instituições de nível superior que ofertam cursos de pós-graduação stricto sensu no município

Consulta Avançada

Consulta Textual

IES Extintas

Buscar por:

☐ Instituição de Ensino Superior
☐ Curso de Graduação
☒ Curso de Especialização

Nome, Sigla ou Código da Instituição:

Curso:

Área:

Selecione Área Geral

UF:

Rio Grande do Sul

Município:

Novo Tiradentes

Modalidade:

☐ A Distância
☐ Presencial

Situação:

Ativo

Pesquisar

Resultado da Consulta Por : CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

Exportar Excel

Instituição - IES	Sigla	Denominação	Área	Modalidade	Carga Horária	UF de Oferta	Vagas
Nenhum registro encontrado!							

Fonte: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada> (Acesso em: 28/06/2026)

O Painel 01 evidencia que o município de Novo Tiradentes não possui instituições de ensino superior que ofereçam cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado). A consulta realizada na base oficial do e-MEC não identificou nenhuma instituição autorizada a oferecer cursos de mestrado ou doutorado no município, demonstrando a inexistência de infraestrutura local para a formação acadêmica em nível stricto sensu.

Essa condição faz com que estudantes, professores e demais profissionais interessados em qualificação acadêmica dependam integralmente de instituições localizadas em outros municípios, o que amplia os custos com deslocamento, hospedagem e alimentação, além de dificultar a conciliação entre trabalho, estudos e vida familiar. Essas barreiras tendem a reduzir as oportunidades de ingresso, permanência e conclusão dos cursos de mestrado e doutorado, especialmente para pessoas em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Além das limitações individuais, a ausência de programas locais também restringe o fortalecimento da pesquisa científica, da inovação e da produção de conhecimento voltado às necessidades do município. Nesse contexto, torna-se estratégico fortalecer parcerias com universidades, ampliar programas interinstitucionais e criar mecanismos de incentivo que aproximem a população das oportunidades de formação stricto sensu, contribuindo para o desenvolvimento educacional, científico e socioeconômico de Novo Tiradentes.

Painel 02 - Professores da educação básica com pós graduação lato sensu ou stricto sensu

Professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2013-2024

Ano	2013			2014			2015			2016		
Região	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)
Sul	46	35	76,1%	48	36	75,0%	50	35	70,0%	48	35	72,9%
Rio Grande do Sul	46	35	76,1%	48	36	75,0%	50	35	70,0%	48	35	72,9%
Novo Tiradentes	46	35	76,1%	48	36	75,0%	50	35	70,0%	48	35	72,9%
Total	46	35	76,1%	48	36	75,0%	50	35	70,0%	48	35	72,9%

Ano	2017			2018			2019			2020		
Região	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)
Sul	46	32	69,6%	46	33	71,7%	44	34	77,3%	48	34	70,8%
Rio Grande do Sul	46	32	69,6%	46	33	71,7%	44	34	77,3%	48	34	70,8%
Novo Tiradentes	46	32	69,6%	46	33	71,7%	44	34	77,3%	48	34	70,8%
Total	46	32	69,6%	46	33	71,7%	44	34	77,3%	48	34	70,8%

Ano	2021			2022			2023			2024		
Região	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)	Total	Pós Grad. (N)	Pós Grad. (%)
Sul	46	35	76,1%	54	43	79,6%	56	42	75,0%	56	42	75,0%
Rio Grande do Sul	46	35	76,1%	54	43	79,6%	56	42	75,0%	56	42	75,0%
Novo Tiradentes	46	35	76,1%	54	43	79,6%	56	42	75,0%	56	42	75,0%
Total	46	35	76,1%	54	43	79,6%	56	42	75,0%	56	42	75,0%

Fonte: Elaborado pela Diretd/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2013-2024).

Fonte: reorganizado a partir do [Painel de Monitoramento do PNE](#) (Acesso em: 30/06/2026)

O Painel 02 demonstra que Novo Tiradentes apresentou uma evolução expressiva na qualificação dos professores da educação básica entre 2013 e 2024. O percentual de docentes com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu passou de 71,7% em 2013 para 75,0% em 2024, alcançando o maior percentual da série histórica em 2022, quando 77,3% dos professores possuíam pós-graduação. Esses resultados revelam um nível de qualificação superior ao observado na média do Rio Grande do Sul e da Região Sul durante praticamente todo o período analisado, evidenciando investimentos consistentes na formação continuada dos profissionais da educação.

Apesar desse desempenho positivo, observa-se uma leve oscilação nos anos finais da série histórica, com redução de 77,3% em 2022 para 75,0% em 2023 e 2024. Embora essa variação não comprometa o elevado nível de qualificação alcançado pelo município, ela indica a necessidade de continuidade das políticas de valorização docente, visando manter e ampliar o percentual de professores com formação em nível de pós-graduação.

É importante destacar, contudo, que o indicador reúne em um único percentual docentes com especialização (lato sensu) e aqueles com mestrado ou doutorado (stricto sensu). Dessa forma, não é possível identificar quantos profissionais efetivamente possuem formação em nível de mestrado ou doutorado, o que limita o monitoramento específico da Meta 14 do Plano Nacional de Educação. Considerando que o município não dispõe de cursos de pós-graduação stricto sensu, a ampliação do número de mestres e doutores permanece condicionada ao acesso a instituições localizadas em outros municípios, reforçando a importância de políticas de incentivo, apoio financeiro e parcerias institucionais para ampliar a qualificação acadêmica dos profissionais da educação.

Fontes Consultadas:

- **BRASIL. Ministério da Educação (MEC).** Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC). Disponível em: <https://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 28 jun. 2026.
- [Painel de Monitoramento do PNE](#)
- <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7150#resultado>

B) ANÁLISE CAUSAL

A análise dos dados evidencia que o baixo percentual de mestres e doutores em Novo Tiradentes está relacionado, principalmente, à inexistência de oferta local de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e à concentração regional dos programas de mestrado e doutorado em grandes centros universitários. Embora a Região Sul tenha apresentado crescimento expressivo no número de estudantes matriculados na pós-graduação, esse avanço não tem sido suficiente para ampliar as oportunidades de formação para a população do município, que permanece dependente de instituições localizadas em outras cidades. Soma-se a esse cenário a necessidade de deslocamentos frequentes, os custos financeiros e as dificuldades de conciliar trabalho e estudos, fatores que reduzem as condições de acesso, permanência e conclusão dos cursos. Além disso, apesar do elevado percentual de professores com pós-graduação, os indicadores disponíveis não permitem identificar quantos profissionais possuem efetivamente formação em nível de mestrado e doutorado, dificultando o monitoramento da Meta 14 do Plano Nacional de Educação e o planejamento de políticas públicas voltadas à ampliação da formação *stricto sensu*.

Causa 01 – Inexistência de instituições de ensino superior que ofertem cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no município: a ausência de programas locais limita diretamente o acesso da população à formação em nível de mestrado e doutorado, tornando o município dependente da infraestrutura acadêmica existente em outras localidades.

Causa 02 – Dependência de universidades e programas localizados em outros municípios para o acesso à pós-graduação *stricto sensu*: a necessidade de deslocamento para cursar mestrado e doutorado aumenta os custos financeiros, o tempo de viagem e as dificuldades para conciliar estudos, trabalho e responsabilidades familiares, reduzindo as condições de permanência e conclusão dos cursos.

Causa 03 – Concentração regional da oferta de programas de mestrado e doutorado nos grandes centros universitários: apesar do crescimento da pós-graduação na Região Sul, a oferta permanece concentrada em municípios que sediam universidades e centros de pesquisa, restringindo o acesso da população de municípios de pequeno porte como Novo Tiradentes.

Causa 04 – Ausência de políticas locais estruturadas de incentivo ao ingresso e à permanência na pós-graduação *stricto sensu*: a inexistência de estratégias permanentes, como parcerias institucionais, programas de cooperação, bolsas de estudo e incentivos financeiros, reduz as oportunidades de ampliação do número de mestres e doutores no município.

Causa 05 – Barreiras econômicas e logísticas para estudantes e profissionais interessados em cursar mestrado e doutorado: os custos com transporte, alimentação, hospedagem e deslocamentos frequentes, aliados ao tempo necessário para frequentar cursos em outras cidades, constituem obstáculos importantes para o acesso e a permanência na pós-graduação *stricto sensu*.

Causa 06 – Progressão limitada da formação docente para os níveis de mestrado e doutorado: embora o município apresente elevado percentual de professores com pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, ainda existem profissionais sem pós-graduação e não há dados específicos que permitam identificar quantos docentes possuem efetivamente

mestrado ou doutorado, indicando a necessidade de fortalecer a qualificação acadêmica em níveis mais elevados.

Causa 07 – Fragilidades na produção e no monitoramento de indicadores específicos sobre mestres e doutores: os indicadores disponíveis agregam especialização, mestrado e doutorado em um único percentual, impossibilitando acompanhar a evolução específica da formação *stricto sensu* e dificultando o planejamento de políticas públicas voltadas ao cumprimento da Meta 14 do Plano Nacional de Educação.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01 – Inexistência de instituições de ensino superior que ofereçam cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no município.**
- **Causa 02 – Dependência de universidades e programas localizados em outros municípios para o acesso à pós-graduação *stricto sensu*.**
- **Causa 03 – Concentração regional da oferta de programas de mestrado e doutorado nos grandes centros universitários.**
- **Causa 04 – Ausência de políticas locais estruturadas de incentivo ao ingresso e à permanência na pós-graduação *stricto sensu*.**
- **Causa 05 – Barreiras econômicas e logísticas para estudantes e profissionais interessados em cursar mestrado e doutorado.**
- **Causa 06 – Progressão limitada da formação docente para os níveis de mestrado e doutorado.**
- **Causa 07 – Fragilidades na produção e no monitoramento de indicadores específicos sobre mestres e doutores.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 16 do PME

TEMA 16 - PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU



PROBLEMA 16:
BAIXO PERCENTUAL DE MESTRES E DOUTORES NA POPULAÇÃO, COM DESIGUALDADES REGIONAIS, SOCIAIS, ÉTNICO-RACIAIS, LINGÜÍSTICAS E DE SEXO NO ACESSO, NA PERMANÊNCIA E NA CONCLUSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU.

DESCRIPTOR 01

O município de Novo Tiradentes não possui instituições de ensino superior que ofereçam cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em 2026.

DESCRIPTOR 02

A oferta de cursos de mestrado e doutorado permanece concentrada em centros universitários regionais, tornando a população de Novo Tiradentes dependente de instituições localizadas em outros municípios para acessar a pós-graduação *stricto sensu*.

DESCRIPTOR 03

Embora a Região Sul tenha ampliado o número de estudantes matriculados na pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), esse crescimento não se traduz em ampliação das oportunidades locais de formação *stricto sensu* para o município de Novo Tiradentes.

DESCRIPTOR 04

Entre 2013 e 2024, o percentual de professores da educação básica com pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* evoluiu de 71,7% para 75,0%, atingindo o maior percentual da série histórica (77,3%) em 2022, evidenciando elevado nível de qualificação docente, embora ainda existam profissionais sem formação em nível de pós-graduação.

DESCRIPTOR 05

Os dados disponíveis agregam professores com pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* em um único indicador, impossibilitando identificar o quantitativo específico de mestres e doutores.



CAUSA 01 –

Inexistência de instituições de ensino superior que ofereçam cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no município.



CAUSA 02 –

Dependência de universidades e programas localizados em outros municípios para o acesso à pós-graduação *stricto sensu*.



CAUSA 03 –

Concentração regional da oferta de programas de mestrado e doutorado nos grandes centros universitários.



CAUSA 04 –

Ausência de políticas locais estruturadas de incentivo ao ingresso e à permanência na pós-graduação *stricto sensu*.



CAUSA 07 –

Fragilidades na produção e no monitoramento de indicadores específicos sobre mestres e doutores.



CAUSA 04 –

Ausência de políticas locais estruturadas de incentivo ao ingresso e à permanência na pós-graduação *stricto sensu*.



CAUSA 03 –

Concentração regional da oferta de programas de mestrado e doutorado nos grandes centros universitários.



CAUSA 04 –

Ausência de políticas locais estruturadas de incentivo ao ingresso e à permanência na pós-graduação *stricto sensu*.



CAUSA 05 –

Barreiras econômicas e logísticas para estudantes e profissionais interessados em cursar mestrado e doutorado.



CAUSA 05 –

Barreiras econômicas e logísticas para estudantes e profissionais interessados em cursar mestrado e doutorado.



CAUSA 05 –

Barreiras econômicas e logísticas para estudantes e profissionais interessados em cursar mestrado e doutorado.



CAUSA 06 –

Progressão limitada da formação docente para os níveis de mestrado e doutorado.

LEGENDA

■ Problema

■ Descritor

■ Causa

Fonte: autoria própria.

18. TEMA 17: PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Problema: DESPROFISSIONALIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do Problema 17 – Desprofissionalização do Magistério da Educação Básica – tem como objetivo examinar as evidências relacionadas às condições de valorização dos profissionais da educação no município de Novo Tiradentes, considerando os principais aspectos que estruturam a carreira docente e influenciam sua atratividade, permanência e desenvolvimento profissional. Para isso, são analisados indicadores referentes ao vencimento inicial em relação ao Piso Salarial Profissional Nacional, à garantia da hora-atividade, ao Plano de Carreira do Magistério, às condições de progressão funcional e incentivos profissionais, bem como elementos que permitem contextualizar a valorização docente em âmbito estadual e nacional. A análise fundamenta-se na legislação federal e municipal vigente, em dados administrativos da Secretaria Municipal de Educação e em informações oficiais de órgãos públicos, buscando identificar avanços, limitações e evidências que caracterizam o cenário atual da valorização do magistério no município, subsidiando a compreensão das causas associadas ao problema analisado.

DESCRIPTORIORES¹⁸ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01:** O vencimento inicial dos professores municipais esteve abaixo do Piso Salarial Profissional Nacional entre 2023 e 2025, sendo recomposto apenas em 2026 para o valor mínimo legal.
- ➔ **Descritor 02:** A carga horária destinada à hora-atividade é inferior ao mínimo legal para os professores da Educação Infantil, enquanto os docentes do Ensino Fundamental cumprem integralmente o percentual previsto na legislação.
- ➔ **Descritor 03:** O Plano de Carreira do Magistério assegura progressão por formação e tempo de serviço, porém não prevê progressão por mérito nem diversos incentivos de valorização profissional.
- ➔ **Descritor 04:** O Plano de Carreira não contempla incentivos específicos como gratificação para classes multisseriadas, adicional de difícil acesso, bolsas para pós-graduação, licença-prêmio e outros benefícios de valorização docente.
- ➔ **Descritor 05:** A remuneração inicial dos professores da Rede Estadual do Rio Grande do Sul figura entre as menores do país, evidenciando diferenças significativas na valorização docente entre as unidades da federação.

a) Dados sobre salário inicial dos profissionais da educação municipal

Segundo a Lei:

¹⁸ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008.

Regulamenta o inciso XII do *caput* do art. 212-A da Constituição Federal, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 15.437, de 2026)

Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 5.130,63 (cinco mil, cento e trinta reais e sessenta e três centavos) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade normal, prevista no [art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (Redação dada pela Lei nº 15.437, de 2026)

§ 1º O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, incluídos os professores da educação infantil, reconhecendo o princípio da integralidade entre cuidar, brincar e educar, independentemente da designação do cargo ou da função que ocupam, em suas diversas etapas e modalidades, assim como os profissionais contratados por tempo determinado, considerada, em todos os casos, a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional. (Redação dada pela Lei nº 15.437, de 2026)

§ 3º Os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado no *caput* deste artigo.

§ 5º As disposições relativas ao piso salarial de que trata esta Lei serão aplicadas a todas as aposentadorias e pensões dos profissionais do magistério público da educação básica alcançadas pelo [art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003](#), e pela [Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005](#). (Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11738&ano=2008&ato=613kXSE5UNRpWT938>, acesso em: 08/07/2026)

Salário básico dos professores municipais:

Tabela 01 – Salário básico dos professores municipais 2015 a 2025.

Ano	Salário base (20h)	Piso Nacional (20h)
2015	R\$ 1.012,00	R\$ 959,39
2016	R\$ 1.078,00	R\$ 1.067,82
2017	R\$ 1.214,40	R\$ 1.149,40
2018	R\$ 1.297,20	R\$ 1.227,67
2019	R\$ 1.352,40	R\$ 1.278,87
2020	R\$ 1.522,60	R\$ 1.443,12
2021	R\$ 1.522,60	R\$ 1.443,12
2022	R\$ 1.935,00	R\$ 1.922,67
2023	R\$ 2.090,38	R\$ 2.210,27
2024	R\$ 2.231,69	R\$ 2.290,28
2025	R\$ 2.372,96	R\$ 2.433,88

Fonte: Tabela elaborada a partir de [dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação](#) (Acesso em: 08/07/2026)

Com base na **Lei nº 11.738/2008**, atualizada pela **Lei nº 15.437/2026**, e nos dados apresentados, é possível realizar uma análise da evolução do vencimento básico do magistério municipal em relação ao Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN).

A Lei nº 11.738/2008 estabelece que o **vencimento inicial da carreira do magistério público da educação básica não pode ser inferior ao Piso Salarial Profissional Nacional**, proporcionalmente à jornada de trabalho. Considerando que o piso nacional para 40 horas semanais em 2026 é de **R\$ 5.130,63**, o valor proporcional para uma jornada de **20 horas** corresponde a **R\$ 2.565,32**, exatamente o valor apresentado na tabela. Análise da evolução salarial (2015–2026):

Tabela 02 – Análise do salário básico dos professores municipais 2015 a 2025 x piso nacional

Ano	Salário Base (20h)	Piso Nacional (20h)	Situação
2015	R\$ 1.012,00	R\$ 959,39	Acima do piso (+5,5%)
2016	R\$ 1.078,00	R\$ 1.067,82	Acima do piso (+0,95%)
2017	R\$ 1.214,40	R\$ 1.149,40	Acima do piso (+5,65%)
2018	R\$ 1.297,20	R\$ 1.227,67	Acima do piso (+5,66%)
2019	R\$ 1.352,40	R\$ 1.278,87	Acima do piso (+5,75%)
2020	R\$ 1.522,60	R\$ 1.443,12	Acima do piso (+5,51%)
2021	R\$ 1.522,60	R\$ 1.443,12	Acima do piso (+5,51%)
2022	R\$ 1.935,00	R\$ 1.922,67	Acima do piso (+0,64%)
2023	R\$ 2.090,38	R\$ 2.210,27	Abaixo do piso (-5,42%)
2024	R\$ 2.231,69	R\$ 2.290,28	Abaixo do piso (-2,56%)
2025	R\$ 2.372,96	R\$ 2.433,88	Abaixo do piso (-2,50%)
2026	R\$ 2.565,32	R\$ 2.565,32	Em conformidade (100%)

Fonte: Tabela elaborada a partir de [dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação](#) (Acesso em: 08/07/2026)

A série histórica evidencia que, entre **2015 e 2022**, o município manteve o vencimento inicial dos professores em conformidade com a legislação federal, pagando valores iguais ou superiores ao Piso Salarial Profissional Nacional para a jornada de 20 horas. Esse comportamento demonstra que, durante esse período, houve observância ao disposto no art. 2º da Lei nº 11.738/2008, assegurando o vencimento inicial mínimo previsto para a carreira do magistério.

Entretanto, verifica-se uma ruptura nesse padrão entre **2023 e 2025**. Nesse intervalo, o vencimento básico municipal ficou abaixo do piso nacional proporcional, contrariando a determinação legal de que nenhum ente federativo pode fixar vencimento inicial inferior ao PSPN. A maior defasagem ocorreu em **2023**, quando o salário municipal representou aproximadamente **94,6% do piso nacional**, reduzindo parcialmente nos anos seguintes, mas permanecendo em desacordo com a legislação.

Em **2026**, observa-se a recomposição do vencimento básico, passando a coincidir exatamente com o piso nacional proporcional para 20 horas semanais (R\$ 2.565,32). Esse ajuste restabelece a conformidade legal, demonstrando adequação do município às exigências da Lei nº 11.738/2008.

Tendências observadas:

- Entre **2015 e 2022**, o município valorizou o magistério, mantendo remuneração inicial superior ao piso nacional.
- Entre **2023 e 2025**, houve perda relativa da valorização salarial, com descumprimento do Piso Nacional.
- Em **2026**, ocorreu a regularização do vencimento inicial, garantindo novamente o atendimento à legislação federal.
- Apesar da adequação em 2026, a equiparação ao piso, sem margem superior, indica redução da vantagem remuneratória anteriormente existente. Em anos anteriores, o município remunerava acima do mínimo legal; atualmente, limita-se ao cumprimento do valor mínimo estabelecido nacionalmente.

Os dados demonstram que a política de valorização do magistério apresentou oscilações ao longo da série histórica. Após um período de conformidade e remuneração superior ao Piso Salarial Profissional Nacional (2015–2022), houve descumprimento da legislação entre 2023 e 2025. A recomposição realizada em 2026 restabelece a legalidade do vencimento inicial da carreira, porém evidencia que a valorização salarial passou a corresponder apenas ao mínimo exigido pela legislação federal. Sob a perspectiva da gestão educacional, recomenda-se que as futuras revisões do Plano de Carreira busquem preservar ganhos reais aos profissionais da educação, fortalecendo a atratividade da carreira docente, a valorização profissional e a permanência de professores qualificados na rede municipal de ensino.

b) Dados sobre a hora atividades dos profissionais da educação municipal (reserva de tempo extraclasses para planejamento)

Segundo a Lei federal:

LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008.

Regulamenta o inciso XII do *caput* do art. 212-A da Constituição Federal, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação [...]

§ 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

(Disponível

em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11738&ano=2008&ato=613kXSE5UNRpWT938>, acesso em: 08/07/2026)

Segundo o Plano de Carreira do Magistério de Novo Tiradentes:

TÍTULO III - DO REGIME DE TRABALHO

Art. 25. O regime normal de trabalho dos profissionais da educação será de 20 (vinte) horas semanais, das quais 1/3 da carga horária ficam reservadas para horas atividades.

Parágrafo único. As horas atividades são reservadas para estudos, planejamento e avaliação do trabalho didático, bem como atender a reuniões pedagógicas e prestar colaboração com a Administração da escola, inclusive aos sábados ou em horário especial, de acordo com a conveniência, oportunidade, interesse público e cronograma a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação e cultura.

A análise dos dados, à luz da **Lei nº 11.738/2008** e do **Plano de Carreira do Magistério de Novo Tiradentes**, evidencia uma situação de **cumprimento parcial da**

legislação nacional quanto à composição da jornada de trabalho dos profissionais do magistério.

A Lei nº 11.738/2008 determina, em seu art. 2º, §4º, que **no máximo dois terços da jornada de trabalho podem ser destinados às atividades de interação com os educandos**, assegurando, portanto, **no mínimo um terço da carga horária para atividades extraclasse**, como planejamento, estudos, avaliação, formação continuada e reuniões pedagógicas. Para uma jornada de **20 horas semanais**, esse tempo corresponde a **6 horas e 40 minutos (6,67 horas)** de hora-atividade.

No âmbito municipal, o **Plano de Carreira do Magistério** está plenamente alinhado à legislação federal ao estabelecer, em seu art. 25, que **1/3 da carga horária dos profissionais da educação é destinado às horas-atividade**, reconhecendo sua importância para o planejamento pedagógico, a avaliação da aprendizagem, os estudos e a participação em atividades coletivas de gestão escolar.

Entretanto, a implementação prática dessa previsão legal ocorre de forma desigual entre as etapas da Educação Básica. Os **professores do Ensino Fundamental** recebem **6,67 horas semanais de hora-atividade**, correspondendo exatamente ao percentual mínimo previsto na Lei nº 11.738/2008. Dessa forma, para esse segmento, o município atende integralmente à legislação quanto à composição da jornada.

Por outro lado, os **professores da Educação Infantil** dispõem de apenas **6 horas semanais de hora-atividade**, o que representa cerca de **30% da jornada**, quando o mínimo legal corresponde a aproximadamente **33,3%**. Há, portanto, um déficit de aproximadamente **40 minutos semanais** por professor, caracterizando descumprimento parcial da legislação federal e também do próprio Plano de Carreira do Magistério.

Embora a diferença quantitativa pareça pequena, seus efeitos são relevantes do ponto de vista pedagógico e da valorização profissional. A redução do tempo destinado às atividades extraclasse limita as condições para o planejamento das práticas educativas, a elaboração e avaliação de propostas pedagógicas, a organização dos registros de aprendizagem, a formação continuada em serviço e a articulação entre os profissionais da escola. Na Educação Infantil, essa limitação assume maior relevância, considerando a complexidade do trabalho pedagógico voltado ao desenvolvimento integral das crianças e a necessidade de planejamento contínuo das experiências de aprendizagem.

Sob a perspectiva da valorização dos profissionais da educação, observa-se uma **incongruência entre a norma municipal e sua efetiva implementação**. Enquanto o Plano de Carreira assegura expressamente um terço da jornada para horas-atividade a todos os profissionais da educação, a prática administrativa não garante esse direito de forma equitativa para os docentes da Educação Infantil.

Em síntese, verifica-se que o município **cumpr integralmente a Lei nº 11.738/2008 para os professores do Ensino Fundamental**, mas **cumpr apenas parcialmente a legislação em relação aos professores da Educação Infantil**, uma vez que a carga horária destinada às horas-atividade permanece inferior ao mínimo legal. Esse cenário indica a necessidade de adequação da organização da jornada de trabalho, assegurando isonomia entre as etapas da Educação Básica e pleno atendimento às disposições da Lei do Piso Nacional e do próprio Plano de Carreira do Magistério Municipal.

c) Dados sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal

O Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Novo Tiradentes está instituído pela Lei Municipal 649/2003.

Art. 30. São criados no quadro de cargos do magistério os seguintes cargos em comissão e funções gratificadas, específicas do magistério:

Nº de Cargos e Funções	Denominação	Código
03	Diretor de Escola	CC, coeficiente 6,00 FG Corresponde ao Coeficiente 1,00
02	Assessor de Diretor de Escola	CC/2
01	Coordenador Pedagógico	CC/3 ou FG 3
01	Supervisor	CC/2,5 ou FG 2
01	Coordenador de sala Multifuncional	CC/3,5
01	Psicopedagogo	FG/0,5 p/ 20 horas/semanal
01	Coordenador da Educação em Turno Integral	CC/2
01	Coordenador de Psicopedagogia Educacional	CC coeficiente 3.5 p/ 20 horas/semanal

O município tem Plano de Carreira do Magistério Público Municipal e este assegura algumas vantagens, sendo eles:

- Avanço de nível de acordo com o nível de formação: ensino superior, especialização, mestrado.
- Avanço de classe de acordo com o tempo de trabalho.
- Pagamento de Função Gratificada para professores que trabalham em Sala Multifuncional.
- Pagamento de Função Gratificada para professores habilitados que tem crianças ou estudantes com laudos médicos.
- Pagamento de Função Gratificada para professores que exercem a função de Coordenador Pedagógico, de Supervisor, Coordenador de sala multifuncional, Psicopedagogo, Coordenador da Educação em Tempo Integral, Coordenador de Psicopedagogia Educacional.
- Pagamento de Função Gratificada para professores que exercem a função de Diretor Escolar e Assessor de Diretor de Escola.
- Pagamento de salário adicional a cada triênio.

Não é assegurado no Plano Municipal de Educação:

- Não há progressão na carreira por merecimento.
- Não há pagamento de Função Gratificada para professores que trabalham com classes ou turmas multisseriadas.
- Não há pagamento de difícil acesso.
- Não há nenhum tipo de licença prêmio.
- Não há bolsa ou incentivo financeiro para Pós-graduação custeada pelo município.
- Não há recebimento de 14º salário.

O município de Novo Tiradentes possui **Plano de Carreira do Magistério Público Municipal instituído pela Lei Municipal nº 649/2003**, atendendo ao princípio constitucional da valorização dos profissionais da educação e às diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). A existência de um plano estruturado representa um importante instrumento de organização da carreira docente, estabelecendo critérios de evolução funcional, remuneração e exercício de funções de gestão e apoio pedagógico.

A estrutura da carreira contempla um conjunto diversificado de **cargos em comissão e funções gratificadas** voltados às atividades de gestão escolar e suporte pedagógico, incluindo diretor, assessor de diretor, coordenador pedagógico, supervisor, coordenador da sala de recursos multifuncionais, psicopedagogo, coordenador da educação em tempo integral e coordenador de psicopedagogia educacional. Essa organização demonstra que o município reconhece a necessidade de distribuir responsabilidades técnico-pedagógicas e administrativas entre diferentes profissionais, contribuindo para o fortalecimento da gestão escolar e da inclusão educacional.

No que se refere à valorização profissional, o plano apresenta mecanismos importantes de desenvolvimento da carreira. A progressão por **titulação** incentiva a formação continuada ao prever avanços remuneratórios para profissionais com graduação, especialização e mestrado. Da mesma forma, a progressão por **classes**, vinculada ao tempo de serviço, assegura evolução funcional ao longo da carreira, reconhecendo a experiência profissional acumulada.

Outro aspecto positivo refere-se à previsão de **funções gratificadas** para diferentes atribuições exercidas pelos docentes. Além das funções tradicionais de gestão escolar, como direção, coordenação pedagógica e supervisão, o município também concede gratificações para atuação em **salas de recursos multifuncionais**, para professores habilitados que atendem estudantes com laudos médicos e para profissionais vinculados à Educação em Tempo Integral e à Psicopedagogia Educacional. Essas previsões representam um reconhecimento das responsabilidades adicionais assumidas pelos profissionais e contribuem para estimular a qualificação dos serviços educacionais.

O plano também assegura **adicional por tempo de serviço (triênios)**, mecanismo tradicional de valorização da permanência na carreira e de reconhecimento da experiência profissional, favorecendo maior estabilidade e retenção dos docentes na rede municipal.

Entretanto, a análise evidencia limitações que restringem o potencial de valorização da carreira. A inexistência de **progressão por mérito ou desempenho profissional** faz com que a evolução funcional dependa exclusivamente da titulação acadêmica e do tempo de serviço, reduzindo os incentivos institucionais para a inovação pedagógica, o aperfeiçoamento contínuo das práticas docentes e o alcance de melhores resultados educacionais.

Também se observa ausência de incentivos específicos destinados a professores que atuam em condições diferenciadas. O plano não prevê **gratificação para docentes de classes multisseriadas**, realidade comum em pequenos municípios e que exige elevado grau de planejamento pedagógico e domínio de estratégias de ensino para diferentes anos escolares simultaneamente. Da mesma forma, não existe **adicional de difícil acesso**, benefício frequentemente utilizado para compensar deslocamentos e condições de trabalho em escolas rurais ou de localização mais distante.

Outro ponto que merece destaque é a inexistência de políticas permanentes de incentivo à formação continuada financiada pelo próprio município. Embora a obtenção de títulos gere progressão salarial, **não há previsão de bolsas de estudo ou auxílio financeiro para cursos de pós-graduação**, o que pode limitar o acesso dos profissionais à qualificação, especialmente considerando os custos envolvidos na formação em nível de especialização, mestrado ou doutorado.

Além disso, o plano não contempla benefícios como **licença-prêmio** ou incentivos remuneratórios extraordinários, como o 14º salário, mecanismos que, embora não sejam obrigatórios pela legislação nacional, podem contribuir para políticas locais de valorização e retenção dos profissionais da educação.

De forma geral, verifica-se que o Plano de Carreira de Novo Tiradentes apresenta uma estrutura consistente para a valorização do magistério, assegurando progressão por formação e tempo de serviço, adicionais por tempo de carreira e ampla previsão de funções gratificadas para atividades de gestão e apoio pedagógico. Contudo, ainda existem oportunidades de aperfeiçoamento, especialmente relacionadas à diversificação dos mecanismos de progressão, à criação de incentivos para atuação em contextos específicos, ao fortalecimento das políticas de formação continuada e à ampliação dos instrumentos de valorização profissional. Nesse sentido, uma futura revisão do plano poderá contribuir para alinhar a carreira às diretrizes mais recentes das políticas nacionais de valorização do magistério, tornando-a mais atrativa, equitativa e capaz de favorecer a permanência de profissionais qualificados na rede municipal de ensino.

d) Quanto aos professores da rede estadual de educação do RS

Os professores vinculados à Rede Estadual seguem integralmente o Plano de Carreira do Estado do Rio Grande do Sul, submetendo-se às normas, direitos e mecanismos de progressão definidos pela legislação estadual.

Esse aspecto evidencia que coexistem, no território municipal, dois regimes distintos de valorização profissional: um de competência municipal e outro estadual. Consequentemente, professores que atuam no mesmo município podem possuir remuneração, critérios de progressão, gratificações e benefícios distintos, conforme sua vinculação administrativa.

Essa diferenciação torna necessária a análise específica das duas redes quando se avalia a valorização dos profissionais da educação, evitando generalizações que possam ocultar diferenças importantes nas condições de trabalho e carreira.

e) Quanto a média mensal salarial por unidade da federação do Brasil

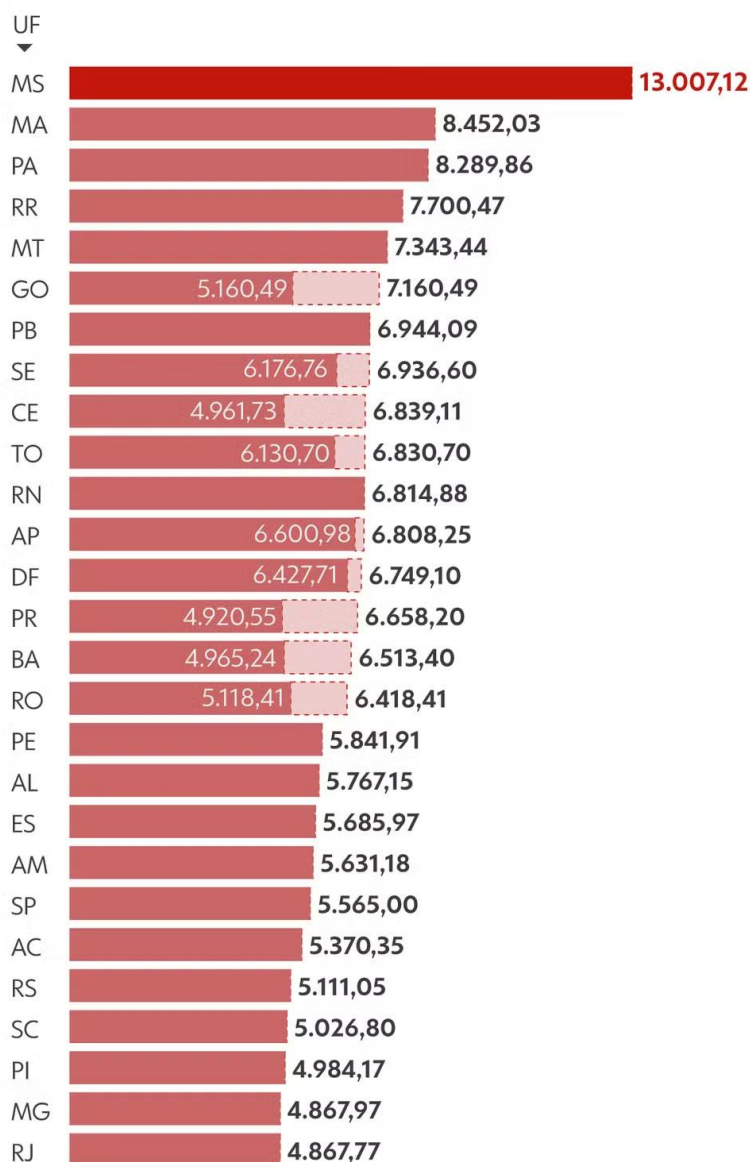
Imagem 01 – Ranking do salário inicial dos professores das redes estaduais brasileiras

Salário docente inicial

Valores não consideram adicionais por tempo de serviço pagos por algumas UF

Remuneração em R\$

■ Sem gratificação ■ Com gratificação



g1 Fonte: Movimento Profissão Docente
Infográfico elaborado em: 04/03/2026

Fonte: Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2026/03/05/salario-inicial-de-professor-da-rede-estadual-valores-por-estado.ghtml> (Acesso em: 08/07/2026).

A imagem apresenta um **ranking do salário inicial dos professores das redes estaduais brasileiras**, elaborado pelo Movimento Profissão Docente e divulgado pelo g1 em **04/03/2026**. Os valores correspondem à **remuneração inicial da carreira docente**, indicando, em alguns estados, o salário-base e, quando aplicável, a remuneração acrescida

de gratificações. O próprio gráfico ressalta que **não estão incluídos adicionais por tempo de serviço** pagos por algumas unidades da federação.

Análise geral: o primeiro aspecto que chama atenção é a grande desigualdade salarial entre os estados brasileiros. A remuneração inicial varia de R\$ 4.867,77, no Rio de Janeiro, até R\$ 13.007,12, no Mato Grosso do Sul, uma diferença superior a R\$ 8 mil mensais. Isso significa que um professor iniciante em Mato Grosso do Sul recebe aproximadamente 2,7 vezes mais que um professor em início de carreira no Rio de Janeiro.

Essa disparidade evidencia que, embora exista um Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério, os estados adotam estruturas remuneratórias bastante distintas, influenciadas por fatores como:

- capacidade financeira;
- políticas de valorização do magistério;
- estrutura dos planos de carreira;
- composição entre vencimento básico e gratificações.

Os maiores salários apresentados são:

Estado	Remuneração inicial
Mato Grosso do Sul	R\$ 13.007,12
Maranhão	R\$ 8.452,03
Pará	R\$ 8.289,86
Roraima	R\$ 7.700,47
Mato Grosso	R\$ 7.343,44

O caso do Mato Grosso do Sul é um destaque absoluto, pois seu salário inicial está muito acima do segundo colocado, indicando uma política diferenciada de valorização docente.

Estados na faixa intermediária, diversos estados apresentam remunerações entre aproximadamente R\$ 6.400 e R\$ 7.200, entre eles:

- Goiás
- Paraíba
- Sergipe
- Ceará
- Tocantins
- Rio Grande do Norte
- Amapá
- Distrito Federal
- Paraná
- Bahia
- Rondônia

Essa faixa demonstra um esforço de valorização acima do piso nacional, embora com diferenças importantes na composição da remuneração.

Estados com menores salários. Na parte inferior do ranking aparecem:

Estado	Salário inicial
Rio de Janeiro	R\$ 4.867,77
Minas Gerais	R\$ 4.867,97

Estado	Salário inicial
Piauí	R\$ 4.984,17
Santa Catarina	R\$ 5.026,80
Rio Grande do Sul	R\$ 5.111,05

Esses valores estão próximos do Piso Nacional do Magistério, indicando menor margem de valorização salarial na entrada da carreira.

Importância das gratificações

O gráfico diferencia:

- salário sem gratificação (barra contínua);
- salário com gratificação (barra tracejada).

Nos estados como:

- Goiás;
- Ceará;
- Tocantins;
- Paraná;
- Bahia;
- Rondônia;
- Distrito Federal;
- Sergipe;
- Amapá,
- parte significativa da remuneração depende de gratificações.

Isso significa que o vencimento básico pode ser consideravelmente inferior ao valor efetivamente recebido. Por exemplo:

Goiás

- vencimento básico: R\$ 5.160,49
- remuneração com gratificações: R\$ 7.160,49

Há um acréscimo de aproximadamente R\$ 2.000, 00 evidenciando forte dependência de vantagens remuneratórias.

O Rio Grande do Sul aparece com remuneração inicial de R\$ 5.111,05, ocupando uma posição entre as menores do país.

Esse dado indica que:

- o estado remunera pouco acima do piso nacional;
- está distante das políticas salariais adotadas pelos estados líderes do ranking;
- há espaço para fortalecimento da valorização docente por meio da revisão da carreira e da ampliação do vencimento básico.

A análise permite destacar cinco aspectos centrais:

- Existe elevada desigualdade federativa na remuneração inicial dos professores, contrariando o princípio de valorização equitativa do magistério previsto na Constituição e na LDB.
- O Mato Grosso do Sul constitui um caso atípico, apresentando remuneração inicial muito superior aos demais estados.
- Diversos estados dependem de gratificações para elevar a remuneração, o que pode tornar a estrutura salarial menos estável do que quando a valorização ocorre por meio do vencimento básico.

- Os estados do Sul e Sudeste não ocupam necessariamente as melhores posições do ranking. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio de Janeiro aparecem entre os menores salários iniciais, enquanto estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste figuram entre os maiores.

O levantamento reforça que a valorização docente não depende apenas do cumprimento do piso nacional, mas também da existência de planos de carreira estruturados, progressões atrativas e vencimentos básicos consistentes, capazes de promover a permanência e a atratividade da profissão docente.

Fontes Consultadas:

- Secretaria Municipal de Educação. Dados administrativos referentes ao vencimento inicial dos professores municipais, jornada de trabalho, hora-atividade e Plano de Carreira do Magistério Público Municipal (consulta realizada em julho de 2026).
- Plano de Carreira do Magistério Público Municipal. Legislação municipal vigente utilizada para levantamento das regras de progressão funcional, gratificações, vantagens e benefícios assegurados aos profissionais da educação.
- Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, atualizada pela Lei nº 15.437/2026, que regulamenta o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica e estabelece a composição da jornada de trabalho dos profissionais do magistério.
- Plano de Carreira do Magistério Público do Estado do Rio Grande do Sul, utilizado para caracterização das normas aplicáveis aos profissionais da Rede Estadual de Ensino.
- Cadastro Central de Empresas (CEMPRE/IBGE), utilizado como base estatística para os dados de rendimento médio mensal por Unidade da Federação, divulgados pelo G1 Economia.
- G1 Economia. *Quem paga mais no Brasil? Veja o salário médio no seu estado.* Publicado em 25 de junho de 2026. Dados baseados no CEMPRE/IBGE.

B) ANÁLISE CAUSAL

Após analisar integralmente o documento do **Tema 17 – Profissionais da Educação Básica**, as causas devem ser formuladas a partir das evidências apresentadas, evitando repetir os descritores e buscando explicar **por que** o problema da **Desprofissionalização do Magistério da Educação Básica** persiste no município. As causas abaixo decorrem diretamente da análise documental.

Causa 01- Política de valorização salarial limitada ao cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional, sem manutenção de ganhos reais acima do mínimo legal: entre 2023 e 2025 o município deixou de cumprir o PSPN e em 2026 houve apenas a recomposição para o valor mínimo legal, eliminando a vantagem remuneratória anteriormente existente.

Causa 02 - Implementação desigual da jornada de trabalho entre as etapas da Educação Básica, com garantia parcial da hora-atividade para os professores da Educação Infantil: ensino Fundamental recebe integralmente 1/3 da jornada e Educação Infantil recebe apenas 6 horas, abaixo das 6h40 previstas em lei.

Causa 03 - Plano de Carreira com mecanismos restritos de progressão funcional, baseados apenas na titulação e no tempo de serviço: não existe progressão por mérito e a evolução funcional depende apenas da formação e do tempo de serviço.

Causa 04 - Insuficiência de incentivos institucionais para valorização, permanência e desenvolvimento profissional dos docentes: o Plano não prevê: difícil acesso; gratificação para classes multisseriadas; licença-prêmio; bolsas para pós-graduação; outros incentivos financeiros de valorização.

Causa 05 - Ausência de política municipal de financiamento da formação continuada em nível de pós-graduação: o município reconhece a titulação para fins de progressão, porém não financia a qualificação dos profissionais.

Causa 06 - Defasagem periódica na atualização da remuneração docente em relação aos reajustes nacionais do Piso Salarial: a série histórica demonstra que o município não acompanhou integralmente os reajustes do piso entre 2023 e 2025.

Causa 07 - Baixa atratividade da carreira docente diante da limitação dos mecanismos de valorização profissional previstos no Plano de Carreira: embora existam progressões e funções gratificadas, o próprio documento conclui que há oportunidades de aperfeiçoamento para tornar a carreira mais atrativa, equitativa e capaz de reter profissionais qualificados.

Causa 08 - Contexto regional de baixa valorização remuneratória do magistério, especialmente na Rede Estadual do Rio Grande do Sul, reduzindo a atratividade da profissão docente: o documento demonstra que o Rio Grande do Sul figura entre os estados com menor remuneração inicial para professores, reforçando um cenário regional de menor valorização profissional.

CAUSAS CRÍTICAS:

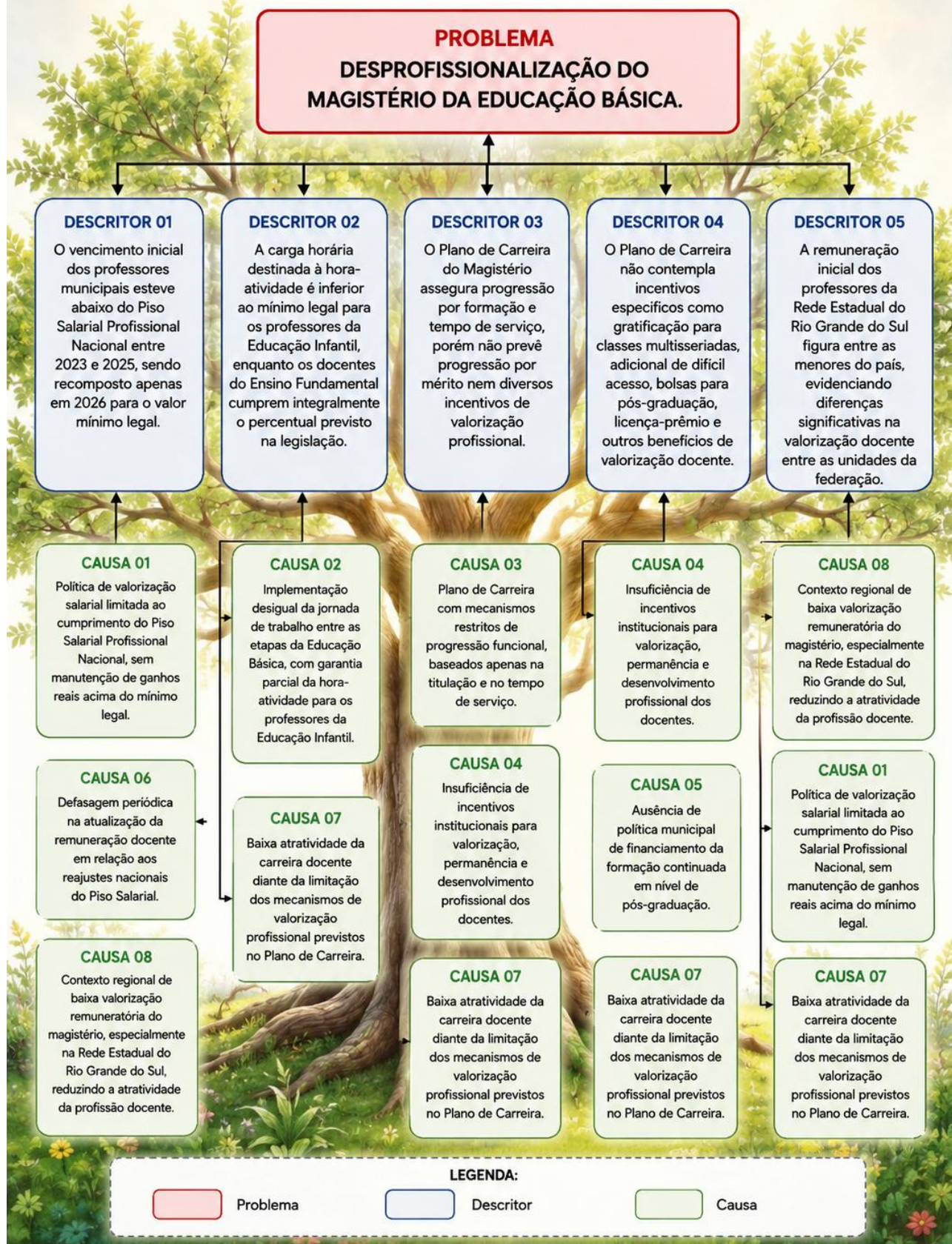
- **Causa 01 - Política de valorização salarial limitada ao cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional, sem manutenção de ganhos reais acima do mínimo legal.**
- **Causa 02 - Implementação desigual da jornada de trabalho entre as etapas da Educação Básica, com garantia parcial da hora-atividade para os professores da Educação Infantil.**
- **Causa 03 - Plano de Carreira com mecanismos restritos de progressão funcional, baseados apenas na titulação e no tempo de serviço.**
- **Causa 04 - Insuficiência de incentivos institucionais para valorização, permanência e desenvolvimento profissional dos docentes.**
- **Causa 05 - Ausência de política municipal de financiamento da formação continuada em nível de pós-graduação.**
- **Causa 06 - Defasagem periódica na atualização da remuneração docente em relação aos reajustes nacionais do Piso Salarial.**
- **Causa 07 - Baixa atratividade da carreira docente diante da limitação dos mecanismos de valorização profissional previstos no Plano de Carreira.**
- **Causa 08 - Contexto regional de baixa valorização remuneratória do magistério, especialmente na Rede Estadual do Rio Grande do Sul, reduzindo a atratividade da profissão docente.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 02 – Árvore dos problemas do Tema 17 do PME

TEMA 17: PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ÁRVORE DOS PROBLEMAS



Fonte: autoria própria.

19. Tema 18: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Problema 18: INSUFICIÊNCIA E FRAGILIDADE DA REPRESENTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PLANEJAMENTO E NA GESTÃO EDUCACIONAL.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A gestão democrática constitui um dos princípios fundamentais da educação pública brasileira, prevista na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e reafirmada pelo Plano Nacional de Educação. Sua efetivação pressupõe a participação da comunidade escolar e da sociedade nos processos de planejamento, acompanhamento, deliberação e avaliação das políticas educacionais, por meio de mecanismos institucionais que assegurem transparência, corresponsabilidade e controle social. Nesse contexto, a análise descritiva do **Problema 18 – Insuficiência e Fragilidade da Representação e da Participação Social no Planejamento e na Gestão Educacional** busca identificar as evidências relacionadas à organização da gestão democrática no município, considerando a existência e o funcionamento dos marcos legais, das instâncias colegiadas, dos processos participativos e dos instrumentos de gestão das unidades escolares, permitindo compreender os avanços alcançados e os aspectos que ainda demandam fortalecimento para a consolidação de uma educação pública participativa e de qualidade.

DESCRITORES¹⁹ DO PROBLEMA:

- ➔ **Descritor 01:** O município possui Lei de Gestão Democrática, Sistema Municipal de Ensino, Conselho Municipal de Educação, Fórum Municipal de Educação, Conselhos Escolares, CACS-Fundeb e Conselho de Alimentação Escolar instituídos e em funcionamento, evidenciando a existência de mecanismos formais de participação e governança educacional.
- ➔ **Descritor 02:** A escolha dos diretores das escolas públicas municipais é realizada por meio de processo de eleição regulamentado pelo Decreto Municipal nº 2.080/2022, em consonância com os princípios da gestão democrática.
- ➔ **Descritor 03:** As escolas da rede municipal não possuem Grêmios Estudantis instituídos nem legislação municipal que regule sua criação e funcionamento, embora a escola estadual disponha dessa instância de representação estudantil.
- ➔ **Descritor 04:** Todas as escolas da rede municipal possuem Associação/Círculo de Pais e Mestres (APM/CPM), Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar atualizados, elaborados de forma participativa, aprovados pelas instâncias competentes e integrados ao Sistema Municipal de Ensino.

a) Lei de Gestão Democrática

¹⁹ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

A instituição da **Lei Municipal nº 1.809, de 16 de outubro de 2017**, evidencia que o município dispõe de marco normativo para a implementação da gestão democrática do ensino público, em consonância com a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação. Esse instrumento estabelece as bases legais para a organização da participação social e para o fortalecimento dos processos de gestão educacional.

Contudo, a existência da legislação representa uma condição necessária, mas não suficiente para assegurar a efetivação da gestão democrática. A consolidação desse princípio depende da implementação dos mecanismos previstos na lei, do fortalecimento das instâncias colegiadas e da participação efetiva da comunidade escolar nos processos de planejamento, acompanhamento e avaliação das políticas educacionais.

b) Conselhos Escolares

O município possui **Conselhos Escolares instituídos pela Lei Municipal nº 1.083, de 10 de dezembro de 2009**, presentes em todas as unidades escolares da rede municipal. A universalização dessas instâncias demonstra que a gestão educacional dispõe de mecanismos formais de participação da comunidade escolar, favorecendo a descentralização das decisões, o fortalecimento da autonomia das escolas e o acompanhamento das ações pedagógicas, administrativas e financeiras.

Além da ampla cobertura, os Conselhos Escolares foram classificados com **nível de atuação 10**, indicando elevado grau de funcionamento e efetividade. Esse resultado evidencia o fortalecimento da gestão democrática no âmbito escolar, refletindo a participação ativa dos diferentes segmentos da comunidade escolar nos processos de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas pelas instituições de ensino.

c) Escolha de Diretores das Escolas Públicas

O município instituiu o processo de **eleição de diretores das escolas públicas** por meio do **Decreto Municipal nº 2.080, de 9 de novembro de 2022**, demonstrando o avanço na adoção de mecanismos que fortalecem a gestão democrática no âmbito escolar. A regulamentação do processo contribui para ampliar a participação da comunidade escolar na escolha dos gestores, favorecendo a transparência, a legitimidade e a corresponsabilidade na condução das unidades de ensino.

A existência desse instrumento normativo está alinhada aos princípios da gestão democrática previstos na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação. Sua efetividade, contudo, depende da realização periódica dos processos eleitorais, da ampla participação da comunidade escolar e do cumprimento dos critérios estabelecidos na regulamentação, assegurando a escolha de gestores comprometidos com a qualidade da educação e com a participação coletiva na gestão escolar.

A escolha de diretores e vice-diretores na rede estadual do Rio Grande do Sul é regulamentada pela [Lei nº 16.088/2024](#), que estabelece o modelo de Gestão Democrática do Ensino. O processo atual combina etapas de mérito técnico e consulta à comunidade escolar.

As principais diretrizes para a designação de diretores incluem:

- **Etapas Técnicas:** Para concorrer, o profissional do magistério deve passar por um processo seletivo composto por curso de gestão escolar, prova de conhecimentos específicos e elaboração de um plano de gestão.
- **Consulta Popular:** Após a habilitação nas etapas técnicas, ocorre a eleição (consulta à comunidade) que envolve a participação de professores, funcionários, alunos e pais ou responsáveis.
- **Mandato:** O mandato da equipe diretiva é de quatro anos.

d) Grêmios Estudantis

As escolas municipais não possuem Grêmios Estudantis instituídos nas escolas da rede municipal, tampouco legislação que regulamente sua criação e funcionamento. A inexistência desse importante espaço de representação estudantil limita as oportunidades de participação dos estudantes nos processos de gestão escolar, no exercício da cidadania, na formação para a liderança juvenil e no fortalecimento da cultura democrática no ambiente educacional.

A escola estadual possui grêmio estudantil instituído conforme legislação estadual em vigor.

e) Associações de Pais e Mestres (APM/CPM)

O município conta com **Associações de Pais e Mestres (APMs) ou Círculos de Pais e Mestres (CPMs)** constituídos em todas as escolas da rede municipal, evidenciando a existência de mecanismos organizados de participação da comunidade escolar. Embora essas entidades não tenham sido instituídas por lei municipal, sua organização por meio de estatuto confere respaldo para seu funcionamento, em conformidade com os princípios da gestão participativa e da autonomia das instituições de ensino.

A presença dessas associações em todas as unidades escolares e o **nível de atuação 10** demonstram elevado grau de organização e participação da comunidade escolar. Esse cenário favorece o fortalecimento da gestão democrática, ao incentivar a corresponsabilidade entre famílias, escola e poder público no acompanhamento das ações pedagógicas, administrativas e na promoção da qualidade da educação municipal.

f) Fórum Municipal de Educação

O município possui **Fórum Municipal de Educação** instituído pelo **Decreto Municipal nº 2.168, de 9 de outubro de 2023**, com composição paritária de **11 membros titulares e 11 suplentes**, representando diversos segmentos da comunidade educacional e da sociedade civil. A diversidade de representações fortalece o caráter democrático e participativo do Fórum, favorecendo o diálogo interinstitucional, o acompanhamento das políticas educacionais e o monitoramento das metas do Plano Municipal de Educação.

O **nível 10 de atuação** evidencia que o Fórum se encontra plenamente ativo e desempenha suas atribuições de forma efetiva, constituindo-se como importante espaço de participação social, articulação e controle das políticas públicas educacionais. Esse cenário

demonstra o fortalecimento da governança educacional no município e contribui para a consolidação dos princípios da gestão democrática previstos na legislação educacional brasileira.

g) Conselho Municipal de Educação

O município possui **Conselho Municipal de Educação** instituído pela **Lei Municipal nº 033, de 4 de março de 1993**, evidenciando a existência de uma instância consolidada de normatização, deliberação, acompanhamento e assessoramento das políticas educacionais. A permanência desse órgão ao longo dos anos demonstra a institucionalização da gestão democrática e o compromisso do município com a organização do seu sistema educacional.

O **nível 10 de atuação** indica que o Conselho exerce suas atribuições de forma efetiva, contribuindo para o fortalecimento da governança educacional, do controle social e da participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de educação. Esse resultado reforça o papel estratégico do Conselho na consolidação da gestão democrática e na garantia da qualidade da educação municipal.

h) Sistema Municipal de Ensino

O município possui **Sistema Municipal de Ensino** instituído pela **Lei Municipal nº 768, de 27 de outubro de 2005**, demonstrando autonomia para organizar, normatizar e gerir sua rede de ensino em conformidade com a legislação educacional vigente. A institucionalização do Sistema fortalece a capacidade do município de formular e implementar políticas educacionais alinhadas às necessidades locais, promovendo maior articulação entre os órgãos e instituições que compõem a educação municipal.

A existência do Sistema Municipal de Ensino representa um importante avanço para a consolidação da gestão democrática e da governança educacional, ao conferir maior autonomia na definição de normas, no acompanhamento das instituições de ensino e na coordenação das políticas públicas educacionais. Esse instrumento contribui para o fortalecimento do planejamento, da gestão e da qualidade da educação ofertada pelo município.

i) Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS-Fundeb)

O município possui o **Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS-Fundeb)** instituído pela **Lei Municipal nº 2.001, de 11 de março de 2021**, em conformidade com a legislação nacional que regulamenta o acompanhamento da aplicação dos recursos do Fundo. A existência dessa instância fortalece os mecanismos de transparência, fiscalização e controle social sobre o financiamento da educação pública municipal.

O **nível 10 de atuação** evidencia que o CACS-Fundeb desempenha suas atribuições de forma efetiva, acompanhando a aplicação dos recursos, a execução das políticas de financiamento e o cumprimento das normas legais. Esse resultado demonstra o fortalecimento da governança financeira da educação e contribui para assegurar maior

transparência, participação social e eficiência na gestão dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

j) Conselho de Alimentação Escolar (CAE)

O município possui o **Conselho de Alimentação Escolar (CAE)** instituído pela **Lei Municipal nº 1.606, de 27 de novembro de 2014**, garantindo uma instância de controle social responsável pelo acompanhamento da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A institucionalização do Conselho fortalece a transparência na gestão dos recursos, o acompanhamento da qualidade da alimentação escolar e a participação da sociedade na fiscalização das políticas públicas educacionais.

O **nível 10 de atuação** demonstra que o CAE exerce suas atribuições de forma efetiva, contribuindo para o monitoramento da aplicação dos recursos, da oferta da alimentação escolar e do cumprimento das normas do PNAE. Esse resultado evidencia o fortalecimento da gestão democrática e do controle social, favorecendo a garantia do direito à alimentação escolar de qualidade para os estudantes da rede municipal.

k) Projeto Político-Pedagógico (PPP)

Todas as escolas da rede municipal possuem **Projeto Político-Pedagógico (PPP)**, com última atualização realizada em **2024**, evidenciando o compromisso com a revisão periódica do principal instrumento de planejamento pedagógico das instituições de ensino. O processo de elaboração e atualização ocorre de forma participativa, envolvendo profissionais da educação, Conselho Escolar e Círculo de Pais e Mestres (CPM), o que fortalece a gestão democrática e assegura maior alinhamento entre as ações da escola e as necessidades da comunidade escolar.

Os Projetos Político-Pedagógicos são aprovados pelo **Conselho Escolar**, encaminhados ao **Conselho Municipal de Educação** e homologados pela **Secretaria Municipal de Educação**, demonstrando a existência de um fluxo institucionalizado de análise e validação. Esse procedimento reforça a articulação entre as unidades escolares e os órgãos do sistema municipal de ensino, contribuindo para a qualidade do planejamento pedagógico, o acompanhamento das ações educacionais e a consolidação da gestão democrática.

l) Regimento Escolar

Todas as escolas da rede municipal possuem **Regimento Escolar** atualizado, com a última revisão realizada em **2024**, demonstrando o compromisso com a adequação das normas de organização e funcionamento das instituições de ensino. O processo de elaboração e atualização ocorre de forma participativa, envolvendo os profissionais da educação, o Círculo de Pais e Mestres (CPM) e o Conselho Escolar, fortalecendo os princípios da gestão democrática e da construção coletiva das normas escolares.

Os Regimentos Escolares são aprovados pelo **Conselho Escolar**, encaminhados ao **Conselho Municipal de Educação (CME)** para análise e aprovação, assegurando a conformidade com a legislação educacional e as diretrizes do Sistema Municipal de Ensino. Esse fluxo institucional evidencia a articulação entre as unidades escolares e os órgãos

normativos do município, contribuindo para a padronização dos procedimentos, a segurança jurídica e o fortalecimento da gestão democrática nas escolas.

Fontes Consultadas:

Informações da Secretaria Municipal de Educação (2026); Conselho Municipal de Educação; Sistema Municipal de Ensino; Projetos Político-Pedagógicos e Regimentos Escolares das escolas da rede municipal (atualização 2024); legislação municipal pertinente (Leis Municipais nº 033/1993, nº 768/2005, nº 1.083/2009, nº 1.606/2014, nº 1.809/2017 e nº 2.001/2021; Decretos Municipais nº 2.080/2022 e nº 2.168/2023).

B) ANÁLISE CAUSAL

Após a análise integral do documento, observa-se que o município apresenta uma estrutura institucional bastante consolidada para a gestão democrática, dispondo de legislação específica, Sistema Municipal de Ensino, Conselho Municipal de Educação, Fórum Municipal de Educação, Conselhos Escolares, CACS-Fundeb, CAE, APMs/CPMs, Projetos Político-Pedagógicos e Regimentos Escolares atualizados. Entretanto, a permanência do **Problema 18 – Insuficiência e Fragilidade da Representação e da Participação Social no Planejamento e na Gestão Educacional** indica que ainda existem fatores que limitam o avanço da participação social e da governança democrática. A partir das evidências apresentadas, as principais causas são:

Causa 01 – Ausência de representação estudantil organizada nas escolas municipais: o diagnóstico evidencia que as escolas municipais não possuem Grêmios Estudantis instituídos nem legislação municipal que regule sua criação e funcionamento, restringindo a participação dos estudantes nos processos de gestão escolar e no exercício do protagonismo juvenil.

Causa 02 – Necessidade de fortalecimento da cultura de participação social para além das estruturas institucionais: embora o município possua diversos colegiados e instrumentos de gestão democrática, a efetividade da participação depende da mobilização permanente da comunidade escolar, da ampliação dos espaços de diálogo e da consolidação de uma cultura participativa que ultrapasse o cumprimento formal das normas.

Causa 03 – Dependência de processos contínuos de formação dos membros das instâncias colegiadas: a manutenção da atuação qualificada dos Conselhos, do Fórum Municipal de Educação, dos Conselhos Escolares e das APMs/CPMs exige formação continuada de seus integrantes para fortalecer sua capacidade de planejamento, deliberação, acompanhamento e controle social das políticas educacionais. Essa necessidade decorre da própria natureza dessas instâncias de governança.

Causa 04 – Necessidade de ampliar a integração entre os diferentes mecanismos de gestão democrática: apesar da existência de múltiplas instâncias de participação, o documento não apresenta evidências sobre estratégias sistemáticas de articulação entre Conselho Municipal de Educação, Fórum Municipal de Educação, Conselhos Escolares, CACS-Fundeb, CAE, APMs/CPMs e demais segmentos, aspecto importante para fortalecer o planejamento integrado e o monitoramento das políticas educacionais.

Causa 05 – Necessidade de monitoramento permanente da efetividade dos mecanismos de participação: o diagnóstico demonstra que os instrumentos de gestão democrática estão instituídos e em funcionamento, porém a consolidação desse modelo

requer avaliação contínua da qualidade da participação, da representatividade dos diferentes segmentos e do impacto das decisões colegiadas sobre o planejamento e a gestão da educação municipal.

Essas causas explicam os fatores que limitam o avanço do município sem repetir os descritores nem antecipar soluções.

CAUSAS CRÍTICAS:

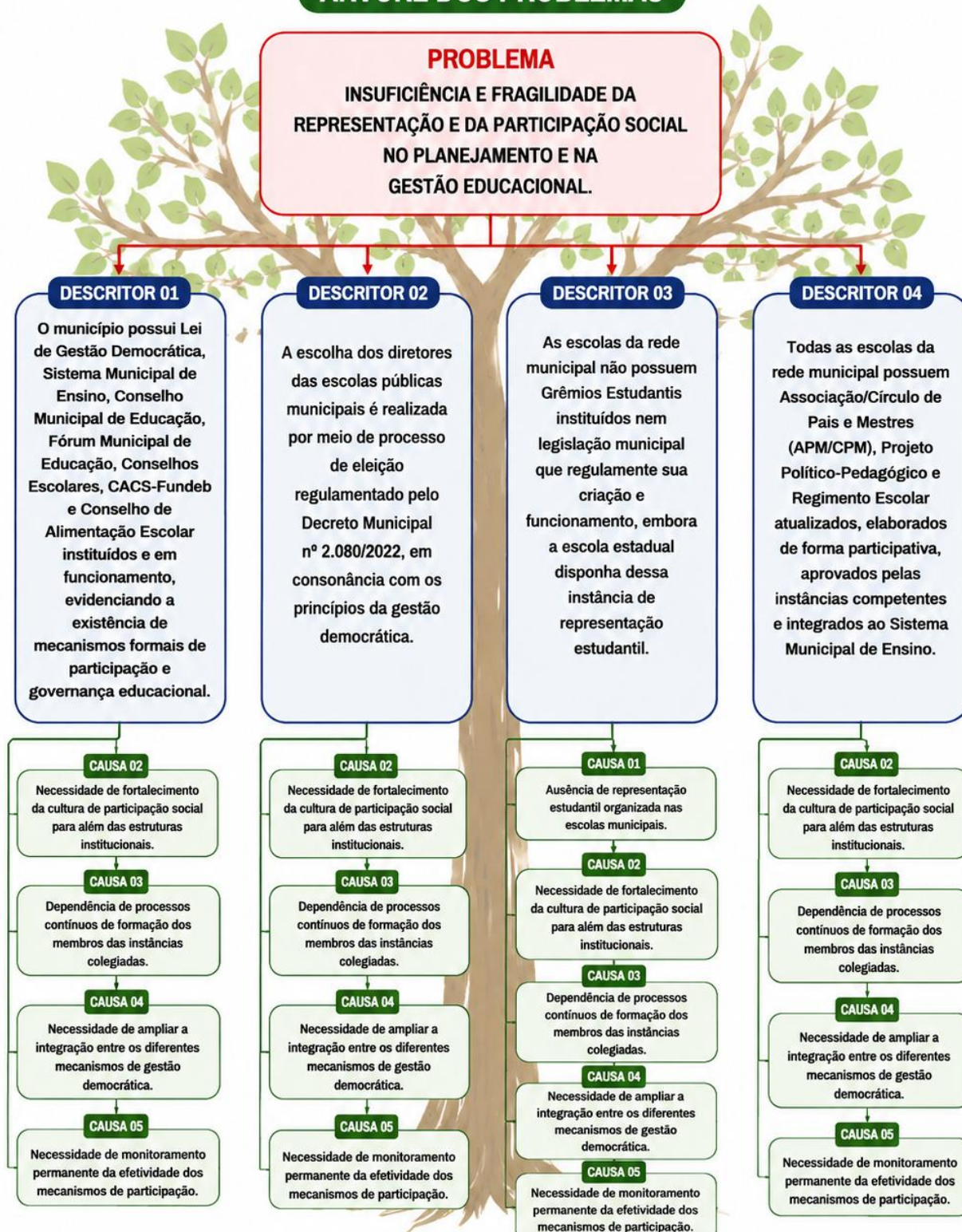
- **Causa 01: Ausência de representação estudantil organizada nas escolas municipais.**
- **Causa 02: Necessidade de fortalecimento da cultura de participação social para além das estruturas institucionais.**
- **Causa 03: Dependência de processos contínuos de formação dos membros das instâncias colegiadas.**
- **Causa 04: Necessidade de ampliar a integração entre os diferentes mecanismos de gestão democrática.**
- **Causa 05: Necessidade de monitoramento permanente da efetividade dos mecanismos de participação.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 18 do PME

TEMA 18: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA

ÁRVORE DOS PROBLEMAS



LEGENDA



PROBLEMA



DESCRIPTOR



CAUSA

Fonte: autoria própria.

20. TEMA 19 - FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Problema 19: BAIXA QUALIDADE E INIQUIDADE NAS CONDIÇÕES DE OFERTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

A) ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva do **Problema 19 – Baixa Qualidade e Iniquidade nas Condições de Oferta da Educação Básica** tem como objetivo caracterizar, com base em evidências quantitativas e qualitativas, as condições estruturais, tecnológicas e financeiras que sustentam a oferta da Educação Básica no município de Novo Tiradentes. Para essa análise, foram utilizados indicadores provenientes do **Censo Escolar da Educação Básica (INEP)**, dos **Microdados do Censo Escolar**, do **QEdU**, do **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)** e do **Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE)**, contemplando aspectos relacionados à infraestrutura física das escolas, climatização dos ambientes pedagógicos, infraestrutura da Educação Infantil, disponibilidade e distribuição de equipamentos tecnológicos, conectividade, financiamento por meio dos principais programas federais e execução dos recursos do FUNDEB. A análise integrada desses indicadores permite compreender os avanços alcançados pelo município na garantia das condições de funcionamento da rede de ensino, bem como identificar fragilidades relacionadas à modernização tecnológica, à ampliação da conectividade educacional e à capacidade de investimento em infraestrutura escolar. Essas evidências subsidiam a identificação dos descritores do problema e das causas críticas que limitam a consolidação de uma Educação Básica ofertada com qualidade, equidade e sustentabilidade, orientando a definição de estratégias para o fortalecimento das políticas públicas educacionais no âmbito do Plano Municipal de Educação.

DESCRITORES²⁰ DO PROBLEMA:

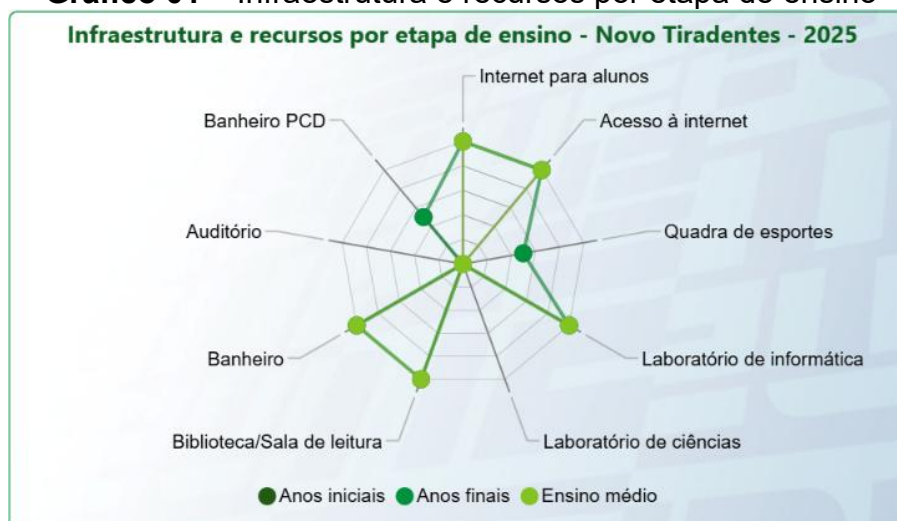
- ➔ **Descritor 01:** As escolas da Educação Básica apresentam infraestrutura física adequada para o funcionamento, porém com diferenças na disponibilidade de ambientes pedagógicos e recursos estruturais entre as etapas de ensino.
- ➔ **Descritor 02:** As salas utilizadas para atividades pedagógicas encontram-se integralmente climatizadas nas escolas da rede municipal e estadual.
- ➔ **Descritor 03:** As unidades de Educação Infantil apresentam infraestrutura específica para o atendimento da primeira infância, contemplando os ambientes essenciais previstos para essa etapa da Educação Básica.
- ➔ **Descritor 04:** As escolas apresentam limitações na infraestrutura tecnológica e diferenças na disponibilidade de equipamentos digitais e de acesso pedagógico à internet.

²⁰ Descritores: são fatos verificáveis (evidências) que distinguem o problema e mostram que ele existe.

- **Descritor 05:** O município recebe recursos provenientes de programas federais destinados ao financiamento, à manutenção e ao desenvolvimento da Educação Básica.
- **Descritor 06:** A execução dos recursos do FUNDEB constitui a principal fonte de financiamento da Educação Básica municipal, conforme demonstrativos do SIOPE.

1) Dados sobre a infraestrutura da educação básica municipal

Gráfico 01 – Infraestrutura e recursos por etapa de ensino



Fonte: [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica](#) (Acesso em: 04/07/2026)

Painel 01- Infraestrutura da educação básica do território municipal



Fonte: Censo, Inep - 2025

Fonte: <https://qedu.org.br/municipio/4313441-novo-tiradentes> (Acesso em: 04/07/2026)

Painel 02 - Infraestrutura detalhada da educação básica do território municipal

Infraestrutura das escolas de Educação Básica

Comparações da infraestrutura escolar entre Novo Tiradentes, Rio Grande do Sul e o Brasil

2025 Pública Rurais e Urbanas Todas as escolas

Acessibilidade



Dependências



Serviços



Alimentação





Fonte: <https://qedu.org.br/municipio/4313441-novo-tiradentes> (Acesso em: 04/07/2026)

Os indicadores da infraestrutura da Educação Básica evidenciam que o município de Novo Tiradentes possui uma rede escolar estruturada para atender as diferentes etapas da educação básica, composta por três unidades escolares. Os dados do Censo Escolar e do QEdu demonstram que as escolas dispõem das condições essenciais de funcionamento, contemplando ambientes físicos adequados para o desenvolvimento das atividades educacionais. Entretanto, a análise da infraestrutura deve ser compreendida para além da existência dos espaços escolares, considerando sua capacidade de atender às demandas pedagógicas atuais, garantir acessibilidade, promover ambientes inclusivos e oferecer condições equivalentes de atendimento aos estudantes.

Em municípios de pequeno porte, como Novo Tiradentes, cada unidade escolar representa parcela significativa da oferta educacional. Dessa forma, a manutenção de padrões elevados de infraestrutura em todas as escolas torna-se condição indispensável para assegurar a equidade entre os estudantes. Embora o diagnóstico não evidencie grandes disparidades estruturais, permanece o desafio permanente de conservar, modernizar e ampliar os espaços escolares, acompanhando a evolução das exigências pedagógicas, tecnológicas e das normas de acessibilidade.

Tabela 01 – Salas usadas x salas climatizadas

NOVO TIRADENTES		
Escola	Qt salas utilizadas	Qt salas utilizadas climatizadas
EMEI ELEMAR BATTISTI	8	8
ESC EST ENS MED JOAQUIM JOSE DA SILVA XAVIER	10	10
ESC MUN ENS FUND SAO LUIS GONZAGA	10	10

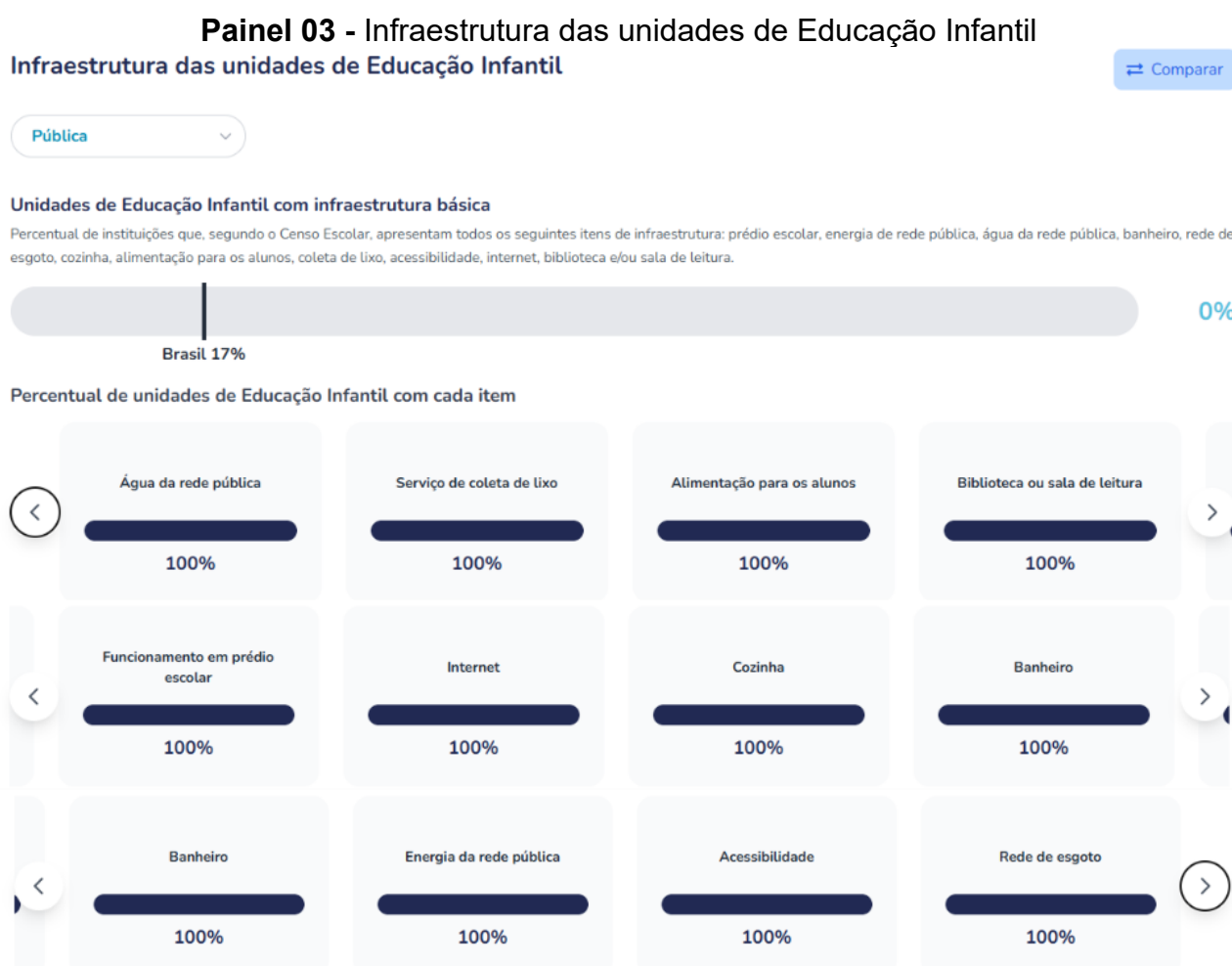
Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 21/06/2026)

A climatização das salas de aula constitui um dos principais indicadores positivos identificados no diagnóstico. Todas as salas utilizadas nas três escolas da rede encontram-se climatizadas, totalizando 28 salas em funcionamento e 28 salas equipadas com climatização. Esse resultado demonstra que o município universalizou esse importante

componente da infraestrutura escolar, assegurando condições adequadas de conforto térmico para estudantes e profissionais da educação.

Esse indicador evidencia um investimento consistente na melhoria dos ambientes pedagógicos, contribuindo para a qualidade da oferta educacional. A climatização favorece melhores condições de permanência, concentração e desenvolvimento das atividades de ensino e aprendizagem, além de representar uma estratégia importante diante das variações climáticas cada vez mais intensas observadas na região. Assim, esse aspecto configura-se como um dos pontos fortes da infraestrutura física municipal e demonstra o compromisso da gestão com a melhoria das condições de funcionamento das unidades escolares.

2) Dados sobre a infraestrutura tecnológica da educação infantil municipal



Disponível em: <https://gedu.org.br/educacao-infantil/4313441-novo-tiradentes> (Acesso em: 03/06/2026).

Painel 04 - Unidades de Educação Infantil com infraestrutura específica para a etapa

Unidades de Educação Infantil com infraestrutura específica para a etapa

Percentual de instituições que, segundo o Censo Escolar, apresentam todos os seguintes itens de infraestrutura: banheiro infantil, jogos e brinquedos pedagógicos, materiais artísticos, parque infantil e área verde.



Fonte: INEP, Censo Escolar (2025)

Disponível em: <https://gedu.org.br/educacao-infantil/4313441-novo-tiradentes> (Acesso em: 03/06/2026).

A análise da infraestrutura específica da Educação Infantil demonstra que o município dispõe de unidade própria para atendimento da primeira infância, contemplando os requisitos básicos necessários ao desenvolvimento das atividades educacionais. Os painéis específicos da Educação Infantil permitem verificar aspectos relacionados aos ambientes destinados às crianças, evidenciando a preocupação com espaços apropriados ao cuidado, à aprendizagem e ao desenvolvimento integral.

Entretanto, a qualidade da Educação Infantil depende de investimentos permanentes na adequação dos espaços físicos às necessidades dessa etapa, incluindo ambientes lúdicos, áreas externas, mobiliário apropriado, acessibilidade, espaços de alimentação, higiene, repouso e convivência. Dessa forma, mesmo diante de uma estrutura organizada, torna-se fundamental manter políticas contínuas de qualificação da infraestrutura, assegurando que o atendimento acompanhe a evolução das diretrizes nacionais para a primeira infância.

3) Dados sobre a infraestrutura tecnológica da educação básica municipal

Tabela 02 - Tecnologia nas escolas

Tecnologia	%	Nº de escolas
Internet	100%	3
Banda Larga	0%	0

Fonte: Tabela elaborada com dados do <https://gedu.org.br/municipio/4313441-novo-tiradentes> (Acesso em: 16/06/2026)

Tabela 03 – Equipamentos tecnológicos nas escolas

NOVO TIRADENTES				
EXISTÊNCIA DE EQUIPAMENTO	EMEI ELEMAR BATTISTI	ESC EST ENS MED JOAQUIM	ESC MUN ENS FUND SAO LUIS GONZAGA	%

		JOSE DA SILVA XAVIER		
PARABOLICA	Não	Sim	Não	33,33%
COMPUTADOR	Sim	Sim	Sim	100%
COPIADORA	Não	Não	Não	0%
IMPRESSORA	Sim	Não	Sim	66,66%
IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	Sim	Sim	Sim	100%
SCANNER	Sim	Não	Sim	66,66%
DVD	Sim	Não	Não	33,33%
SOM	Sim	Sim	Sim	100%
TV	Sim	Sim	Sim	100%
LOUSA DIGITAL	Não	Não	Não	0%
EQUIPAMENTO MULTIMIDIA	Não	Sim	Sim	66,66%
DESKTOP ALUNO	Sim	Sim	Não	66,66%
COMPUTADOR PORTATIL ALUNO	Sim	Sim	Sim	100%
TABLET ALUNO	Não	Não	Não	0%

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

Tabela 04 – Quantidade de equipamentos tecnológicos nas escolas

NOVO TIRADENTES			
EQUIPAMENTOS EXISTENTES	EMEI ELEMAR BATTISTI	ESC EST ENS MED JOAQUIM JOSE DA SILVA XAVIER	ESC MUN ENS FUND SAO LUIS GONZAGA
	QUANTIDADE		
DVD	8	0	0
EQUIPAMENTO DE SOM	2	3	1
TV	3	4	1
LOUSA DIGITAL	0	0	0
EQUIPAMENTO MULTIMIDIA	0	5	3
DESKTOP ALUNO	2	10	0
COMPUTADOR PORTATIL ALUNO	1	30	4
TABLET ALUNO	0	0	0

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

A infraestrutura tecnológica constitui o principal ponto de atenção identificado no diagnóstico. Embora todas as escolas possuam acesso à internet, os dados demonstram que nenhuma delas dispõe de conexão por banda larga, situação que representa importante limitação para o desenvolvimento das práticas pedagógicas apoiadas por tecnologias digitais. Em um contexto de crescente incorporação da cultura digital ao currículo escolar, a inexistência de banda larga compromete a utilização de plataformas educacionais, recursos audiovisuais, ambientes virtuais de aprendizagem e demais ferramentas que exigem maior capacidade de transmissão de dados.

Em relação aos equipamentos tecnológicos, observa-se que a rede apresenta boa disponibilidade de computadores, impressoras multifuncionais, equipamentos de som, televisores e computadores portáteis para estudantes. Entretanto, persistem limitações

importantes quanto à modernização tecnológica. Nenhuma escola possui lousa digital ou tablets destinados aos estudantes, além da inexistência de copiadoras em todas as unidades. Esses indicadores demonstram que a infraestrutura tecnológica ainda se apoia predominantemente em equipamentos convencionais, apresentando reduzida incorporação de recursos digitais mais modernos.

Outro aspecto relevante refere-se à distribuição dos equipamentos entre as escolas. A Escola Estadual Joaquim José da Silva Xavier concentra a maior quantidade de computadores portáteis e desktops destinados aos estudantes, enquanto as demais unidades apresentam quantitativos significativamente inferiores. Essa diferença evidencia que, embora a rede possua equipamentos tecnológicos, sua distribuição ainda ocorre de forma desigual, produzindo oportunidades distintas de acesso às tecnologias educacionais entre os estudantes do município.

Tabela 05 – Disponibilidade da internet nas escolas

NOVO TIRADENTES				
DISPONIBILIDADE DE INTERNET	EMEI ELEMAR BATTISTI	ESC EST ENS MED JOAQUIM JOSE DA SILVA XAVIER	ESC MUN ENS FUND SAO LUIS GONZAGA	%
INTERNET	Sim	Sim	Sim	100%
INTERNET ALUNOS	Não	Sim	Sim	66,66%
INTERNET ADMINISTRATIVO	Sim	Sim	Sim	100%
INTERNET APRENDIZAGEM	Sim	Sim	Sim	100%
INTERNET COMUNIDADE	Não	Não	Sim	33,33%
INTERNET COMPUTADOR	Não	Sim	Sim	66,66%
INTERNET DISPOSITIVOS PESSOAIS	Não	Não	Sim	33,33%

Fonte: Tabela sintetizada do [Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025](#) (Acesso em: 16/06/2026)

A análise da utilização da internet demonstra que todas as escolas utilizam a conectividade para fins administrativos e pedagógicos. Contudo, apenas duas das três unidades disponibilizam acesso à internet para os estudantes e internet em computadores destinados ao uso discente. Além disso, somente uma escola oferece acesso à internet para a comunidade e permite utilização por dispositivos pessoais dos estudantes.

Esses dados revelam que a conectividade institucional se encontra consolidada, porém sua utilização pedagógica ainda apresenta diferenças entre as unidades escolares. O acesso dos estudantes aos recursos digitais permanece parcialmente restrito, limitando o potencial de desenvolvimento das competências relacionadas à cultura digital, à pesquisa, à produção de conhecimento e às práticas pedagógicas inovadoras previstas na Base Nacional Comum Curricular. Assim, o principal desafio não está apenas na existência da internet, mas na ampliação do acesso efetivo e das possibilidades de utilização educacional em todas as escolas.

4) Financiamento municipal federal

Tabela 06 - Repasse anual da alimentação escolar municipal

Entidade...: 92.411.172/0001-76 - PREF MUN DE NOVO TIRADENTES

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PROG.NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Data Pgto		OB	Valor			
06/FEV/2025		001256	792,00			
06/FEV/2025		001129	476,00	04/JUN/2025	011004	476,00
				04/JUN/2025	010579	451,00
06/FEV/2025		001251	4.320,75	04/JUN/2025	010889	792,00
06/FEV/2025		001258	2.260,50	04/JUN/2025	010745	4.320,75
06/FEV/2025		001250	451,00	04/JUN/2025	010760	2.260,50
28/FEV/2025		001926	4.320,75	03/JUL/2025	014321	4.320,75
07/MAR/2025		002084	2.260,50	03/JUL/2025	014263	2.260,50
10/MAR/2025		002354	476,00	03/JUL/2025	014353	792,00
10/MAR/2025		002318	792,00	03/JUL/2025	014151	451,00
10/MAR/2025		002324	451,00	03/JUL/2025	013868	476,00
09/ABR/2025		004757	451,00	05/AGO/2025	017285	476,00
09/ABR/2025		004763	476,00	05/AGO/2025	017523	451,00
09/ABR/2025		004722	2.260,50	05/AGO/2025	017446	792,00
09/ABR/2025		004505	4.320,75	05/AGO/2025	017652	2.260,50
09/ABR/2025		004513	792,00	05/AGO/2025	017721	4.320,75
07/MAI/2025		006669	451,00	15/SET/2025	021511	451,00
07/MAI/2025		006645	476,00	15/SET/2025	021024	476,00
07/MAI/2025		006840	4.320,75	15/SET/2025	020929	4.320,75
07/MAI/2025		006672	792,00	15/SET/2025	021292	792,00
08/MAI/2025		007091	2.260,50	02/DEZ/2025	032218	2.260,50
				Total:		66.402,00

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/07/2026)

Tabela 07 - Repasse anual EI manutenção

EDUCAÇÃO INFANTIL - NOVAS TURMAS - EI - NOVAS TURMAS - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL TD			
Data Pgto	OB	Valor	Parcela
12/AGO/2025	018310	150.119,95	112
Total:		150.119,95	

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/07/2026)

Tabela 08 - Repasse anual do Programa Nacional de apoio ao transporte escolar

PNATE - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSP DO ESCOLAR		
Data Pgto	OB	Valor
26/MAR/2025	003754	2.309,06
26/MAR/2025	003755	1.273,97
04/ABR/2025	004096	8.121,53
29/AGO/2025	020320	1.273,96
02/SET/2025	020451	8.121,53
02/SET/2025	020444	2.309,07
Total:		23.409,12

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/07/2026)

Tabela 09 - Repasse anual do salário educação

QUOTA - QUOTA ESTADUAL / MUNICIPAL			
Data Pgto	OB	Valor	
17/JAN/2025	000225	23.417,63	Salário-Educação
18/FEV/2025	001645	14.120,26	Salário-Educação
19/MAR/2025	002874	14.093,25	Salário-Educação
15/ABR/2025	005367	13.959,73	Salário-Educação
16/MAI/2025	008927	13.927,00	Salário-Educação
18/JUN/2025	012328	14.352,35	Salário-Educação
16/JUL/2025	016124	14.835,24	Salário-Educação
18/AGO/2025	019695	13.557,59	Salário-Educação
17/SET/2025	022948	13.470,74	Salário-Educação
17/OUT/2025	027278	14.849,63	Salário-Educação
17/NOV/2025	030962	14.077,15	Salário-Educação
17/DEZ/2025	036141	13.935,24	Salário-Educação
Total:		178.595,81	

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/07/2026)

Tabela 10 - Repasse anual PDDE Prefeitura

PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA		
Data Pgto	OB	Valor
19/MAI/2025	009244	720,00
25/SET/2025	023505	720,00
Total:		1.440,00

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/07/2026)

Tabela 10 - Repasse anual PDDE Escola Joaquim José da Silva Xavier

Entidade...: 90.897.653/0001-08 - CIRCULO DE PAIS E MESTRES DA EE DE ENS MEDIO JOAQUIM JOSE D				
PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA				
Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco
22/MAI/2025	009458	2.475,00	PDDE - Básico - 1ª parcela	BANCO DO BRASIL
25/SET/2025	023392	2.475,00	PDDE - Básico - 2ª parcela	BANCO DO BRASIL
Total:		4.950,00		
PDDE QUALIDADE - ENSINO MÉDIO INOVADOR, MAIS CULTURA, ESC.DE FRONTEIRA, ATLETA NA ESCOLA, ESC.SUSTE				
Data Pgto	OB	Valor	Parcela	Programa
23/OUT/2025	027865	2.451,00	001	PIEC - PDDE EDUCACAO CONECTADA
11/DEZ/2025	033692	2.500,00	001	PDDE EB - ESCOLA E COMUNIDADE
15/DEZ/2025	035680	5.200,00	001	PDDE EB-Fortalecimento dos anos finais do EF
Total:		10.151,00		

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/07/2026)

Tabela 11 - Repasse anual PDDE Escola São Luiz Gonzaga

PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco
19/MAI/2025	009244	3.165,00	PDDE - Básico - 1ª parcela	BANCO DO BRASIL
25/SET/2025	023505	3.165,00	PDDE - Básico - 2ª parcela	BANCO DO BRASIL
Total:		6.330,00		

PDDE QUALIDADE - ENSINO MÉDIO INOVADOR, MAIS CULTURA, ESC.DE FRONTEIRA, ATLETA NA ESCOLA, ESC.SUSTE

Data Pgto	OB	Valor	Parcela	Programa
24/ABR/2025	005693	3.900,00	001	PDDE EB-Fortalecimento dos anos finais do EF
23/OUT/2025	027853	3.328,00	001	PIEC - PDDE EDUCACAO CONECTADA
10/DEZ/2025	033600	2.500,00	001	PDDE EB - ESCOLA E COMUNIDADE
Total:		9.728,00		

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/07/2026)

Tabela 12 - Repasse anual PDDE Escola Elemar Battisti

PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco
26/AGO/2025	019895	1.765,00	PDDE -PDDE Básico – 1ª Infância - 1ª Parcela	BANCO DO BRASIL
26/SET/2025	024576	1.765,00	PDDE -PDDE Básico – 1ª Infância - 2ª Parcela	BANCO DO BRASIL
Total:		3.530,00		

PDDE QUALIDADE - ENSINO MÉDIO INOVADOR, MAIS CULTURA, ESC.DE FRONTEIRA, ATLETA NA ESCOLA, ESC.SUSTE

Data Pgto	OB	Valor	Parcela	Programa
16/DEZ/2025	036025	2.451,00	001	PIEC - PDDE EDUCACAO CONECTADA
Total:		2.451,00		

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc# (Acesso em: 04/07/2026)

Os dados financeiros demonstram que Novo Tiradentes participa dos principais programas federais de financiamento da Educação Básica, recebendo recursos destinados à alimentação escolar, manutenção da Educação Infantil, transporte escolar, salário-educação e Programa Dinheiro Direto na Escola, além de repasses específicos às unidades escolares. Esses programas constituem importante complemento ao financiamento municipal, contribuindo para o custeio das ações educacionais, manutenção das escolas e apoio às atividades pedagógicas.

Entretanto, tais recursos possuem caráter suplementar e destinam-se a finalidades específicas, não sendo suficientes para atender integralmente às demandas relacionadas à expansão e modernização da infraestrutura física e tecnológica da rede municipal. Dessa forma, a continuidade da melhoria das condições de oferta da Educação Básica depende da capacidade de planejamento da gestão municipal, da utilização estratégica dos recursos disponíveis e da manutenção de investimentos próprios voltados à qualificação permanente da infraestrutura escolar.

Painel 05 - Relatório anual do SIOPE municipal com receitas e despesas do FUNDEB



Imprimir

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

PERÍODO DE REFERÊNCIA - 6º Bimestre/2025

R\$ 1,00

RECEITAS DO FUNDEB	RECEITA REALIZADA
1 - RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	3.671.545,78
1.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	3.495.402,07
1.2 - Complementação da União ao FUNDEB	155.941,60
1.2.1 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	77.097,77
1.2.2 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.2.3 - Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	78.843,83
1.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	20.202,11
1.3.1 - Rendimentos de Aplicação Financeira do FUNDEB - Imposto e Transferências	20.202,11
1.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAF	0,00
1.3.3 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00
1.3.4 - Rendimentos de Aplicação Financeira da Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	0,00
1.4 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00
1.4.1 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	0,00
1.4.2 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAF	0,00
1.4.3 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAT	0,00
1.4.4 - Ressarcimento de recursos do FUNDEB - VAAR	0,00
DESPESAS DO FUNDEB	DESPESA LIQUIDADADA/ EMPENHADA
2 - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.598.956,74
2.1 - 361 - Ensino Fundamental	1.593.267,52
2.2 - 365 - Ensino Infantil	2.005.689,22
2.2.1 - Creche	1.206.238,55
2.2.2 - Pré-Escola	799.450,67
3 - Outras Despesas	129.683,27
3.1 - 361 - Ensino Fundamental	113.041,34
3.1.1 - Corrente	113.041,34
3.1.2 - Capital	0,00
3.2 - 365 - Ensino Infantil	16.641,93
3.2.1 - Ensino Infantil (Creche)	16.641,93
3.2.1.1 - Corrente	16.641,93
3.2.1.2 - Capital	0,00
3.2.2 - Ensino Infantil (Pré-escola)	0,00
3.2.2.1 - Corrente	0,00
3.2.2.2 - Capital	0,00
4 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (2 + 3)	3.728.640,01

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB	DESPESA LIQUIDADADA/ EMPENHADA (a)	CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO ACUMULADO ATÉ O EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (c)	DESPESAS EMPENHADAS/ LIQUIDADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (d)
--	---	--	--	---

5 - Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	3.598.956,74	57.094,23	0,00	
6 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.572.698,41	57.094,23	0,00	0,00
7 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	77.097,77	0,00	0,00	0,00
8 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00
8.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	
8.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	
9-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	78.843,83	0,00	0,00	0,00
10- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB (6 + 7 + 8 + 9)	3.728.640,01	57.094,23	0,00	0,00

LIMITES OBRIGATÓRIOS DO FUNDEB	Valor
11- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	
11.1 - Exigido (70% de (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4))	2.514.891,36
11.2 - Aplicado Após Deduções [5(a) - 5(b) - 5(c)]	3.541.862,51
12- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI)	
12.1 - Exigido [IEI de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]	0,00
12.2 - Aplicado Após Deduções [8.1(a) - 8.1(b) - 8.1(c)]	0,00
13- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital	
13.1 - Exigido [15% de (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)]	0,00
13.2 - Aplicado Após Deduções [8.2(a) - 8.2(b) - 8.2(c)]	0,00
14- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício	
14.1 - Exigido (10% de 1)	367.154,58
14.2 - Não Aplicado Após Ajustes [1 - (10(a) - 10(b) - 10(d))] + [(10(c) - 10(d)) se > 0]	0,00

INDICADORES DO FUNDEB	PERCENTUAL
15- Mínimo de 70% - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica [(11.2 / (1 - 1.2.3 - 1.3.4 - 1.4.4)) x 100%]	98,58
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI) [(12.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3)) X 100%]	0,00
17- Mínimo de 15% - Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) - Despesas de Capital [(13.2 / (1.2.2 + 1.3.3 + 1.4.3) X 100%]	0,00
18- Máximo 10% - Receitas do Fundeb não Aplicadas no Exercício [(14.2 / 1) x 100%]	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB
--	---------------

19- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	57.094,23
20- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	3.671.545,78
21- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	3.728.640,01
22- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	0,00
23- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00
24- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00
25- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	0,00

Fonte: <https://www.fnde.gov.br/siope/demonstrativoFundebMunicipal.do> (Acesso em: 04/07/2026)

O relatório anual do SIOPE evidencia a estrutura de financiamento da Educação Básica por meio do FUNDEB, principal mecanismo de financiamento da educação pública brasileira. A execução dos recursos demonstra o compromisso do município com a manutenção da rede de ensino e com a valorização dos profissionais da educação, em consonância com as exigências legais de aplicação dos recursos do fundo.

Entretanto, assim como ocorre na maioria dos municípios brasileiros, parcela expressiva dos recursos do FUNDEB destina-se ao financiamento das despesas obrigatórias com pessoal, reduzindo a disponibilidade financeira para investimentos em infraestrutura, modernização tecnológica, aquisição de equipamentos e ampliação dos ambientes escolares. Nesse contexto, o desafio da gestão municipal consiste em equilibrar a sustentabilidade financeira da rede com a necessidade permanente de qualificar a infraestrutura educacional, assegurando que os investimentos estruturais acompanhem a evolução das demandas pedagógicas e tecnológicas da Educação Básica.

Essa análise evidencia que Novo Tiradentes apresenta uma infraestrutura física bem consolidada, com destaque para a climatização integral das salas de aula, mas ainda enfrenta desafios importantes relacionados à modernização tecnológica, à qualidade da conectividade e à ampliação do acesso pedagógico às tecnologias digitais, aspectos centrais para a melhoria contínua da qualidade e da equidade das condições de oferta da Educação Básica.

Fontes Consultadas:

- BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Censo Escolar da Educação Básica 2025: Novo Painel de Estatísticas e Microdados. Brasília: INEP, 2026.
- **QEDu**. Indicadores educacionais e infraestrutura escolar. Disponível em: <https://qedu.org.br>. Acesso em: jul. 2026.
- BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**. Sistema de Liberação de Recursos. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc. Acesso em: jul. 2026.
- BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**. Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE). Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/siope>. Acesso em: jul. 2026.

B) ANÁLISE CAUSAL

Ao analisar o documento, observa-se que Novo Tiradentes possui uma boa infraestrutura física, com destaque para a climatização integral das salas de aula. Assim,

diferentemente de outros municípios, o problema não está centrado na infraestrutura predial, mas principalmente nas limitações da infraestrutura tecnológica e na capacidade de investimento para sua modernização.

Causa 01 - Infraestrutura tecnológica insuficientemente modernizada para atender às demandas contemporâneas da Educação Básica: embora todas as escolas possuam acesso à internet e computadores, a ausência de tecnologias mais modernas limita a incorporação de metodologias inovadoras, recursos digitais interativos e práticas pedagógicas alinhadas às exigências da Educação Digital e da BNCC Computação.

Causa 02 - Distribuição desigual dos equipamentos tecnológicos e das condições de acesso pedagógico à conectividade entre as escolas: os dados demonstram que o acesso aos recursos digitais não ocorre de forma homogênea entre as escolas. Embora exista conectividade institucional em todas as unidades, as oportunidades de utilização pedagógica permanecem distintas, produzindo diferentes condições de acesso às tecnologias educacionais.

Causa 03 - Capacidade limitada de investimento na modernização da infraestrutura escolar em razão da natureza suplementar dos programas federais e da elevada vinculação dos recursos educacionais às despesas obrigatórias: a maior parte dos recursos disponíveis encontra-se vinculada ao custeio das despesas obrigatórias ou à execução de programas específicos, reduzindo a capacidade financeira do município para ampliar investimentos em infraestrutura tecnológica, aquisição de equipamentos e modernização permanente das unidades escolares.

CAUSAS CRÍTICAS:

- **Causa 01 - Infraestrutura tecnológica insuficientemente modernizada para atender às demandas contemporâneas da Educação Básica.**
- **Causa 02 - Distribuição desigual dos equipamentos tecnológicos e das condições de acesso pedagógico à conectividade entre as escolas.**
- **Causa 03 - Capacidade limitada de investimento na modernização da infraestrutura escolar em razão da natureza suplementar dos programas federais e da elevada vinculação dos recursos educacionais às despesas obrigatórias.**

C) ÁRVORE DOS PROBLEMAS

Imagem 01 – Árvore dos problemas do Tema 19 do PME

TEMA 19 - FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

ÁRVORE DE PROBLEMAS

PROBLEMA 19: BAIXA QUALIDADE E INEQUIDADE NAS CONDIÇÕES DE OFERTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA.



LEGENDA



Problema



Descritor



Causa

Fonte: autoria própria.